

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



CAMIL ALIMENTOS S.A.
Companhia de Capital Autorizado
 CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03
 NIRE: 35.300.146.735

Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar
 (entrada Rua Ofélia s/n – Edifício Eldorado Business Tower) CEP 05425-070, Pinheiros
 São Paulo – SP

Código ISIN das Ações: "BRCAMLACN0R3"
Código de negociação das Ações na B3: "CAML3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("WP FIP") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com WP FIP, "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Coordenador Líder", "BoFA Merrill Lynch" e "Agente Estabilizador"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o Itaú BBA e o J.P. Morgan, os "Coordenadores da Oferta", estão realizando uma oferta pública de distribuição (i) primária de, inicialmente, 41.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações" e "Oferta Primária", respectivamente) e (ii) secundária de, inicialmente, 86.500.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária") a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Instituições Consorciadas", respectivamente), e as Instituições Consorciadas em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta", sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar).

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Santander Investment Securities Inc., (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), conforme alterada ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S* ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A. ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá, a critério da Companhia e/ou do WP FIP, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 25.500.000 Ações, das quais até 12.750.000 Ações serão emitidas pela Companhia e até 12.750.000 Ações serão alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 19.125.000 Ações a serem alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelo WP FIP ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme abaixo definido), e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação.....	11,75	0,34	11,41
Oferta Primária ⁽³⁾	481.750.000,00	13.970.750,00	467.779.250,00
Oferta Secundária ⁽³⁾	1.016.375.000,00	29.474.875,00	986.900.125,00
Total da Oferta	1.498.125.000,00	43.445.625,00	1.454.679.375,00

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem distribuídas no âmbito da Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja página 46 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico. Adicionalmente, em 21 de julho de 2017 e em 28 de agosto de 2017, foram realizadas assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia para deliberar a respeito da reforma do Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, cujas atas serão registradas na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A fixação do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia e, por extensão, do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por deliberação do Comitê Gestor e de Investimento do WP FIP, realizada em 21 de julho de 2017, nos termos do artigo 30, alínea II de seu regulamento.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária ou será necessária para a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em [*] de [*] de 2017, sob o nº CVM/SRE/REM/2017/[*] e CVM/SRE/SEC/2017/[*], respectivamente.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 25 de julho de 2017.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 19 e 88, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder e Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Preliminar é 29 de agosto de 2017.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários e dos valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	6
SUMÁRIO DA COMPANHIA	8
SUMÁRIO DA OFERTA	26
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	41
Características gerais da Oferta	43
Descrição da Oferta.....	43
Aprovações societárias	45
Preço por Ação	45
Quantidade, montante e recursos líquidos	46
Custos de distribuição	47
Instituições Participantes da Oferta.....	48
Público Alvo.....	48
Cronograma Estimado da Oferta.....	49
REGIME DE DISTRIBUIÇÃO	49
Procedimento da Oferta.....	50
Oferta de Varejo	51
Oferta Institucional	54
Prazos de Distribuição e Liquidação	55
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta.....	56
INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO	57
DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES	58
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva	59
ACORDOS DE RESTRIÇÃO À VENDA DE AÇÕES (LOCK-UP)	60
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL PELA ESCRITURAÇÃO E CUSTÓDIA DAS AÇÕES E DAS AÇÕES DA COMPANHIA	61
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional	61
Estabilização de preço das Ações.....	62
Negociação das Ações na B3	62
Inadequação da Oferta.....	63
Condições a que a Oferta esteja submetida	63
Informações adicionais	63
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta	65
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	68
Coordenador Líder	68
Bradesco BBI.....	68
Itaú BBA	69
J.P. MORGAN.....	71
Santander	72
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	75
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder.....	75
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI.....	76
Relacionamento entre a Companhia e o ITAÚ BBA	77
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. MORGAN.....	79
Relacionamento entre a Companhia e o SANTANDER	80
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER	83
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O BRADESCO BBI	84

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O ITAÚ BBA	85
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O J.P. MORGAN	86
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O SANTANDER	87
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES	88
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	95
CAPITALIZAÇÃO	96
DILUIÇÃO	98
Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações	99
ANEXO	101
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	105
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2017, QUE APROVA A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA E SUA ENTRADA NO NOVO MERCADO	131
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2017 APROVANDO A OFERTA PRIMÁRIA.....	137
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.....	145
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO WP FIP 21 DE JULHO DE 2017 APROVANDO A OFERTA SECUNDÁRIA.....	151
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	157
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	165
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015, 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 28 DE FEVEREIRO DE 2017.....	553
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REVISADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MAIO DE 2017	683

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Camil" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Camil Alimentos S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" deste Prospecto.

Acionistas Controladores	A Camil Investimentos S.A., em conjunto com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Sr. Luciano Maggi Quartiero.
Acionistas Vendedores	WP FIP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Significa os Srs. Jacques Maggi Quartiero, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.083.508-06 e Thiago Maggi Quartiero, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.815.418-70.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
B3	B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (<i>Compound Annual Growth Rate</i>).
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia ou Camil	Camil Alimentos S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Costeño	Costeño Alimentos SAC.

CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras e em suas informações financeiras intermediárias, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de serviços (considerando as operações continuadas e descontinuadas). O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia atualmente vigente.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia na data deste Prospecto, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – <i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escriuradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2017, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2017/CVM/SRE, divulgado em 06 de março de 2017.
PIB	Produto Interno Bruto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as regras e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, normatizados e fiscalizados pelo CFC.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
Tucapel	Tucapel S.A.
WP FIP	WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Camil Alimentos S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.904.295/0001-03 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP, sob o NIRE 35.300.146.735.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141, Vila Anastácio, CEP 05093-902.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar (entrada Rua Ofélia s/n – Edifício Eldorado Business Tower), CEP 05425-070, Pinheiros. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Flávio Jardim Vargas. O telefone do departamento de relações com investidores é (11) 3039-9200 e o seu endereço eletrônico é ri@camil.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Código de Negociação das Ações na B3	As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 sob o código "CAML3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website da Companhia	http://www.camilalimentos.com.br . As informações constantes do website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.
Responsável pelo Prospecto	Flávio Jardim Vargas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, aos seguintes:

- Rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados de financeiro e de capitais;
- instabilidade política no Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, condições políticas, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- efeitos da crise financeira global nos mercados geográficos nos quais operamos;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento, fabricação e posterior comercialização de produtos;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de projetos da Companhia;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) custo de aquisição de matérias primas; (ii) de operação e manutenção; (iii) encargos regulatórios e ambientais; e (iv) contribuições, taxas e impostos;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao nosso setor de atuação, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação;
- a liquidez das ações de nossa emissão;
- nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos em termos adequados; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser baseada somente nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DE NOSSAS INFORMAÇÕES. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE NOSSA COMPANHIA ESTÃO NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 165, NOS TERMOS DO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. ESTE SUMÁRIO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES. ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE TODO ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO", "PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA", "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" NAS PÁGINAS 6, 19 E 88 DESTE PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES "3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS", "4. FATORES DE RISCO" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES", RESPECTIVAMENTE, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, ALÉM DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS, ANEXAS A ESTE PROSPECTO. SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO, OS TERMOS "NÓS", "NOS", "NOSSOS/NOSSAS" E "COMPANHIA" REFEREM-SE À CAMIL ALIMENTOS S.A. E SUAS CONTROLADAS E SUBSIDIÁRIAS.

VISÃO GERAL

Com mais de 50 anos de história, somos uma das maiores empresas de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e da América do Sul¹, detendo posição de liderança nos segmentos e países em que atuamos. Nossas atividades incluem a industrialização, comercialização e distribuição de grãos (principalmente, arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, conforme demonstrado abaixo.

Fontes: Ranking Valor Econômico 1.000 2016 e Melhores e Maiores 2016 – Exame.

Nosso portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, nos permite ocupar uma posição de liderança em todos os nossos mercados de atuação. Lideramos o *ranking* e possuímos participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. A tabela abaixo apresenta informações sobre nosso *market share* e *Top of Mind* nos principais produtos e países:

Produto	Principais Marcas	Participação no mercado⁽¹⁾	Ranking	Top of Mind
Brasil				
Arroz	Camil	17% (31% em São Paulo ⁽³⁾) ⁽²⁾	#1 ⁽²⁾	65% para a marca Camil ⁽⁴⁾
Açúcar	União da barra	36% ⁽⁵⁾	#1 ⁽⁵⁾	84% para a marca União ⁽⁶⁾
Pescados Enlatados	Coqueiro Pescador	45% (em sardinhas) ⁽⁵⁾ 24% (em atum) ⁽⁵⁾	#1 (sardinha) ⁽⁵⁾ #2 (atum) ⁽⁵⁾	65% para a marca Coqueiro em sardinha ⁽⁷⁾ 56% para a marca Coqueiro em atum ⁽⁷⁾
Uruguai				
Arroz	Saman	42% ⁽⁸⁾	#1 ⁽⁸⁾	n/a
Chile				
Arroz	Tucapel Banquete	33% ⁽⁹⁾	#1 ⁽⁹⁾	50% ⁽¹⁰⁾
Peru				
Arroz	Costeño Paisana Hoja Redonda	47% ⁽¹¹⁾	#1 ⁽¹¹⁾	72% ⁽¹²⁾

Fonte: Nielsen

⁽¹⁾ Porcentagens indicam nossa participação de mercado considerando todas as nossas marcas em cada categoria de produto.

⁽²⁾ Fonte: Nielsen/Scantrack, maio de 2017.

⁽³⁾ Considerando a região metropolitana de São Paulo.

⁽⁴⁾ Fonte: *Top of Mind Camil Ipsos*, 2016. Considerando São Paulo.

⁽⁵⁾ Fonte: Nielsen/Retail Index, maio de 2017.

⁽⁶⁾ Fonte: *Top of Mind União Vermeer*, 2016.

⁽⁷⁾ Fonte: *Top of Mind Coqueiro Brand Analytics*, 2014.

⁽⁸⁾ Fonte: Relatório Anual da Safra 2015/2016, Comissão do setor de Arroz Uruguai. (*Percentual de participação de área plantada em hectares por produtor*).

⁽⁹⁾ Fonte: Nielsen/Scantrack, Dezembro 2016 e Market Research Cadem, Dezembro 2016.

⁽¹⁰⁾ Fonte: Market Research Cadem, Dezembro 2016.

⁽¹¹⁾ Fonte: Kantar World Panel / Relatório Primeiro Semestre 2016.

⁽¹²⁾ Fonte: Mercadeo & Opinion S/A / Top of Mind Abril/16.

Possuímos 29 (vinte e nove) unidades de processamento e também 18 (dezoito) centros de distribuição na América do Sul. Temos 14 (quatorze) unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, possuímos 8 (oito) plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, 3 (três) no Chile, 3 (três) no Peru e 1 (uma) na Argentina. Nossa capacidade de produção anual é de 1.760 mil toneladas de grãos, 727 mil toneladas de açúcar e cerca de 60 mil toneladas de pescado. No Brasil, atendemos aproximadamente 20.000 clientes por meio de nossa força de vendas e plataformas de distribuição, que também permite que nossos produtos estejam presentes em, aproximadamente, 285.000 pontos de venda, de acordo com a Nielsen. Adicionalmente, exportamos nossos produtos para mais de 50 países.

Apresentamos um histórico consistente de crescimento e ampliação de nossa participação de mercado no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul, tanto com crescimento orgânico quanto por meio de aquisições estratégicas por meio da diversificação de nossa atuação geográfica e categorias de produtos. Nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, e nos períodos de três meses encerrados em 31 de maio de 2017 e 2016, atingimos uma receita líquida de vendas e serviços de R\$3.675,8 milhões, R\$4.228,9 milhões, R\$4.947,7 milhões, R\$1.225,6 milhões e R\$1.136,2 milhões, respectivamente, representando um CAGR da receita de 16,0% e uma Margem EBITDA de 9,8%, 10,0%, 11,1%, 10,4% e 11,1%, respectivamente. Nos últimos seis exercícios sociais, entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2017, nossa margem de EBITDA como percentual da Receita Líquida de vendas e serviços manteve-se estável entre 9,8% e 11,7%, mesmo enfrentando o período de desaquecimento econômico e alta da inflação de referido período.

Nosso modelo de negócio é baseado em:

- marcas tradicionais, reconhecidas e líderes em participação de mercado resultando na comercialização de nossos produtos a um prêmio de preço entre 5% e 10% acima dos preços médios, respectivamente nos mercados de arroz e açúcar², devido à nossa qualidade, ao contínuo trabalho e ao constante investimento na consolidação da posição *Top of Mind* de tais marcas;
- posicionamento diferenciado na cadeia de valor, operando desde a industrialização até a distribuição e *marketing* de nossos produtos. Nossa atuação nos estágios de maior valor agregado da cadeia e a operação em grande escala permitem que operemos de maneira resiliente, minimizando nossa exposição à variação de preços dos insumos e permitindo o repasse de eventuais flutuações de preços do mercado de *commodities* ao consumidor final, diminuindo o impacto da volatilidade em nossa margem;
- presença em diversas categorias sinérgicas de produtos, reduzindo nossa exposição a eventuais oscilações em segmentos específicos e nos possibilitando desenvolver e oferecer a nossos clientes um portfólio de produtos mais variado e complementar. Adicionalmente, a diversidade de produtos complementares nos permite ter ganhos de escala, essencialmente importantes no segmento de alimentos tanto para a negociação com clientes, quanto na otimização da nossa estrutura logística e de distribuição;
- proximidade com clientes (que incluem desde pequenos e médios varejistas até as principais redes atacadistas) por meio da nossa força de vendas e plataformas de distribuição capazes de mapear, identificar e atender as necessidades específicas de cada região e de uma plataforma sólida de distribuição composta por 18 centros de distribuição e 29 unidades de processamento estrategicamente localizados com ampla capilaridade e cobertura nacional nos países em que operamos, o que nos garante distinta eficiência logística e atendimento das demandas de diferentes tipos de clientes. O mapa abaixo demonstra a abrangência de nossa presença por meio de nossa plataforma de distribuição atual;

⁽²⁾ Fontes: AC Nielsen nos últimos 6 anos.



- (1) A planta de Santa Cruz produz tanto arroz quanto açúcar.
 (2) Considera duas plantas operadas pela Raízen.
 (3) Dois dos centros de distribuição localizam-se junto a plantas industriais.
 Fonte: Companhia

- cobertura nacional e capilaridade de distribuição de nossos produtos, que também permite alcançarmos uma proximidade com o consumidor final, atendendo aproximadamente 20.000 clientes e, aproximadamente, 285.000 pontos de vendas no Brasil. Nossa equipe própria de vendas, formada, no Brasil, por 807 profissionais, entre vendedores, promotores e supervisores, tem como meta buscar espaços privilegiados junto às principais redes varejistas e atacadistas, realçando a visibilidade de nossos produtos. Além disso, a variedade de nosso portfólio de produtos, aliada ao amplo alcance de nossa distribuição, nos permite atender diferentes preferências dos consumidores e reforçar a sua fidelidade, atendendo simultaneamente às necessidades de clientes distintos de todas as classes de renda.

Atuamos em mercados relevantes no setor de alimentos na América do Sul, nos quais acreditamos haver uma perspectiva positiva, suportada pela retomada do crescimento econômico, aumento da população e fortalecimento de tendências favoráveis nos hábitos de consumo. Atualmente, possuímos operação nas categorias (i) arroz, (ii) feijão, (iii) açúcar e (iv) pescados.

No Brasil, a indústria de arroz tem apresentado volumes de produção estáveis, ao redor de 12 milhões de toneladas/ano, considerando as últimas 5 (cinco) safras, posicionando o país como o 9º maior produtor mundial, segundo o CONAB. Em termos de consumo, o Brasil aparece na 10ª posição, com um consumo *per capita* de aproximadamente 40 kg/ano, movimentando cerca de R\$21,1 bilhões em faturamento em 2016. Esta indústria possui elevado grau de fragmentação e caracteriza-se por uma demanda altamente resiliente e taxas de crescimento estáveis, pautada pela identidade cultural brasileira. Nos demais países da América do Sul em que atuamos (Peru, Chile e Uruguai), os volumes de consumo anual são de, aproximadamente, 3,3 milhões de toneladas no Peru e de 197 mil de toneladas no Chile e produção total de 1,3 milhão de toneladas no Uruguai. Destes países, Peru e Chile possuem produção voltada ao abastecimento do mercado interno, enquanto a produção no Uruguai é, em sua grande maioria, destinada à exportação.

Ainda, as vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

A indústria de feijão no Brasil, por sua vez, movimentou 3,4 milhões de toneladas e cerca de R\$21,3 bilhões em faturamento em 2016. Assim como o arroz, a indústria também se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural brasileira e estabilidade de oferta. Ambos os mercados (arroz e feijão) possuem alto grau de fragmentação com a participação de pequenos, médios e grandes *players*, sendo que as 5 maiores empresas beneficiadoras de arroz representavam 40,5% do mercado, enquanto as 5 maiores empresas beneficiadoras de feijão representavam 29,2% do mercado, em maio de 2017.

Com relação à indústria de açúcar, o Brasil possui posição de destaque tanto na produção quanto no consumo, sendo o maior produtor, o maior exportador e um dos maiores consumidores globais. No Brasil, o consumo de açúcar foi de aproximadamente 11 milhões de toneladas³ e o consumo médio *per capita* foi de 57 kg⁴ (aproximadamente 2,7x superior à média mundial). O mercado doméstico caracteriza-se por apresentar demanda resiliente e alto grau de concentração, com as cinco maiores empresas de açúcar refinado detendo, juntas, 77,6% do mercado, em março de 2017. Essa indústria caracteriza-se pelo crescimento por meio do aumento da população, aumento do poder de compra dos consumidores e do crescimento do consumo de alimentos industrializados resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

Finalmente, em referência à indústria de pescados em conserva no Brasil, esta vem apresentando crescimento forte e consistente nos últimos anos, com as vendas nacionais de sardinha e atum em conserva movimentando 117 mil toneladas e totalizando R\$2,8 bilhões em faturamento em 2016. Apesar do consumo de pescados ter apresentado o maior crescimento dentre as principais fontes de proteína animal no país (CAGR entre 2009 e 2013 de 4,0% ante 2,1%, 1,8% e 1,4% para carne de frango, bovina e suína, respectivamente), o consumo *per capita* no Brasil (9,7 kg em 2013) ainda está abaixo do consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde, de 12,0 kg, o que indica relevante espaço para crescimento. Neste contexto, a indústria possui importantes vetores de desenvolvimento, com a demanda sendo impulsionada principalmente pelo aumento dos níveis de renda e mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, como a crescente busca por alimentos mais saudáveis e com maior valor nutricional, além da diversificação das fontes de proteína. Essa indústria caracteriza-se pela concentração das vendas no varejo no segmento de pescados enlatados, com as duas principais empresas do setor detendo, juntas, 89,4% de participação das vendas no varejo (em volume).

Possuímos um sólido histórico de aquisições, iniciado a partir de 2001 com a aquisição das marcas Pai João e Príncipe, líderes no Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente, e aquisições de unidades industriais localizadas em Recife, Camaquã e próximo ao Rio Grande, além de Centros de Distribuição nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

⁽³⁾ No ano de 2016.

⁽⁴⁾ Média entre os anos de 2013 e 2015.

A estratégia de diversificação internacional começou, em 2007, por meio da aquisição da Saman no Uruguai, líder de mercado e maior exportador de arroz uruguaio⁵, seguida da aquisição da Tucapel no Chile em 2009, atualmente a marca líder de vendas e *share of mind*⁶. Em 2011, adquirimos a Costeño no Peru e em 2014, a marca Paisana, respectivamente primeira e segunda maiores marcas de arroz empacotado no país⁷, consolidando a liderança nesta categoria.

A estratégia de diversificação para outras categorias iniciou-se, em 2011, com a aquisição das marcas “Coqueiro”, “Pescador” e “Alcyon” no segmento de pescados enlatados (atum e sardinha) no Brasil e exterior. Em 2012, adquirimos a marca “União”, líder no segmento de açúcar refinado⁸ e com mais de 100 anos de atuação no Brasil, trazendo maior escala e novos produtos à Companhia.

Acreditamos que a combinação de (i) liderança de marca em diversas categorias de produtos; (ii) extensa plataforma de distribuição; (iii) modelo de negócio sólido e resiliente; e (iv) comprovado aumento de resultado operacional com rentabilidade, nos colocam em posição privilegiada para capturar o potencial de crescimento do setor de alimentos na América do Sul, tanto organicamente como por meio de aquisições.

No período de seis anos entre o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2011 e o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, nossa receita líquida de vendas e serviços passou de R\$1.407 milhões para R\$4.947,7 milhões (uma taxa de crescimento anual composta de, aproximadamente, 23%), nosso EBITDA passou de R\$142 milhões para R\$547,0 milhões (uma taxa de crescimento anual composta de, aproximadamente, 25%), enquanto, no mesmo período, o produto interno bruto cresceu apenas, aproximadamente, 7,7% (em termos nominais), sendo que, em particular, entre os anos de 2015 e 2016, houve uma retração de 7,2%, a maior já verificada na história recente da economia brasileira.

⁽⁵⁾ Fonte: Cosecha (2015/2016).

⁽⁶⁾ Fonte: Cadem (dezembro/2016).

⁽⁷⁾ Fonte: Kantar (março/2017).

⁽⁸⁾ Fonte: Nielsen Retail Index (maio/2017).

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas informações financeiras e operacionais para os exercícios encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e para os períodos de três meses findos em 31 de maio de 2016 e 2017:

	Exercícios encerrados em 28/29 de fevereiro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de maio de	
	2015	2016	2017	2016	2017
(em milhões de Reais, exceto se de outra forma indicado)					
INDICADORES FINANCEIROS					
Receita bruta de vendas e serviços.....	4.192,5	4.883,0	5.725,9	1.310,5	1.427,4
Receita líquida de vendas e serviços.....	3.675,8	4.228,9	4.947,7	1.136,2	1.225,6
Segmento alimentício Brasil....	2.600,6	2.935,3	3.683,3	804,5	931,0
Segmento alimentício Internacional	1.075,2	1.293,6	1.264,5	331,7	294,5
EBITDA⁽¹⁾	361,3	422,9	547,0	126,5	127,3
Margem EBITDA⁽²⁾	9,8%	10,0%	11,1%	11,1%	10,4%
Lucro líquido.....	105,0	110,8	201,5	50,8	61,2
Margem Líquida⁽³⁾	2,9%	2,6%	4,1%	4,5%	5,0%
Dívida Bruta⁽⁴⁾	1.294,4	1.490,2	1.657,3	1.338,8	1.398,6
<i>Curto prazo</i>	340,3	576,9	780,2	651,8	608,8
<i>Longo prazo</i>	954,1	913,3	877,1	687,0	789,8
Dívida líquida⁽⁵⁾.....	898,6	998,1	1.013,7	1.002,7	1.107,8
Patrimônio Líquido	1.143,8	1.426,4	1.360,7	1.411,7	1.341,5
INDICADORES OPERACIONAIS					
Volumes (em mil toneladas)					
<i>Grãos.....</i>	1.177	1.199	1.260	277	333
<i>Açúcar</i>	591	545	550	132	150
<i>Pescado</i>	32	37	40	8	8

(1) EBITDA é calculado de acordo com as diretrizes da Instrução CVM 527 e corresponde ao lucro líquido do exercício ou período antes dos impostos de renda e contribuição social das receitas e despesas financeiras e acrescido das despesa e custos de amortização e depreciação. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, medida operacional, ou fluxos de caixa operacionais, ou, ainda, medida de liquidez, ou base para distribuição e dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA funcione como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. Para uma reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA da Companhia vide Seção “3.2 Medições não contábeis” do Formulário de Referência.

(2) A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

(3) A Margem líquida refere-se ao lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

(4) A dívida bruta corresponde à soma dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. Os Administradores da Companhia entendem que a medição da Dívida Bruta é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Para reconciliação da dívida líquida vide Seção “3.2 Medições não contábeis” do Formulário de Referência.

(5) A dívida líquida corresponde à soma dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos do ativo circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. Os Administradores da Companhia entendem que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Para reconciliação da dívida líquida vide Seção “3.2 Medições não contábeis” do Formulário de Referência.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Marcas líderes e de forte reconhecimento no setor de alimentos na América do Sul.

Possuímos um portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos, resultado da nossa experiência, sólida estratégia de marketing, *know-how* e abrangência nacional nos países nos quais atuamos. No Brasil, ocupamos a 1ª posição no mercado de arroz com uma participação de 17%⁹, tendo nossa marca "Camil" 65% de *Top of Mind*¹⁰. No mercado de açúcar refinado também somos líderes no Brasil com uma participação de mercado de 36%¹¹, tendo nossa marca "União" 84% de *Top of Mind*¹². No mercado de pescados enlatados, ocupamos a 1ª posição em termos de participação de mercado¹³ para sardinha e a 2ª posição para atum, com 45% e 24%, respectivamente, tendo nossa marca "Coqueiro" 65% e 56% de *Top of Mind*¹⁴ em sardinha e atum, respectivamente. No Uruguai, a marca de arroz "Saman" é a primeira em termos de participação de mercado com 42%¹⁵. No Chile, ocupamos a 1ª posição no mercado de arroz com uma participação de 33%¹⁶, tendo nossa marca "Tucapel" 50% de *Top of Mind*¹⁷. No Peru, também ocupamos a 1ª posição no mercado de arroz empacotado com uma participação de 47%¹⁸, tendo nossa marca "Costeño" 72% de *Top of Mind*¹⁹.

Nossas marcas possuem tradição e amplo reconhecimento por consumidores em suas respectivas categorias de produtos e regiões onde operamos, o que nos permite obter um prêmio no preço de nossos produtos entre 4% e 18% acima dos preços médios nos mercados de arroz e no açúcar, respectivamente, nos últimos 6 anos²⁰.

Plataforma de distribuição com ampla capilaridade e sólido relacionamento com nossos clientes.

Nossa plataforma de distribuição consiste em 18 centros de distribuição e também 29 unidades industriais, das quais 6 também realizam distribuição, geograficamente localizados próximos aos principais polos de consumo e canais de importação e exportação no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Argentina. Por meio dessa plataforma, comercializamos nossos produtos para mais de 330²¹ mil pontos de venda, que compreendem as principais redes varejistas e atacadistas nos países em que atuamos, assim como pequenos e médios varejistas, incluindo supermercados, restaurantes, cozinhas industriais e clientes institucionais. No Brasil, nosso volume é vendido para os canais²² Varejo (49%), *Cash & Carry* (27%), Atacado (18%) e Distribuidor (6%), o último sendo o responsável pela pulverização da distribuição da marca Coqueiro. O atendimento aos canais de vendas mencionados é feito pela equipe direta de forma ágil e pessoal, possibilitando o desenvolvimento de um relacionamento sólido e de longo prazo com nossos clientes.

(9) Fonte: Nielsen Scantrack (maio/2017).

(10) Fonte: Top of Mind Camil Ipsos, 2016. Considerando São Paulo.

(11) Fonte: Nielsen Scantrack (maio/2017).

(12) Fonte: Top of Mind União Vermeer, 2016.

(13) Fonte: Nielsen Retail Index (maio/2017).

(14) Fonte: Top of Mind Coqueiro Brand Analytics, 2014.

(15) Fonte: Relatório Anual da Safra 2015/2016, Comissão do setor de Arroz Uruguai. (Percentual de participação de área plantada em hectares por produtor).

(16) Fonte: Nielsen Scantrack (maio/2017).

(17) Fonte: Market Research Cadem, Dezembro 2016.

(18) Fonte: Nielsen Scantrack (maio/2017).

(19) Fontes: Mercadeo & Opinion S/A / Top of Mind Abril/16.

(20) Fonte: Nielsen.

(21) Fonte: Distribuição Numérica Nielsen Brasil, Chile, Peru.

(22) Painel Histórico de Vendas: Safra 2016/17.

Nossa plataforma de distribuição nos confere ampla capilaridade e cobertura nos mercados onde operamos, permitindo que a distribuição dos nossos produtos seja realizada de maneira eficiente, com economias de escala, agilidade, flexibilidade e, conseqüentemente, proximidade e acesso a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes. Acreditamos que podemos nos beneficiar desta plataforma de distribuição já consolidada tanto para incluir novos produtos, quanto para expandir nossas áreas geográficas de atuação, o que nos posiciona de maneira diferenciada para aproveitar o potencial de crescimento orgânico e de consolidação em curso no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul.

Modelo de negócio sólido e resiliente. Nosso modelo de negócio é baseado em três pilares. O primeiro é nosso amplo portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos, o segundo, nossa sólida plataforma de distribuição com abrangência geográfica e de mercado consumidor e o terceiro, nosso foco operacional nas fases da cadeia produtiva de maior valor agregado, principalmente beneficiamento, processamento, empacotamento e comercialização. Este posicionamento na cadeia produtiva, junto com o nosso amplo portfólio de diversos produtos e marcas, reduz nossa exposição à volatilidade de preço e volume, o que nos permite repassar as variações de custos aos preços finais de nossos produtos, preservando a manutenção de nossas margens, ainda que sob condições econômicas adversas. Nos últimos três exercícios sociais, entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2017, nossa Margem EBITDA manteve-se estável entre 9,8% e 11,1%, face à retração de 7,2% do produto interno bruto brasileiro nos anos de 2015 e 2016.

Capacidade comprovada de identificar, adquirir e integrar com sucesso aquisições estratégicas. Nos últimos 15 anos, implementamos uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a fim de ampliar nosso portfólio de marcas, categorias de produtos e áreas de atuação geográfica. Neste processo, a partir de 2007, expandimos as operações de arroz para Uruguai, Chile e Peru e, no Brasil, agregamos ao nosso portfólio as categorias de pescados enlatados com as marcas "Coqueiro" e "Pescador" e de açúcar com as marcas "União" e "Da Barra", além de outras de relevância regional. O aprimoramento industrial, *blend* de produtos e nossa capacidade de precificação fazem com que as empresas adquiridas tenham significativo crescimento de qualidade e presença no mercado. As diversas aquisições estratégicas que realizamos contribuíram significativamente para o incremento do nosso resultado devido, principalmente, à capacidade de identificar, adquirir e integrar com sucesso estruturas e operações novas ao nosso modelo de negócio, de forma rápida e sem prejudicar a qualidade e competitividade de nossas demais marcas e produtos. Nosso processo de integração permitiu alcançar aumento de eficiência operacional nas empresas adquiridas, mediante aproveitamento de sinergias, racionalização de custos e despesas e economias de escala à medida que mais marcas, produtos, centros de distribuição e plantas foram incluídos em nosso modelo de negócio. Acreditamos que nossa ampla e comprovada experiência adquirida nesses processos confere uma posição única para não somente identificar corretamente possíveis aquisições como, principalmente, para integrá-las rapidamente a nosso modelo de negócio, proporcionando ganhos de escala e eficiência. A diversidade de negócios, além de reduzir o risco e aumentar a sinergia estrutural e de custos, permite maior *expertise* em diferentes modelos de distribuição, suprimentos e maior força junto ao *trade marketing*, por meio de iniciativas de *cross selling*.

Histórico de boas práticas de governança corporativa e administração profissionalizada.

Possuímos uma administração experiente e profissionalizada e apresentamos historicamente padrões de governança corporativa que nos diferenciam nos mercados em que atuamos. Desde 2008, possuímos um Conselho de Administração composto por membros independentes e somos auditados por reconhecida empresa de auditoria há mais de 20 anos. No final da década de noventa tivemos nosso primeiro contato com um fundo de *private equity* e, desde 2011, possuímos fundos de *private equity* como acionistas relevantes, atuando em conjunto com nossos controladores nas decisões estratégicas da Companhia. Atualmente, um fundo gerido pelo Warburg Pincus, um dos maiores gestores de *private equity* dos Estados Unidos, detém 31,75% de nosso capital social e ocupa dois assentos em nosso Conselho de Administração. Como resultado da experiência de convivência com investidores, desenvolvemos um modelo de gestão e governança ágil, transparente e eficiente que nos permitiu implementar nossas estratégias com profissionalismo, precisão e segurança.

Nossa Estratégia

Nosso principal objetivo é fortalecer a nossa posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul, que acreditamos ser fruto de nosso modelo de negócio baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos e plataforma sólida de distribuição nas regiões onde operamos, aliado à gestão eficiente de nossas operações. Para tanto, pretendemos implementar as seguintes estratégias:

Ampliar nossa liderança de marcas e participação no mercado brasileiro de arroz e feijão. Nos últimos 6 anos, aumentamos significativamente nossa participação no mercado de arroz no Brasil, representando um *market share* de 17% em maio de 2017. Esse mercado é altamente fragmentado e tem se direcionado à consolidação. Em maio de 2017, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, que são mercados mais concentrados, as cinco principais empresas atuantes nestas regiões detinham, em conjunto, 58,8% e 62,5% de participação de mercado, respectivamente, e, no Brasil, as cinco principais empresas de arroz detinham, em conjunto, 40,6% de participação. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, maiores centros consumidores do Brasil, nossa participação no mercado de arroz é de 31% e 23,8%, respectivamente. Nossas participações nos mercados de arroz da região sudeste e sul/centro-oeste são de 19,7% e 4,0%, respectivamente²³.

Pretendemos utilizar nossa posição de liderança já consolidada no mercado de São Paulo e Rio de Janeiro, a força de nossa marca líder "*Camil*", nossa sólida estrutura de distribuição e a experiência bem-sucedida em aquisições e integração de diferentes operações para (i) crescer nas regiões onde já atuamos, ampliando nossa liderança no mercado brasileiro de arroz e feijão; e (ii) ganhar participação em regiões onde possuímos participação de mercado com pouca relevância, como o interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

⁽²³⁾ Fonte: Nielsen, Scantrack, Maio/2017.

Continuar a expandir nossas operações no Brasil e demais países onde atuamos.

Suportados por nossas atuais plantas industriais, pelas sinergias e ganhos de escala proporcionados pela força de nossas marcas e abrangência de nossa plataforma de distribuição, pretendemos manter nosso forte crescimento orgânico expandindo nossa atuação nas categorias de produtos e regiões em que já operamos, aumentando a nossa eficiência operacional. No Brasil, no segmento de pescados enlatados temos obtido ganhos em participação de mercado de 4 p.p.²⁴ e nossas marcas “Coqueiro” e “Pescador” nos colocam em uma posição privilegiada para capturarmos parte substancial desse crescimento. Adicionalmente, nossa marca “União” apresenta oportunidades de utilização em outros segmentos que tenham afinidades com o mercado de açúcar, como por exemplo adoçantes, café, leite condensado, doces e produtos saudáveis. No mercado peruano, onde 86% da comercialização de arroz ainda é feita a granel²⁵, dada a nossa liderança absoluta no mercado de arroz empacotado no Peru, podemos nos beneficiar da crescente migração da comercialização a granel para produtos empacotados e de maior valor agregado.

Ampliar nosso portfólio de marcas e produtos em novas categorias com potencial de crescimento mediante aquisições seletivas e estratégicas.

Temos a intenção de aplicar nossa comprovada capacidade de identificar, adquirir e integrar operações e ativos estratégicos na expansão de nosso portfólio de marcas e produtos no Brasil e na América do Sul, seja por aquisições, projetos brownfield ou aquisições de marcas, dando preferência para líderes em top of mind e market share. Pretendemos buscar a extensão de linha de nossos produtos mediante aquisições de empresas ou ativos que atuem em mercados de produtos alimentícios não-percíveis com potencial de crescimento que apresentem sinergia com aquelas de nosso atual portfólio e agreguem ganhos de escala ao nosso modelo de negócio, tais como farináceos, enlatados, cafés, biscoitos, massas, entre outros.

Fortalecer nossa plataforma de suprimentos, distribuição e vendas e manter nossa administração operacional eficiente.

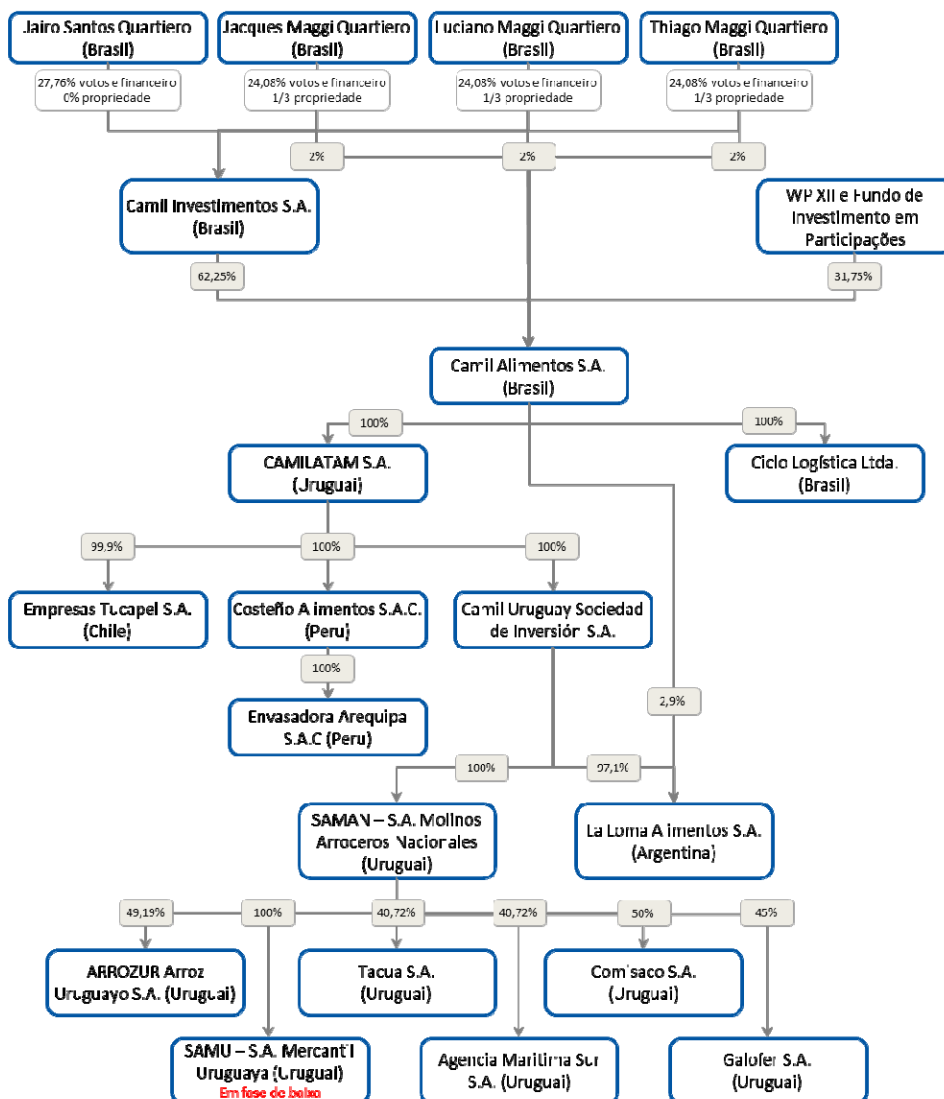
Nossa atividade depende de uma plataforma de distribuição ampla e estruturada. Pretendemos continuar investindo no treinamento e capacitação de nosso time de vendas, assim como no fortalecimento de nossa estrutura de vendas e distribuição. Administramos nossas atividades de forma eficiente, integrada e com baixo custo. Pretendemos ampliar nossa eficiência por meio de ganhos de escala na cadeia de suprimentos e logística e por meio da ampliação da nossa cobertura e presença nas regiões em que atuamos. Pretendemos reforçar nossas parcerias com grandes e médios varejistas para promoções e outras ações de *marketing* e adotar uma estratégia logística diferenciada, aliando nossa estratégia de *marketing* e comunicação com à distribuição eficiente de nossos produtos.

Estrutura Societária e Bloco de Controle

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é composto de 369.051.876 ações ordinárias, nominativas, escriturais. O organograma abaixo apresenta a atual estrutura societária da Companhia.

⁽²⁴⁾ Fonte: Nielsen, Retail Index, Safra 16/17 vs 15/16.

⁽²⁵⁾ Fonte: Kantar WorldPanel



* Desconsidera participações detidas pela Camil Investimentos e seus respectivos acionistas em outras sociedades.

O atual acordo de acionistas da Companhia foi celebrado entre (i) a Camil Investimentos S.A.; (ii) o Sr. Jacques Maggi Quartiero; (iii) o Sr. Luciano Maggi Quartiero; (iv) o Sr. Thiago Maggi Quartiero; e (v) o WP FIP; e, ainda, como intervenientes anuentes, (vi) a Companhia; e (vii) o Sr. Jairo Santos Quartiero.

Referido acordo de acionistas estará em vigor na data em que a presente Oferta for lançada e deixará de vigorar na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Camil Investimentos S.A. passará à condição de acionista controladora exclusiva da Companhia, não tendo tal acordo de acionistas efeito algum para investidores no âmbito da Oferta.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que afetam a Companhia. Para mais informações sobre os fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar e o item 4 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar.

Poderemos não ser capazes de implementar com sucesso nossa estratégia de expansão, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e o valor das ações de nossa emissão.

Temos como estratégia a expansão de nossos negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, inclusive crescimento em categorias de produtos, regiões e países diferentes daqueles em que atuamos. O processo de integração de qualquer negócio adquirido pode nos sujeitar a determinados riscos, incluindo, mas não se limitando a:

- custos que não foram antecipados e atrasos;
- oposição dos nossos credores e acionistas;
- integração de empresas, novas linhas de negócios e culturas de gestão diferentes;
- integração de novas marcas e produtos ao seu portfólio;
- integração de novos beneficiadores, vendedores ou distribuidores;
- exclusão de estruturas organizacionais consideradas redundantes;
- funcionamento em novos mercados e áreas geográficas;
- necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo dos nossos administradores no dia a dia das atividades operacionais;
- necessidade de lidar com novas matérias-primas, fornecedores e clientes;
- retenção, contratação e treinamento de pessoal-chave; e
- obtenção de todas as autorizações necessárias em tempo hábil, incluindo de autoridades de defesa da concorrência e demais autoridades.

Adicionalmente, podemos vir a descobrir contingências, passivos ou riscos regulatórios, políticos ou econômicos, não identificados anteriormente, por meio de auditoria, em empresas adquiridas, em relação às quais poderemos ser responsabilizados, inclusive, na qualidade de sucessora. Os tribunais brasileiros têm entendido que o acionista controlador, a entidade sucessora de outra sociedade, a sociedade receptora de ativos de outra sociedade e empresas de um mesmo grupo econômico ou societário podem ser responsáveis por obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais, referentes a direitos do consumidor e ambientais de empresas ligadas, adquiridas ou que anteriormente detinham seus ativos, conforme o caso.

Não é possível assegurar que conseguiremos aproveitar as oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo em nosso futuro. Nossa incapacidade de consumir aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade em integrar nossas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode nos afetar adversamente. Ainda, caso venhamos incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser negativamente afetados.

A identidade e reputação de nossas marcas são essenciais para o sucesso de nosso negócio. Podemos não conseguir manter a reputação e o reconhecimento de nossas marcas ou desenvolver novas marcas com sucesso, o que poderá nos afetar adversamente.

Nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de nossa margem e da posição competitiva de nossos produtos. Nossos negócios e nossa estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de nossas marcas. Temos a intenção de expandir nosso negócio também com a aquisição de linhas de negócios complementares às nossas operações e desenvolver marcas dentro dessas linhas de negócios. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atuamos, dependemos significativamente de nossa capacidade de desenvolver negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade de nossos produtos. Podemos ser adversamente afetados caso não tenhamos sucesso em atingir esses objetivos, ou em caso de potencial conflito de interesses entre marcas próprias (*private labels*) dos canais de distribuição, ou caso nossa reputação e/ou a qualidade dos nossos produtos, de alguma forma, sejam prejudicados, questionados ou, ainda, se a capacidade do mercado absorver o prêmio cobrado pelos nossos produtos sofrer diminuição ou deixar de existir por completo. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume de nossas vendas e redução de nossa margem, causando efeito adverso relevante na nossa receita, no nosso resultado financeiro e na nossa imagem.

Parcela relevante da nossa dívida bruta vencerá nos próximos anos, sendo que nossos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários contêm ou podem vir a conter cláusulas restritivas. Nossa incapacidade de quitar nosso endividamento tempestivamente, observar as restrições contratuais e obter capital adicional necessário para nosso crescimento futuro, poderá afetar adversamente nossos negócios, a capacidade de honrar nossas obrigações, bem como nossa situação financeira.

Em 31 de maio de 2017, nossa dívida bruta consolidada (composta de empréstimos, financiamentos, debêntures circulante e não circulante e instrumentos financeiros passivos) era de R\$1.398,6 milhões, sendo 97% de seu endividamento com vencimento nos próximos 5 (cinco) anos: R\$608,8 milhões a vencer em 2018, R\$162,4 milhões a vencer em 2019, R\$341,2 milhões a vencer em 2020, R\$240,2 milhões a vencer em 2021, R\$32,2 milhões a vencer em 2022, R\$13,8 milhões a vencer após 2022.

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a nossa capacidade e a capacidade de nossas controladas de contrair ou garantir dívidas adicionais, exigindo observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre nossos ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, emitir ou vender participações acionárias em empresas controladas, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Os índices financeiros que devem ser mantidos pela Companhia nos referidos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários estão detalhados no Formulário de Referência. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros.

Além disso, poderemos precisar levantar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. Não podemos assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente nossa liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos nossos resultados, prejudicar nossa capacidade de implementar nosso plano de investimento e nossa estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e nossas atividades.

Caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados com nossa alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante nossa capacidade de honrar as nossas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, nossos ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar nossa capacidade de investir em nossas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando nossa condição financeira, o resultado de nossas operações e nossa estratégia de expansão.

A interrupção ou perda de certas plantas industriais, nossas ou de terceiros, pode nos afetar negativamente.

Possuímos 29 plantas industriais espalhadas pelos cinco países em que atuamos, voltadas para processamento, beneficiamento ou empacotamento de nossos produtos. Ademais nossos produtos também são processados e/ou empacotados por terceiros. A interrupção ou perda de plantas industriais, em virtude de acidentes, desastres naturais ou outros fatores sobre os quais não temos qualquer controle, bem como decorrentes de interrupções nos sistemas de informação ou no fornecimento de energia elétrica, greve ou paralização de empregados podem reduzir ou paralisar parte de nossa produção, afetando de maneira adversa nossas operações e nossa condição financeira.

Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 17 de julho de 2017, foi registrada na CVM a Oferta Pública de Distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., que tiveram como lastro direitos creditórios representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia. Na série A foram emitidas 238.020 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com remuneração correspondente a 97% da variação acumulada da taxa DI e vencimento em 21 de julho de 2020. Na série B foram emitidas 166.980 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com remuneração correspondente a 98% da variação acumulada da taxa DI e vencimento em 20 de julho de 2021.

O valor total da oferta foi de R\$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais) e a liquidação financeira ocorreu em 18 de julho de 2017. Para mais informações sobre a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, vide item 18 do Formulário de Referência.

Capital de Giro

Adicionalmente, a Companhia pretende realizar uma operação de dívida no valor aproximado de R\$200 milhões para fins de capital de giro com liquidação prevista para o final de setembro, com prazo de até 5 (cinco) anos e sem garantia.

Semestre encerrado em 31 de agosto de 2017

A Companhia ainda está em fase de fechamento das demonstrações financeiras referentes ao semestre encerrado em 31 de agosto de 2017 e pretende publicar estas demonstrações financeiras na metade do mês de outubro, nos termos da legislação aplicável. A Companhia espera que o resultado de suas operações no trimestre encerrado em 31 de agosto de 2017 seja inferior, se comparado ao trimestre encerrado em 31 de maio de 2017. Ademais, a Companhia também espera que o resultado de suas operações no semestre encerrado em 31 de agosto de 2017 seja inferior ao mesmo período no ano de 2016. O resultado das operações da Companhia para o semestre encerrado em 31 de agosto de 2016 foi positivamente influenciado por (i) altos preços históricos de venda de açúcar no mercado brasileiro, resultante de condições favoráveis no mercado internacional; e (ii) boa performance nas vendas de arroz e feijão, enquanto que no semestre encerrado em 31 de agosto de 2017, os resultados operacionais da Companhia foram negativamente afetados pelo retorno do preço de venda do açúcar aos padrões de mercado.

Para mais informações sobre os riscos e efeitos das flutuações nos preços das matérias primas, especialmente o açúcar, no resultado operacional da Companhia, vide item 10.2.a.II ("fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais") e fator de risco no item 4.1.e ("Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente por flutuações nos preços de matérias primas e demais eventos relacionados a insumos") do Formulário de Referência. Para mais informações sobre os contratos de fornecimento de açúcar refinado da Companhia e os riscos relacionados à escassez na oferta de açúcar refinado, vide fator de risco no item 4.1.e ("Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia") do Formulário de Referência.

Identificação da Companhia, Acionistas Vendedores, Coordenadores da Oferta, Consultores e Auditores

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Camil Alimentos S.A.

Av. das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar
(entrada Rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower)
CEP 05425-070, Pinheiros
São Paulo, SP
At.: Sr. Flávio Jardim Vargas
Tel.: +55 (11) 3039-9200
<http://www.camilalimentos.com.br>

Acionistas Vendedores

Srs. Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero

Av. das Nações Unidas, nº 8.501, sala A, 12º andar
(entrada Rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower)
CEP 05425-070, Pinheiros
São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3039-9200
E-mail: jacques.quartiero@camil.com.br /
thiago.quartiero@camil.com.br /
notificacoes@camil.com.br

WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Representado por seu administrador:
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
Rua Amador Bueno, nº 474, 1º Andar, Bloco D
CEP 04752-005, São Paulo, SP
At.: Srs. Felipe Sarmento / Erick Warner de Carvalho
E-mail: admfiduciaria@santander.com.br /
felipe.sarmiento@santander.com.br

Coordenador Líder e Agente Estabilizador

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Coordenador

Banco Bradesco BBI S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
<https://www.bradescobbi.com.br>

Coordenador

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/>

Coordenador

Banco J.P. Morgan S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º ao 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
Fax: +55 (11) 4950-6655
<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brasil/pt/>

Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e
2.235 (Bloco A), 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Cleomar Parisi
Tel.: +55 (11) 3012-7017
<https://www.santander.com.br>

Audidores Independentes da Companhia

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 6º ao 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Douglas Travaglia
Tel.: +55 (11) 2573-3000
[http:// http://www.ey.com/br/pt/home](http://http://www.ey.com/br/pt/home)

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Jean Marcel Arakawa e Sra. Vanessa
Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
<http://www.mattosfilho.com.br>

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP

Rua Funchal, nº 418, 13º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sra. Paula Seabra Carvalho Reis
Tel.: +55 (11) 2196 7220
<http://www.cgsh.com>

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados

Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sr. Joaquim Oliveira
Tel.: +55 (11) 3089-6500
<http://www.souzacescon.com.br/>

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Milbank, Tweed, Hadley & McCloy LLP

Rua Colômbia, nº 325
CEP 01438-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabiana Sakai
Tel.: +55 (11) 3927 7702
<http://www.milbank.com>

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 157.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	WP FIP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Significa os Srs. Jacques Maggi Quartiero, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.083.508-06 e Thiago Maggi Quartiero, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.815.418-70.
Ações	Ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até 25.500.000 Ações de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), das quais até 12.750.000 Ações serão emitidas pela Companhia e até 12.750.000 Ações serão alienadas pelo WP FIP, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 127.500.000 Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 31,09% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 172.125.000 Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 40,71% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 41 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Montante de até 19.125.000 Ações de titularidade do WP FIP, correspondentes a até 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertada, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.
Agentes de Colocação Internacional	O Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Bradesco Securities, Inc., o Itau BBA USA Securities, Inc., o J.P. Morgan Securities LLC e o Santander Investment Securities Inc., considerados em conjunto.

Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser disponibilizado em até 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, a ser disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 65 deste Prospecto, informando acerca do resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 65 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de suspensão ou qualquer modificação na Oferta, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 65 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	<p>A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de agosto de 2017, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico. Adicionalmente, em 21 de julho de 2017 e em 28 de agosto de 2017, foram realizadas assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia para deliberar a respeito da reforma do Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, cujas atas serão registradas na JUCESP e publicadas no DOESP e no jornal Valor Econômico.</p> <p>A fixação do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia, e, por extensão, do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.</p> <p>A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por deliberação do Comitê Gestor e de Investimento do WP FIP, realizada em 21 de julho de 2017, nos termos do artigo 30, alínea II de seu regulamento.</p> <p>Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária ou será necessária para a fixação do Preço por Ação.</p>

Atividade de Estabilização O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, por um período compreendido entre a data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, e o 30º (trigésimo) dia, inclusive, contado de tal data, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado Aviso disponibilizado em 30 de agosto de 2017, a ser novamente disponibilizado em 6 de setembro de 2017, data do início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, incluindo informações relacionadas ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 65 deste Prospecto.

Bradesco BBI Banco Bradesco BBI S.A.

Companhia Camil Alimentos S.A.

Capital Social Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$581.374.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 369.051.876 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Contrato de Colocação Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão, da Camil Alimentos S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., celebrado entre o WP FIP, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o WP FIP, o Agente Estabilizador, a Corretora e o Coordenador Líder, na qualidade de interveniente anuente, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa celebrado entre a Companhia, os Acionistas Controladores, os Acionistas Vendedores e a B3 em 29 de agosto de 2017, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o Itaú BBA, o J.P. Morgan e o Santander, considerados em conjunto.
Coordenador Líder ou Agente Estabilizador ou BofA Merrill Lynch	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 49 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, que deverá ser realizada dentro do prazo de até três dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações, sem considerar as Ações Suplementares, aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que deverá ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação de Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária obtidos por nós com a Oferta serão destinados da seguinte maneira: (i) suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições; (ii) internalização das atividades de empacotamento de açúcar; e (iii) reforço no capital de giro.
	Não receberemos qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 95 deste Prospecto.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia a elas subjacentes, nos termos previstos no seu Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 105 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along Rights)

As Ações conferirão aos seus titulares o direito de alienação das ações ordinárias nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço).

Distribuição parcial

Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/ aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 92 deste Prospecto Preliminar.**

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Ocorrerá caso o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, foi determinada pela Companhia com base em suas informações econômico-financeiras disponibilizadas neste Prospecto, a fim de propor o valor que, no seu entendimento, melhor reflete o valor das Ações e levando em consideração um preço que favoreça os objetivos de dispersão e liquidez pretendidos para a Oferta. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", na página 50 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 88 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, concedidos os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado multiplicada pelo Preço por Ação.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. **Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.**

Instituição Escriuradora

Banco Bradesco S.A.

Instituições Consorciadas

Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

Instituições Participantes da Oferta

Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.

Instrumentos de <i>Lock-up</i>	Acordos de restrição à emissão ou venda de Ações e de ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem assinados pela Companhia, pela Camil Investimentos S.A. e pelos Acionistas Vendedores, bem como por cada um dos Administradores.
Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao <i>Securities Act</i> e aos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com a legislação vigente no país (<i>non-U.S. persons</i>), com base no Regulamento S, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Estrangeiros e os Investidores Institucionais Locais considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e/ou profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo, para estes, valores mínimo ou máximo de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, bem como clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observado, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00, nos termos da Instrução da CVM 539.

J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Mecanismos de Garantia de Dispersão Acionária	No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no item 7.1 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento), da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Negociação na B3	As Ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "CAML3".
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária.
Oferta Primária	Distribuição pública primária de, inicialmente, 41.000.000 Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, pela Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560.
Oferta Secundária	Distribuição pública secundária de, inicialmente, 86.500.000 Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560.
Oferta de Varejo	Montante mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) do total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a ser destinado a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Offering Memoranda	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

**Opção de Ações
Suplementares**

Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação pelo WP FIP ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

Pedido de Reserva

Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada.

Período de Colocação

Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.

Período de Reserva

Período compreendido entre 6 de setembro de 2017, inclusive, e 19 de setembro de 2017, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

**Período de Reserva para
Pessoas Vinculadas**

Período compreendido entre 6 de setembro de 2017, inclusive, e 8 de setembro de 2017, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, os quais não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.

Pessoas Vinculadas

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço, não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente na fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 91 do Prospecto Preliminar.**

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto, em especial as seções "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", bem como o item 4 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo ao Prospecto Definitivo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registros da Oferta	Os pedidos de registro da Oferta foram protocolizados pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 25 de julho de 2017, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e seus Administradores se obrigaram a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre tais partes no que tange a Companhia, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem, nos termos deste último.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

A Companhia, a Camil Investimentos S.A., os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda de Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas ou que venham a ser emitidas pela Companhia, por meio dos quais concordarão, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar quaisquer direitos, direta ou indiretamente, registrar ou pedir o registro de uma distribuição ou oferta pública nos termos do Securities Act ou da Legislação Brasileira, opções ou *warrants* para a compra já detidos ou que venham a ser detidos, ou quaisquer valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta ou que representem o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em seu favor ou que, nos termos da legislação tenha direito de receber ou celebrar qualquer acordo de *swap* ou outro acordo que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos da titularidade, ou *warrants* ou outros direitos de compra, de quaisquer Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia detidas ou que venham a ser detidas, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ou anunciar publicamente a intenção de executar qualquer operação especificada acima. As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e o prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirme que cumpriu os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo ou afiliadas, conforme aplicável, desde que, antes de tal transferência, o trust comprometa-se, por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirmem que cumpriram os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*, desde que comprometa-se, por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirmem que cumpriram os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (iv) transferências realizadas no âmbito de planos de opção de ações ou planos de recompra de ações aprovados pela Companhia; (v) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta no Brasil ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta no Brasil, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição; (vi) transferências de ações adquiridas em bolsa de valores pelos signatários do Instrumento de *Lock-up* após a data de celebração do Instrumento de *Lock-up*; (vii) alienadas nos termos do Contrato de Colocação; e (viii) do exercício de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgada pelo WP FIP a determinados acionistas da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após a divulgação do Anúncio de Início. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia”, na página 90 deste Prospecto.

Santander

Banco Santander (Brasil) S.A.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva

O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.

Valor Total da Oferta

R\$1.498.125.000,00, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$581.374.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 369.051.876 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado, até que o valor do seu capital social alcance R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	369.051.876	581.374.000,00	410.051.876	1.063.124.000,00
Total	369.051.876	581.374.000,00	410.051.876	1.063.124.000,00

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(3) Capital Subscrito.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	369.051.876	581.374.000,00	422.801.876	1.212.936.500,00
Total	369.051.876	581.374.000,00	422.801.876	1.212.936.500,00

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(3) Capital Subscrito.

Tendo em vista que as Ações Suplementares serão integralmente parte da Oferta Secundária, não haverá alteração do capital social caso haja a venda das Ações Suplementares.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, um montante de até 127.500.000 Ações, representativas de, aproximadamente, 31,09% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até 172.125.000 Ações, representativas de, aproximadamente, 40,71% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares, um montante de até 153.000.000 Ações, representativas de, aproximadamente, 36,19% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares, um montante de até 146.625.000 Ações, representativas de, aproximadamente, 35,76% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pela Camil Investimentos S.A., em conjunto com os Srs., Jacques Maggi Quartiero, Thiago Maggi Quartiero e Luciano Maggi Quartiero.

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

(a) WP XII E FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações constituído nos termos da regulamentação da CVM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.033.015/0001-87, neste ato representado por seu administrador, o **SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S.A.**, devidamente credenciado junto à CVM para prestar serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 11.015, de 29 de abril de 2010, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474 – Santo Amaro – Bloco D – 1º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19;

(b) JACQUES MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar, sala A, Pinheiros (entrada Rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower), CEP 05425-070, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.083.508-06; e

(c) THIAGO MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, empresário, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar, sala A, Pinheiros (entrada Rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower), CEP 05425-070, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.815.418-70.

Principais acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Administradores da Companhia na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Acionistas	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	229.735.239	56,03
WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	117.173.523	31,75	45.435.599	11,08
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	7.381.038	1,80
Jacques Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	0	0,00
Thiago Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	127.500.000	31,09
Total	369.051.876	100,00	410.051.876	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

Acionistas	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	229.735.239	56,03
WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	117.173.523	31,75	26.310.599	6,42
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	7.381.038	1,80
Jacques Maggi Quartiero.....	7.381.038	2,00	0	0,00
Thiago Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	146.625.000	35,76
Total	369.051.876	100,00	410.051.876	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Acionistas	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	229.735.239	54,34
WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	117.173.523	31,75	32.685.599	7,73
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	7.381.038	1,75
Jacques Maggi Quartiero.....	7.381.038	2,00	0	0,00
Thiago Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	153.000.000	36,19
Total	369.051.876	100,00	422.801.876	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Acionistas	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	229.735.239	54,34
WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	117.173.523	31,75	13.560.599	3,21
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	7.381.038	1,75
Jacques Maggi Quartiero.....	7.381.038	2,00	0	0,00
Thiago Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	172.125.000	40,71
Total	369.051.876	100,00	422.801.876	100,00

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção "15. Controle" do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Características gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Instituições Participantes da Oferta, sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definido na Regra 144A, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base no Regulamento S, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, ou pela Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério da Companhia e/ou do WP FIP, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 25.500.000 Ações, das quais até 12.750.000 Ações serão emitidas pela Companhia e até 12.750.000 Ações serão alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 19.125.000 Ações a serem alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pelo WP FIP ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

No âmbito da Oferta, a emissão das ações ordinárias subjacentes às Ações pela Companhia será feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 7º do Estatuto Social, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstos no Contrato de Colocação e no item "Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 57 deste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Aprovações societárias

A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de agosto de 2017, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico. Adicionalmente, em 21 de julho de 2017 e em 28 de agosto de 2017, foram realizadas assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia para deliberar a respeito da reforma do Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, cujas atas serão registradas na JUCESP e publicadas no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A fixação do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por deliberação do Comitê Gestor e de Investimento do WP FIP, realizada em 21 de julho de 2017, nos termos do artigo 30, alínea II de seu regulamento.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária ou será necessária para a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dos valores de referência, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas abaixo, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 13 do Ofício SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção de Ações ofertada por cada um deles, aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos recebidos pela Companhia oriundos da Oferta Primária e por cada um dos Acionistas Vendedores oriundos da Oferta Secundária.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos líquidos⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia.....	41.000.000	11,75	481.750.000,00	24.252.816,24	457.497.183,76
WP FIP	71.737.924	11,75	842.920.607,00	27.055.559,05	815.865.047,95
Jaques Maggi					
Quartiero	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07
Thiago Quartiero	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos líquidos⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia.....	53.750.000	11,75	631.562.500,00	29.177.923,31	602.384.577,00
WP FIP	84.487.924	11,75	992.733.107,00	31.864.150,61	960.868.956,36
Jaques Maggi					
Quartiero.....	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07
Thiago Quartiero	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos⁽²⁾⁽³⁾
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Companhia.....	41.000.000	11,75	481.750.000,00	24.340.202,62	457.409.797,38
WP FIP	90.862.924	11,75	1.067.639.357,00	34.268.446,43	1.033.370.910,57
Jaques Maggi					
Quartiero.....	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07
Thiago Quartiero	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos⁽²⁾⁽³⁾
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Companhia.....	53.750.000	11,75	631.562.500,00	29.265.309,38	602.297.190,62
WP FIP	103.612.924	11,75	1.217.451.857,00	39.077.038,02	1.178.374.818,98
Jaques Maggi					
Quartiero.....	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07
Thiago Quartiero	7.381.038	11,75	86.727.196,50	2.783.717,43	83.943.479,07

(1) Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Custos de distribuição

A taxa de registro da CVM relativa à Oferta Primária e à Oferta Secundária, as despesas com auditores e advogados da Companhia, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

Segue, abaixo, um detalhamento dos custos estimados da Oferta:

Custos	Valor⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽⁵⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação⁽¹⁾
Comissão de Coordenação	5.992.500,00	0,40%	0,05	0,40%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	5.992.500,00	0,40%	0,05	0,40%
Comissão de Colocação.....	17.977.500,00	1,20%	0,14	1,20%
Remuneração de Incentivo ⁽²⁾	13.483.125,00	0,90%	0,11	0,90%
Total de Comissões.....	43.445.625,00	2,90%	0,34	2,90%
Impostos, Taxas e Outras Retenções	4.640.290,88	0,31%	0,04	0,31%
Taxa de Registro na CVM	566.582,20	0,04%	0,00	0,04%
Despesas com Auditores	1.521.036,20	0,10%	0,01	0,10%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	58.232,12	0,00%	0,00	0,00%
Taxa de Registro da B3.....	644.043,75	0,04%	0,01	0,04%
Despesas com Advogados ⁽³⁾	3.000.000,00	0,20%	0,02	0,20%
Outras Despesas da Oferta ⁽⁴⁾	3.000.000,00	0,20%	0,02	0,20%
Total de Despesas	13.430.185,15	0,90%	0,11	0,90%
Total de Comissões e Despesas⁽⁵⁾⁽⁶⁾.....	56.875.810,15	3,80%	0,45	3,80%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e por cada um dos Acionistas Vendedores, tais como, atuação do Coordenador da Oferta durante a preparação, execução e conclusão da Oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes.

⁽³⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁴⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e *printer*.

⁽⁵⁾ Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

⁽⁶⁾ O total das despesas com auditores e advogados, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos e outros custos relacionados às comissões serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. O total das despesas e comissões referentes à Oferta Primária é de R\$24.252.816,24.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	25 de julho de 2017
	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)	
2	Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	30 de agosto de 2017
	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)	
3	Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	6 de setembro de 2017
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	8 de setembro de 2017
5	Encerramento do Período de Reserva	19 de setembro de 2017
	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação	
6	Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	20 de setembro de 2017
	Concessão dos registros da Oferta pela CVM	
7	Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	21 de setembro de 2017
8	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	22 de setembro de 2017
9	Data de Liquidação	26 de setembro de 2017
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	20 de outubro de 2017
11	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	25 de outubro de 2017
12	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	21 de março de 2018

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização deste Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio da assinatura do boletim de subscrição ou do contrato de compra e venda após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta", nas páginas 50 deste Prospecto.

REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Os esforços de venda das Ações exclusivamente no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (incluindo as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400, o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e observadas as disposições do item "Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 57 deste Prospecto.

Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 92 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação (incluindo as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) Oferta de Varejo; e (ii) Oferta Institucional, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, durante Período de Reserva e junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e que realizarem solicitação de reserva antecipada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que as Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no item 7.1 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento), da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e) abaixo e "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva" deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e) abaixo e "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva" deste Prospecto, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;
- (b) **o Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo;
- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

- (f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, a cada Investidor Não Institucional de acordo com o Contrato de Colocação, e desde que efetuado o pagamento previsto no item (e) acima, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), (e) acima e "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva" deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;
- (g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos na Oferta Institucional; e
- (h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide página 56 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” do Prospecto Preliminar, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou de cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada instituição; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos do item “Oferta de Varejo” acima, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo, cada Investidor Institucional, a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então, apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição ou do contrato de compra e venda, conforme o caso, cujos modelos finais foram previamente apresentados à CVM e que informam o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente na fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário" na página 91 deste Prospecto Preliminar.**

Prazos de Distribuição e Liquidação

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 6 de setembro de 2017, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima em 20 de março de 2018, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima estimada para 20 de março de 2018, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido no item 9 abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos descritos nas páginas 51 a 53 deste Prospecto.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do descritos nas páginas 51 a 53 deste Prospecto e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) rescisão do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos nas páginas 51 a 53 deste Prospecto, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO

Após a celebração do Contrato de Colocação, o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do *Procedimento e Bookbuilding*, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição de Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	45.900.000	30,00%
Bradesco BBI	30.600.000	20,00%
Itaú BBA	30.600.000	20,00%
J.P. Morgan.....	22.950.000	15,00%
Santander	22.950.000	15,00%
Total	153.000.000,00	100%

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária de os Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizarem/liquidarem as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, concedidos os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do Anúncio de Início, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social. Dentre referidos direitos e benefícios assegurados aos titulares das Ações, destacam-se os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, incluindo, observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;
- (c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

- (f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e
- (h) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção 18 do Formulário de Referência da Companhia.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar imediatamente após comunicação formal o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores, os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos em razão do depósito, e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá ser suspensa, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva, boletim de subscrição/contrato de compra e venda. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição/contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

ACORDOS DE RESTRIÇÃO À VENDA DE AÇÕES (*LOCK-UP*)

A Companhia, a Camil Investimentos S.A., os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda de Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas ou que venham a ser emitidas pela Companhia, por meio dos quais concordarão, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar quaisquer direitos, direta ou indiretamente, registrar ou pedir o registro de uma distribuição ou oferta pública nos termos do Securities Act ou da Legislação Brasileira, opções ou warrants para a compra já detidos ou que venham a ser detidos, ou quaisquer valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta ou que representem o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em seu favor ou que, nos termos da legislação tenha direito de receber ou celebrar qualquer acordo de *swap* ou outro acordo que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos da titularidade, ou *warrants* ou outros direitos de compra, de quaisquer Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia detidas ou que venham a ser detidas, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ou anunciar publicamente a intenção de executar qualquer operação especificada acima. As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e o prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirme que cumpriu os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo ou afiliadas, conforme aplicável, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se, por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirmem que cumpriram os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do Securities Act, conforme alterada, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*, desde que comprometa-se, por escrito, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a respeitar os termos e prazo remanescente do Instrumento de *Lock-up* e confirmem que cumpriram os termos do Instrumento de *Lock-up* desde a sua data inicial; (iv) transferências realizadas no âmbito de planos de opção de ações ou planos de recompra de ações aprovados pela Companhia; (v) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta no Brasil ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta no Brasil, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição; (vi) transferências de ações adquiridas em bolsa de valores pelos signatários do Instrumento de *Lock-up* após a data de celebração do Instrumento de *Lock-up*; (vii) alienadas nos termos do Contrato de Colocação; e (viii) do exercício de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgada pelo WP FIP a determinados acionistas da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após a divulgação do Anúncio de Início. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 90 deste Prospecto.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL PELA ESCRITURAÇÃO E CUSTÓDIA DAS AÇÕES E DAS AÇÕES DA COMPANHIA

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das Ações e das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 57 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos Auditores Independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pela Camil Investimentos S.A., pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia e os Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores e contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores forem condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 92 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 65 deste Prospecto.

Estabilização de preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, por um período compreendido entre a data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, e o 30º (trigésimo) dia, inclusive, contado de tal data, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 63 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia, os Acionistas Controladores e a B3, celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início e por meio do qual a Companhia aderirá ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações. As principais regras relativas ao Novo Mercado estão descritas de forma resumida no Formulário de Referência da Companhia e no Regulamento do Novo Mercado.

As Ações serão negociadas no Novo Mercado sob o código "CAML3", a partir do dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES NA B3, CONSULTE UMA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA. RECOMENDA-SE A LEITURA DO PROSPECTO PRELIMINAR E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A COMPANHIA, INCLUINDO SEU SETOR DE ATUAÇÃO, SUAS ATIVIDADES E SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA, E OS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS ANTES DA DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

AS PRINCIPAIS REGRAS RELATIVAS AO REGULAMENTO DO NOVO MERCADO ENCONTRAM-SE RESUMIDAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES NA B3, CONSULTE UMA INSTITUIÇÃO AUTORIZADA A OPERAR NA B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Inadequação da Oferta

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 88 e 19 deste Prospecto, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

A Companhia e os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar, ter acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou obter informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Camil Alimentos S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar
(entrada Rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower)
CEP 05425-070, São Paulo, SP
At.: Sr. Flávio Jardim Vargas
Tel.: +55 (11) 3039-9200
<http://www.camilalimentos.com.br> (neste *website* clicar em "Investidores" e, então, selecionar "Prospecto Preliminar").

COORDENADORES DA OFERTA

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
Fax: +55 (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, clicar em "Global Markets & Investment Banking Group", clicar no item "CAMIL" e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
Fax: +55 (11) 3847-9856
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, identificar "Camil" e, posteriormente, escolher o link "Prospecto Preliminar").

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
Fax: +55 (11) 3708-8107
<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em "Empresas/Produtos", selecionar "Camil Alimentos S.A.", clicar em "2017" e em seguida clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)").

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º ao 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Porto

Tel.: +55 (11) 4950-3700

Fax: +55 (11) 4950-6655

<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/camil> (neste *website* identificar o Prospecto Preliminar da Oferta).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235 (Bloco A), 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Sr. Cleomar Parisi

Tel.: +55 (11) 3012-7017

Fax: +55 (11) 3553-0063

<https://www.santander.com.br/br/pessoa-juridica/corporate-finance/ofertas-em-andamento> (neste *website* identificar "Camil Alimentos S.A." e escolher o link específico do Prospecto Preliminar).

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3:

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia**Camil Alimentos S.A.**

<http://www.camilalimentos.com.br>, neste *website* clicar em "Investidores" e, então, selecionar o link específico de cada anúncio da Oferta.

Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, acessar "Global Markets & Investment Banking Group", clicar no item "CAMIL", neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da oferta").

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website* identificar "Camil Alimentos" e, posteriormente, escolher o link específico de cada anúncio da Oferta).

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em "Empresas/Produtos", selecionar "Camil Alimentos S.A.", clicar em "2017" e em seguida clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)").

Banco J.P. Morgan S.A.

<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/camil> (neste *website* identificar cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Santander (Brasil) S.A.

<https://www.santander.com.br/br/pessoa-juridica/corporate-finance/ofertas-em-andamento> (neste *website* identificar "Camil Alimentos S.A." e, posteriormente, escolher o link específico de cada anúncio e aviso da Oferta).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.bmfbovespa.com.br>).

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar, na página inicial, "Central de Sistemas" e clicar em "Informações sobre Companhias", e seguida em "Informações Periódicas e Eventuais (ITR, DFs, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado entre outros)", e digitar "Camil" no campo disponível. Em seguida, acessar "Camil Alimentos S.A.", "Prospecto de Distribuição Pública" e clicar no link referente ao último Prospecto Preliminar disponível); e (ii) B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, em seguida, acessar "Camil Alimentos S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NA PÁGINA 88 DO PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM e será registrada em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 25 de julho de 2017.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o BofA Merrill Lynch acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice *Dow Jones Industrial Average* e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor *Investment Banking* do Brasil em 2014 e 2016 pela Euromoney e "Best Investment Bank in Brazil" em 2013, 2015 e 2016 pela Global Finance Magazine e The Most Innovative Bank from Latin America pela The Banker em 2016, tendo assessorado, no ano de 2016, 292 transações de *Investment Banking* com volume de aproximadamente R\$292 bilhões e

- Presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado, tendo papel de destaque mas mais relevantes ofertas: coordenador líder do único IPO realizado em 2015 - Par Corretora; coordenador líder o Re-IPO da SANEPAR em 2016; coordenador líder do primeiro IPO da América Latina em 2017 - Movida e coordenador líder maior oferta de ações nos últimos 12 meses no Brasil, *Follow-on* da CCR.

- Nos últimos 12 meses, podemos destacar a participação do Bradesco BBI no Re-IPO da Energisa, no valor de R\$1,5 bilhão, no *Follow-on* da CVC no valor de R\$1,2 bilhão, na OPA de cancelamento de registro da Évora, no valor de R\$111 milhões, no Re-IPO da SANEPAR, no valor de R\$2,0 bilhões; na OPA de cancelamento de registro da DASA, no valor de R\$837,1 milhões; na OPA de tag along da Alpargatas, no valor de R\$499,5 milhões, na OPA de aquisição de controle da Tempo Participações, no valor de R\$318,2 milhões, no IPO da Movida, no valor de R\$580 milhões, no *Follow-on* da CCR no valor de R\$4,1 bilhões, no IPO da Hermes Pardini, no valor de R\$760 milhões, no *Follow-on* das Lojas Americanas no valor de R\$2,4 bilhões, no *Follow-on* da Alupar no valor de R\$833 milhões, no IPO da Azul no valor de R\$1,8 bilhão, no IPO da Netshoes no valor de US\$148 milhões e no *Follow-on* da BR Malls no valor de R\$1,7 bilhão.
- com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu abril de 2017 com grande destaque em renda fixa. Coordenou 29 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$4,6 bilhões originados e R\$1,9 bilhões distribuídos. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como Bookrunner em oito emissões de bond e como Dealer Manager em dois tender offers no primeiro semestre de 2017.
- Até abril de 2017, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 10 transações anunciadas com valor de aproximadamente R\$69 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: (i) assessoria a Valepar no seu processo de incorporação pela Vale por R\$65.039 milhões; (ii) assessoria à Metalúrgica Gerdau na oferta pública de aquisição de ações ordinárias da Gerdau por R\$1.146 milhões; (iii) assessoria à Neenergia na alienação de 50% dos complexos eólicos Forças Eólicas do Brasil I e II por R\$803 milhões; (iv) assessoria à Braskem na alienação da quantiQ por R\$550 milhões; (v) assessoria à Metalúrgica Gerdau na aquisição de 100% das ações ordinárias da Gerdau, detidas pelo BTG Pactual, por R\$434 milhões; (vi) assessoria à Wiz na aquisição de 100% de participação na Finanseg por R\$240 milhões.
- Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da Brand Finance de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 105.301 pontos de atendimento, destacando-se 5.122 agências. No primeiro trimestre de 2017, o lucro líquido ajustado foi de R\$4,648 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$1,294 trilhão e R\$104,558 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,4 trilhão e uma carteira de crédito de R\$569 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2016 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$2,2 bilhões, segundo dados do Dealogic.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 54 transações em 2015 no Brasil, obtendo a primeira colocação no ranking Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US\$18,6 bilhões. Em 2016, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 41 transações totalizando US\$14,5 bilhões, e também na América Latina, com 45 transações que totalizaram US\$27,3 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015 e US\$8 bilhões em 2016, equivalente a 14% e 21% do total, respectivamente.

J.P. MORGAN

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a *holding* J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *private banking*, a corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *private banking*; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de *trade*, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também provê crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,6 trilhões, em 30 de junho de 2017, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "*Best Equity House in Latin America*". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "*Best M&A House in Latin America*" e, em 2009, o prêmio "*Best Investment Bank in Latin America*", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "*Best Investment Bank in Latin America*", concedido pela Latin Finance, e "*Best M&A House in Mexico*", "*Best M&A House in Chile*", "*Best Debt House in Brazil*" e "*Best Investment Bank in Chile*", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "*Best Investment Bank in Latin America*", assim como "*Best M&A House*", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "*Best Equity House in Latin America*" pela Euromoney.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas do Atacadão, IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, IEnova, MercadoLibre, Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de julho de 2017, US\$2,322 bilhões em ações em 3.422 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de *equity research* do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "*#1 Equity Research Team in Latin America*" em 2009, 2010, 2011, 2014 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "*Bank of the Year*" (2008), "*Equity House of the Year*" (2008 e 2009), "*Bond House of the Year*" (2008), "*Derivatives House of the Year*" (2008), "*Loan House of the Year*" (2012), "*Securitization House of the Year*" (2008 e 2010), "*Leveraged Loan House of the Year*" (2008), "*Leveraged Finance House of the Year*" (2008), "*High-Yield Bond House of the Year*" (2012), "*Financial Bond House of the Year*" (2009), "*Latin America Bond House of the Year*" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "*Best Investment Bank*" da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "*Best Equity Bank*" e "*Best Debt Bank*" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Santander

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,5 trilhão em fundos, possui cerca de 121 milhões de clientes e 13 mil agências. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente. Atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2016, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,4 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 42% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina em 2016, o Grupo Santander possuía cerca de 5,8 mil agências e cerca de 86 mil funcionários. Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, *The Royal Bank of Scotland Group PLC*, *Fortis SA/NV* e *Fortis N.V.*, adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de *Equities*, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de *Equity Research*, *Equity Sales* e *Equity Capital Markets*.

A área de *Equity Research* do Santander é considerada pela publicação *Institutional Investor* como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *Sales & Trading*, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da *Institutional Investor*. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio da Santander Corretora.

Em 2016, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 34,4 milhões de clientes, 3.421 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 20 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R\$699 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$58 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2016, possui uma participação de aproximadamente 22% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar 53% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

A área de *Equity Capital Markets* do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2010, o Santander alcançou pelo segundo ano consecutivo a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com a *Bloomberg*, tendo atuado como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como *bookrunner* da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de *follow-on* de Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A. e JBS S.A.

Em 2011, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de Autometal S.A e EDP – Energias do Brasil S.A., como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* de BR Properties S.A., Kroton Educacional S.A., Tecnisa S.A. e Direcional S.A., na oferta pública inicial de ações de IMC – Internacional Meal Company Holdings S.A., e como assessor financeiro contratado pela TIM Participações S.A. em sua migração do segmento de listagem denominado “Nível 2” para o segmento de listagem denominado “Novo Mercado” de governança corporativa da B3.

Em 2012, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial de Unicasa Indústria de Móveis S.A., na oferta de *follow-on* de Fibria Celulose S.A., na oferta pública inicial de units de Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., esta última considerada pela Latin Finance como “Best Equity Follow On” de 2012, e na oferta de *follow-on* de Marfrig Alimentos S.A.

Em 2013, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública de ações da Via Varejo S.A., na oferta pública inicial de ações da Ser Educacional S.A., na oferta pública inicial de units de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2014, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Oi S.A.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador líder na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador líder na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além de ter atuado como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como *lead bookrunner* nas ofertas de *follow-on* de Alupar Investimento S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., além de atuar como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* de CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR Malls Participações S.A. e BR Properties S.A. e nos IPOs de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A. e Omega Geração S.A.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com BofA Merrill Lynch e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de total return swap). O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BofA Merrill Lynch e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BofA Merrill Lynch poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico:

- A Companhia possui contratado junto ao Bradesco BBI S.A. 6 (seis) contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACCs), celebrados entre 24 de abril de 2017 e 31 de julho de 2017, no montante total agregado de US\$7.777.889,67, na data de 31 de julho de 2017, sendo que as taxas variam entre 3,25% e 4,10%. Tais operações não possuem garantia.
- A Companhia possui contratado junto ao Banco Bradesco S.A. a prestação de fiança no valor de R\$1.110.198,60, cuja taxa é de 1,90% ao ano, com prazo indeterminado e sem quaisquer garantias.
- O Banco Bradesco S.A. presta serviços de formador de mercado, exclusivamente em relação aos certificados de recebíveis do agronegócio das 117ª e 118ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no qual a Camil atua como interveniente anuente. A Camil pagará ao Banco Bradesco S.A. para atuação durante todo o prazo de vigência do contrato, iniciado em 25/11/2017 e com vencimento previsto para 24/06/2018, o valor de R\$1.000,00 (mil) reais. Este contrato não conta com garantias.

O Bradesco BBI atuou como Coordenador na estruturação e detém na presente data a totalidade da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia em 15 de março de 2014, no valor de R\$200.000.000,00, à taxa de CDI +1,30%, resultando no saldo devedor na data deste Prospecto de R\$208.871.266,07, com garantia quirografária e com vencimento em 15 de março de 2019.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o ITAÚ BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais relevantes com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico:

- A Companhia contratou junto ao Itaú BBA 118 operações de financiamento por meio de FINAME, celebradas entre 23 de agosto de 2012 e 2 de janeiro de 2017, com valor total de R\$69.122.644,84 e saldo em aberto, em 31 de julho de 2017, de R\$54.222.697,48, sendo que as taxas variam entre 2,5% e TJLP +4,5%. Tais operações são garantidas por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- A Companhia contratou junto ao Itaú BBA 4 operações de Financiamento à Importação – FINIMP, celebradas entre 22 de outubro de 2012 e 23 de abril de 2013, com valor total de US\$1.947.428,90 e saldo em aberto, em 31 de julho de 2017, de U\$418.030,81, sendo que as taxas variam entre 3,80% e 3,98%. Tais operações não possuem garantias.

- A Companhia contratou em 30 de maio de 2017 apólice de seguro com valor de R\$800.000,00, referente à 25 veículos de sua frota, com validade até 30 de maio de 2018. Tal operação não possui garantia.
- A S.A. Molinos Arroceros Nacionales contratou em 20 de junho de 2017 contrato linha de crédito no valor de USD12.000.000,00, sendo que até a data deste Prospecto foram tomados USD7.439.146,28, taxa de 2,75% ao ano e vencimento em 21 de novembro de 2017. Tal operação não possui garantia.
- A Arroz Uruguayo S.A. (Arrozur SA) contratou em 27 de maio de 2016 *leasing* com valor total de USD18.077,20, com taxa de 6,00% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2019. Tal operação é garantida pelo bem objeto do *leasing*.
- A Arroz Uruguayo S.A. (Arrozur SA) contratou em 02 de junho de 2014 empréstimo com valor total de USD800.000,00, com taxa de 5,00% ao ano e vencimento em 2 de dezembro de 2019. Tal operação não possui garantia.

Ainda, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para a Companhia e outras sociedades de seu grupo econômico, incluindo, serviços de conta corrente.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, a Companhia e/ou quaisquer sociedades do seu grupo econômico não possuem, na data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. MORGAN

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou com as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou das sociedades de seu conglomerado econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o SANTANDER

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico:

- O Santander atuou como coordenador da oferta pública com esforços restritos de distribuição de debêntures de emissão da Docelar Alimentos Bebidas S.A., incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, nos termos da Instrução CVM 476, com valor de R\$170 milhões, emitidas em 4 de outubro de 2012, com vencimento em outubro de 2018. No âmbito desta oferta o Santander adquiriu a totalidade das debêntures cujo saldo atualizado é de R\$105,8 milhões. As debêntures são remuneradas à taxa média de DI + 1,3546% a.a. As debêntures são da espécie quirografária, sem garantia adicional.

- Operação de Crédito Rural, contratada pela Companhia em fevereiro de 2017 com vencimento em setembro de 2017, no valor de R\$5 milhões e taxa de 9,5% a.a. Esta operação possui garantia de Penhor Cedral de 3.519.033 quilogramas de sardinha in natura.
- Operação de fiança bancária, contratada pela Companhia em fevereiro de 2017, no valor de aproximadamente R\$1,0 milhão com vencimento em fevereiro de 2018 e taxa média de 1,5% a.a. Esta operação não possui garantia.
- Operações de garantias financeiras, contratadas entre agosto de 2016 e junho de 2017 pela Companhia, no valor de aproximadamente USD11,0 milhões com vencimentos entre agosto de 2017 e junho de 2018 e taxas que variam entre 1,0% a.a. a 1,1% a.a. Estas operações não possuem garantias.
- Operação de financiamento, contratada pela Saman Soc. Anonima Molinos Arroceros Nac. em setembro de 2016, no valor de aproximadamente USD10,0 milhões com vencimento em julho de 2021 e com taxa média de Libor + 2,5% a.a. Essa operação não possui garantias.

A Companhia possui também aplicações em CDB e operações compromissadas, totalizando aproximadamente R\$356,6 milhões com o objetivo de gestão de caixa com taxa média entre 97% e 100,8% do CDI com liquidez diária, com prazo indeterminado, sem garantias;

Ademais, o Santander processa a folha de pagamento de parte dos funcionários da Companhia. Por esses serviços o Santander não recebe remuneração diretamente da Companhia e/ou de sociedades do seu conglomerado econômico. Esses serviços são prestados para os funcionários da Companhia e não contam com quaisquer garantias.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia ; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente e de corretora.

O WP FIP, na qualidade de Acionista Vendedor contratou e pode vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para prestação de serviços financeiros, incluindo, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do WP FIP, ou em que o WP FIP tenha figurado como Acionista Vendedor e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários do WP FIP, ou de titularidade do WP FIP.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BofA Merrill Lynch ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BofA Merrill Lynch poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O BRDESCO BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente.

O WP FIP, na qualidade de Acionista Vendedor, contratou e pode vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para prestação de serviços financeiros, incluindo, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do WP FIP, ou em que o WP FIP tenha figurado como Acionista Vendedor e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários do WP FIP, ou de titularidade do WP FIP.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O ITAÚ BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente e de corretora.

O WP FIP, na qualidade de Acionista Vendedor, contratou e pode vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para prestação de serviços financeiros, incluindo, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do WP FIP, ou em que o WP FIP tenha figurado como Acionista Vendedor, e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários do WP FIP, ou de titularidade do WP FIP.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O J.P. MORGAN

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico. O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente, investimentos, gestão financeira e de corretora.

O WP FIP, na qualidade de Acionista Vendedor, pode vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos últimos 12 (doze) meses de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do WP FIP, ou em que o WP FIP tenha figurado como Acionista Vendedor, ou em operações de financiamento e em reestruturações societárias do WP FIP ou de titularidade do WP FIP.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O SANTANDER

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Santander e/ou as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Prestação de serviços de representação e custódia de investidores não residentes, devidamente registrados e constituídos sob os termos da Resolução nº 4.373 do Banco Central do Brasil e da Instrução CVM nº 560 de 27 de março de 2015, conforme alterada dos Acionistas Vendedores. Tais serviços são prestados diretamente pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
- Prestação de serviços de administração fiduciária, gestão, custódia e controladoria de Fundos de Investimento em Participações, nos termos da Instrução CVM 578, de 30 de agosto de 2016. Tais serviços são prestados diretamente pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
- A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. presta os serviços descritos acima desde 01 de agosto de 2016, com prazo indeterminado e remuneração anual de 0,08% sobre o capital total efetivamente investido pelos cotistas no WP FIP. Não há qualquer outorga de garantia no âmbito dessa operação

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, o WP FIP, na qualidade de Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos últimos 12 (doze) meses de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do WP FIP ou em que o WP FIP tenha figurado como Acionista Vendedor, ou em operações de financiamento e em reestruturações societárias do WP FIP ou de titularidade do WP FIP.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo, na página 191 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e pelos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas não conhecidos pela Companhia ou que, atualmente, a Companhia considera irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Ações de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 191 deste Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações e ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2016, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R\$2,5 trilhões, com um volume diário de negociação de R\$7,4 bilhões, durante o ano de 2016. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 44,5% do volume total de ações negociadas na B3, durante o ano de 2016, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$21,3 trilhões, em 30 de junho de 2017, e um volume diário médio de negociação de US\$29,4 bilhões, durante o ano de 2016.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações. Se um mercado ativo e líquido de negociação das Ações não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia

A Companhia, a Camil Investimentos S.A., os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda de Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas ou que venham a ser emitidas pela Companhia, por meio dos quais concordarão, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar quaisquer direitos, direta ou indiretamente, registrar ou pedir o registro de uma distribuição ou oferta pública nos termos do *Securities Act* ou da Legislação Brasileira, opções ou warrants para a compra já detidos ou que venham a ser detidos, ou quaisquer valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta ou que representem o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em seu favor ou que, nos termos da legislação tenha direito de receber ou celebrar qualquer acordo de *swap* ou outro acordo que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos da titularidade, ou *warrants* ou outros direitos de compra, de quaisquer Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia detidas ou que venham a ser detidas, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ou anunciar publicamente a intenção de executar qualquer operação especificada acima.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após a divulgação do Anúncio de Início. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os acionistas controladores e os Administradores da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores, pelos acionistas controladores da Companhia e pelos Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo Ações de emissão da Companhia como referência são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 56 deste Prospecto.

Os investidores na Oferta poderão sofrer diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações.

Caso o Preço por Ação e, conseqüentemente, o preço por ação, seja superior ao valor patrimonial por ação, assim entendido como o resultado da divisão (1) do valor consolidado no ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do seu passivo, pela (2) quantidade total de ações que compõe o capital social da Companhia, os investidores que subscreverem Ações poderão integralizar um valor que é superior ao valor patrimonial por ação, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento na Companhia. Além da diluição imediata do valor contábil do investimento feito logo após a Oferta, os investidores estarão sujeitos à diluição em caso de exercício de direitos de opção de compra de ações de emissão da Companhia, caso o preço de exercício dessas opções seja inferior preço por ações ordinárias dentro de cada Ação.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de Ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Um eventual processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, pode envolver valores elevados, o que poderá afetar negativamente a Companhia.

Após a Oferta, a Companhia será controlada exclusivamente pela Camil Investimentos S.A., pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de sua emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, caso exercidas, e sem considerar as Ações Suplementares), a Camil Investimentos S.A. os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Sr. Luciano Maggi Quartiero serão titulares de 56,08% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, a Camil Investimentos S.A. os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Sr. Luciano Maggi Quartiero, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, serão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, incluindo sobre as estratégias de desenvolvimento, gastos e plano de distribuição de dividendos, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, poderá deixar imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção "Violações das Normas de Conduta" na página 59 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos contratadas com terceiros para proteção (*hedge*) ou operações de *total return swaps*, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

O Santander possui relação contratual com o WP FIP, o que poderá ensejar eventual conflito de interesses no âmbito da Oferta.

Os potenciais subscritores/adquirentes das Ações devem levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse entre o Santander e o WP FIP, pelo fato de que o WP FIP, Acionista Vendedor, é administrado e gerido pelo Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., empresa pertencente ao grupo econômico do Santander.

Em função desse e relacionamento contratual existente, conforme detalhado acima, não se pode descartar a possibilidade de que, eventuais situações de conflito de interesse, sejam constatadas no âmbito da Oferta.

Para mais informações dos relacionamentos existentes entre o Santander e o WP FIP, ver seção "Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta", deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$11,75, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R\$457.497.183,76, após a dedução das comissões e despesas estimadas, devidas por nós no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares que são integralmente da Oferta Secundária). Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária e das Ações Adicionais, se houver, para: (i) suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições; (ii) internalização das atividades de empacotamento de açúcar; e (iii) reforço no capital de giro.

Destinação	Percentual de alocação dos recursos líquidos obtidos na Oferta Primária	Valor Estimado⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições	40,00%	182.998.874,50
Internalização das atividades de empacotamento de açúcar	40,00%	182.998.874,50
Capital de giro	20,00%	91.499.436,75
Total	100,00%	457.497.183,76

⁽¹⁾ Calculado com base no Preço por Ação R\$11,75, que é ponto médio da faixa de preços estimada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Um aumento ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$11,75, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o montante dos recursos líquidos que receberíamos com a Oferta Primária em R\$39.668.062,97, após a dedução das comissões e despesas que estimamos ter de pagar no âmbito da Oferta.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em nossas projeções e análises. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem alterar a destinação dos recursos estabelecida na data deste Prospecto.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem destinados para os fins acima descritos, serão aplicados no mercado financeiro, em Certificados de Depósito Bancário emitidos por instituições financeiras de primeira linha, conforme prática corrente na Companhia.

Caso os recursos líquidos por nós captados sejam inferiores à nossa estimativa, reduziremos a aplicação dos recursos líquidos captados de forma proporcional àquela informada na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar a emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos por nós auferidos em decorrência da Oferta Primária em nossa situação patrimonial e capitalização, ver a seção "Capitalização", na página 96 deste Prospecto.

Oferta Secundária

Os recursos da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações Suplementares, se houver) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nossa capitalização total, composta por nossos empréstimos, financiamentos, debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros passivo e nosso patrimônio líquido, e indicam (i) a posição em 31 de maio de 2017; (ii) a posição ajustada pela Oferta de CRA de 18 julho de 2017 com recursos no montante de R\$405.000.000,00; e (iii) a posição ajustada pela Oferta para considerar os recursos líquidos estimados em, aproximadamente, R\$457.497.183,76 (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), considerando o Preço por Ação de R\$11,75, a serem recebidos em função da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna "Real", foram extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas, relativas ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens "3 – Informações Financeiras Seleccionadas" e "10 – Comentários dos Diretores" do nosso Formulário de Referência, bem como das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e as Informações Trimestrais referentes ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, anexas a este Prospecto.

	Em 31 de maio de 2017(Real)	Ajustado Pós Oferta de CRA (Em 18 de julho de 2017) ⁽¹⁾	Ajustado Pós-Oferta ⁽²⁾
		(Em R\$ milhões)	
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	432.611	432.611	432.611
Empréstimos e Financiamentos – Não			
Circulante.....	258.712	258.712	258.712
Debêntures – Circulante.....	175.790	175.790	175.790
Debêntures – Não Circulante	531.105	936.105	531.105
Instrumentos Financeiros Passivo	413	413	413
Patrimônio Líquido	1.341.488	1.341.488	1.798.985
Capitalização total⁽³⁾	2.739.706	3.145.119	3.602.616

⁽¹⁾ Ajustado para apenas refletir a emissão de 405.000 debêntures em 18 de julho de 2017, que totalizaram no montante de R\$405 milhões, que lastreiam o Certificado de Recebíveis do Agronegócio por meio de Oferta Pública ao mercado. Os recursos captados serão utilizados para o cumprimento de obrigação de compra de açúcar.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), estimados em aproximadamente R\$457.497.183,76, considerando o Preço por Ação de R\$11,75, ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas a serem devidas por nós no âmbito da Oferta.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma dos valores relativos aos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros passivo e o total do patrimônio líquido.

Um aumento ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$11,75, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria o valor do nosso patrimônio líquido ajustado após a conclusão da Oferta em R\$39.668.062,97. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Em 18 de julho de 2017, a Companhia concluiu a emissão de 405.000 debêntures, que totalizaram o montante de R\$405 milhões, que lastreiam o Certificado de Recebíveis do Agronegócio por meio de Oferta Pública ao mercado. Os recursos captados serão utilizados para o cumprimento de obrigação de compra de açúcar.

No dia 28 de agosto de 2017 realizamos uma Assembleia Geral Extraordinária na qual nossos acionistas aprovaram o desdobramento das nossas ações, passando cada ação ordinária de nossa emissão a ser representada por 3 (três) ações ordinárias. Em consequência, nosso capital social passou a ser dividido em 369.051.876 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para mais informações acerca do desdobramento das ações, veja o item 17.3 do Formulário de Referência.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de maio de 2017.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o nosso valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de maio de 2017, o valor do nosso patrimônio líquido, era de R\$1.341.488.000,00 e o valor patrimonial por Ação de nossa emissão, na mesma data, era de R\$10,90 (dez reais e noventa centavos), que convertido para o desdobramento de ações na proporção de 1 ação em 3 novas ações, resulta em um valor equivalente a R\$3,63 (três reais e sessenta e três centavos). O referido valor patrimonial por Ação representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total do nosso passivo, dividido pelo que seria o número total de ações em 31 de maio de 2017.

Considerando-se a subscrição de 41.000.000 ações objeto da Oferta Primária, sem considerar as Ações Suplementares e das Ações Adicionais, pelo Preço por Ação de R\$11,75, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas devidas por nós, nosso patrimônio líquido ajustado em 31 de maio de 2017 seria de R\$1.798.985.184,76, representando um valor de R\$4,39 por Ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por Ação de R\$0,75 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por Ação de R\$7,36 para os novos investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção "Informações Sobre à Oferta – Custos da Oferta", na página 47 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de maio de 2017:

	Após a Oferta
	(em R\$, exceto percentagens)
Preço por Ação ⁽¹⁾	11,75
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de maio de 2017.....	10,90
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de maio de 2017 ajustado para refletir o desdobramento de ações ⁽²⁾	3,63
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de maio de 2017 para refletir a oferta e o desdobramento das ações ⁽²⁾	4,39
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Ação em 31 de maio de 2017 para os atuais acionistas ⁽²⁾	0,75
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para novos investidores ⁽²⁾⁽³⁾	7,36
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta⁽²⁾⁽⁴⁾.....	62,66%

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$11,75, estimado com base no ponto médio da faixa de preço indicativa constante na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Considera o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações ordinárias, aprovado em Assembleia Geral em 28 de agosto de 2017.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre à Oferta" na página 41 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação, conforme estimado neste Prospecto, acarretaria um acréscimo ou diminuição, após a conclusão da Oferta, (i) no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) o valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R\$0,90 por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pela Camil Investimentos S.A. e pelos administradores da Companhia:

Data	Natureza da operação	Subscriber/Adquirente	Quantidade de Ações	Valor Pago (R\$)	Valor Pago por Ação (R\$)
01/08/2016	Subscrição Particular	WP Angra dos Reis Holdco SA	3.184.688	R\$53.407.217,76	R\$16,77
01/08/2016	Subscrição Particular	Camil Investimentos SA	1.211.485	R\$20.316.603,45	R\$16,77
17/01/2017	Subscrição Particular	Camil Investimentos SA	7.278.980	R\$727,90	R\$1,00/ 10.000 ações

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2017, nossos acionistas aprovaram o plano de outorga de opção de compra de ações ("Plano"). O Plano é administrado pelo Conselho de Administração e estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos indivíduos selecionados, desde que os escolhidos sejam determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados) ("Beneficiários").

As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). As opções não exercidas até o prazo máximo fixado nos contratos de outorga individuais serão consideradas automaticamente extintas.

Cada opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação ordinária da Companhia e, portanto, o número máximo de opções a serem outorgadas não devem exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia.

Para as outorgas que ocorram até o final do exercício social corrente, o preço de exercício será equivalente ao preço de uma ação ordinária na oferta pública inicial de ações da Companhia na B3, líquido de quaisquer proventos acumulados, como dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio declarados entre a data de outorga e a data de envio da notificação de exercício pelo Beneficiário SOP, corrigido pela variação do IPCA, desde a data da oferta pública inicial de ações ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção. Para as outorgas de opções subsequentes, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de outorga, líquido dos proventos acumulados, corrigido pela variação do IPCA desde a data da outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção.

O Plano tem por objetivo: (a) Convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável no longo prazo; (b) retenção dos principais talentos e líderes da empresa no longo prazo; e (c) alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração de executivos.

Número máximo de ações abrangidas e opções a serem outorgadas

As opções outorgadas poderão conferir opções que não excedam 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, contanto que o número total de ações ordinárias emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Até a presente data, não houve outorga de opções de nossas ações.

Para mais informações acerca do Plano, veja o item 13.4 do Formulário de Referência.

ANEXOS

- **ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**
- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2017, QUE APROVA A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA E SUA ENTRADA NO NOVO MERCADO**
- **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2017 APROVANDO A OFERTA PRIMÁRIA**
- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**
- **DELIBERAÇÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO WP FIP 21 DE JULHO DE 2017 APROVANDO A OFERTA SECUNDÁRIA**
- **DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015, 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 28 DE FEVEREIRO DE 2017**
- **INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REVISADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MAIO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **CAMIL ALIMENTOS S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo Segundo – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro – A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do País ou do Exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto: (i) industrialização, processamento, comercialização, importação e exportação (inclusive por conta de terceiros e/ou em comissão e/ou em consignação) de alimentos em geral e quaisquer produtos correlatos (inclusive seus respectivos resíduos), sejam eles de produção própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a arroz, feijão, café, soja, milho, cereais, óleos vegetais, açúcar, adoçantes, peixes, outros organismos ou produtos aquáticos, produtos alimentícios derivados de trigo, ração animal, molhos, extratos, temperos; (ii) beneficiamento, rebeneficiamento e empacotamento dos produtos relacionados no item “i” acima; (iii) secagem e armazenagem dos produtos relacionados no item “i” acima; (iv) execução da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para si ou para terceiros; (v) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica a terceiros; (vi) industrialização de tampos e canecos; (vii) fabricação e comercialização de gelo; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) participação em outras sociedades, comerciais, civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (x) administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar



móveis, imóveis e equipamentos em geral; (xi) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; e (xii) quaisquer outras atividades correlatas.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$581.373.789,63 (quinhentos e oitenta e um milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos), dividido em 369.051.876 (trezentos e sessenta e nove milhões, cinquenta e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro – As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 8º – Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único – Os custos do serviço de transferência das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 10 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 11 – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos.

Parágrafo Terceiro – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Artigo 12 – As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 13 – Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado ou especial por força de Lei e do Regulamento do Novo Mercado e observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 – Sem prejuízo das demais matérias previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda:

- (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (iii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(iv) aprovar a saída do Novo Mercado da B3;

(v) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;

(vi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(vii) a política de distribuição de dividendos.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 15 – A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

CAPÍTULO V DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 – O Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) membros e máximo de 9 (nove) membros, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração terá um Presidente e poderá ter um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Segundo – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – Conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo Quarto – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo Segundo deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral que eleger os conselheiros da Companhia definirá se serão eleitos um ou mais suplentes para o Conselho de Administração.

Artigo 17 – Ressalvado o disposto no Artigo 19 deste Estatuto, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas, vedada a votação individual dos candidatos.

Parágrafo Primeiro – Na eleição de que trata este artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração deverá, até a ou na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de

Administração, divulgar proposta da administração com a indicação dos integrantes da chapa proposta e disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente.

Parágrafo Quarto – Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 16 acima.

Parágrafo Quinto – A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto – Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Artigo 18 – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas, impedimento ou vacância, pelo respectivo suplente, caso aplicável.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração e, não assumindo o suplente, observar-se-á o disposto no artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 19 – Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o



façam até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido cumprindo os requerimentos na forma da lei, publicar aviso aos acionistas comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

Parágrafo Segundo – Instalada a Assembleia Geral, o Presidente da respectiva assembleia promoverá, com base no Livro de Presenças e no número de ações detidas pelos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração: (a) os integrantes das chapas de que tratam os parágrafos 1º e 3º do artigo 17 deste Estatuto Social; e (b) o candidato que tenha sido indicado por qualquer acionista, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 17 deste Estatuto Social.

Parágrafo Quarto – Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos nos termos do parágrafo 2º deste artigo em um único candidato ou distribuí-los entre vários. Serão declarados eleitos os membros que receberem maior quantidade de votos.

Parágrafo Quinto – Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustado o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos remanescentes a serem preenchidos.

Parágrafo Sexto – Sempre que a eleição tiver sido realizada por esse processo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

Artigo 20 – O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou do Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por 2 (dois) Conselheiros. As reuniões deverão ser convocadas por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Terceiro – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

- (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;
- (b) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou
- (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quarto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sexto – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo terceiro, alínea “c” deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 21 – Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

- (iv) criação de comitês de assessoramento da Companhia, bem como a eleição de seus membros e aprovação de seus respectivos regimentos internos;
- (v) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (vi) definição da lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (vii) manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (viii) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;
- (ix) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimento, orçamentos e suas alterações subsequentes;
- (x) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (xi) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (xii) deliberação sobre a listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xiii) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xiv) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário em valor superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(xv) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia (“Investidas”) em valor igual ou superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(xvi) nomeação ou destituição de auditores independentes.

(xvii) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no inciso (xviii) abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração;

(xviii) a aprovação de qualquer transação entre partes relacionadas à Companhia, observados os Parágrafos Primeiro a Terceiro abaixo;

Parágrafo Primeiro – Para fins do disposto no item (xviii) deste Artigo 21, são consideradas “transações com partes relacionadas” aquelas assim definidas nas regras contábeis que tratam do assunto.

Parágrafo Segundo – As seguintes operações independerão da autorização do Conselho de Administração:

(a) transações entre a Companhia e quaisquer Investidas, no curso normal de seus negócios; e

b) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Será necessária autorização do Conselho de Administração da Companhia, na forma deste Artigo 21 nas hipóteses previstas nas alíneas (a) e (b) do Parágrafo Segundo acima, quando os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a eles vinculadas, detenham participação, direta ou



indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

Artigo 22 – O Conselho de Administração poderá instituir, como órgãos de assessoramento, 1 (um) Comitê de Gestão e Pessoas e/ou 1 (um) de Auditoria e Finanças. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Cada Comitê será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros nomeados para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução ao cargo.

Parágrafo Segundo – Os membros dos Comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração entre seus membros e membros da Diretoria, permitida a eleição de membros externos, que atendam cumulativamente aos requisitos de (i) conhecimento técnico e (ii) disponibilidade de tempo.

Parágrafo Terceiro – Sempre que necessário, os membros da Diretoria ou do Conselho de Administração poderão ser convidados a participar das Reuniões Comitês e os membros dos Comitês poderão ser convidados a participar das Reuniões da Diretoria ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – Os membros dos Comitês poderão participar de mais de um Comitê, a critério do Conselho de Administração, e terão os mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores de sociedades anônimas, sendo-lhes aplicáveis integralmente as obrigações e vedações impostas pela Lei, por este Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

Artigo 23 – O Conselho de Administração poderá criar outros Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Artigo 24 – A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente; um Diretor Tributário, um Diretor Financeiro; e um Diretor de Relações com Investidores e demais diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 25 – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais,

com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 6º deste artigo.

Parágrafo Segundo – O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo Terceiro – No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sexto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 6º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 26 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia

Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

- (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e
- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Tributário, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração, estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação.

Parágrafo Quinto – Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (i) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia;
- (ii) elaborar e controlar o plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;
- (iii) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (iv) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

- (v) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (vi) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais
- (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (ix) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras; e
- (x) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às atividades financeiras da Companhia.

Artigo 27 – Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) por quaisquer 02 (dois) diretores em conjunto; ou
- (ii) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou
- (iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá ser representada por qualquer diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;
- (ii) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e
- (iii) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, exceto para os atos previstos no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro – A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, inclusive perante as respectivas secretarias de fazenda e procuradorias, em assuntos envolvendo questões fiscais que tenham por objeto matérias de cunho tributário ou previdenciário, compete exclusivamente e diretamente ao Diretor Tributário. Poderá 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído na forma do §1º acima, eventualmente representar a Companhia junto a essas repartições.

Artigo 28 – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, e estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quinto – Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 29 – Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30 – O exercício social terá início em 1º de março e terminará em 28 de fevereiro de cada ano. Nos anos bissextos, o exercício social terminará em 29 de fevereiro.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Terceiro – Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 31 deste Estatuto Social.

Artigo 31 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido deverá ser alocado na forma dos parágrafos deste artigo.

(i) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e

(iii) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.



Parágrafo Primeiro – O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas acima, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, na forma da lei aplicável.

Parágrafo Segundo – Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do art. 202 da mesma lei e deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso, na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo Quarto – Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Quinto – Dividendos e juros sobre o capital próprio não percebidos no prazo de 3 (três) anos da data de sua disponibilização aos acionistas serão revertidos à Companhia.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 32 – Para fins deste Capítulo VIII, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“**Adquirente**” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador**” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia;

“**Acionista Controlador Alienante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

“**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“**Alienação de Controle**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“**Poder de Controle**” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum.

“**Valor Econômico**” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 33 – A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único – A oferta pública de que trata este artigo também será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e/ou de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor.

Artigo 34 – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 33 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à

diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 35 – A Companhia não registrará:

(i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e

(ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 36– Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo 36, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 37 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA por valor equivalente, no mínimo, ao Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O Acionista Controlador deverá efetivar a OPA prevista no *caput* deste artigo 37.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 37 decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a OPA.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* deste artigo 37 ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar a Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto – Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 38 – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 36 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo Segundo – A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Terceiro – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos



à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 39 – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO IX ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 40 – A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

CAPÍTULO X DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 41 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XI RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 42 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 43 – As disposições contidas no(s) (i) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º; (ii) incisos “iv” e “v” do *caput* do artigo 14; (iii) parágrafos 1º e 2º do artigo 15; (iv) parágrafos 2º e 3º do artigo 16; (v) incisos “vi” e “vii” do *caput* do artigo 21; (vi) parágrafos 2º e 3º do artigo 28; (vii) Capítulo VIII; e (viii) artigo 42 deste Estatuto Social, assim como a



natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

-
- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2017, QUE APROVA A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA E SUA ENTRADA NO NOVO MERCADO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAMIL ALIMENTOS S.A
CNPJ/MF nº 64.904.295/000
NIRE 35.300.146.735



JUCESP PROTOCOLO
0.827.838/17-7



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2017

1. **LOCAL, DATA E HORA:** Realizada em 21 de julho de 2017, às 09:00 horas, na sede social da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001/1.141 (frente) e Rua Bartolomeu Bueno, nº 298 (lateral), Vila Anastácio.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.
3. **MESA:** Presidida pelo Sr. Jairo Santos Quartiero, o qual escolheu o Sr. Flavio Jardim Vargas para secretariar os trabalhos.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a abertura de capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”); (ii) o pedido registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e adesão ao segmento especial de listagem designado Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”); (iii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, especialmente elaboradas para fins de registro nos termos dos artigos 25 e 26 da ICVM 480/09; (iv) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, bem como refletir o novo capital social da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia de 17 de janeiro de 2017; (v) a designação do Diretor de Relações com Investidores; (vi) consignar expressamente a condição dos Srs. Carlos Alberto Júlio e José Antonio do Prado Fay, membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de junho de 2017, como independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (vii) a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia; (viii) a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; (ix) autorização para a diretoria praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

5.1 a abertura de capital da Companhia e a consequente submissão pela Companhia do pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da ICVM 480;

5.2 a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia junto à B3 e adesão ao Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado;

5.3 as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, especialmente elaboradas para fins de registro nos termos dos artigos 25 e 26 da ICVM 480;

5.4 a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a conformá-lo às exigências legais opostas às companhias, às exigências constantes do Regulamento do Novo Mercado e refletir o novo capital social da Companhia, na forma do Anexo 1, registrando que caso não haja a liquidação da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, a ser realizada, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais normas aplicáveis, até 31 de dezembro de 2017, os acionistas se comprometem irrevogavelmente a reformar o Estatuto Social de forma que possua a redação vigente anterior à presente reforma e consolidação.

5.5 designar o Sr. **Flavio Jardim Vargas**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1001/1141 (frente), Vila Anastácio, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 165.910.258-80 e portador do documento de identidade RG nº 11.836.637-3 SSP/SP, Diretor Financeiro da Companhia, para, cumulativamente, responder pelo cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, conforme exigido pelo artigo 44 da ICVM 480.

5.6 Os acionistas consignam expressamente que os Srs. (i) **Carlos Alberto Júlio**, brasileiro, viúvo, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 6.982.067-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 998.234.978-34; e (ii) **José Antonio do Prado Fay**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº 40.632.247-47 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 210.397.040-34, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001/1.141 (frente) e Rua Bartolomeu Bueno, nº 298 (lateral), Vila Anastácio, os quais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de junho de 2017, para um mandato unificado a se encerrar em na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações

financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, preenchem os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado, sendo considerados, portanto, conselheiros independentes nos termos do referido Regulamento do Novo Mercado.

5.7. a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, na forma do Anexo 2.

5.8. a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, na forma do Anexo 3.

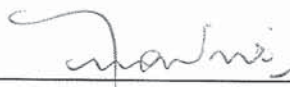
5.9. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Mesa: Jairo Santos Quartiero - Presidente; Flavio Jardim Vargas - Secretário. Acionistas Presentes: Camil Investimentos S.A. (p. Jairo Santos Quartiero e Luciano Maggi Quartiero) e (b) WP XII e Fundo de Investimento em Participações, por seu administrador, Santander Securities Services Brasil DTVM (p. Felipe Aben Athar Sarmiento e Gabriel Seiji dos Santos Yoshino).

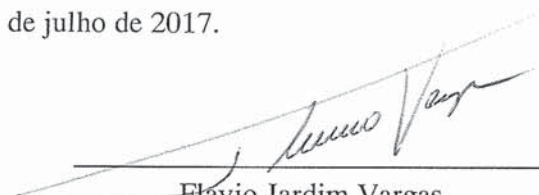
Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 21 de julho de 2017.

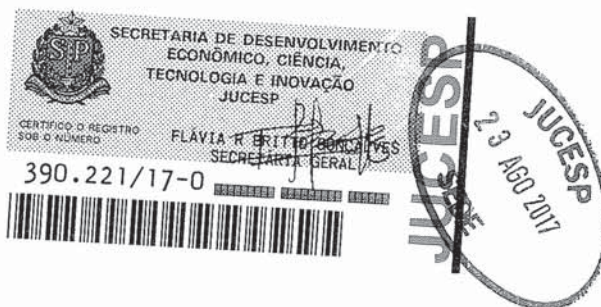
Mesa:



Jairo Santos Quartiero
Presidente



Flavio Jardim Vargas
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2017 APROVANDO A OFERTA PRIMÁRIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03
NIRE 35.300.146.735

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2017

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 28 de agosto de 2017, às 20:00 horas, no escritório corporativo da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do §4º do artigo 20 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Jairo Santos Quartiero, Presidente, e Sr. Jacques Maggi Quartiero, Secretário.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: (i) autorização para realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") ("Oferta") (ii) a autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante emissão de Ações no âmbito da Oferta prevista no item "(i)" acima, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia para a subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sendo que aos titulares de tais ações ordinárias, objeto da Oferta, serão conferidos os mesmos direitos e benefícios conferidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Estatuto Social, às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data da disponibilização do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A." ("Anúncio de Início"); e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, nos termos do item "(ii)" acima, e ratificação dos atos já realizados.

5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem de dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do artigo 20, §1º do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. Aprovar a realização da Oferta, observados os principais termos e condições da Oferta descritos abaixo.

(a) Oferta (i) primária de, inicialmente, 41.000.000 Ações (“Oferta Primária”) e (ii) secundária de, inicialmente, 86.500.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”) a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior;

(b) A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta (“Coordenadores da Oferta”), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Instituições Consorciadas”, respectivamente, e as Instituições Consorciadas, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, “Instituições Participantes da Oferta”), sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais;

(c) Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinadas instituições financeiras (em conjunto, “Agentes de Colocação Internacional”) (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), editada pela SEC, conforme alterada (“*Securities Act*”), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S* (“Regulamento S”), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (“Lei 4.131”), ou da Resolução do

Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 (“Resolução CMN 4.373”) e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada (“Instrução CVM 560”), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC;

(d) Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá, a critério da Companhia e do WP XII e Fundo de Investimento em Participações (“WP FIP”), em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 25.500.000 Ações, das quais até 12.750.000 Ações serão emitidas pela Companhia e até 12.750.000 Ações serão alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”);

(e) Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 19.125.000 Ações, a serem alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Suplementares”), conforme opção a ser outorgada pelo WP FIP ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”);


(f) A distribuição das Ações será feita por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais (“Oferta de Varejo”); e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais (“Oferta Institucional”), observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado; e

(g) O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

5.2. Será oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento do seu capital social, dentro do limite do capital autorizado, com emissão de novas ações ordinárias pela Companhia no âmbito da oferta primária, bem como a proporção entre a oferta primária e a oferta secundária. Aprovar que o aumento do capital social será feito com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, mediante emissão de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem ofertadas por meio da Oferta a ser realizada no Brasil e registrada junto à CVM, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e, para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à ANIBIMA, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização da mesma.

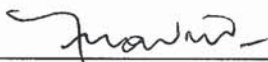
5.4. Consignar que as novas ações emitidas nos termos das deliberações acima farão jus ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data da disponibilização do Anúncio de Início e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia e, a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento do Novo Mercado da B3.

5.5. Aprovar eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável. 

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jairo Santos Quartiero – Presidente; e Jacques Maggi Quartiero – Secretário. **Conselheiros presentes:** Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Thiago Maggi Quartiero, Carlos Alberto Júlio, José Antonio do Prado Fay, Piero Paolo Picchioni Minardi e Alain Juan Pablo Belda Fernandez.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.



Jairo Santos Quartiero
Presidente



Jacques Maggi Quartiero
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03
NIRE 35.300.146.735

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2017

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia [●] de [●] de 2017, às [●] horas, no escritório corporativo da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do §4º do artigo 20 do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. [●], Presidente, e Sr. [●], Secretário.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), objeto de aprovação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de agosto de 2017, no valor nominal unitário de R\$ [●] ([●]), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“Oferta”); **(ii)** a aprovação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, [mediante a emissão de [●] ([●]) ações ordinárias, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da Oferta Primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);] **(iii)** a aprovação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinária de Emissão da Camil Alimentos S.A., (“Prospecto Definitivo”) e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM e dos *Offering Memoranda* da Companhia; **(iv)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como, observada a forma de representação da Companhia, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e **(v)** a verificação da subscrição das Ações e a homologação do novo capital social da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem de dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do artigo 20, § 1º do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. Aprovar o preço de R\$[●] ([●]) por ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”) fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelos instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta (“Coordenadores da Oferta”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A.*” (“Contrato de Colocação”), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”) e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações serão distribuídas por meio da Oferta Primária.

5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$[●] ([●]), o qual passará de R\$[●] ([●]) para R\$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) ações ordinárias, objeto da Oferta Primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta Primária, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Aprovar o Prospecto Definitivo e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM, bem como os *Offering Memoranda* da Companhia.

5.4. Em razão da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do capital social da Companhia, podendo praticar quaisquer atos perante a B3, a CVM, à ANBIMA e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas.

5.5. ato contínuo, verificar a subscrição de [●] ([●]) de Ações no âmbito da Oferta e, conseqüentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R\$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração deverá submeter, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** [●] – Presidente; e [●] – Secretário. **Conselheiros presentes:** [Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Thiago Maggi Quartiero, Carlos Alberto Júlio, José Antonio do Prado Fay, Piero Paolo Picchioni Minardi e Alain Juan Pablo Belda Fernandez].

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [●] de [●] de 2017.

[●]
Presidente

[●]
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DELIBERAÇÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTO DO WP FIP 21 DE JULHO DE 2017 APROVANDO A OFERTA SECUNDÁRIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

WP XII E FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 25.033.015/0001-87

Ata de Reunião do Comitê Gestor e de Investimento realizada em 21 de julho de 2017

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** em 21 de julho de 2017, às 8 horas, na sede do Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., instituição financeira com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno n. 474, 1º andar – Bloco D, Santo Amaro, CEP 04.752-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19 (“Administrador”).
2. **CONVOCAÇÃO:** dispensada, de acordo com o artigo 31, parágrafo primeiro, do regulamento do Fundo (“Regulamento”), devido à presença da totalidade dos membros do Comitê Gestor e de Investimento do **WP XII E Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações devidamente constituído e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação, a Instrução nº 578, promulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 30 de agosto de 2016, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 25.033.015/0001-87 (“Fundo”).
3. **PRESENÇA:** a totalidade dos membros do Comitê Gestor e de Investimento, presentes por teleconferência ou devidamente representados, conforme assinaturas na Lista de Presença das Reuniões do Comitê Gestor e de Investimento.
4. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Tara O’Neill, Presidente; Gregory Louis Reider, Secretário.
5. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aprovar a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da companhia investida Camil Alimentos S.A. (“Companhia”) nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) de acordo com os termos e condições descritos no pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, cuja minuta encontra-se em anexo à presente ata sob a forma de Anexo I (“Pedido de Registro”); **(ii)** instruir o Administrador a comparecer à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a ser realizada em 21 de julho de 2017, às 11 horas e votar favoravelmente em relação às matérias inseridas na ordem do dia; **(iii)** autorizar o Administrador a assinar, em nome do Fundo, o Pedido de Registro; e **(iv)** autorizar o Administrador do Fundo a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações acima.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large blue signature and several smaller ones.

6. DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: Após os assuntos terem sido discutidos e colocados em votação, e de acordo com os incisos II, IV, VII e VIII do Artigo 30 do Regulamento, os membros do Comitê Gestor e de Investimento do Fundo deliberaram, por unanimidade:

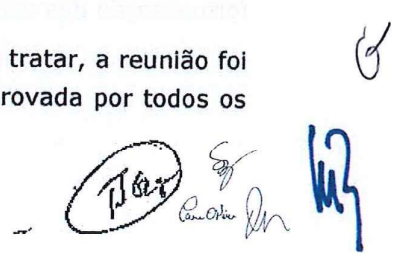
6.1. Aprovar, de acordo com o Artigo 30, inciso II do Regulamento, a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da Companhia nos termos da Instrução CVM 476 de acordo com os termos e condições descritos no Pedido de Registro.

6.2. Instruir o Administrador a, de acordo com o Artigo 30, incisos VII e VIII do Regulamento, em nome do Fundo e representado por seus procuradores, comparecer à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e votar favoravelmente em relação às seguintes matérias inseridas na ordem do dia: **(i)** a abertura de capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ; **(ii)** o pedido registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e adesão ao segmento especial de listagem designado Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado") ; **(iii)** as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, especialmente elaboradas para fins de registro nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 480; **(iv)** a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; **(v)** a designação do Diretor de Relações com Investidores; **(vi)** a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia; **(vii)** a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; e **(viii)** autorização para a diretoria praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

6.3. Autorizar, de acordo com o Artigo 30, inciso IV do Regulamento, o Administrador do Fundo a assinar, em nome do Fundo, o Pedido de Registro.

6.4. Autorizar o Administrador do Fundo a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações ora aprovadas, incluindo a celebração de qualquer documento necessário para participar ou proferir votos favoráveis em assembleias de acionistas ou reuniões de outros órgãos sociais das companhias aqui referidas, boletins de subscrição, livros ou listas de presença de acionistas e/ou outro documento e registro de companhias.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e esta ata preparada, a qual foi lida, analisada e aprovada por todos os



presentes. São Paulo, 21 de julho de 2017. Presidente – Tara O’Neill; Secretário – Gregory Louis Reider.

São Paulo, 21 de julho de 2017




Mesa:



Tara O’Neill
Presidente



Gregory Louis Reider
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

JACQUES MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001/1.141, frente e Rua Bartolomeu Bueno, nº 298, lateral, Vila Anastácio CEP 05093-902, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 157.083.508-06 (“Jacques”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do WP XII e Fundo de Investimento em Participações (“WP FIP”), do Jacques e do Sr. Thiago Maggi Quartiero (“Thiago” e, em conjunto com WP FIP e Jacques, “Acionistas Vendedores”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Coordenador Líder”), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2017, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Jacques, declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.

JACQUES MAGGI QUARTIERO



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

CAMIL ALIMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001 a 1.141, CEP 05093-902, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 64.904.295/0001-03, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Companhia”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do WP XII e Fundo de Investimento em Participações (“WP FIP”), do Sr. Jacques Maggi Quartiero (“Jacques”) e do Sr. Thiago Maggi Quartiero (“Thiago”) e, em conjunto com WP FIP e Jacques, “Acionistas Vendedores”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Coordenador Líder”), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2017, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e



- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

a Companhia declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.


Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.

CAMIL ALIMENTOS S.A.



Nome: Luciano Maggi Quartiero
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Flavio Jardim Vargas
Cargo: Diretor de Relações com Investidores

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

THIAGO MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, empresário, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Fortunato Ferraz, nº 1.001/1.141, frente e Rua Bartolomeu Bueno, nº 298, lateral, Vila Anastácio, CEP 05093-902, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 271.815.418-70 (“Thiago”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do WP XII e Fundo de Investimento em Participações (“WP FIP”), do Thiago e do Sr. Jacques Maggi Quartiero (“Jacques” e, em conjunto com WP FIP e Thiago, “Acionistas Vendedores”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“Coordenador Líder”), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2017, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e



- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

Thiago, declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A. (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.

THIAGO MAGGI QUARTIERO



-
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	15
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras informações relevantes	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	32
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	38
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	48
4.5 - Processos sigilosos relevantes	49
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	50
4.7 - Outras contingências relevantes	51
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	55

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	56
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	60
5.3 - Descrição dos controles internos	63
5.4 - Alterações significativas	65
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	66

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	67
6.3 - Breve histórico	68
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	70
6.6 - Outras informações relevantes	71

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	72
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	76
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	80
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	97
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	98
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	106
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	107
7.8 - Políticas socioambientais	109
7.9 - Outras informações relevantes	110

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	155
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	156
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	157
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	158

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	159
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	160
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	163
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	168
9.2 - Outras informações relevantes	169

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	170
10.2 - Resultado operacional e financeiro	212
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	225
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	226
10.5 - Políticas contábeis críticas	227
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	229
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	230
10.8 - Plano de Negócios	231
10.9 - Outros fatores com influência relevante	233

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	235
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	236

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	237
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	243
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	247
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	249
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	250
12.7/8 - Composição dos comitês	255
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	256

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	257
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	261
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	262
12.13 - Outras informações relevantes	263

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	266
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	274
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	278
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	280
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	284
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	285
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	286
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	287
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	288
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	291
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	292
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	293
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	294
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	295
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	296
13.16 - Outras informações relevantes	297

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	299
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	302

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	303
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	305
14.5 - Outras informações relevantes	306
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	307
15.3 - Distribuição de capital	311
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	312
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	313
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	323
15.7 - Principais operações societárias	324
15.8 - Outras informações relevantes	327
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	329
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	330
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	333
16.4 - Outras informações relevantes	334
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	335
17.2 - Aumentos do capital social	336
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	337
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	338
17.5 - Outras informações relevantes	339
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	340
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	341

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	343
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	344
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	345
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	352
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	353
18.8 - Títulos emitidos no exterior	354
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	355
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	356
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	357
18.12 - Outras informações relevantes	358
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	372
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	373
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	374
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	375
20.2 - Outras informações relevantes	376
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	377
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	378
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	379
21.4 - Outras informações relevantes	380

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Luciano Maggi Quartiero
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Flávio Jardim Vargas
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

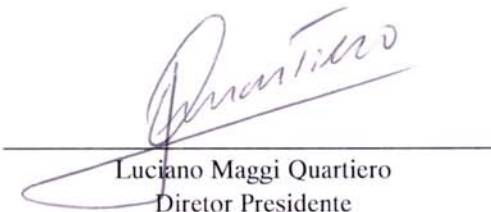
Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

O Sr. Luciano Maggi Quartiero, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº 20.280.735-6 (SSP/SP), e inscrito no CPF sob nº 176.015.658-23, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, n.º 8.501, sala A, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

- a) reviu o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos art. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

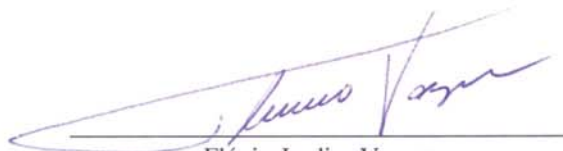


Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente
Camil Alimentos S.A.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Sr. Flávio Jardim Vargas, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade R.G. nº 11.836.637-3, e inscrito no CPF sob nº 165.910.258-80, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, n.º 8.501, sala A, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

- a) reviu o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos art. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Flávio Jardim Vargas
Diretor de Relações com Investidores
Camil Alimentos S.A.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/1994		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS) relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015. Serviços de revisão do ITR referente aos períodos de três meses encerrados em 31 de maio de 2017 e 2016.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O Total da remuneração aos auditores paga no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, correspondeu ao valor de R\$1.958.587,69, referente aos seguintes serviços: i. Serviço de Auditoria: R\$1.521.036,20 ii. Serviços de emissão de carta conforto no âmbito da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio: R\$160.000,00; iii. Serviços de Consultoria: R\$277.551,49.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Douglas Travaglia Lopes Ferreira	01/03/2016 a 28/02/2017	152.963.598-52	Av. Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733761, Fax (11) 25733761, e-mail: douglas.travaglia@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/05/2017)	Exercício social (28/02/2017)	Exercício social (29/02/2016)	Exercício social (28/02/2015)
Patrimônio Líquido	1.341.488.000,00	1.360.723.000,00	1.426.438.000,00	1.143.754.000,00
Ativo Total	3.944.925.000,00	3.830.638.000,00	3.741.804.000,00	3.265.758.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.225.559.000,00	4.947.730.000,00	4.228.949.000,00	3.675.782.000,00
Resultado Bruto	297.400.000,00	1.221.138.000,00	1.034.149.000,00	851.417.000,00
Resultado Líquido	61.197.000,00	201.531.000,00	110.776.000,00	104.960.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	123.017.292	123.017.292	112.986.740	112.986.740
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,900000	11,060000	12,620000	10,120000
Resultado Básico por Ação	0,500000	1,640000	0,980000	0,930000
Resultado Diluído por Ação	0,50	1,64	0,98	0,93

3.2 - Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LA JIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas e receitas financeiras, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA também não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecida por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, entende-se que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para o período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 e os exercícios sociais findos 28 de fevereiro de 2017, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015:

	Período de três meses encerrado em		Exercício Social findo em		
	31.05.17	31.05.16	28.02.17	29.02.16	28.02.15
	<i>(Em milhares de R\$, exceto %)</i>				
EBITDA	127.344	126.455	546.991	422.911	361.287
Margem EBITDA	10,4%	11,1%	11,1%	10,0%	9,8%

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro líquido divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados:

Reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

No período de três meses encerrado em 31 de maio de

Nos exercícios sociais findos em:

3.2 - Medições não contábeis

	2017	2016	28.02.17	29.02.16	28.02.15
	<i>(Em milhares de R\$)</i>				
Lucro Líquido	61.197	50.831	201.531	110.776	104.960
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.058	19.825	100.847	70.435	51.795
(+) Depreciação e Amortização	21.293	23.086	86.599	85.755	76.263
(+/-) Resultado financeiro líquido ((+) despesas financeiras (-) receitas financeiras)	22.796	32.713	158.014	155.945	128.269
EBITDA	127.344	126.455	546.991	422.911	361.287

Margem EBITDA:

	No período de três meses encerrado em 31 de maio de		Nos exercícios sociais findos em:		
	2017	2016	28.02.17	29.02.16	28.02.15
	<i>(Em milhares de R\$)</i>				
Receita Líquida	1.225.559	1.136.217	4.947.730	4.228.949	3.675.782
Margem EBITDA	10,4%	11,1%	11,1%	10,0%	9,8%

Reconciliação da Dívida Líquida

	Em 31 de maio de 2017	Em 28 de fevereiro de 2017	Em 29 de fevereiro de 2016	Em 28 de fevereiro de 2015
	<i>(Em milhares de R\$)</i>			
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - circulante	608.401	780.171	576.906	340.272
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - não circulante	789.817	877.119	913.287	954.108
Instrumentos financeiros - circulante	413	-	-	-
Dívida Bruta	1.398.631	1.657.290	1.490.193	1.294.380

3.2 - Medições não contábeis

(-) Caixa e equivalentes de caixa	-268.619	-139.698	-441.377	-243.978
(-) Aplicações financeiras - circulante	-21.758	-470.677	-50.666	-134.830
(-) Instrumentos financeiros – derivativos – ativo circulante	-	-614	-	-
(-) Aplicações financeiras - não circulante	-33.502	-32.597	-74	-16.936
Dívida Líquida⁽¹⁾	1.074.752	1.013.704	998.076	898.636

(1) A dívida líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de caixa e equivalentes à caixa com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante); com (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado das empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, se entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

A Administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A data de auditorização para emissão das informações financeiras consolidadas trimestrais da Companhia, relativas ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, é 14 de julho de 2017. Nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09, o único evento subsequente constante das informações financeiras consolidadas trimestrais relativas ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 é:

Em 17 de julho de 2017, foi registrada na CVM a Oferta Pública de Distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., que tiveram como lastro direitos creditórios representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia. Na série A foram emitidas 238.020 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com remuneração correspondente a 97% da variação acumulada da taxa DI e vencimento em 21 de julho de 2020. Na série B foram emitidas 166.980 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com remuneração correspondente a 98% da variação acumulada da taxa DI e vencimento em 20 de julho de 2021.

O valor total da oferta foi de R\$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais) e a liquidação financeira ocorreu em 18 de julho de 2017. Para mais informações sobre a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, vide item 18 deste Formulário de Referência.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Regras sobre a retenção de lucros

2017

Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, na forma da lei aplicável.

2016

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, na forma da lei aplicável.

2015

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, na forma da lei aplicável.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Valores das retenções de lucros

Em 30 de junho de 2017, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária distribuir o lucro líquido do exercício de 2016 (R\$201.530.469,34) da seguinte forma: (i) o montante de (i) R\$10.076.523,47 para a Reserva Legal; (ii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$48.891.008,73; (iii) distribuição de dividendos complementares no valor de R\$107.832.813,47, os quais foram pagos à conta de reserva de lucros acumulados, nos termos das atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 1º de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016 e 19 de janeiro de 2017; e (iv) alocação do saldo do lucro líquido do exercício, no montante de R\$38.840.212,72 para a conta de reserva de lucros a distribuir, ficando aprovada a destinação do montante de R\$4.110.089,05, referente à realização da depreciação do valor justo, à conta de reserva de lucros a distribuir.

Em 23 de junho de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária distribuir o lucro líquido do exercício de 2015 (R\$110.773.370,50), da seguinte forma: (i) o montante de R\$5.538.668,52 para a Reserva Legal; e (ii) R\$105.234.701,98 para a Reserva de Lucros Acumulados. Adicionalmente aos valores acima, houve destinação de R\$3.993.399,38, referente à realização da depreciação do valor justo, à conta de reserva de lucros a distribuir.

Em 29 de junho de 2015, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária distribuir o lucro líquido do exercício de 2014 (R\$104.959.963,20), da seguinte forma: (i) o montante de R\$5.247.998,16 para a Reserva Legal; (ii) distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$25.949.596,63, creditados aos acionistas até 31 de julho de 2015; (iii) alocação do saldo, no valor de R\$77.848.789,88 para a conta de reserva de lucros a distribuir, ficando aprovada a destinação do montante de R\$4.086.421,47, referente à realização da depreciação do valor justo, à conta de reserva de lucros a distribuir.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Regras sobre a distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, podendo ser declarados dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras intercalares semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser distribuídos dividendos com base nessas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras intercalares semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser distribuídos dividendos com base nessas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.

Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.

Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.

Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões

No exercício de 2017, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 2ª (até sua quitação em janeiro de 2017), 3ª, 4ª, 5ª e 6ª

No exercício de 2016, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão, que restringem tais pagamentos na

No exercício de 2015, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 2ª, 3ª e 4ª emissão, que restringem tais pagamentos na

3.4 - Política de destinação dos resultados

**judiciais,
administrativas ou
arbitrais**

emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 28/02/2017	Exercício social 29/02/2016	Exercício social 28/02/2015
Lucro líquido ajustado	61.196.000,00	195.564.000,00	109.230.000,00	103.798.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	25,000000	0,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	13,370000	7,660000	9,080000
Dividendo distribuído total	0,00	48.891.000,00	0,00	25.950.000,00
Lucro líquido retido	0,00	48.917.000,00	110.719.000,00	83.096.000,00
Data da aprovação da retenção		30/06/2017	23/06/2016	29/06/2015
Lucro líquido retido	Montante	Montante	Montante	Montante
Ordinária	0,00		0,00	
Dividendo Obrigatório				
Ordinária		48.981.008,73		25.949.596,63
		28/02/2017		28/02/2015

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No primeiro trimestre do exercício social corrente, encerrado em 31 de maio de 2017, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$100.000 mil à conta reserva de lucros, pagos em 25 de maio de 2017.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia ratificou a distribuição de dividendos complementares à conta de reserva de lucros acumulados no valor de R\$107.833 mil, os quais foram pagos em sua totalidade, nos termos das atas de reunião do conselho de administração realizadas em 1º de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016 e 19 de janeiro de 2017.

No exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia ratificou a aprovação e distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros acumulados no valor de R\$4.050 mil, a qual ocorreu em 31 de julho de 2015.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2015, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros acumulados no valor de R\$4.050 mil.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/05/2017	2.603.437.000,00	Índice de Endividamento	1,94000000	
28/02/2017	2.469.915.000,00	Índice de Endividamento	1,82000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/05/2017)									
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Empréstimo	Garantia Real		10.949.000,00	13.409.000,00	1.050.000,00	0,00	25.408.000,00		
Financiamento	Garantia Real		21.230.000,00	29.828.000,00	18.668.000,00	11.614.000,00	81.340.000,00		
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Títulos de dívida	Quirografárias		175.790.000,00	345.693.000,00	185.412.000,00	0,00	706.895.000,00		
Empréstimo	Quirografárias		400.431.000,00	123.161.000,00	61.396.000,00	0,00	584.988.000,00		
Total			608.400.000,00	512.091.000,00	266.526.000,00	11.614.000,00	1.398.631.000,00		

Observação

Para segregação de nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não-circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias), levamos em consideração os seguintes critérios: (i) existência de penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou quaisquer ônus em ativos da Companhia e suas subsidiárias para o caso de garantia real, (ii) existência de cláusula estabelecendo a garantia fluante, para o caso de garantia fluante, (iii) inexistência de quaisquer ônus sobre os ativos da Companhia, para o caso de quirografária, exceto alguns empréstimos de nossas subsidiárias no Uruguai, Chile, Peru e Argentina, que são suportados por uma fiança corporativa da Camil Alimentos S/A.

O valor do item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o valor do item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados à empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, conforme as informações constantes de suas demonstrações financeiras.

Exercício social (28/02/2017)

Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Títulos de dívida	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Empréstimo	Garantia Real		15.306.000,00	12.670.000,00	2.722.000,00	0,00	30.698.000,00		
Financiamento	Garantia Real		32.997.000,00	29.917.000,00	19.002.000,00	13.774.000,00	95.690.000,00		
Empréstimo	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Títulos de dívida	Quirografárias		146.078.000,00	429.256.000,00	185.120.000,00	0,00	760.454.000,00		

Empréstimo	Quirografárias	585.200.000,00	119.831.000,00	65.417.000,00	0,00	770.448.000,00
Total		779.581.000,00	591.674.000,00	272.261.000,00	13.774.000,00	1.657.290.000,00
Observação						
<p>Para segregação de nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não-circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias), levamos em consideração os seguintes critérios: (i) existência de penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou quaisquer ônus em ativos da Companhia e suas subsidiárias para o caso de garantia real, (ii) existência de cláusula estabelecendo a garantia fluante, para o caso de garantia fluante, (iii) inexistência de quaisquer ônus sobre os ativos da Companhia, para o caso de quirografária, exceto alguns empréstimos de nossas subsidiárias no Uruguai, Chile, Peru e Argentina, que são suportados por uma fiança corporativa da Camil Alimentos S/A.</p> <p>O valor do item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o valor do item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados à empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, conforme as informações constantes de suas demonstrações financeiras.</p>						

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem lhe afetar de maneira adversa. Apesar disso, outros riscos não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia de maneira adversa.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4.1. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Relacionados à Companhia:

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de expansão, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia tem como estratégia a expansão de seus negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, inclusive crescimento em categorias de produtos, regiões e países diferentes daqueles em que atua. O processo de integração de qualquer negócio adquirido pode sujeitar a Companhia a determinados riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos decorrentes de:

- custos que não foram antecipados e atrasos;
- oposição dos credores e acionistas da Companhia;
- integração de empresas, novas linhas de negócios e culturas de gestão diferentes;
- integração de novas marcas e produtos ao seu portfólio;
- integração de novos beneficiadores, vendedores ou distribuidores;
- exclusão de estruturas organizacionais consideradas redundantes;
- funcionamento em novos mercados e áreas geográficas;
- necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da administração da Companhia no dia-a-dia das atividades operacionais;
- necessidade de lidar com novas matérias-primas, fornecedores e clientes;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- retenção, contratação e treinamento de pessoal-chave; e
- obtenção de todas as autorizações necessárias em tempo hábil, incluindo de autoridades de defesa da concorrência e demais autoridades.

Adicionalmente, a Companhia pode vir a descobrir contingências, passivos ou riscos regulatórios, políticos ou econômicos em empresas adquiridas, não identificados anteriormente por meio de auditoria, em relação aos quais poderá ser responsabilizada, inclusive, na qualidade de sucessora. Os tribunais brasileiros têm entendido que o acionista controlador, a entidade sucessora de outra sociedade, a sociedade receptora de ativos de outra sociedade e empresas de um mesmo grupo econômico ou societário podem ser responsáveis por obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais, referentes a direitos do consumidor e ambientais de empresas ligadas, adquiridas ou que anteriormente detinham seus ativos, conforme o caso.

Não é possível assegurar que a Companhia conseguirá aproveitar oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo para a Companhia no futuro. A incapacidade da Companhia de consumir aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode afetá-la adversamente. Ainda, caso a Companhia venha incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados.

A identidade e reputação das marcas da Companhia são essenciais para o sucesso de seu negócio. A Companhia pode não conseguir manter a reputação e o reconhecimento das suas marcas ou desenvolver novas marcas com sucesso, o que poderá afetá-la adversamente.

As marcas da Companhia têm valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos. Os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas. A Companhia tem a intenção de expandir seu negócio também com a aquisição de linhas de negócios complementares às suas operações e desenvolver marcas dentro dessas linhas de negócios. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos, ou em caso de potencial conflito de interesses entre marcas próprias (*private labels*) dos canais de distribuição, ou caso sua reputação e/ou a qualidade dos seus produtos, de alguma forma, sejam prejudicados, questionados ou, ainda, se a capacidade do mercado absorver o prêmio cobrado pelos produtos da Companhia sofrer diminuição ou deixar de existir por completo. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

Parcela relevante da dívida bruta da Companhia vencerá nos próximos anos, sendo que os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas restritivas. A incapacidade de a Companhia quitar seu endividamento tempestivamente, observar as restrições contratuais e obter capital adicional necessário para seu crescimento futuro, poderá afetar adversamente seus negócios, a capacidade de honrar as suas obrigações, bem como sua situação financeira.

Em 31 de maio de 2017, a dívida bruta consolidada da Companhia (composta de empréstimos, financiamentos, debêntures circulante e não circulante e instrumentos financeiros passivos) era de R\$1.398,6 milhões, sendo 97% de seu endividamento com vencimento nos próximos 5 (cinco) anos: R\$608,8 milhões a vencer em 2018, R\$162,4 milhões a vencer em 2019, R\$341,2 milhões a vencer em 2020, R\$240,2 milhões a vencer em 2021, R\$32,2 milhões a vencer em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

2022, R\$13,8 milhões a vencer após de 2022.

Os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a sua capacidade e a capacidade de suas controladas de contrair ou garantir dívidas adicionais, exigindo observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, emitir ou vender participações acionárias em empresas controladas, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Os índices financeiros que devem ser mantidos pela Companhia nos referidos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários estão descritos nos itens 10.1 e 18.12 deste Formulário de Referência. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros.

Além disso, a Companhia poderá precisar levantar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente sua liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira, o resultado de suas operações e sua estratégia de expansão.

A interrupção ou perda de certas plantas industriais da Companhia ou de terceiros pode afetar negativamente a Companhia.

A Companhia possui 29 plantas industriais espalhadas pelos cinco países em que atua, voltadas para processamento, beneficiamento ou empacotamento de seus produtos. Ademais seus produtos também são processados e/ou empacotados por terceiros. A interrupção ou perda de plantas industriais, em virtude de acidentes, desastres naturais ou outros fatores sobre os quais a Companhia não tem qualquer controle, bem como decorrentes de interrupções nos sistemas de informação ou no fornecimento de energia elétrica, greve ou paralisação de empregados podem reduzir ou paralisar parte da produção da Companhia, afetando de maneira adversa suas operações e sua condição financeira.

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou da sua capacidade de atrair e reter profissionais qualificados para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia depende, em grande parte, da experiência e *know-how* de membros da sua alta administração, formada por experientes executivos e empregados-chave. Seu sucesso e crescimento futuros dependem da capacidade de manter os atuais membros da alta administração, assim como atrair e reter novos profissionais qualificados. A Companhia não pode

4.1 - Descrição dos fatores de risco

garantir que conseguirá atrair e reter administradores qualificados. A perda de qualquer membro da sua alta administração ou a sua incapacidade de atrair e reter outros profissionais qualificados pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de implementar suas estratégias e, conseqüentemente, seus resultados.

Adicionalmente, os empregados-chave poderão optar por deixar seu emprego por diversos motivos, inclusive motivos que estão fora do controle da Companhia. A Companhia não pode garantir que, no caso de desligamento de empregados-chave, será capaz de recrutar outras pessoas com experiência e capacidade similares a um custo equivalente. Caso a Companhia não seja capaz de atrair ou manter empregados-chave e administrá-los com êxito, seu negócio, situação financeira, resultados operacionais e posição de competitividade poderão ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais e em procedimentos administrativos e arbitrais em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e de direito do consumidor, dentre outras. Uma ou mais decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter efeito negativo relevante sobre seus resultados.

Adicionalmente, dependendo do objeto do processo judicial ou arbitral ou do procedimento administrativo, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado final. Esse é o caso, por exemplo, de eventuais processos judiciais envolvendo alegadas violações ao direito do consumidor, que questionem a qualidade dos seus produtos e que possam afetar a imagem da Companhia e/ou de seus produtos diante dos seus consumidores. Diante disso, em caso de decisões desfavoráveis, a imagem e reputação da Companhia e, como consequência seus resultados e operações, poderão ser adversamente afetados.

A Companhia ainda é parte em processos judiciais e em procedimentos administrativos e arbitrais de sociedades por ela adquiridas. Caso a Companhia venha a ser obrigada a oferecer garantias em juízo no âmbito de tais processos ou caso a Companhia seja condenada nesses processos e procedimentos, sua condição financeira e a continuidade regular de suas atividades poderão ser negativamente afetadas. A Companhia celebrou Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com o Ministério Público, por meio dos quais assumiu determinados compromissos. No entanto, caso a Companhia deixe de cumprir com tais obrigações, estará sujeita às penalidades previstas no respectivo TAC, podendo ainda ser proposta ação judicial e, caso a Companhia seja condenada, suas condições financeiras e operacionais poderão ser negativamente afetadas.

A Companhia também terceiriza diversos serviços, o que faz com que possa ser adversamente afetada caso seja condenada solidaria ou subsidiariamente com a empresa terceirizada por obrigações da empresa terceirizada ou caso a terceirização seja descaracterizada. Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais, arbitrais e administrativos envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, além dos Termos de Ajustamento de Condutas celebrados, vide o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Riscos sanitários relativos ao setor de alimentos podem prejudicar vendas dos produtos da Companhia, sendo que a Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes com consumidores, estando sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, acarretando um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia produz e vende alimentos para consumo humano e está sujeita a riscos relativos a seus produtos por envolverem questões de nutrição e saúde, incluindo riscos causados por contaminação, adulteração ou deterioração de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

alimentos. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderá impactar negativamente a imagem das marcas, a sua reputação e suas atividades. Ademais, qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos produtos comercializados pela Companhia ou mesmo por seus concorrentes poderão acarretar publicidade negativa, podendo causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e qualidade de seus produtos ou até mesmo dos seus setores de atuação em geral. Tais incidentes poderão resultar em custos significativos com processos judiciais e administrativos, pagamentos de indenizações, *recall* de produtos e impacto negativo na imagem da Companhia, o que pode afetá-la adversamente.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações.

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são ferramentas essenciais para manter suas plataformas de produção, distribuição e logística integradas e, conseqüentemente, garantir a agilidade e flexibilidade dos seus negócios, bem como para controlar as necessidades de matéria-prima e o estoque. O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser interrompido ou comprometido devido a eventos fora do controle da Companhia, inclusive, mas não se limitando, em decorrência de desastres naturais, falhas humanas, de programação, na infraestrutura de telecomunicação da Companhia e/ou na dos seus fornecedores e na prestação de serviços de *datacenter*, assim como em decorrência de incêndio, explosões, violação dos seus sistemas de tecnologia da informação por *hackers*, vírus de computador, outros desastres e fatores ou incidentes alheios ao seu controle. Uma interrupção prolongada no funcionamento desses *datacenters*, em conjunto ou isoladamente, pode prejudicar o contínuo funcionamento das operações da Companhia no Brasil e nos demais países em que atua, conforme o caso, e afetá-la adversamente.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais, bem como estar sujeita a restrições à distribuição de dividendos contidas em contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Para mais informações sobre as restrições de pagamento de dividendos decorrentes de contratos financeiros, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência. Caso qualquer destes eventos ocorra, os acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia contratou diversas apólices de seguro junto a seguradoras com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Companhia possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios ou decorrente de indenização a terceiros, o que poderá impactar nos resultados operacionais da Companhia, causando efeitos adversos para os seus negócios. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro, ou mantê-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar uma perda significativa nos resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas. A ocorrência de quaisquer desses fatos poderá impactar a Companhia de maneira adversa.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que pode resultar em uma diluição da participação de seus acionistas no capital social da Companhia.

Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. Qualquer emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia podem diluir a participação de acionista em seu capital social.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social.

b) Relacionados ao controlador direto ou indireto ou grupo de controle da Companhia:

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm, direta e indiretamente, poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou realizar outras operações contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de sua emissão.

c) Relacionados aos acionistas da Companhia:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não identificou fatores de risco relacionados a seus acionistas.

d) Relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia:

Parte dos resultados da Companhia depende dos negócios, situação financeira e resultados operacionais de determinadas controladas, que, caso deteriorem-se, poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia desenvolve parte de seus negócios por meio de controladas com sede no exterior. Eventual redução da capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa de referidas controladas poderá provocar a redução dos dividendos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pagos à Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios, resultados e condição financeira. Adicionalmente, algumas das controladas podem requerer novos investimentos originalmente não previstos, bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para a Companhia ou, ainda, poderão sofrer restrições de remessa de dividendos ao exterior. Ainda, caso ocorra desvalorização cambial em um ou mais países em que as controladas da Companhia atuam, o resultado das controladas sofrerá redução. Assim, não há como garantir que as controladas gerarão resultado suficiente para distribuir dividendos à Companhia e, mesmo que gerem resultado suficiente, não há garantias que tais recursos serão transferidos à Companhia, o que poderá gerar efeito adverso nos seus resultados.

e) Relacionados aos fornecedores da Companhia:

Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia adquire a maioria do açúcar que empacota e comercializa da Raízen Energia S.A. (“Fornecedor”), atualmente seu principal e mais relevante fornecedor de açúcar refinado, com o qual celebrou um contrato de fornecimento de longo prazo, com vencimento em 1º de julho de 2031, pelo qual o Fornecedor se obrigou a fornecer à Companhia e a Companhia se obrigou a adquirir do Fornecedor, açúcar em volumes e condições acordados periodicamente e a preço de mercado (“Contrato de Fornecimento”).

Nas hipóteses de término ou rescisão antecipada do Contrato de Fornecimento, de o Fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda do produto para a Companhia, ou, ainda, entregar à Companhia quantidade reduzida de açúcar, por qualquer motivo, a Companhia poderá não ser capaz de encontrar fornecedores substitutos ou volumes complementares de açúcar no mercado e, caso consiga, não pode assegurar que o fará tempestivamente e nas mesmas condições de preço e qualidade. Eventual redução do volume de açúcar fornecido pelo Fornecedor ou escassez de açúcar no mercado, poderá afetar negativamente os negócios de açúcar da Companhia, reduzindo ou limitando o volume de açúcar comercializado pela Companhia, de forma que a Companhia poderá ter sua estratégia de crescimento, receita, rentabilidade e imagem junto a clientes e consumidores negativamente afetadas.

Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente por flutuações nos preços de matérias primas e demais eventos relacionados a insumos.

Os custos incorridos pela Companhia com as suas principais matérias primas (arroz, feijão, açúcar e pescados) representa uma parcela significativa de seu custo de vendas. A Companhia adquire tais matérias primas de diversos produtores e fornecedores independentes, em volumes necessários para suprir as suas necessidades operacionais. Os preços destes produtos são cíclicos e estão sujeitos à volatilidade do mercado (e.g., oferta e demanda global e, no caso do açúcar, com base na cotação da bolsa de Nova Iorque), bem como à cotação do dólar. Nesse sentido, os preços destas matérias primas podem ser impactados por diversos fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo condições climáticas, incidência de pragas, disponibilidade e adequação do fornecimento destas matérias primas às suas necessidades, utilização de cultivos para gerar energia alternativa, legislação, regulamentação, políticas governamentais, flutuações das taxas de câmbio e condições econômicas gerais. Caso ocorram aumentos significativos nos preços destas matérias primas, a Companhia poderá ter sua receita e lucratividade afetadas.

f) Relacionados aos clientes da Companhia:

Parcela relevante da receita líquida de vendas e serviços da Companhia decorre da receita gerada por um número limitado de grandes redes varejistas. Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar empresas do setor a reduzir suas margens, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O resultado das operações da Companhia depende de maneira relevante de algumas grandes redes varejistas.

O porte desses clientes permite que eles estejam em uma posição privilegiada nas negociações com relação aos preços dos produtos da Companhia. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de suportar as pressões que vier a sofrer dos seus clientes para reduzir ou não reajustar os preços dos seus produtos, ou venha a reajustá-los de maneira que não seja compatível com o incremento de seus custos, a Companhia poderá ter sua lucratividade adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia não seja capaz de manter o relacionamento comercial com esses clientes, ou substituí-los por clientes do mesmo porte, a Companhia poderá ter sua receita negativamente afetada.

g) Relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue:

A interrupção dos transportes e serviços de logística, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo portos, armazéns, rodovias e todos os meios de transporte operados pela Companhia, seus provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou a fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer razão, poderá afetar negativamente os resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia.

No Brasil, são necessários investimentos substanciais em infraestrutura logística para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da produção agrícola brasileira ainda é transportada por caminhões, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessários para manutenção da infraestrutura do Brasil podem não ser feitos ou não ocorrerem no momento oportuno, o que pode deteriorar sua situação, prejudicando a demanda ou os preços dos produtos da Companhia, impedir sua entrega, impor custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre os seus negócios, condição financeira e resultados de operações.

A Companhia atua em um setor competitivo e sua consolidação poderá intensificar a concorrência.

O setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente competitivo. A Companhia enfrenta a concorrência de empresas de portes variados, inclusive maiores e com mais recursos que a Companhia. Em geral, a competição no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é determinada, dentre outros, pela qualidade dos produtos, reconhecimento da marca, agilidade e preço dos serviços de entrega e relacionamento com clientes. Atualmente, o setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente fragmentado, sendo que nenhuma empresa possui, por exemplo, 17,0% de participação em volume produzido entre os principais fabricantes de arroz no Brasil. Em razão do processo de consolidação do mercado, a Companhia não pode garantir que novos competidores não ingressarão no setor de alimentos ou que os atuais não se tornarão mais competitivos. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a sua participação de mercado no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul, tampouco que os atuais e novos competidores não adquirirão experiência e *know-how* para desenvolver produtos de qualidade a preços competitivos. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em se posicionar em relação à sua concorrência, poderá ter sua capacidade financeira afetada e diminuição da sua receita.

h) Relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez.

A Companhia é titular de benefícios fiscais concedidos por diversos estados, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos. O montante total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS foi de R\$14,5 milhões para o período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, R\$56,1 milhões para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, R\$48,3 milhões para o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, e R\$42,1 milhões para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015. Caso a Companhia deixe de cumprir determinadas obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e a Companhia poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios. A Companhia não pode garantir que terá sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade da Companhia e os preços de seus produtos, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente os resultados financeiros da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais, incluindo, mas não limitado a regulamentação aplicável ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e a reestruturações societárias, incluindo o aproveitamento de ágio advindo de tais operações. A Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. Para informações sobre questionamento por parte da Receita Federal quanto à contabilização e amortização do ágio pela Companhia ou sobre a contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros (FUNRURAL), vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Falta ou atrasos na obtenção e/ou renovação das licenças, autorizações, alvarás e registros necessários pode prejudicar o regular funcionamento das operações da Companhia.

O funcionamento regular das plantas da Companhia (e de terceiros que forneçam produtos à Companhia) e de seus centros de distribuição depende da obtenção e manutenção, dentre outros, de várias licenças, autorizações, alvarás e registros de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos demais países onde a Companhia opera, incluindo, dentre outros, (1) de instalação e funcionamento, (2) do corpo de bombeiros, e (3) de vigilância, controle e fiscalização sanitários. Adicionalmente, a expansão das operações da Companhia pode exigir que a Companhia obtenha outras licenças, autorizações, alvarás e/ou registros, perante as autoridades competentes, que também poderão determinar que a Companhia realize mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto efetivo ou potencial gerado pelas atividades da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou renovar suas licenças, autorizações, alvarás e registros, ou que as autoridades competentes não se recusarão a emití-los ou renová-los ou não atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que (i) os processos para obtenção, ajuste ou renovação dessas licenças, autorizações, alvarás e registros não se tornarão mais difíceis, a exemplo da exigência da compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado ou a execução de mudanças operacionais, a fim de limitar impactos ou potenciais impactos gerados pelas atividades praticadas pela Companhia, ou (ii) que não serão impostas licenças, autorizações, regulamentações, alvarás e registros adicionais pelas autoridades competentes.

Qualquer desses fatores pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, o que pode obrigá-la a desviar recursos destinados à sua estratégia de expansão para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, ou comprometer o regular funcionamento das suas plantas e centros de distribuição. Ainda, o desenvolvimento de atividades sem as devidas licenças ou em desconformidade com as licenças e suas exigências técnicas pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação das licenças atuais e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

i) Relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue:

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a países onde opera e para os quais exporta.

A Companhia possui controladas relevantes no Uruguai, Peru, Chile e Argentina, e pode expandir suas operações para outros países. No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, a receita líquida auferida em cada um de tais países foi de R\$844,8 milhões, R\$313,1 milhões, R\$306,2 milhões, e R\$ 39,5 milhões, respectivamente. A Companhia está sujeita a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América do Sul nos quais atua ou venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar. Sendo assim, a Companhia poderá ser adversamente afetada por fatores que estão além do seu controle, principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior e/ou repatriação de recursos, incluindo remessa de dividendos;
- política fiscal e regime tributário;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor alimentício, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;
- alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- falhas ou atrasos na obtenção ou manutenção de licenças e autorizações necessárias ao regular funcionamento das suas operações nos diferentes mercados nos quais atua ou venha a atuar;
- greves nos portos, receita e polícia federal e alfândegas e outras interrupções no transporte dos seus produtos;
- aumento da participação governamental na economia, incluindo por meio de desapropriações; e
- terremotos, desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

políticas e sociais dos países da América do Sul nos quais a Companhia atua ou que venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar, poderão afetar o desempenho financeiro da Companhia no mercado.

j) Relacionados a questões socioambientais:

A Companhia está sujeita a normas ambientais.

As sociedades que realizam o beneficiamento de alimentos, como a Companhia, estão sujeitas à regulamentação ambiental, alimentar e sanitária prevista na legislação e à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos países onde operam.

A regulamentação ambiental dispõe, entre outros temas, sobre (1) reparação dos impactos gerados pelas atividades da Companhia, através do licenciamento ambiental, (2) manuseio, tratamento, transporte e descarte de resíduos, (3) descargas de poluentes na água, ar e solo, e (4) utilização de substâncias controladas para limpeza de equipamentos. Além disso, empresas que a Companhia contrata para realizar a coleta, tratamento, transporte e descarte final de resíduos que gera também devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação ambiental aplicável. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados dos resíduos gerados pressupõe prévia aprovação dos órgãos ambientais competentes.

Caso a Companhia, seus administradores ou terceiros que venham a ser contratados pela Companhia não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, a Companhia estará sujeita à imposição de sanções administrativas e penais, incluindo detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento e/ou à suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito.

A obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente pode ser combinada com outras penalidades acima descritas. Na esfera civil, por exemplo, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na ação que causou o dano, independentemente da comprovação de culpa. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, a Companhia não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. A Companhia pode ser considerada responsável por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação ambiental não se tornarão mais severas ou sujeitarão a Companhia a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. A Companhia também não pode garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre tal legislação e regulamentação. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação ambiental podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades e de seus negócios, conforme abaixo descritos. Esses riscos envolvem alterações na taxa de juros, índices de inadimplência no crédito, assim como flutuações na taxa de câmbio, que podem afetar adversamente o valor dos passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, o custo de insumos e produtos acabados representou respectivamente 82,5%, 83,3% e 85,2% dos nossos custos dos produtos vendidos.

Risco de compra de açúcar

Esse risco refere-se ao custo da aquisição de açúcar. Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia possui um contrato de fornecimento de longo prazo com o seu Fornecedor sob condições de *take-or-pay*. Para mais informações sobre esse contrato, vide item 7.3.e.ii. O custo de compra do açúcar da Companhia baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto o preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ refinado como uma de suas referências. Caso ocorra uma variação relevante entre tais indexadores, o resultado operacional da Companhia poderá ser adversamente afetado. Nos últimos três exercícios sociais, custo da aquisição de açúcar representou respectivamente 27,6%, 16,5% e 14,5% dose nossos custos dos produtos vendidos.

Se a Companhia não conseguir repassar aumentos no custo de suas matérias primas para os seus clientes, os seus resultados operacionais podem sofrer um impacto adverso.

Risco de inflação

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas, tendo impactos negativos relevantes sobre a economia brasileira. Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, e se será possível realizar o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados por seus produtos, podendo haver diminuição das margens líquidas e operacionais da Companhia.

Risco de taxa de juros

A Companhia pode vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia está exposta ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função de dívidas referenciadas em Taxa Relativa aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”). Caso tais índices sofram flutuações significativas, os custos necessários para a Companhia se financiar aumentarão, tendo um impacto negativo nas receitas da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2017, os empréstimos e financiamentos da Companhia remuneradas à CDI somavam R\$1.250,4 milhões.

Risco de taxa de câmbio

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia divulga os seus resultados consolidados em reais e, no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, 25,6% de suas receitas líquidas de vendas e serviços foram geradas por companhias operacionais que têm moedas funcionais diferentes do real, sendo: dólar norte americano; peso chileno; peso argentino; e novo sol - Peru (ou seja, na maioria dos casos, a moeda local da respectiva companhia operacional). Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio entre as moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia e o real afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado. As variações das moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia frente ao real poderão reduzir as contribuições dessas sociedades operacionais na demonstração de resultado consolidado da Companhia e no seu balanço patrimonial consolidado.

A Companhia também incorre em riscos de operações de câmbio se uma de suas companhias operacionais celebrar operações usando moedas que não sejam suas respectivas moedas funcionais.

Risco de Crédito

As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato, gerando uma perda financeira para a Companhia. A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber, com saldo de R\$1.180,0 milhões em 28 de fevereiro de 2017.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Em 28 de fevereiro de 2017, o montante de empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar era de R\$1.295,9 milhões. Caso a Companhia tenha dificuldade em cumprir com as suas obrigações financeiras seus resultados operacionais poderão ser adversamente impactados.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser negativamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- variação cambial;
- expansão ou contração da economia brasileira e/ou internacional, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de juros;
- reduções salariais e dos níveis econômicos;

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- aumento do desemprego;
- políticas cambiais, monetária e fiscal;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- racionamento de água e energia;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- intervenção, modificação ou rescisão de acordos governamentais e/ou autorizações governamentais; e
- outros fatores políticos, sociais, diplomáticos e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades e os resultados operacionais da Companhia e, inclusive, o preço de negociação de ações de sua emissão.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, podendo afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente, e continua influenciando, o desempenho da economia do país, a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias estatais e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos das maiores companhias estatais e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante a Operação Lava Jato.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações.

Além disso, a economia brasileira continua sujeita aos efeitos do resultado do processo de impeachment que, após julgamento pelo Senado em 31 de agosto de 2016, resultou no impeachment da, então presidente, Dilma Rousseff e na posse do vice-presidente, Michel Temer, do cargo de presidente do Brasil, com mandato até dezembro de 2018. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Neste contexto, é atualmente incerto se o Sr. Michel Temer terá o apoio do Congresso acerca de políticas futuras que seu governo anunciou. Além disso, o Sr. Michel Temer e seu governo têm sido alvo de protestos generalizados em todo o Brasil desde que assumiu o poder em caráter provisório e ora definitivo. Recentemente, o Sr. Michel Temer foi implicado em alegações de conduta irregular e o Supremo Tribunal Federal aprovou uma investigação para apurar tais alegações. O

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

desenvolvimento desta investigação poderá afetar adversamente a economia brasileira e conseqüentemente os negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais. No fim do primeiro semestre de 2017, a Câmara dos Deputados recebeu inúmeros pedidos de impeachment do Sr. Michel Temer em decorrência de delações divulgadas ao público. Referidos pedidos estão em andamento e aguardam avaliação do presidente da Câmara dos Deputados.

A Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro. Quaisquer dos fatores acima podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, impactar adversamente a Companhia e aumentar a volatilidade do mercado acionário brasileiro.

Esforços governamentais podem impactar as taxas de juros e a inflação, influenciando assim o crescimento da economia brasileira e as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A política de controle da inflação, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A taxa anual de inflação medida pelo IGP-M sofreu oscilações nos últimos anos, sendo de 3,67% em 2014, 10,54% em 2015 e 7,19% em 2016. O índice anual de preços, por sua vez, conforme medido pelo IPCA, vem apresentando taxas de 6,41% em 2014, 10,67% em 2015 e 6,29% em 2016. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com elevadas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2014, 2015 e 2016 foram de 11,75%, 14,25% e 13,75% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Aumentos sucessivos na inflação, podem aumentar os custos e despesas da Companhia e conseqüentemente afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e no mercado de títulos e valores mobiliários para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento de inflação. Se o Brasil experimentar nível de inflação elevada no futuro, a Companhia poderá não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá afetar sua condição financeira. Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A elevação das taxas de juros poderá impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2014, o Real se desvalorizou frente ao Dólar em 13,39%, fechando o exercício em R\$2,6562. Em 2015, o Real se desvalorizou frente ao Dólar em 47,01%, fechando o exercício em R\$3,9048. Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R\$3,2591. Em 31 de maio 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,2437. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Alguns dos custos da Companhia são indexados ao Dólar e qualquer desvalorização do Real poderia, portanto, aumentar os custos de produtos importados e serviços contratados pela Companhia e precificados em moedas estrangeiras. O custo de aquisição de matérias primas pela Companhia, como o de açúcar, pode aumentar caso o Dólar se valorize. Adicionalmente, variações cambiais afetam a receita proveniente do Segmento Alimentício Internacional. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce qualquer influência sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*. Standard & Poor's inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. Em dezembro de 2015, Moody's colocou os *ratings* de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, rebaixou os *ratings* de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Como resultado, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de *rating* e, conseqüentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de *ratings*.

Qualquer rebaixamento de *ratings* de crédito soberano brasileiro poderia aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, principalmente no segmento de listagem da Companhia poderão limitar substancialmente a capacidade dos titulares das ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e/ou na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Formulário de Referência, um mercado ativo ou líquido para as ações de emissão da Companhia, não sendo possível prever em que medida o interesse dos investidores da Companhia ocasionará o desenvolvimento de uma demanda para a negociação das suas ações no segmento da B3 em que serão negociadas e o quanto líquido poderá vir a ser esse mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial em relação aos seus investimentos; e (ii) restrições ao investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente inferior, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como o dos Estados Unidos da América.

Os fatores descritos acima poderão restringir a capacidade dos acionistas da Companhia de buscar liquidez em seus investimentos em ações de emissão da Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Seguem abaixo os processos relevantes para a Companhia, em 31 de maio de 2017:

(i) *Trabalhistas*

Em 31 de maio de 2017, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0000642-29.2011.5.01.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/05/2011
Partes no processo	<p>(Autor) Ministério Público do Trabalho</p> <p>(Réu) Docelar Alimentos S.A. (incorporada pela Companhia) Raízen Tarumã S.A. Raízen Energia S.A. Cosan S.A. Indústria e Comércio IBL – Intermodal Logística Ltda. AGMSBS Transportes Ltda. AGM Armazéns Gerais Murundu Ltda. CATCD Cooperativa de Apoio aos Trabalhadores em Carga e Descarga Russo Braço Forte Carga e Descarga Ltda. Jomabre Transportes Ltda. Cooperativa de Trabalho CoopBrasil RJ Ltda. SINTRAMAERJ - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadoria em Geral e Auxiliares em Administração de Armazéns Gerais Similares e Conexos e Assemelhados do Estado do Rio de Janeiro</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$9.530.105,90 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	<p>O Ministério Público do Trabalho de Rio de Janeiro alega que as empresas ré praticaram terceirização irregular e a dotaram práticas trabalhistas análogas às de escravidão e requereu (i) a regularização das condições de trabalho de todos os trabalhadores que lhes prestam serviços; (ii) a rescisão dos contratos com as empresas corré que fornecem mão de obra; (iii) a abstenção de utilizar mão de obra intermediada por pessoas interpostas para prestação de serviços ligados a suas atividades-fim ou meio; (iv) a contratação de todos os trabalhadores que exercem as atividades de transporte, “lonamento”, “paletização” e carga e descarga de mercadorias; (v) o respeito aos limites da jornada de trabalho; (vi) o correto pagamento de salários; (vii) o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; e (viii) o pagamento de indenização no valor histórico de R\$5.000.000,00, a título de reparação, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.</p> <p>A Docelar apresentou defesa aduzindo que segue rigorosamente a legislação trabalhista, que as atividades de transporte questionadas se tratam de atividades meio, podendo, portanto, serem terceirizadas. A Companhia se apresentou nos autos, em 24/04/2016, informando que incorporou a Docelar, bem como que, à época dos fatos, a Docelar era empresa dormiente. Requereu, por fim, sua exclusão do polo passivo.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	O processo se encontra em fase de instrução, tendo sido concedido prazo para as partes apresentarem manifestações finais, com a remessa posterior para prolação de sentença.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multas e honorários advocatícios, bem como poderá haver dano à imagem e impactos operacionais e financeiros causados por obrigações de fazer ou de não fazer.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 0001550-50.2013.5.15.0125	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Sertãozinho, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	14/08/2013
Partes no processo	(Autor) Ministério Público do Trabalho (Réu) Docelar Alimentos S.A. (incorporada pela Companhia). Biosev Bioenergia S.A. Usina São Francisco S/A Usina Santo Antonio S/A Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo. Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias em Geral de Sertãozinho
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$763.896,05 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pretende que o Sindicato se abstenha de fazer a intermediação de mão de obra às empresas tomadoras, bem como de fornecer mão de obra não eventual, sob a nomenclatura de trabalho avulso, na forma da Lei nº 12.023/2009. Adicionalmente, o Ministério Público do Trabalho requereu o vínculo empregatício entre os empregados avulsos e as empresas que se utilizam desses serviços, bem como o pagamento de indenização por dano moral coletivo. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo se encontra em fase de instrução processual, tendo sido dado prazo para as partes apresentarem manifestações finais e posteriormente será encaminhado para prolação de sentença.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia deverá reconhecer o vínculo empregatício dos trabalhadores o que poderá afetar sua situação financeira adversamente, considerando os custos de reconhecimento de vínculo empregatício, acrescido de eventual indenização por dano moral coletivo, eventuais honorários advocatícios, bem como poderá causar impactos operacionais causados pelas obrigações de fazer ou de não fazer.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(ii) Tributários

Em 31 de maio de 2017, a Companhia figurava como ré e/ou autora nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 10480.723715/2010-12	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	30/11/2010
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$12.481.863,60 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	O Autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2005 a 2006, bem como o pagamento de imposto de importação no valor de R\$12.481.863,60. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação para contestar o auto de infração julgado parcialmente procedente, reconhecendo a decadência das parcelas referentes ao período de fevereiro a dezembro de 2005. A Companhia apresentou novamente Recurso Voluntário, por meio do qual foi julgado procedente o auto de infração, contudo a decisão ainda não foi publicada para que a Companhia possa apresentar Recurso Especial.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 10480.721448/2011-20	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância
Data de instauração	03/03/2011
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$33.005.284,82 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	O autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	2007 a 2009, bem como o pagamento de imposto de importação no valor de R\$33.005.284,82. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação para contestar o auto de infração julgado procedente por não ter analisado a manifestação da Companhia. A delegacia de julgamento manifestou nova decisão de procedência ao auto de infração e, desta forma, a Companhia apresentou novamente Recurso Voluntário e aguarda julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 19515.003259/2004-72	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	14/12/2004
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.354.088,31
Principais fatos	Auto de infração lavrado para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, relativos ao período de 1999 a 2003, sob o argumento de que a despesa com ágio decorrente da incorporação de empresa na qual a Companhia subscreveu e adquiriu ações acima do seu valor de emissão seria indedutível do IRPJ e da CSLL. Apresentada impugnação, após decisão desfavorável à Companhia foi interposto Recurso Voluntário. Sobreveio acórdão mantendo o Auto de Infração e, conseqüentemente, foi interposto recurso especial, o qual aguarda distribuição desde 27/9/2016.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 0006679-78.2010.403.6100	
Juízo	5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Justiça Federal de São Paulo, estado de São Paulo
Instância	2ª Instância
Data de instauração	23/03/2010
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 53.438.014,33 (valor sem considerar a aplicação de multas que podem variar de 20%, 75% e 150% e reduções da MP 793 de 31 Julho de 2017).
Principais fatos	A presente medida mandamental foi proposta visando à declaração da inexistência de relação jurídica tributária que obrigue a Companhia a reter e recolher a contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros (FUNRURAL), tanto de pessoa física, quanto jurídica. Em face do reconhecimento de repercussão geral sobre a matéria o Tribunal Regional da 3ª Região determinou o sobrestamento dos autos (RE 718.874/RS e RE 700.922/RS). Em março de 2017, a contribuição social foi julgada constitucional, contudo, a decisão ainda não foi publicada, bem como existe uma possibilidade de modulação de efeitos ou, ainda, se será concedida anistia às empresas afetadas. Em 02/06/2016, foi iniciado procedimento de fiscalização pela Receita Federal do Brasil para verificar as retenções e recolhimentos referentes ao exercício de 2013. Em 28/08/2017 a Companhia recebeu a intimação de lavratura de Auto de Infração nº 10314-721.197/2017-91, com valor de R\$724,5 mil referente a produtor rural pessoa física sem empregados e de Auto de Infração nº 10314-721.198/2017-35, com valor de R\$14,6 milhões referente a produtor rural pessoa física empregador.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº0047913-80.2013.4.03.6182	
Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo, estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	11/10/2013
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$12.481.863,60 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	O autor busca efetuar a cobrança de débitos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins constantes das Certidões de Dívida Ativa nº 80613016056-32, 80713006749-08 e 80713 006828-27 no valor de R\$16.886.251,87. A Companhia ofereceu aplicações financeiras para garantia da execução fiscal no valor de R\$18.600.000,00, as quais foram aceitas pelo juiz. Em 10/03/ 2014, foi lavrado o termo de penhora. Sobreveio decisão a fim de suspender o presente feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0017708-23.2013.4.03.6100, tendo em vista o reconhecimento de prejudicialidade externa e conexão entre as ações a fim de evitar decisões conflitantes e por segurança jurídica.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 0895489393	
Juízo	Vara de Execuções Fiscais da Justiça Estadual de São Paulo, estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/08/2010
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.862,125,63 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	<p>O autor busca efetuar a cobrança dos valores relativos a supostos débitos tributários a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, devidos no período de março de 2002 a dezembro de 2002, no valor de R\$10.862.125,63, consignado na certidão de dívida ativa nº 1.006.415.498, originada no processo administrativo nº 1000246-170730/2007, auto de infração e imposição de multa nº 3.067.900-0, lavrado em 28/02/2007 que exige o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços oriundo da diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais emitidos pela Companhia e aquele efetivamente cobrado pelo Estado de origem em operações de transferência efetuadas por filiais do Rio Grande do Sul, e o efetivamente cobrado pelo estado de origem. A Companhia opôs embargos à execução, autuados sob o nº 0210572-76.2010.8.26.0100 o qual foi julgado extinto sem resolução do mérito, sob o fundamento de litispendência com a ação anulatória nº 0041124-52.2010.8.26.0053, com tramite na 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.</p> <p>Foi interposta Apelação, a qual restou improvida, conseqüentemente, foi interposto Recurso Especial, o qual aguarda-se julgamento.</p>
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 001/1.16.0054910-2	
Juízo	6ª Vara da Justiça Estadual de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2016
Partes no processo	(Autor)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Camil Alimentos S.A. (Réu) Estado do Rio Grande do Sul
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19.603.206,42 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017)
Principais fatos	A presente medida liminar foi proposta pela Companhia visando ao oferecimento de seguro garantia a fim de que se já garantido o crédito tributário referente ao auto de lançamento nº 0031020402, bem como anular a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 0031020402, por declarar intempestiva a Interposição de Recurso Especial, haja vista que a intimação foi recebida por terceiros. Foi deferida liminar a fim de aceitar a garantia ofertada no valor de R\$19.603.206,42. Do mesmo modo, foi mantida a regularidade da empresa para fins de expedição de Certidão Negativa de Débitos, obstada a inscrição no Cadastro de Inadimplentes e assegurada a manutenção nos benefícios fiscais da base de cálculo reduzida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para etapa posterior e diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na importação de mercadorias. O Estado do Rio Grande do Sul foi intimado para cumprimento da Medida Liminar.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores ofertados em garantia, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

(iii) Cíveis

Em 31 de maio de 2017, a Companhia figurava como ré e/ou autora no processo judicial de natureza cível não sigilosos, individualmente relevantes, abaixo descritos.

Processo nº 0100208-33.2013.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Vara de Origem	13ª Vara Cível do Rio de Janeiro
Instância	2ª Instância
Data de instauração	26/03/2013
Partes no processo	(Autora) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.148.371,33 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado em 31/05/2017).
Principais fatos	A autora alega que houve descumprimento de contrato de prestação de serviços de tratamento de dejetos industriais celebrado com a empresa Pepsico do Brasil Ltda. (“Pepsico”), em

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>razão do lançamento de efluentes acima do acordado no referido contrato entre outros. Requer o pagamento do valor histórico de R\$6.553.151,78, em razão da rescisão unilateral por parte da Companhia. A Companhia, que sucedeu a Canadá Participações Ltda. (sociedade para a qual foram transferidos os ativos relacionados à marca “Coqueiro” pela Pepsico) em relação aos direitos e obrigações do contrato, em sua defesa alegou que nunca foi informada pela Pepsico dos seus descumprimentos contratuais e do pleito de reequilíbrio financeiro para autora, que houve justa causa para rescisão contratual, na medida em que a autora e Pepsico não estabeleceram parâmetros adequados para o lançamento dos efluentes nem o correto planejamento das atividades da Estação de Tratamento de Ejetos Industriais (“ETDI”), bem como que a autora utilizou tecnologia e materiais ineficientes e não desenvolveu técnica compatível com a expertise que alegava possuir, assim como não abriu mão do pedido de reequilíbrio financeiro do contrato, abandonou a operação da ETDI, descumpriu com as diversas obrigações contratuais, sendo diretamente responsável por danos ambientais e prejuízos ocorridos em razão da ausência do devido tratamento de efluentes. A ação foi julgada improcedente em março de 2016. A autora apresentou recurso de apelação e a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso. Em fevereiro de 2017, foi dado integral provimento ao recurso de apelação. A Companhia opôs embargos de declaração que foram rejeitados em agosto de 2017. Atualmente está analisando matéria para recurso.</p>
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	R\$13.148.371,33.

(iv) Outros

Processos n°s 135.09.006780-4 e 135.09.006781-2 (Novos números: 5001681-79.2017.4.04.7208 e 0005214-85.2009.8.24.0139)	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara de Origem	Vara Criminal de Navegantes/SC e 2ª Vara Criminal de Porto Belo/SC
Instância	Primeira Instância
Data de instauração	02/09/2010
Partes no processo	<p>Autor: Ministério Público do Estado de Santa Catarina</p> <p>Réus: Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (incorporada pela Companhia) Jucélia Ferreira José Carlos Ferreira Flávio Souza</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Oriosvaldo da Silva
Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
Principais fatos	O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ofereceu denúncias contra os Réus sob a alegação de prática de pesca em local e período proibido, requerendo a condenação dos acusados nos termos do artigo 34 da Lei 9.605/98, em 2010, antes da aquisição da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (“Femepe Indústria”) pela Companhia. Em ambos os casos foram apresentadas defesas sustentando a incompetência da Justiça Estadual para julgamento da demanda. No mérito, foi alegada a ausência de justa causa para o início de ação penal e a atipicidade do fato imputado aos acusados. Ademais, no primeiro processo foi também alegada a inocorrência de julgamento definitivo na esfera administrativa e a ilegitimidade passiva da Femepe Indústria para figurar no pólo passivo, uma vez que a empresa Femepe Captura de Pescados Ltda. (empresa pertencente ao antigo proprietário da Femepe Indústria) é que fora de fato autuada. Cumpre notar que, quando a Companhia realizou a aquisição da Femepe Indústria, esta não realizava mais a atividade de pesca, tendo a Companhia adquirido apenas a operação de industrialização.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, poderá haver dano à imagem da Companhia e, por se tratar de pessoa jurídica, poderá haver pena de fins pecuniários, cujo valor não é possível estimar.
Valor Provisionado	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado dos processos individualmente descritos no item 4.3., em 31 de maio de 2017, é de R\$13.148,4 mil, relativo ao único processo que apresenta estimativa de perda provável.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 31 de maio de 2017, a Companhia não era parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não aplicável, dado que não há processos descritos no item 4.4.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 31 de maio de 2017, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de maio de 2017, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, tributário, cível ou outros, que fossem considerados relevantes em conjunto por sua administração.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

Não aplicável, dado que não há processos descritos no item 4.6.

4.7 - Outras contingências relevantes

Ministério Público do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina – Procuradoria do município de Navegantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 2080/2012), em 20/04/2012, para adequação de maquinários às Normas Regulamentadoras nºs 12 e 17, que tratam, respectivamente, de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos e ergonomia no ambiente de trabalho. Em 06/02/2017, foi constatado o descumprimento parcial do referido termo (alguns itens da Norma Regulamentadora nº 12), sendo aplicada a multa de R\$100.000,00. A Companhia irá efetuar o pagamento da multa, bem como está adotando medidas para se adequar às obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 80/2008), em 04/04/2008, por prazo indeterminado, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; e (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei. A multa no caso de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por trabalhador prejudicado e por cláusula violada. A Companhia informou que vem cumprindo as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2003), em 05/02/2004, por prazo indeterminado, pelo qual se obrigou a contratar e manter a cota legal de empregados considerados Pessoas com Deficiência (PCD). A multa no caso de descumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta é de R\$ 2.000,00, por PCD não contratado e R\$ 3.000,00 por anúncio de vaga não publicado. A Companhia informou que vem cumprindo as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta.

Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – Maranhão – Procuradoria do município de São Luis

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 987/2012), em 04/05/2012, por prazo indeterminado, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 1, 10 e 11 que regulamentam, respectivamente, as normas gerais sobre segurança e medicina no trabalho, segurança em instalações e serviços em eletricidade, e o transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais. A multa no caso de descumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada dispositivo não cumprido, acrescido de R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular. A Companhia informou que vem cumprido as obrigações do Termo de Ajustamento de conduta.

Ministério Público do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro – Procuradoria do município do Rio de Janeiro

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 06/2015), em 28/01/2015, por prazo indeterminado, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; e (iv) abster-se de contratar empregados em

4.7 - Outras contingências relevantes

desconformidade à lei de trabalho de temporário. A Companhia foi multada pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que em audiência realizada em 12/07/2017 foi acordado que a Companhia entregaria bens ao Ministério do Trabalho e Emprego de Niterói/RJ, bem como pagaria multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Apesar da multa aplicada, a Companhia está adotando medidas para se adequar aos termos do Termo de Ajustamento de Conduta.

Ministério Público do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul – Procuradoria do município de Uruguaiana

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 160/2015), em 16/06/2016, por prazo indeterminado, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 7, 8, 9, 12, 33 e 35, que regulamenta, respectivamente, o programa de controle médico de saúde ocupacional e o programa de prevenção de riscos ambientais, os critérios técnicos a serem observados em edificações, a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, a segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados e o trabalho em altura. A multa pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), acrescida de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador prejudicado. Em 24/08/2017 a Companhia recebeu intimação do Ministério Público do Trabalho para apresentar justificativa prévia quanto ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta no que se refere elaboração de Análise de Risco para realização de trabalho em altura (Norma Regulamentadora nº 35). A Companhia apresentará justificativa, bem como informou que vem cumprindo as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 51/2014), em 21/10/2015, por prazo indeterminado, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário; e (v) adequar-se às Normas Regulamentadoras nºs 5, 8, 12 e 35, que regulamenta a Comissão de Prevenção de Acidentes – CIPA, critérios técnicos a serem observados em edificações, o trabalho em altura e a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Em 23/08/2017 a Companhia recebeu intimação do Ministério Público do Trabalho para apresentar justificativa prévia quanto ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta no que se refere a: (i) deixar de conceder ao empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas; (ii) deixar de conceder intervalo para repouso ou alimentação em qualquer trabalho cuja duração exceda de 6 horas; e (iii) descumprir escala de revezamento nos serviços que exijam trabalho aos domingos. A Companhia apresentará justificativa, bem como informou que vem cumprindo as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta.

Em 17/08/2017, a Companhia recebeu notificação oriunda do mesmo inquérito civil que originou o Termo de Ajustamento de Conduta acima (nº 51/2014), solicitando cópia dos cartões de ponto dos últimos 6 meses referente à Unidade de Cambai (Unidade não abrangida pelo Termo de Ajustamento de Conduta acima). A Companhia está preparando as informações para envio.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº) em 23/02/2001, por prazo indeterminado, comprometendo-se a implementar, acompanhar e avaliar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme previsão da Norma Regulamentadora nº 7 e nº 9. A multa no caso de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta é

4.7 - Outras contingências relevantes

de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por oportunidade na qual for constatada irregularidades. A Companhia informou que vem cumprindo as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Itaquí

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 18/09/2015, para encerramento do Inquérito nº 15/2013, comprometendo-se a: (i) apresentar projeto de adequações da Unidade de Maçambará, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado e protocolizado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, contendo as propostas sugeridas pela divisão de assessoramento técnico do Ministério Público; (ii) implementar integralmente o projeto mencionado acima, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da ciência da aprovação do projeto pelo órgão ambiental, apresentar, ao Ministério Público, memorial descritivo das atividades desenvolvidas para a conclusão da obra; e, após a implementação, (iii) apresentar, ao Ministério Público, relatório técnico, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, demonstrando a efetividade do sistema, sob condição de plena carga, isto é, máxima produção. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia que aguarda a ratificação do Ministério Público e arquivamento definitivo do inquérito civil.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Porto Alegre

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 13/07/2012, para encerramento do Inquérito nº 116/2012, comprometendo-se a: (i) manter a qualidade e rotulagem de seus produtos de acordo com as normas regulamentares; (ii) efetuar a separação dos lotes de produtos em seu depósito de modo que tenha passado pelo controle de qualidade interno ou de empresas credenciadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; (iii) doar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no prazo de 30 dias, uma célula de condutividade sem platinização, no valor de R\$2.000,00; e (vi) permitir o ingresso de representantes do Ministério Público nas filiais, viabilizando a fiscalização. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia e, após comprovação do cumprimento das obrigações, o inquérito foi arquivado em 06/08/2012.

Município do Rio de Janeiro/RJ

A Companhia celebrou um Termo de Compromisso (nº 68/2015), em 15/04/2015, aditado em 17/05/2017, para implementação da medida compensatória referente à execução de serviços de reflorestamento, comprometendo-se a plantar espécies nativas da mata atlântica em uma área de 1,20ha localizada no km 9 da estrada Mendanha, bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro/RJ, bem como a manter a plantação, por 24 meses, a contar de 17/05/2017. As condições estabelecidas estão sendo cumpridas pela Companhia até a presente data.

Caso haja descumprimento de qualquer dos termos de conduta/compromisso acima, poderá ser aplicada multa conforme previsto em cada termo. Para informações sobre os riscos envolvendo processos judiciais, vide fator de risco inserido no item 4.1 deste Formulário de Referência (*Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia*).

Receita Federal – Ágio

Em 31 de maio de 2017 a Companhia tinha registrado R\$ 558,3 milhões relativos a ágios fiscais decorrentes de suas diversas aquisições e respectivas amortizações no valor total de R\$ 524,8 milhões. Para mais informações sobre estes ágios e amortizações, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Para informações sobre os

4.7 - Outras contingências relevantes

processos já existentes e fiscalização envolvendo o ágio, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia está atualmente sendo fiscalizada pela Receita Federal do Brasil com relação a ágios fiscais gerados nas incorporações da Femepe, Canada, GIF Codajás e Docelar e as suas respectivas amortizações no período entre 2012 e 2015. A Receita Federal recentemente autuou diversas empresas questionando o aproveitamento de ágios gerados em situações semelhantes aos ágios da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que estas fiscalizações não venham a resultar em autuações contra a Companhia, autuações essas, que caso ocorram, poderão ter um impacto adverso material na condição financeira da Companhia e no valor de mercado de suas ações. Para mais detalhes sobre os riscos inerentes ao ágio, vide fator de risco inserido no item 4.1 deste Formulário de Referência (*“Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar”*).

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia tem sede no Brasil e seus valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui normas internas que norteiam a gestão de alguns dos riscos apontados no item 4.1, incluindo o seu Código de Ética, política antissuborno e anticorrupção, práticas de sustentabilidade, segurança e meio ambiente. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalizada para os riscos indicados no item 4.1 acima pois entende que as normas, código, políticas e práticas mencionadas acima são suficientes.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo

i. Riscos para os quais se busca proteção

Apesar de não possuir uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia possui práticas que buscam mitigar riscos relacionados à energia elétrica, cadeia de fornecedores, operacionais, controle sanitário, ética e controles internos, segurança dos alimentos, imagem e reputação e mudanças climáticas, conforme especificado no item “ii” abaixo.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

- **Energia elétrica:** a gestão de riscos relacionada à energia elétrica é conduzida por meio do monitoramento constante das condições políticas regulatórias e climáticas que podem interferir no custo e disponibilidade de energia elétrica, considerando que a matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes hídricas. A estratégia de mitigação dos riscos passa pela redução do consumo, aquisição de energia elétrica no mercado livre avaliada por meio de modelagens matemáticas, considerando cenários climáticos futuros de curto e médio prazo. A Companhia prioriza fontes renováveis de energia, seguindo também os compromissos por ela assumidos em relação a mudanças climáticas. Com o objetivo de maximizar a eficiência de suas plantas e reduzir os resíduos, a Companhia utiliza a casca de arroz para produzir energia elétrica nas plantas de Itaqui e no Uruguai, além de também utilizar a casca de arroz como fonte de energia para o processo de parbolização realizado nas plantas de Camaquã e Rio Grande, no Brasil e Arrozur, no Uruguai.
- **Cadeia de fornecedores:** pela extensão, diversidade e complexidade de sua cadeia produtiva, a Companhia mantém uma série de ações e diretrizes, entre elas determinadas práticas e normas de processo de aquisição, avaliação da probabilidade de inadimplência realizada por agências de informação, manutenção de histórico de crédito e estratégias de *sourcing* e negociação, bem como avaliação do grau de risco de fornecimento de cada fornecedor envolvido em sua cadeia produtiva.
- **Operacionais:** o programa da Companhia de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA) engloba o desenvolvimento de uma cultura aderente à mitigação de riscos e à preservação da vida, incluindo os requisitos regulatórios das empresas de alimentos. Complementando essas ações, há seguros contra danos e ocorrências envolvendo seus principais ativos, como instalações e mercadorias.
- **Controle Sanitário:** a fim de mitigar este risco, a Companhia adota princípios de qualidade nas fábricas, na cadeia produtiva e no processo de distribuição. Nas unidades de grãos com exposição à exportação, por exemplo, há práticas para atender e, também, superar as exigências da legislação sanitária aplicável a cada um dos mercados, evitando eventuais embargos.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- **Ética e Controles Internos:** a Companhia mantém um sistema de controles internos e um programa de ética com o objetivo de assegurar o cumprimento dos requisitos da legislação brasileira e internacional aplicável. A Companhia opera principalmente no Brasil, também desenvolve atividades relevantes no Uruguai, Chile e Peru. Desta forma, a Companhia está sujeita a diferentes jurisdições e leis anticorrupção. No Brasil, os dispositivos legais anticorrupção determinam diferentes infrações criminais, cíveis e administrativas puníveis, os quais buscam coibir a participação tanto do agente público quanto no setor privado (indivíduos e/ou pessoas jurídicas) em um ato de corrupção. De modo geral, é considerado como um agente público aquele que trabalha para qualquer escritório, repartição ou agência do governo ou para qualquer companhia ou entidade controlada pelo governo (tanto companhia pública como sociedade de economia mista). Em alguns casos, a definição de agente público se estende também para aquele que trabalha para uma companhia privada que presta serviços públicos, como concessionárias de serviço público. As principais disposições legais brasileiras acerca de corrupção aplicáveis a indivíduos e/ou pessoas jurídicas estão incluídas (porém não limitadas): (i) no Código Penal Brasileiro (Decreto nº 2.848/1940); (ii) na Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992); (iii) na Lei de Licitações Públicas e Aquisição (Lei Federal nº 8.666/1993); (iv) na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Lei Federal nº 9.613/1998); e (v) na Lei Brasileira Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). Ademais, além da legislação local, o Brasil também é signatário dos principais tratados internacionais sobre corrupção (por exemplo, OAS Inter American Convention, OECD Convention e UN Convention). No Uruguai, a legislação pune atos de corrupção de qualquer pessoa que solicite benefícios ilegais de agentes públicos, ou que pratique tais atos contra o Governo Uruguaio ou contra estados estrangeiros com representação no Uruguai. Tais atos de corrupção são puníveis com multas no valor equivalente a U\$350.000,00, inelegibilidade para cargos públicos e prisão. Apenas pessoas naturais estão sujeitas a essas punições, com exceção das entidades sujeitas aos regulamentos ou controle do banco central uruguaio, as quais são obrigadas a desenvolver mecanismos contra corrupção e lavagem de dinheiro e estão sujeitas a multas caso não cumpram tais obrigações. Em complemento à legislação local, como a Lei nº 17.060, conforme alterada, e o Decreto nº 30/003, as disposições contra corrupção estabelecidas nos regulamentos da Convenção Inter Americana e das Nações Unidas também são aplicáveis. A legislação anticorrupção chilena estabelece punição para indivíduos e pessoas jurídicas que violem a disposição local antissuborno. Para as pessoas naturais, é aplicável o código penal chileno e as sanções incluem, mas não se limitam a, multas e prisão. Ademais, cumpridos determinados requisitos, a lei local é aplicável contra práticas de suborno cometidas em outros países. No caso da responsabilidade criminal de pessoas jurídicas, a Lei de Responsabilidade Criminal Corporativa Chilena (Chilean Corporate Criminal Liability Act, “CCLA”), determina que pessoas jurídicas podem ser punidas quando seus atos: (i) representam um crime de suborno de agentes públicos locais ou estrangeiros, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo e recebimento intencional de mercadorias furtadas; (ii) são praticados no interesse da pessoa jurídica, direta ou indiretamente por seus proprietários, representantes, principais executivos ou outros indivíduos encarregados de negócio relevante; e (iii) resultam do não cumprimento de determinadas obrigações de controle específicas previstas no CCLA, as quais são consideradas satisfeitas se a companhia efetivamente implementar controles e práticas internas para se prevenir contra os crimes relevantes. Sanções previstas no CCLA incluem, mas não se limitam a, multas, restrições em realizar acordos com autoridades públicas, perda permanente ou temporária de benefícios fiscais, entre outras sanções adicionais possíveis. No Peru, a única lei anticorrupção aplicável à Companhia é a Lei nº 30.424, a qual dispõe sobre a responsabilidade administrativa das companhias que praticam o crime de suborno ativo transnacional, que consiste em oferecer, prometer ou entregar qualquer doação ou vantagem para agentes públicos de estados estrangeiros ou organismos públicos internacionais, com o propósito de obter ou reter negócios ou qualquer vantagem indevida nas atividades econômicas ou comércio internacional. As companhias podem ser investigadas, processadas e condenadas por este crime, caso ele seja cometido no curso normal dos negócios, independente de processo ou convicção do indivíduo que de fato cometeu o crime. Ademais, a Lei nº 30.424 somente se aplica caso o crime de suborno ativo transnacional seja cometido em solo peruano, ou quando se pretende obter ou reter um negócio no Peru.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Código de Ética: a Companhia desenvolveu e adota um Código de Ética, recebido e assinado por seus colaboradores, que identifica os princípios e valores que devem orientar o comportamento e as atitudes de todos os envolvidos na condução de seus negócios, incluindo seus colaboradores, acionistas e prestadores de serviços. O Código de Ética procura gerenciar riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, brindes e presentes, confidencialidade das informações, práticas financeiras e contábeis, atividades político-partidárias, entre outras. A Companhia investe continuamente em ferramentas de comunicação e reforço da importância de seu Código de Ética.
- Canal de Ética. A Companhia possui um canal de denúncias e averiguações, chamado Canal de Ética, disponibilizado a seus colaboradores, prestadores de serviços, clientes e quaisquer outras partes interessadas, como instrumento para receber comunicados e denúncias em geral, incluindo condutas contrárias às previsões do Código de Ética da Companhia. O Canal de Ética é um meio de comunicação independente, autônomo, gratuito e confidencial, que pode ser acessado por telefone de forma anônima e procura estimular ainda mais o diálogo aberto e a transparência nas relações com a Companhia, com o mercado e com a sociedade.
- Treinamentos: a Companhia oferece periodicamente aos seus colaboradores, bem como a terceiros com quem interage habitualmente, treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.
- Cláusulas Anticorrupção e Conflito de Interesses: a Companhia inclui em seus contratos cláusula que declara que o contratante conhece e adere ao Código de Ética da Companhia. O referido Código de Ética determina que os colaboradores e acionistas da Companhia devem obedecer às exigências da lei nº 12.486 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), da lei 12.529 de 30 de novembro de 2011 (Lei de Antitruste e Concorrência), além de comunicar ao Comitê de Ética se entenderem que estão diante de uma situação de conflito de interesses.
- Segurança dos Alimentos: o sistema de qualidade da Companhia se baseia em programas específicos para a segurança dos alimentos, como Práticas de Fabricação e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), internacionalmente reconhecida como “*Hazard Analysis and Critical Control Point*” (“HACCP”), com medidas preventivas para eliminar perigos biológicos, físicos e químicos. O cumprimento das diretrizes de controle estabelecidas pelo HACCP é obrigatório em diversos países, incluindo os Estados Unidos da América e a União Europeia. Adicionalmente, a Companhia investe em equipamentos de ponta, capazes de realizar a análise da matéria prima adquirida através de processo de amostragem para garantia de qualidade de seus produtos, redução de contaminações físicas, além de investir na certificação de locais de produção e compras alinhadas a padrões internacionais.
- Imagem e Reputação: a Companhia mantém uma política de risco e reputação e uma política de *marketing* responsável que suportam todos os segmentos de negócios. Além disso, seus padrões comerciais abrangem as relações de mercado no Brasil e no mundo.
- Mudanças Climáticas: entre as ações para minimizar os riscos mapeados e garantir competitividade nos custos estão o acompanhamento dos estoques na compra de grãos, açúcar e pescados, o monitoramento constante do clima e condições de logística nas regiões agrícolas para direcionar a tomada de decisão de compras e antecipar oscilações de preços no mercado de *commodities* e o desenvolvimento de projetos de eficiência energética.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Apesar de não possuir uma política de gerenciamento de riscos formalizada, as áreas de Gerência Financeira, Controles Internos e Auditoria Interna apoiam as equipes da Companhia na identificação, valoração, comunicação e tratamento dos riscos. A Companhia tem um modelo que permite a gestão compartilhada pelas diferentes divisões e áreas da empresa, conforme estrutura de governança corporativa previamente definida.

Ademais, a Companhia conta com um comitê de ética, estruturado em março de 2017, em caráter permanente e não estatutário (“Comitê de Ética”), cuja atribuição é analisar e tratar os reportes recebidos através do Canal de Ética que tenham sido identificados como potenciais violações ao Código de Ética. O Comitê de Ética é composto por dois diretores estatutários, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um diretor não estatutário, Diretor de Recursos Humanos.

Desde 2015, foram recebidos 19 relatos por meio do Canal de Ética, sendo concluídos 85% dos comunicados.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da política adotada.

A execução dos mecanismos de mitigação de riscos é de responsabilidade das áreas de negócios mencionadas no item “iii” acima, observando políticas e normas internas. A área de controles e auditoria interna realiza testes para verificar a aderência das ações para mitigação de riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia realizam testes para verificar a efetividade dos controles internos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação**

A Companhia possui práticas que norteiam a gestão de riscos apontados no item 4.2, incluindo estratégia de minimização de potenciais riscos cambiais, de *commodities*, inflação, juros, contraparte (crédito) e liquidez. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalizada para os riscos indicados no item 4.2 acima pois entende que as práticas mencionadas acima são suficientes.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

Atualmente, a Companhia busca proteção para os riscos de mercado (câmbio, *commodities*, inflação e juros), crédito e liquidez e as práticas adotadas pela Companhia determinam limites para as exposições estes riscos. De forma a mitigar os riscos de mercado, crédito e liquidez a que a Companhia está exposta, são adotadas as práticas específicas de controle de risco descritas no item “iv” abaixo.

ii. estratégias de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Riscos cambiais

A Companhia possui dois tipos de exposição à taxa de câmbio: (i) exposição de resultado operacional; e (ii) exposição de balanço contábil. A Companhia utiliza as estratégias abaixo para se proteger dos riscos cambiais:

Exposição de Resultado Operacional

Para quaisquer transações que requeiram a necessidade de fechamento de câmbio, seja na importação ou exportação, a Companhia adota a prática de realizar o fechamento do câmbio *spot*, na data da transação ou a contratação de derivativo, conforme aplicável, com o propósito de proteger suas operações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado são lançados diretamente na demonstração de resultados.

Exposição de Balanço Contábil

A gestão de riscos relacionados à exposição da Companhia a diferentes moedas faz parte do seu contexto operacional. A Companhia tem por prática evitar a exposição à moeda em suas respectivas operações, buscando fontes de financiamento

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

denominadas nas moedas funcionais de suas respectivas operações a fim de mitigar a exposição à variação das respectivas taxas de câmbio.

Risco de preços de commodities

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, o que pode acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia se posiciona de forma diferenciada na cadeia de valor, evitando as atividades produtivas e monitorando permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia, historicamente, tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco de Crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras, contas a receber e adiantamento a fornecedores. As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por seus administradores e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes e fornecedores, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas têm obtido, historicamente, resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas nos bancos listados como os 10 maiores do país. A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco de liquidez

A Companhia controla e monitora diariamente as suas exposições e limites, estabelecidos pelas diretrizes de exposição e por documentos internos estratégicos. A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar, além de manter saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Adicionalmente, a Companhia identifica periodicamente mecanismo e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar sua liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Adicionalmente, a Companhia possui como política a manutenção de caixa mínimo, visando a mitigar eventuais riscos relacionados à liquidez.

A Companhia e suas controladas têm obtido, historicamente, resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Riscos de taxa de juros

Embora as diretrizes da Companhia não restrinjam sua exposição às diferentes taxas de juros e tampouco estabeleçam limites entre taxas pré ou pós-fixadas, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando a avaliar eventuais descasamentos entre ativos e passivos. Atualmente, a Companhia possui passivos em moeda local, ou em dólar americano no caso do Uruguai, em linha com a exposição cambial no respectivo mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI ou assemelhados em cada um de seus respectivos mercados. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco de inflação

Não há uma estratégia específica para esse risco que seja adotada pela Companhia. Apesar disso, a Companhia tem como prática de gestão a análise e o monitoramento constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira ou os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho operacionais e financeiros, as mudanças no cenário econômico, político e setorial nos países nos quais opera que possam influenciar suas atividades.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

É de responsabilidade de cada gestor e diretor da Companhia definir os controles internos de suas áreas. A Companhia possui a área de controles e auditoria interna, que realiza avaliações e monitoramento dos controles internos desenvolvidos por cada área de forma independente. O resultado das referidas avaliações é apresentado aos gestores e diretores de cada área, os quais possuem responsabilidade e dever de correção das deficiências e envio de repostas para acompanhamento pela Diretoria da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os riscos são monitorados de forma contínua pelos administradores da Companhia. Ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados à medida que são considerados necessários.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. Principais práticas de controles internos, grau de eficiência, imperfeições e correções

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). O exercício social da Companhia e suas controladas termina em 28 de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia possui uma área de controles e auditoria interna, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras, para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Deficiências de controles são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

Com relação ao grau de eficiência dos controles internos, a administração da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia.

Dentre as ações em andamento para aperfeiçoar os níveis de controle da Companhia, destacamos o mapeamento de riscos e controles internos operacionais com seus respectivos *key performance indicators* (KPI's), a serem entregues aos gestores, a nova avaliação da Matriz de Riscos Corporativos e a publicação da política de riscos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração conta com o apoio da área de controles internos (responsável por mapear os controles e identificar os riscos) e auditoria interna (responsável por testar os controles) para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, além do acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros, por meio da gestão integrada de risco. A área de Controles Internos e Auditoria Interna estarem sob o mesmo comando elas se dividem em suas tarefas sendo que temos a Deloitte como Consultoria no levantamento dos controles e a mapeamento dos riscos, e a Auditoria Interna efetuando o trabalho de verificação a eficácia/eficiência dos controles focando a mitigação riscos.

Os resultados e conclusões de referidas áreas são apresentadas para o Conselho de Administração da Companhia para que referido órgão possa tomar decisões embasadas.

c. Supervisão da Administração sobre as práticas de controle adotadas

A área de controles e auditoria interna, subordinada à Diretoria de Finanças, apoia as equipes da Companhia na

5.3 - Descrição dos controles internos

identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos por meio de um modelo de gestão integrada de riscos. O resultado deste trabalho é reportado aos diretores da Companhia para ciência e providências sobre os riscos detectados. O Estatuto Social da Companhia prevê a instalação do Comitê de Auditoria e Finanças que poderá assessorar o Conselho de Administração no monitoramento das práticas de controle adotadas pela Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

Não aplicável, haja vista que o auditor independente não reportou qualquer deficiência significativa até a presente data.

e. Comentários dos Diretores

Não aplicável, haja vista que o auditor independente não reportou qualquer deficiência significativa até a presente data.

5.4 - Alterações significativas

A Companhia tem a expectativa de amenizar sua exposição ao risco “*Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia*”, considerando suas provisões, de modo a gerar menor impacto no seu caixa no caso de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas.

A respeito do fator de risco “*Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações*”, a Companhia possui sistemas de proteção aos servidores e planos de recuperação e *backup* de forma a minimizar os impactos de uma eventual falha. Adicionalmente, o Código de Ética da Companhia dispõe sobre a política de confidencialidade e sigilo das informações, visando a proteger as informações e acessos, sendo dever dos colaboradores, acionistas e prestadores de serviços da Companhia a conformidade com tais obrigações.

Na data deste Formulário de Referência, não existe expectativa de redução dos demais riscos relacionados.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 5 deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	09/11/1990
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

A Companhia iniciou suas atividades no ano de 1963, no Rio Grande do Sul, época em que se deu a migração do cultivo de arroz do centro-oeste para o sul do Brasil, devido à sua maior produtividade nesta região. Na década de 70, a Companhia expandiu suas atividades para o estado de São Paulo. Já na década de 80, a Companhia começou a empacotar e comercializar arroz sob a marca Camil, abrindo o seu primeiro centro de distribuição em São Paulo. A década de 90 foi marcada pela (i) expansão comercial da Companhia com a entrada em novos mercados, como o feijão; (ii) transferência da sede do Rio Grande do Sul para São Paulo; e (iii) admissão de um fundo de *private equity* norte-americano no capital da Companhia (TCW).

A partir do ano 2000, a estratégia da Companhia passou a ser de expansão via aquisições, em adição ao crescimento orgânico da Companhia com a assunção do controle da Companhia pela família Quartiero. Além disso, a Companhia adquiriu (i) a S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai (“Saman”), em 2007; (ii) a Tucapel S.A., no Chile, em 2009; (iii) a BB Mendes, no Maranhão, em 2010; (iv) a Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (detentora das marcas “Pescador” e “Alcyon”), a Canadá Participações Ltda. (detentora das marca Coqueiro), no Brasil, e a Costeño Alimentos S.A.C, no Peru, em 2011; (v) a Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (detentora das marcas União e Da Barra), no Brasil, a Ormus (detentora da marca Hoja Redonda), no Peru, em 2012 (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia); (vi) a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., no Brasil, La Loma Alimentos S.A., na Argentina, e Envasadora Arequipa S.A.C (detentora da marca Arroz del Sur) (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia), no Peru, em 2013; e (viii) a Romero Trading S.A. (detentora da marca Paisana), no Peru, em 2014.

Em 2011, a Companhia iniciou uma estratégia de diversificação de portfólio no Brasil com a entrada no mercado de pescados enlatados (sardinha e atum), por meio da compra das sociedades detentoras das marcas Coqueiro e Pescador. Já no mercado de açúcar, em 2012, a diversificação foi realizada por meio da compra da empresa detentora da marca União, viabilizada pela injeção de capital com a entrada do fundo de investimento de *private equity* da Gávea Investimentos.

Atualmente, a Companhia possui atuação no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Argentina. No mercado brasileiro, a Companhia é a líder em *market share* entre os principais fabricantes e marcas de arroz (marca Camil), e na comercialização de açúcar refinado (marca União), bem como ocupa o 1º lugar no mercado de sardinha enlatada e o 2º lugar no mercado de atum enlatado (marca Coqueiro) e também o 2º lugar no mercado de feijão (marca Camil), conforme indicado pela pesquisa da Nielsen Scantrack, de maio de 2017. A Companhia também é a líder no mercado de arroz no Uruguai (marca Saman), Chile (marca Tucapel) e Peru (marca Costeño).

6.3 - Breve histórico



Em 1º de agosto de 2016, um fundo gerido pela Warburg Pincus, um dos maiores gestores de *private equity* dos Estados Unidos, adquiriu a participação societária detida pelo Gávea Investimentos na Companhia. Atualmente, o veículo do Warburg Pincus possui 31,75% do capital social da Companhia, além de ocupar dois assentos no Conselho de Administração, reforçando o compromisso da Companhia com altos padrões de governança corporativa.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não sofreu nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é uma sociedade por ações, que tem por objeto: (i) industrialização, processamento, comercialização, importação e exportação (inclusive por conta de terceiros e/ou em comissão e/ou em consignação) de alimentos em geral e quaisquer produtos correlatos (inclusive seus respectivos resíduos), sejam eles de produção própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a arroz, feijão, café, soja, milho, cereais, óleos vegetais, açúcar, adoçantes, peixes, outros organismos ou produtos aquáticos, produtos alimentícios derivados de trigo, ração animal, molhos, extratos, temperos; (ii) beneficiamento, rebeneficiamento e empacotamento dos produtos relacionados no item “i” acima; (iii) secagem e armazenagem dos produtos relacionados no item “i” acima; (iv) execução da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para si ou para terceiros; (v) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica a terceiros; (vi) industrialização de tampos e canecos; (vii) fabricação e comercialização de gelo; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) participação em outras sociedades, comerciais, civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (x) administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; (xi) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; e (xii) quaisquer outras atividades correlatas. Atualmente, a Companhia atua no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Argentina.

Com mais de 50 anos de história, a Companhia é uma das maiores empresas de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e da América do Sul¹, detendo posição de liderança nos segmentos e países em que atua. Suas atividades incluem a industrialização, comercialização e distribuição de grãos (principalmente, arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, conforme demonstrado abaixo.

Seu portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, permite que a Companhia ocupe uma posição de liderança em todos os mercados de atuação. A Companhia lidera o *ranking* dos, e possui participações relevantes nos, mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. A tabela abaixo apresenta informações sobre o *market share* e *Top of Mind* de seus principais produtos e países:

¹Fontes: Ranking Valor Econômico 1.000 2016 e Melhores e Maiores 2016 – Exame.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Produto	Principais Marcas	Participação no mercado ⁽¹⁾	Ranking	Top of Mind
Brasil				
Arroz	Camil	17% (31% em São Paulo ⁽³⁾) ⁽²⁾	#1 ⁽²⁾	65% para a marca <i>Camil</i> ⁽⁴⁾
Açúcar	União Da barra	36% ⁽⁵⁾	#1 ⁽⁵⁾	84% para a marca <i>União</i> ⁽⁶⁾
Pescados Enlatados	Coqueiro	45% (em sardinhas) ⁽⁵⁾	#1 (sardinha) ⁽⁵⁾	65% para a marca <i>Coqueiro</i> em sardinha ⁽⁷⁾
	Pescador	24% (em atum) ⁽⁵⁾	#2 (atum) ⁽⁵⁾	56% para a marca <i>Coqueiro</i> em atum ⁽⁷⁾
Uruguai				
Arroz	Saman	42% ⁽⁸⁾	#1 ⁽⁸⁾	n/a
Chile				
Arroz	Tucapel Banquete	33% ⁽⁸⁾	#1 ⁽⁸⁾	50% ⁽⁹⁾
Peru				
Arroz	Costeño Paisana Hoja Redonda	47% ⁽¹⁰⁾	#1 ⁽¹⁰⁾	72% ⁽¹¹⁾

(1) Porcentagens indicam nossa participação de mercado considerando todas as nossas marcas em cada categoria de produto.

(2) Fonte: Nielsen/Scantrack, maio de 2017.

(3) Considerando a região metropolitana de São Paulo.

(4) Fonte: Top of Mind Camil Ipsos, 2016. Considerando São Paulo

(5) Fonte: Nielsen/Retail Index, maio de 2017.

(6) Fonte: Top of Mind União Vermeer, 2016.

(7) Fonte: Top of Mind Coqueiro Brand Analytics, 2014.

(8) Fonte: Relatório Anual da Safra 2015/2016, Comissão do setor de Arroz Uruguai. (*Percentual de participação de área plantada em hectares por produtor*)

(8) Fonte: Nielsen/Scantrack, Dezembro 2016 e Market Research Cadem, Dezembro 2016.

(9) Fonte: Market Research Cadem, Dezembro 2016.

(10) Fonte: Kantar World Panel / Relatório Primeiro Semestre 2016.

(11) Fonte: Mercadeo & Opinion S/A / Top of Mind Abril/16.

A Companhia possui 29 (vinte e nove) unidades de processamento e também 18 (dez oito) centros de distribuição na América do Sul. Tem 14 (quatorze) unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, possui 8 (oito) plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, 3 (três) no Chile, 3 (três) no Peru e 1 (uma) na Argentina. Sua capacidade de produção anual é de 1.760 mil toneladas de grãos, 727 mil toneladas de açúcar e, cerca de 60 mil toneladas de pescado. No Brasil, atende aproximadamente 20.000 clientes por meio de sua força de vendas e plataformas de distribuição, que também permitem que os produtos da Companhia estejam presentes em, aproximadamente 285.000 pontos de venda, de acordo com a Nielsen. A dicionalmente, exporta seus produtos para mais de 50 países.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Brasil

A Companhia possui 8 (oito) fábricas de processamento de arroz e uma fábrica de alimentos processados distribuídas pelo território nacional brasileiro, com capacidade total de produção mensal de, aproximadamente, 77.000 toneladas de arroz e de 8.990 toneladas dos demais grãos, o que lhe confere uma grande capacidade competitiva.

A grande escala da Companhia no Brasil permitiu, ademais, a implementação de uma estratégia de diversificação que começou, em 2011, com a aquisição da marca “Pescador” e “Alcyon”, além da marca “Coqueiro”. Pioneira na comercialização de pescados enlatados no Brasil, a sociedade detentora da marca Coqueiro está em atividade desde 1937. A estratégia de diversificação da Companhia continuou sendo implementada por meio da aquisição das marcas “Pescador” e “Alcyon” da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. para atuação nesse mesmo segmento de pescados enlatados no exterior. Dentre os produtos comercializados com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, destacam-se o atum e a sardinha enlatados. Possui 2 (duas) plantas de processamento de pescado, com capacidade total de produção de 5.200 toneladas de pescado por mês.

A aquisição da marca “União” em 2012, líder no segmento de açúcar refinado, segundo o relatório *Nielsen / Retail Index*, consultado em janeiro de 2017 com mais de 100 anos de atuação no Brasil, trouxe à Companhia mais escala e força nacional. Conforme divulgado pela revista “Istoé” (publicação datada de 2 de maio de 2012 e atualizada em 19 de dezembro de 2016), a “União” é a marca de açúcar refinado mais valiosa do país. Atualmente, considerando todas as marcas detidas pela Camil no setor, a Companhia possui 36,2% do mercado de açúcar refinado e 13,9% do mercado total de açúcar em maio de 2017, segundo Nielsen / Retail Index, consultado em fevereiro de 2017. Produzindo cerca de 46.000 toneladas por mês em 4 (quatro) fábricas de empacotamento no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

Outros países

Por meio da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai (“Saman”), líder uruguaia em exportação de arroz, a Companhia é líder no mercado uruguaio com venda de aproximadamente 594.000 toneladas de arroz por ano, sendo o maior exportador de arroz uruguaio, segundo o Relatório Anual da Safra de 2015/2016, divulgado pela Comissão do setor de arroz, com 42% da produção nacional. Adicionalmente, a Companhia possui 8 (oito) plantas industriais e um centro de distribuição no Uruguai.

No Chile a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida pela Companhia em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz (38,0% de participação de mercado), bem como no *share of mind* (indica a frequência e profundidade com que determinado produto é lembrado pelos consumidores) entre os participantes do mercado, segundo a “*Cadem Research Insight Innovation*”, divulgada em dezembro de 2016. A produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, sendo que, atualmente, possui 5 (cinco) centros de distribuição estrategicamente localizados no país e conta com 3 (três) plantas industriais nas cidades de Santiago, Retiro e San Carlos.

Já no Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C (“Costeño”), fundada em 1996 e adquirida pela Camil em 2011. Atualmente, a Costeño possui 2 (dois) centros de distribuição e 3 (três) plantas industriais, sendo uma em Lima, uma em Arequipa e uma em Piura. Em 2014, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru em 2016, conforme informações do relatório da “*Kantar WorldPanel*”, consolidando, assim, a liderança do mercado de arroz empacotado com 49% de participação de mercado, nos termos do mesmo relatório.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Na Argentina a Companhia possui uma planta para beneficiamento de arroz localizada na cidade de Los Charrúas, província de Entre Rios.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A principal atividade da Companhia é o beneficiamento, distribuição e comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Adicionalmente, também beneficia, distribui e comercializa outros grãos, dentre os quais ervilha, grão de bico, lentilha, soja, canjica amarela e branca, milho de pipoca e proteína de soja, sendo que alguns desses são alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart.

Além dos grãos e pescados, em menor escala, a Companhia também gera energia elétrica a partir da casca do arroz, bem como comercializa óleo de arroz, azeites e presta serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos.

A Companhia e suas controladas conduzem suas operações em dois segmentos: (i) Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar; e (ii) Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Argentina, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

I – Alimentícios Brasil

Grãos

Arroz

A Companhia possui 8 (oito) fábricas de processamento de arroz distribuídas pelo território nacional com capacidade total de produção de 77.000 toneladas de arroz por mês. A Companhia beneficia uma variedade de diferentes tipos de arroz para atrair maior número de consumidores. Possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. As principais marcas de arroz da Companhia, em termos de volume, incluem *Camil*, *Popy*, *Príncipe*, *Carreteiro* e *Tche*.

Feijão

Em relação ao feijão, a Companhia vende 6.000 toneladas de feijão por mês. O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. As margens do feijão são, geralmente, maiores do que as do arroz e aumentos no preço do feijão, historicamente, não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos. A principal marca de feijão da Companhia é a marca *Camil*.

Outros Grãos

Dentre os outros grãos comercializados, a Companhia possui grãos especiais, biscoito de arroz, prontos e proteína de soja. Os grãos especiais são compostos por ervilha, grãos de bico, lentilha, milho, soja e canjica. Esses produtos, apesar de possuírem uma margem muito positiva, não possuem representatividade na receita, devido à volatilidade de fornecimento desses insumos. O biscoito de arroz é o produto com maior crescimento em receita na Companhia, sendo produzido em duas plantas. No final da safra 16/17, a Companhia adicionou mais capacidade produtiva devido à grande demanda do produto. A principal marca de grãos da Companhia é a marca *Camil*.

A linha de prontos são os alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart. Atualmente, eles são divididos em produtos de conveniência e conserva. Dentre os alimentos de conveniência a Companhia produz 5 tipos de feijões (Carioca, Preto, Branco, Fradinho e Rajado).

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A linha de proteína de soja é apenas comercializada e distribuída pela marca Camil. A Companhia possui um parceiro estratégico e não atua na etapa de produção.

Açúcar

Atualmente, a Companhia comercializa cerca de 46.000 toneladas por mês em 4 (quatro) fábricas de empacotamento localizadas no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico. Além da marca “União”, a Companhia detém também as marcas “Da Barra”, “Duçula”, “Neve” e “Dolce”. A marca União está presente também nos segmentos de açúcar orgânico, demerara, adoçante de sucralose, açúcar especial para culinária, entre outros.

Pescado

A Companhia possui as fábricas e centros de distribuição de peixes enlatados localizados estrategicamente nos dois principais pontos de pesca do Brasil (São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e Navegantes, em Santa Catarina), que possuem capacidade de processamento de 4.800 toneladas de sardinha e, aproximadamente, 400 toneladas de atum por mês. Adicionalmente, a Companhia produz molhos e patês derivados do atum e sardinha para comercialização. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais. A principal marca de pescado da Companhia é a marca *Coqueiro*.

II – Alimentos Internacionais

Uruguai

No Uruguai, a Saman possui 8 (oito) plantas industriais para produção do arroz. Além do arroz, a Saman também comercializa biscoitos de arroz, doces e salgados, tendo em seu portfólio óleo vegetal e subprodutos como o farelo de arroz e arroz quebrado.

Chile

No Chile, a Tucapel tem sua produção totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, possuindo 5 (cinco) centros de distribuição estrategicamente localizados no país e contando com 3 (três) plantas industriais nas cidades de Santiago, Retiro e San Carlos. A Tucapel trabalha com diferentes tipos de produtos além do arroz, o arroz. Entre eles, legumes (feijão, ervilha, grão de bico e lentilha), risotos semi-preparados, farinha de arroz, receitas de arroz pré-prontos, além de azeite de oliva, quinoa e biscoitos de arroz.

Peru

No Peru, a Companhia está presente com a Costeño, a qual possui 3 (três) plantas industriais, sendo uma em Lima, uma em Arequipa e uma em Piura. A Costeño comercializa diversos produtos, os principais são o arroz branco e especiais, tendo em seu portfólio de vendas óleo vegetal, açúcar e diversos cereais como lentilha, quinoa, trigo, feijões e milho.

Argentina

Na Argentina, a Companhia possui uma planta para beneficiamento de arroz localizada na cidade de Los Charrúas, província de Entre Ríos. Comercializa arroz, e subprodutos como o farelo de arroz e arroz quebrado.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Tendo em vista a receita operacional líquida, a Companhia depende, principalmente, das atividades desenvolvidas no Brasil, sendo a dependência da Companhia das atividades desenvolvidas no exterior menor.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R\$ milhares	Período de 3 meses encerrados em 31 de maio de 2017		Exercício social encerrado em					
			28 de fevereiro de 2017		29 de fevereiro de 2016		28 de fevereiro de 2015	
Segmento	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total
Alimentício Brasil	931.024	76%	3.683.270	74%	2.935.335	69%	2.600.624	71%
Alimentício Internacional	294.535	24%	1.264.460	26%	1.293.614	31%	1.075.158	29%
Receita Líquida Total	1.225.559	100%	4.947.730	100%	4.228.949	100%	3.675.782	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R\$ milhares	Período de 3 meses encerrados em 31 de maio de 2017		Exercício social encerrado em					
			28 de fevereiro de 2017		29 de fevereiro de 2016		28 de fevereiro de 2015	
Segmento	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total
Alimentício Brasil	38.720	63%	133.880	66%	74.576	67%	66.139	63%
Alimentício Internacional	22.477	37%	67.651	34%	36.200	33%	38.821	37%
Lucro Líquido Total	61.197	100%	201.531	100%	110.776	100%	104.960	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Grãos

Arroz

A Companhia não possui área de plantio e não atua como produtor primário. Em geral, os produtores não detêm infraestrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz e feijão produzido, de forma que a Companhia aproveita essa oportunidade para oferecer esses serviços por meio de suas unidades especialmente criadas para o recebimento, secagem e beneficiamento de arroz na colheita. Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos diretamente dos produtores e posteriormente é realizado o beneficiamento, empacotamento e revenda ao consumidor final.

O arroz é comprado diretamente dos fornecedores da Companhia e é armazenado tanto em plantas próprias como nos depósitos dos próprios produtores. O beneficiamento do arroz em casca é realizado diretamente nas plantas da Companhia, seguindo as seguintes etapas:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas.
2. Descascamento	Raspagem da casca excessiva do arroz limpo. Separação do arroz integral das cascas por meio de processo de ventilação e por um equipamento mecânico, levando o arroz integral puro para o beneficiamento.
3. Beneficiamento	Beneficiamento, ou branqueamento, do arroz integral a fim de remover a camada de farelo. Moderno <i>multi-break</i> , clareadores verticais usam abrasão e fricção para converter de forma suave e eficiente o arroz integral em grãos brancos. A camada de farelo é sugada por uma ventilação, que normalmente ocorre em dois ou três ciclos, dependendo do nível exigido de beneficiamento.
4. Polimento	Processo para alisar e dar brilho à superfície do grão de arroz, por meio de uma série de rolos.
5. Classificação	Separação do arroz beneficiado (que consiste numa mistura de diferentes tamanhos, incluindo grãos inteiros e arroz quebrado) por meio de seleção e de diversas técnicas para classificar os grãos.
6. Seleção eletrônica	Remoção de defeitos do arroz, como descoloração, grãos amarelados, grãos verdes, gessados, sementes, arroz vermelho, impurezas.
7. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e armazenagem do arroz produzido de acordo com a sua classificação para preparar o arroz para ser entregue aos clientes.

Feijão

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Assim como o arroz, o feijão é comprado pela Companhia e entregue por fornecedores para beneficiamento em suas plantas. O beneficiamento do feijão é realizado da seguinte forma:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas e limpeza geral dos feijões.
2. Classificação e seleção eletrônica	Seleção dos feijões (que consistem numa mistura de diferentes tamanhos e cores).
3. Separação	Separação e remoção de impurezas.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do feijão produzido de acordo com a sua classificação para preparar os feijões para serem entregues aos clientes.

Outros Grãos

Com relação ao processo produtivo de outros grãos, temos os relacionados aos produtos prontos e o biscoito de arroz. O restante dos produtos, são recebidos prontos para empacotar.

Biscoito de Arroz;

Estágio	Processo
1. Recebimento	Recebimento e limpeza do arroz integral.
2. Formação do biscoito	Prensa do arroz na chapa em elevada temperatura para formação do biscoito.
3. Descanso	Descanso do arroz à temperatura ambiente e selecionamento de biscoitos com requisitos necessários para empacotamento.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do biscoito produzido de acordo com a sua classificação serem entregues aos clientes.

Linha de prontos

Estágio	Processo
1. Limpeza / Selecionamento	Seleção dos grãos que serão utilizados nas linhas de prontos. Após essa etapa, todos os produtos passam por uma rigorosa limpeza e por uma peneira.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Estágio	Processo
2. Acondicionamento	Acondicionamento dos grãos nas caixas de tetrapak e adição dos insumos que serão utilizados para elaborar a receita do produto pronto.
3. Autoclave	Produto passa por cozimento na autoclave, já embalado na caixa tetrapak.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das caixas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Açúcar

A Companhia comercializa cerca de 46.000 toneladas de açúcar por mês em 4 (quatro) fábricas de empacotamento no Brasil. Seus fornecedores são contratados por meio de um contrato de longo prazo, com volumes e preços de mercado pré-acordados.

Diferentemente do arroz e do feijão, o açúcar é adquirido dos fornecedores já processado. Portanto nesse produto, a atuação da Companhia consiste no empacotamento e estocagem do açúcar recebido de acordo com a sua classificação para posterior distribuição aos clientes.

Em duas unidades, a Companhia recebe o produto empacotado de seu principal fornecedor. Nas outras duas plantas, a Companhia realiza o empacotamento.

Estágio	Processo
1. Recebimento do açúcar	Recebimento do açúcar em Big Bag de 1.000kg.
2. Peneiramento	O big bag é aberto e passa apenas por processo de peneiramento em tela com abertura de 2.5mm ² para quebrar ou separar possíveis aglomerados antes de empacotar.
3. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do açúcar produzido de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Somente o açúcar Fit que tem um processo adicional, sofre mistura com sucralose. Um misturador com capacidade para 250kg faz a mistura de açúcar com sucralose em bateladas. Cada batelada tem um ciclo de 7 minutos.

Pescado

Dentre os produtos comercializados com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, destacam-se o atum e a sardinha enlatados. As fábricas de processamento de peixes enlatados estão localizadas estrategicamente nos dois principais pontos de pesca do Brasil: São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e, em Navegantes, em Santa Catarina. A capacidade de processamento de referidas fábricas é de 4.800 toneladas de sardinha e, aproximadamente, 400 toneladas de atum por mês. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Estágio	Processo
5. Limpeza	Remoção das vísceras e preparo do peixe para enlatamento.
6. Enlatamento	Preparação do produto para enlatamento de acordo com tamanho e tipo de pescado
7. Autoclave	Momento de cozimento do produto e completa assepsia.
8. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das latas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Tecnologia utilizada

A Companhia busca fazer com que suas plantas detenham o que há de mais moderno no setor em níveis tecnológicos, em todas as etapas do processo de beneficiamento, o que a Companhia acredita garantir a associação de suas marcas à vanguarda tecnológica no setor de alimentos da América Latina. Como exemplo, na planta localizada na Cidade de Camaquã, está em operação uma das 23 unidades no mundo voltadas à produção de produtos prontos para consumo (no caso da Companhia, feijão pronto – preto e carioca – e conservas vegetais – soja, lentilha, feijão branco, feijão fradinho e grão de bico), utilizando a tecnologia Tetra Recart, desenvolvida pela Tetra Pak, que possibilita a durabilidade dos produtos sem adição de conservantes, tendo em vista a utilização de embalagens resistentes a altas temperaturas e equipamentos específicos.

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do contrato de compra e venda de equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma linha de acondicionamento e processamento de referidos produtos (designada TP R2) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção dessa tecnologia.

Capacidade Produtiva

A capacidade total de produção efetiva da Companhia é de 1.760 mil toneladas de grãos por ano, enquanto que a de açúcar e pescado totalizam 727 mil toneladas e cerca de 60 mil toneladas por ano, respectivamente. Desde 2014, a Companhia tem adotado uma série de medidas para melhorar a eficiência de suas plantas produtivas de grãos e pescados. Para tal, a Companhia realizou investimentos em automação da linha e pescados e aumento da capacidade de armazenamento de peixe por meio da expansão da câmara fria. Já em grãos, a companhia também investiu em melhoria de eficiência operacional, principalmente nas operações da América Latina, por meio de novos equipamentos de limpeza, seleção e empacotamento.

Com base em tais medidas e as unidades fabris, a Companhia acredita deter a capacidade produtiva instalada necessária para suprir o crescimento da sua produção e da comercialização dos seus produtos.

Seguros

A Companhia possui seguros contra danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros, que seguem os padrões de mercado de empresas que atuam no setor e nas regiões onde opera.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Manutenção

A Companhia mantém um plano de manutenção preventiva e corretiva, que permite evitar uma paralisação total de suas atividades para fins de manutenção das máquinas e novos equipamentos.

Riscos inerentes ao processo

Os riscos inerentes ao processo produtivo que podem gerar paralisação das atividades incluem, principalmente, incêndio, explosão, greve, desastres naturais, quebra de equipamentos, entre outros.

b. características do processo de distribuição

Para auxiliar na distribuição dos produtos, a Companhia conta com 18 (dezoito) centros de distribuição espalhados pelo Brasil e América do Sul.

A área de logística da Companhia segue a tendência de distribuição dos grandes centros, ou seja, a utilização de cargas cada vez menores. As restrições de horários nas rodovias e nas zonas urbanas demanda maior eficiência dos prestadores de serviço em toda a malha logística do país. Só no Estado de São Paulo, a Companhia realiza em média 372 entregas, sendo 75% delas num prazo de 24 horas.

No Brasil, além da Ciclo Logística Ltda., subsidiária da Companhia com aproximadamente 80 caminhões, a Companhia tem outros prestadores de serviço terceirizados, para os quais a Companhia fornece dados de inteligência logística, controle de rotas e sequência de entregas de seus produtos. Esses prestadores de serviço terceirizados distribuem mais de 6,9 mil toneladas dos produtos da Companhia diariamente.

O transporte rodoviário do Brasil é responsável por, aproximadamente, 92% da distribuição dos produtos no país, já o aquaviário responde por, aproximadamente, 8%. Conforme mapa abaixo, as plantas e centros de distribuição estão espalhados estrategicamente nos países em que a Companhia atua.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



- (1) A planta de Santa Cruz produz tanto arroz quanto açúcar.
 (2) Considera duas plantas operadas pela Raízen.
 (3) Dois dos centros de distribuição localizam-se junto a plantas industriais.

Fonte: Companhia

Os centros de distribuição estão geograficamente localizados próximos aos principais pólos de consumo e canais de importação e exportação do Brasil. Com uma localização privilegiada, aliada à cobertura nacional, a Companhia acredita que o posicionamento de sua rede de distribuição permite atuação de maneira mais racional, o que confere economias de escala, além de uma vantagem logística natural, com maior agilidade e flexibilidade na distribuição dos produtos e, conseqüentemente, melhor acesso e penetração a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes.

Por meio de sua rede de distribuição, a Companhia comercializa, aproximadamente, 104.000 toneladas por mês de produtos no Brasil, chegando a, aproximadamente, 20.000 clientes, incluindo redes varejistas (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart, Bompreço e Dia) e as principais redes atacadistas do Brasil (Makro, Atacadão, Sams Club, Tenda).

A Companhia possui uma plataforma única de distribuição, sendo que 95% das vendas no Brasil são realizadas por meio de sua força de venda e plataforma de distribuição que atinge mais de 20 mil clientes e aproximadamente 285.000 pontos de venda em todo Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



A Companhia não tem política de manter contratos de distribuição para o transporte de seus produtos. Os contratos assinados com as transportadoras costumam ser assinados por prazo indeterminado e não possuem cláusula referente a volume ou preço. Dentre as transportadoras utilizadas pela Companhia, a Ciclo Logística, controlada da Companhia, recebe o mesmo tratamento dado aos demais fornecedores. Não há qualquer exclusividade ou benefício para os serviços da controlada. Portanto, nas negociações de frete, ela passa pelos mesmos processos de orçamento que qualquer outra empresa fornecedora.

Chile

A Companhia, por meio de sua força de vendas e plataforma de distribuição, atende aproximadamente 500 pontos de venda e 35 centros de distribuição, que representam 1.100 pontos de venda adicionais. Para realizar a sua distribuição, que é feita substancialmente por transporte rodoviário, a Companhia contrata pequenas e médias empresas de transporte. A Companhia também conta com distribuidores terceirizados que representam aproximadamente 42.300 pontos de venda. Ao todo, os produtos da Companhia são vendidos em aproximadamente 44.000 pontos de venda no Chile e as suas vendas alcançam 6.000 toneladas por mês.

Uruguai

Com relação ao Uruguai, parte substancial das atividades da Companhia é voltada para a exportação, realizada via Porto de Montevideu, o principal canal de saída do arroz da América Latina (responsável por, aproximadamente, 93% nos últimos três anos), chegando, atualmente, a 40 países, ou por caminhões via fronteira terrestre com Brasil e Argentina.

A planta industrial de Montevideu possui desvio ferroviário próprio.

Peru

A Companhia tem uma venda média mensal no Peru de 7.705 toneladas de produtos. Para dar suporte a estas vendas, a Companhia tem a sua própria força de vendas nas cidades de Lima e Arequipa. Para as vendas em Lima, que representam aproximadamente 92% das vendas da Companhia no Peru, a Companhia mantém sua própria plataforma de distribuição e contrata caminhões de terceiros. Por meio desta plataforma de distribuição, a Companhia atende cerca de 16.000 clientes de pequeno e médio porte, que representam aproximadamente 34% das suas vendas no Peru, e mais de 250 clientes atacadistas, que representam aproximadamente 13% das suas vendas no Peru, com base nas vendas da safra 2016/2017.

A equipe de vendas em Arequipa atende aproximadamente 2.500 clientes. Para as suas vendas fora das cidades de Lima e Arequipa, a Companhia conta com 52 distribuidores terceirizados que cobrem as outras principais cidades no Peru

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Argentina

As vendas na Argentina possuem as mesmas características do Uruguai e são concorrentes no mercado externo. Aproximadamente 50% das exportações do Uruguai são feitas por via terrestre ao Chile, aproximadamente 25% por meio do porto de Buenos Aires e aproximadamente 25% por meio do porto de Del Guazú, na cidade de Zarate.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

Grãos

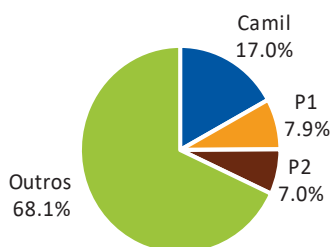
Arroz

Conforme gráfico abaixo, o mercado do arroz é altamente fragmentado, sendo que a Companhia lidera o volume de vendas com apenas 17,0% do mercado. Seus principais concorrentes são: Prato Fino e Tio João.

Nos últimos 3 anos, a Companhia aumentou sua participação entre os principais fabricantes de arroz, somando 17,0% no acumulado 2016/2017, conforme informações do relatório Nielsen/Scantrack YTD consultadas em maio de 2017. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento no segmento de arroz, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico abaixo.

Principais Fabricantes - Share Volume

Arroz



(1) Relatório Nielsen / Scantrack YTD consultadas em maio de 2017

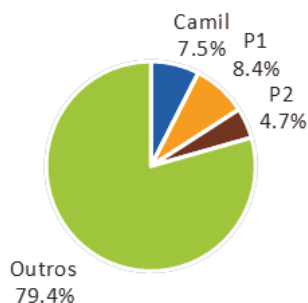
Feijão

Conforme gráfico abaixo exposto, a Camil possui uma participação de 7,5% de *share* volume entre os principais fabricantes de feijão, segundo dados da Nielsen / Scantrack, consultados em maio de 2017. Seus principais concorrentes são: Kicaldo e Máximo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Principais Fabricantes - Share Volume

Feijão



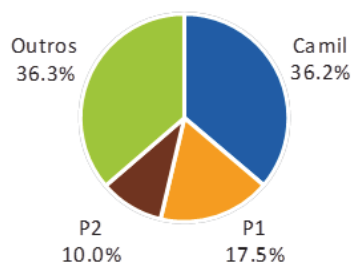
(1) Relatório Nielsen / Scantrack YTD consultadas em maio de 2017

Açúcar

Atualmente, considerando todas as marcas detidas pela Camil no setor, a Companhia possui 36,2% do mercado de açúcar refinado e 13,9% do mercado total de açúcar em abril/maio de 2017, segundo Nielsen / Retail Index, consultado em maio de 2017. Nesse mercado, a Companhia possui as marcas Caravela, Alto Alegre, Delta e Guarani como concorrentes.

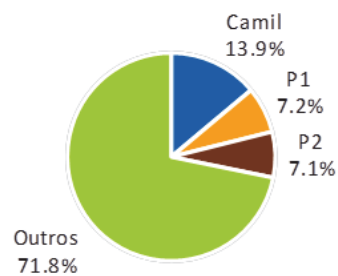
Principais Fabricantes - Share Volume

Açúcar refinado



Principais Fabricantes - Share Volume

Açúcar total



(1) Relatório Nielsen / Retail Index, consultado em maio de 2017

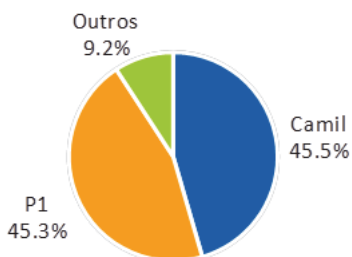
Pescado

Com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, a Companhia ocupa o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, com 45,5% de participação nas vendas do mercado de sardinha e 24,3% nas vendas do mercado de atum, segundo Nielsen / Retail Index consultado em abril/maio de 2017. A Companhia enfrenta forte concorrência no setor de pescados e enlatados com a marca Gomes da Costa (marcas “Gomes da Costa” e “88”).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

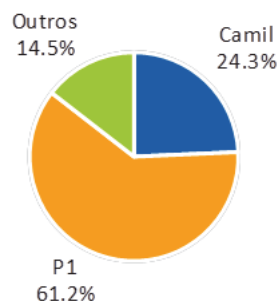
Principais Fabricantes - Share Volume

Pescado - Sardinha



Principais Fabricantes - Share Volume

Pescado - Atum



(1) Relatório Nielsen / Retail Index, consultado em maio de 2017

ii. condições de competição nos mercados

O setor de alimentos brasileiro cresceu de forma significativa na última década, principalmente em razão de fundamentos macroeconômicos favoráveis e de algumas mudanças culturais. A Companhia acredita que este crescimento deva continuar ocorrendo nos próximos anos pela expectativa de manutenção destes fundamentos positivos e porque o gasto com alimentos no Brasil ainda é baixo quando comparado a outros países (conforme publicação da “Go Banking Rates”, divulgado em 18 de fevereiro de 2016).

Arroz

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. Quase 481,1 milhões de toneladas de arroz em casca são produzidas anualmente no mundo, principalmente na Indonésia, China, Índia, Brasil e Estados Unidos, que são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 60,1% do consumo total mundial (de acordo com a OECD) e 63,1% da produção total mundial (de acordo com as estimativas do departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)).

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais, e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de competir em todo o mercado brasileiro.

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, porque utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento com os produtores.

Na produção de arroz, a região Sul apresenta as mais altas produtividades do Brasil, segundo divulgado pela CONAB, com alta utilização de tecnologia agrícola e genética diminuindo perdas e melhorando a qualidade. Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins. A produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando 69,4% da produção total brasileira em 2015/2016 e devendo chegar a 70,8% em 2016/2017) e Santa Catarina (representando aproximadamente 9,9% da produção total brasileira em 2015/2016, ficando em 9,1% em 2016/2017), segundo a CONAB. As condições climáticas favoráveis nestes estados permitem que eles alcancem a produtividade de 7,7 toneladas de arroz em casca por hectare e 7,5 toneladas de arroz em casca por hectare, respectivamente, similares aos índices de produtividade dos países produtores de arroz mais produtivos do mundo referente à safra de 2014/2015.

Feijão

O feijão é também um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América do Sul, principalmente entre as classes de renda média e baixa. Assim como no caso do arroz, esta característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão, os processadores podem transferir o aumento dos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

O mercado de processadores de feijão é bastante fragmentado, assim como a produção que se desenvolve de forma regionalizada, em praticamente todas as regiões do país de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade.

O desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos prazos de validade do feijão, que tinha vida útil curta. As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz.

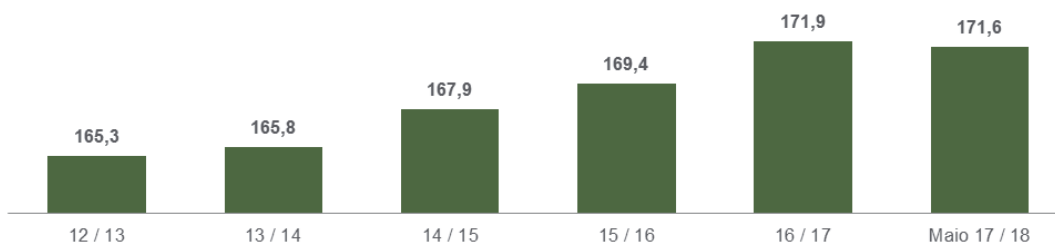
Segundo a CONAB, aproximadamente, 60,1% da produção de feijão é concentrada nos estados do Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Ainda, segundo a CONAB, a produção total de feijão do Brasil foi de 3.210,2 mil toneladas em 2014/15 e será de 2.515,0 mil em 2015/16. Para a safra 2016/17, a CONAB prevê que a produção total de feijão seja de 3.326,0 mil toneladas.

Para viabilizar este crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação de players médios e pequenos.

Açúcar

Desde 2012/13, o consumo global de açúcar subiu de 165,3 milhões de toneladas em 2012/13 para 171,6 milhões de toneladas em maio 2017/18, conforme demonstra o gráfico abaixo, resultando em um CAGR de 0,7%.

Consumo Global de Açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: *U.S. Department of Agriculture* (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas e é o maior produtor global, responsável pela produção de 37,8 milhões de toneladas em novembro 2016/17, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 27,2 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

O maior produtor e exportador de açúcar do mundo é o Brasil (21% da produção total e 45% das exportações totais no ano fiscal de 2016). Uma quantidade significativa de açúcar também é produzida na Índia, União Europeia, China, Tailândia e Estados Unidos. Os contratos de futuros de açúcar estão disponíveis para negociação na Bolsa Mercantil de Nova York. O montante de cada contrato é em torno de 112.000 libras.

Pescado

Desde 2010, o consumo de peixe enlatado no Brasil subiu de 85 mil toneladas para 109,8 mil toneladas em 2015, representando um crescimento no período de 30%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O consumo de peixe enlatado no Brasil evoluiu significativamente nos últimos anos, devido à conveniência oferecida aos consumidores, que buscam alimentos saudáveis. Adicionalmente, campanhas de marketing, como a “Semana do Peixe” do Ministério de Pesca e Agricultura, impulsionaram as vendas dos produtos dessa categoria. O faturamento do segmento subiu de R\$1.686 milhões em 2010 para R\$3.196 milhões em 2015.

Benefícios Fiscais

Para informações a respeito dos benefícios fiscais usufruídos pela Companhia, vide item 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Custos de matérias-primas e outras despesas

A composição do custo dos produtos vendidos da Companhia apresenta concentração nos itens de natureza variável, os quais incluem matérias primas (grãos, açúcar e pescado), material de embalagem e energia elétrica.

Para mais informações a respeito da matéria-prima e riscos relacionados, ver item 4.1 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

Dependência de Tecnologia e Mão de Obra

A Companhia não depende de uma determinada tecnologia para viabilizar a fabricação de seus produtos. As tecnologias utilizadas no processo de fabricação dos produtos produzidos e comercializados pela Companhia são comuns ao mercado, não necessitando de nenhum *know how* específico de propriedade da Companhia. Quando necessário, a Companhia contrata e licencia de terceiros os recursos tecnológicos e produtivos necessários ao desenvolvimento de suas necessidades. No entanto, a Companhia depende, cada vez mais, de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas, de forma a permitir de forma eficaz a troca de informações entre a Companhia e os seus fornecedores e clientes, permitindo à Companhia manter níveis de estoque das matérias-primas e produtos adequados às suas atividades e o devido abastecimento dos pontos de venda dos seus produtos. Para mais informações, ver o fator de risco “*Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações.*” constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a fim de desenvolver, produzir e comercializar os produtos da Companhia, a Companhia deve contratar e conservar empregados experientes com expertise específica em tais atividades, bem como atrair e reter membros de sua Administração altamente qualificados. Para mais informações, ver o fator de risco “*A perda de membros da alta administração da Companhia, ou da sua capacidade de atrair e reter profissionais qualificados para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.*” constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

Legislação Especial

Na data deste Formulário de Referência, não há legislação especial e normas aplicáveis à Companhia, que não tenham sido descritas no item 7.5 e no item 7.7 deste Formulário de Referência, que tenham influência relevante sobre as operações e/ou seus mercados de atuação.

d. eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, sendo historicamente constante, tendo em vista que o arroz e feijão são produtos básicos da alimentação no Brasil. Todavia, os preços do feijão e do arroz são afetados pela sazonalidade das safras. No Brasil, por exemplo, o preço médio tradicionalmente pago por arroz tem sido menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, havendo aumento dos preços depois de setembro. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio. Quanto ao feijão, tendo em vista que sua safra ocorre três vezes ao ano

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e que o feijão é mais vulnerável a mudanças das condições climáticas, bem como possui menor duração da vida em estoque, o preço médio pago por feijão é mais volátil do que o preço pago pelo arroz.

Com relação ao açúcar, a demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, tendo em vista que o açúcar é item básico na alimentação. Entretanto, os tipos de açúcar para uso culinário têm volume alavancado em datas comemorativas como dia das mães, das crianças, festas de São João e de final de ano. Todavia, o preço do açúcar sofre sazonalidade de acordo com a safra que vai de abril a março. Portanto, o preço normalmente segue a característica de oferta e demanda, sendo que no início da safra quando a oferta é maior, o preço tende a ser menor e no final da safra, quando a oferta é menor, o preço tende a ser maior.

Já com relação ao pescado, existe uma forte influência da sazonalidade (i) no período de quaresma (fevereiro a abril) para Sardinha, onde na religião cristã muitos praticantes não consomem carne vermelha; e (ii) no verão, época em que a busca de alimentos mais leves, saudáveis e práticos geram maior interesse.

Além da sazonalidade da demanda, também existe a sazonalidade do fornecimento de matéria prima, uma vez que a indústria da pesca precisa respeitar o período de defeso da pesca (período em que a pesca é proibida por lei). Esse período varia de acordo com o tipo de pescado. Para a sardinha são dois períodos: o primeiro ocorre entre 15 de junho a 31 de julho e o segundo de 1 de novembro a 15 de fevereiro. Para o atum não há uma lei específica, existindo um defeso natural que ocorre nos meses de julho a setembro, sendo que a espécie retorna em outubro.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Brasil

Fornecedores

A Companhia possui relacionamento comercial com mais de 1.200 produtores dos quais compra regularmente arroz, feijão, açúcar e pescados ao longo de todo ano. A compra é realizada por meio de contratos individualizados por negócio, sendo que o respectivo fornecedor decide o momento e o volume da venda, o que pode ocorrer em diversos momentos ao longo do ano.

A Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

No açúcar, a Companhia possui grande concentração de fornecimento do seu Fornecedor. Compras pontuais são realizadas junto a outros fornecedores, principalmente no açúcar cristal, porém o volume não é relevante.

Para mais informações a respeito do contrato de fornecimento de açúcar, ver item 7.3.e.ii deste Formulário de Referência.

Com relação aos outros grãos, a Companhia também possui uma base pulverizada de fornecimento, porém devido a sazonalidade de produção e dificuldade na originação deste tipo de matéria prima, sua disponibilidade pode ser afetada em determinadas épocas do ano no ponto de venda.

Serviços financeiros disponibilizados aos fornecedores no Brasil

No Brasil, realizamos esporadicamente adiantamentos a determinados fornecedores para financiar parcialmente os seus custos de produção, em montantes e critérios que variam caso a caso, mas levam em consideração a qualidade e longevidade do relacionamento que mantemos com determinados fornecedores. A partir desse financiamento que concedemos a esses

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

fornecedores selecionados, nós garantimos o recebimento das suas respectivas safras de arroz. Nos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017, 29 de fevereiro de 2016 e 29 de fevereiro de 2015, o montante que adiantamos aos nossos fornecedores no Brasil foi de, aproximadamente, respectivamente R\$182,4 milhões, R\$121,9 milhões e R\$130,3 milhões.

Uruguai

Fornecedores

Por meio da Saman, na safra de 2016/2017, a Companhia firmou contratos com 245 produtores. Com esses contratos, a Companhia possui exclusividade sobre a safra atual desses produtores. Em contrapartida, a Companhia fornece sementes certificadas, bem como serviços de orientação técnica na área agrônômica. Com relação às sementes, a Companhia as desenvolvem, conforme prática do mercado uruguaio, o que a Companhia acredita garantir maior retorno e qualidade à produção que financia, uma vez que os fornecedores deixam de utilizar sementes “clonadas”, preferindo a utilização de sementes certificadas que são cuidadosamente tratadas pela Companhia. A recepção, secagem, armazenagem, beneficiamento e distribuição de toda a safra de arroz destes produtores é atribuição exclusiva da Companhia.

Durante as últimas décadas, o relacionamento da Companhia com os produtores uruguaios vem se aprimorando, por conta de contínua interação comercial. Em diversos casos, esse relacionamento comercial já se encontra na terceira geração de famílias de agricultores.

Atualmente, dos mais de 160.000 hectares cultivados de arroz no Uruguai, na safra 2016/2017, a Companhia detém exclusividade sobre 70.401 hectares, correspondendo a aproximadamente 44% da produção uruguaia de arroz.

Os contratos da Companhia com os fornecedores uruguaios têm validade por uma safra e são padronizados e previamente negociados em suas linhas gerais com a Associação dos Cultivadores de Arroz (ACA). Em nenhuma das etapas deste relacionamento há intervenção governamental ou de algum órgão público.

Serviços Financeiros disponibilizados aos fornecedores no Uruguai

A Companhia tem relacionamento exclusivo com todos os seus fornecedores uruguaios. Financia parte da produção de seus fornecedores. Cada fornecedor recebe financiamento da Companhia até 70% do seu custo de produção. Em retorno, a Companhia tem a garantia de que receberá a safra de arroz de seus fornecedores. Ainda, a Companhia fornece sementes e serviços de orientação técnica na área agrônômica. Foi praticada, em 28 de fevereiro de 2017, uma taxa de 8,25% ao ano de empréstimos aos nossos fornecedores. Não tivemos inadimplência em qualquer dos empréstimos que concedemos aos nossos fornecedores nos últimos três anos.

Chile

Fornecedores

O abastecimento de matérias primas para a elaboração de produtos de nossa subsidiária Tucapel é feito da seguinte abaixo:

A Companhia, por meio da Tucapel, adquire no mercado nacional arroz em casca produzido no Chile, nas regiões Sétima e Oitava (responsáveis por produzir, aproximadamente, 100% do arroz chileno), o que representa, aproximadamente, 66% do arroz comercializado pela Companhia.

O arroz produzido nessas regiões é comprado pelas empresas beneficiadoras, quase em sua totalidade em casca.

Para obter um maior controle sobre o abastecimento de arroz, anualmente, a Companhia firma contratos com mais de 700 produtores chilenos de arroz, bem como fornece aos agricultores sementes de arroz certificadas, bem como financia parte dos seus custos de produção. Adicionalmente, presta serviços de orientação técnica na área agrônômica, com a garantia de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

entrega de sua produção à Companhia.

Por meio da Tucapel, a Companhia tem um relacionamento de mais de 30 anos com produtores locais. Atualmente, dos aproximadamente 25.000 hectares cultivados de arroz no Chile, a Companhia contrata, aproximadamente, 10.000 hectares com produtores locais.

A relação com os fornecedores, especialmente no que diz respeito ao preço praticado, está regulamentada pelo governo do Chile por intermédio do Ministério de Agricultura chileno, por meio da ODEPA.

Os restantes 34% do arroz que comercializamos são adquiridos no mercado internacional, tendo a Argentina como principal fornecedor, seguido de Vietnã e Uruguai ao longo do ano de 2017.

Serviços financeiros disponibilizados aos fornecedores de arroz produzido no Chile

A Companhia financia parte dos custos de produção de seus fornecedores com os quais firma contratos.

Cada um dos produtores de arroz recebe financiamento de no máximo 42% do custo de produção, caso seja arrendatário de terras, e de no máximo 63% do custo de produção, caso seja proprietário. Como retorno, a Companhia recebe a safra de arroz dos agricultores financiados. Ademais, a Companhia presta serviços de orientação técnica na área agrônômica.

A taxa anual de empréstimos que praticamos foi de 15,7% ao ano para a safra de 2016/2017. Historicamente, temos um baixo índice de inadimplência.

Peru

Fornecedores

A tabela abaixo apresenta informações sobre os fornecedores nacionais e estrangeiros dos produtos comercializados pela Costeño Alimentos S.A.C.:

Produto	Participação	Fornecedores
Arroz com casca (<i>paddy</i>) nacional	7,00%	Fornecedores nacionais (norte do Peru)
Arroz branco nacional	8,00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Arroz branco importado	49,00%	Fornecedores estrangeiros
Feijão, lentilha e produtos similares	5,00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Açúcar	1,00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo	3,00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Outros	27,00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Total	100,00%	

As aquisições da Costeño no mercado local peruano representam 51,0% das suas aquisições e consistem em arroz, feijão, lentilha, açúcar, óleo e certos serviços, tais como transporte, empacotamento, alugueis e energia. As aquisições de arroz da Saman e outros fornecedores de arroz estrangeiros representam 47,0% e 2,0%, respectivamente, das aquisições da Costeño.

As aquisições de arroz da Costeño no mercado nacional representam 15,0% das suas aquisições. O arroz em casca adquirido é processado pela Costeño por meio de sua unidade Sullana, localizada na cidade de Piura.

A Costeño concede empréstimos a 19,2% dos agricultores de arroz com casca no Peru, que atuam como seus fornecedores, assegurando assim o fornecimento de matéria-prima. Esses empréstimos são garantidos por hipoteca sobre o terreno dos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

agricultores e remunerados a juros anual de 16%. Com esses empréstimos, os agricultores podem cobrir os custos do aluguel da terra e plantio (custos de produção).

As quotas são liquidadas quando os agricultores entregam o arroz com casca (*paddy*) na safra seguinte. Ao final da safra, os juros são liquidados e pagos pelos agricultores. Até o momento, não houve empecilhos para a recuperação dos empréstimos concedidos aos agricultores.

É importante notar que na safra atual (2017-2018), a Costeño forneceu sementes certificadas a 30% dos referidos agricultores com o intuito de garantir a qualidade do grão, o que aumentou o rendimento por hectare cultivado, assegurando assim o atendimento da demanda de mercado e evitando compras de arroz branco de fornecedores nacionais.

Finalmente, a compra de feijão, lentilha, açúcar e óleo representa 9,0% do total das compras realizadas pela Costeño. Essas compras são realizadas junto a fornecedores diretos de forma a manter o relacionamento comercial da companhia com esses fornecedores.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia depende de alguns fornecedores estratégicos de matérias-primas, e, principalmente no setor de açúcar, fornecedor exclusivo, com dependência não só do fornecimento do produto *in natura* mas também de seu beneficiamento, refino, ou processo de industrialização correspondente.

Contrato de Compra de Açúcar

O fornecimento de açúcar da Companhia é contratado por meio de um contrato de fornecimento, conforme aditado (“Contrato de Fornecimento”).

O Contrato de Fornecimento é de longo prazo, possuindo vigência de vinte anos a partir da data de sua celebração, com renovação automática por igual período, e estabelece volumes pré-acordados de fornecimento de açúcar, seja para refino, seja para empacotamento, sendo os preços aqueles usuais de mercado. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia adquirir volumes adicionais de açúcar, conforme demanda da Companhia e dentro dos limites estabelecidos pelo Contrato de Fornecimento.

O açúcar adquirido pela Companhia por meio do Contrato de Fornecimento é, ainda, refinado e/ou empacotado, conforme o caso, pelo próprio Fornecedor, por meio de 2 (duas) unidades de refino e empacotamento, nos termos de um contrato de prestação de serviços de refino e empacotamento, aditado pela última vez em 23 de agosto de 2016 (“Contrato de Refino”). O Contrato de Refino possui vigência de vinte anos com renovação automática por igual período. Por fim, o Contrato de Refino possui, ainda, cláusula de *take or pay*, em que a Companhia ou ao Fornecedor devem pagar determinado valor à outra no caso de o volume fornecido ou o volume retirado de açúcar for inferior à variação de volume tolerada nos termos do Contrato de Refino. A Companhia, no entanto, possui direito a indenização caso o Fornecedor entregue volume baixo de açúcar menor que provoque uma ruptura no abastecimento ao mercado.

iii. eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Considerando que a Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, a Companhia aloca aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em relação ao pescado é negociado, anualmente, no SINDIPE - Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região os preços de atum, sardinha fresca e salmourada, em consenso com pescadores, armadores e indústria. Este preço é cumprido por todos os elos da cadeia produtiva. A exceção se dá em anos de baixíssimo volume de captura, em que o mercado de peixe fresco absorve a preços mais altos que o preço convencionado no sindicato. Quando o mercado brasileiro está sem captura, o suprimento é feito com sardinha do Marrocos e Omã, que geralmente tem paridade de preços com a sardinha nacional. Já o suprimento de atum é importado do Equador. Geralmente, o preço do produto nacional é mais competitivo, e não havendo captura, a importação é fator de elevação de custos.

Em relação aos outros grãos, a Companhia realiza compras “spot” a preço de mercado.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10,0% de sua receita líquida total.

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10,0% de sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10,0% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As empresas que desenvolvem atividades que utilizam recursos naturais ou que apresentam potencial poluidor, tal como o beneficiamento de grãos, devem obter licenças e autorizações prévias perante os órgãos ambientais competentes, para a construção, instalação, ampliação e operação de seus empreendimentos.

Durante a fase de implementação ou ampliação de uma nova planta industrial, ou mesmo durante a operação regular das atividades da Companhia, esta é fiscalizada por órgãos governamentais que exigem o cumprimento de regras rígidas, apresentação ou atualização de licenças e autorizações, homologação de documentos, dentre outros enquadramentos legais.

O eventual não cumprimento, atraso ou ausência de documentação ou procedimentos exigidos pode acarretar sanções que podem variar de advertências, multas e interdições temporárias ou permanentes de suas atividades.

Diante disso, a Companhia deve cumprir uma série de regras ambientais, técnicas e de segurança para que tenha condições legais de conseguir as devidas autorizações governamentais para o pleno exercício de suas atividades. Abaixo estão listadas aquelas que a Companhia considera as mais relevantes e que podem afetar o andamento de suas operações.

Para informações a respeito da regulação dos demais países em que a Companhia atua, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

Licenças e Autorizações Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a legislação federal, estadual e municipal, as quais incluem cumprimento de normas relacionadas ao licenciamento ambiental, à coleta e ao transporte de resíduos perigosos, descarte de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos e uso de recursos hídricos, à compensação ambiental, a áreas de proteção permanente e emissões atmosféricas.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância das regras e obrigações nela estabelecidas, as quais podem incluir, entre outras, o pagamento de multas, a revogação de licenças e autorizações e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

A legislação brasileira determina que as atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, tal como as desenvolvidas pela Companhia, obtenham licenças (prévia - LP, de instalação - LI e de operação - LO) junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais para a localização, construção, instalação, ampliação e operação de seus empreendimentos.

As licenças ambientais estabelecem condicionantes técnicas para o desenvolvimento das atividades autorizadas, que devem ser cumpridas pelo empreendedor para a manutenção da sua validade. Sendo que a inobservância das condicionantes pode caracterizar infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. As licenças ambientais possuem prazo de vigência. Conforme legislação federal, o pedido de renovação deve ser feito até 120 dias antes do vencimento da licença, considerando-se prorrogada a sua validade até a manifestação final do órgão ambiental competente sobre o requerimento, salvo em casos onde o órgão ambiental estadual estabelece prazo diferente.

No âmbito federal, o processo de licenciamento ambiental encontra-se regulado pela Lei Complementar nº 140/2011, bem como pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”). Todavia, Estados e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Municípios também possuem competência para legislar de forma supletiva sobre o tema.

Os regramentos editados pelos Estados e Municípios tendem a ser mais restritivos que as disposições federais, incluindo no rol de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, categorias não contempladas de modo expreso na Resolução CONAMA nº 237/1997. Assim, o fato de determinada atividade não estar descrita na Resolução CONAMA nº 237/1997 como sujeita ao licenciamento ambiental, não quer dizer, necessariamente, que a atividade seja isenta. A necessidade de licenciamento dependerá, dentre outros aspectos, dos potenciais impactos que poderá causar ao meio ambiente.

A ausência de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais, bem como a operação de empreendimentos e atividades em desacordo com os termos e restrições previstos nas respectivas licenças ambientais, sujeita o infrator a sanções nas esferas criminal e administrativa, sem prejuízo da necessidade de reparação de eventuais danos causados ao meio ambiente. Dentre as sanções administrativas, destaca-se a possibilidade de imposição de multa, cujo valor poderá variar entre R\$500,00 e R\$10.000.000,00, de acordo com a legislação federal, além de sanções de embargo, suspensão de atividades, demolição, dentre outras. De acordo com as práticas atuais, a multa máxima apenas será imposta quando a conduta irregular der origem a graves danos ao meio ambiente e a terceiros.

Na esfera penal, a ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente ou a terceiros, caracteriza a prática de crime ambiental punível com pena de detenção de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas aplicadas cumulativamente.

Adicionalmente à aplicação de penalidades, as autoridades ambientais competentes, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença em casos de: (i) violação das normas legais, bem como operação da atividade em desacordo com as condicionantes previstas nas licenças ambientais; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; além de hipóteses de (iii) superveniência de graves riscos ambientais e à saúde da população.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças necessárias ao regular desenvolvimento das atividades da Companhia, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a operação das unidades da Companhia

Para a atividade de beneficiamento de arroz, empacotamento de açúcar e produção de pescados enlatados contamos com 19 unidades no Brasil, sujeitas ao licenciamento ambiental.

A esse respeito, nossas unidades possuem licenças ambientais válidas para operar e encontram-se regularizadas perante os órgãos ambientais estaduais e municipais competentes.

Compensação Ambiental

O licenciamento ambiental de atividades com significativo impacto ambiental sujeita o empreendedor à implantação e manutenção de uma Unidade de Conservação, de acordo com as disposições da Lei Federal n. 9.985/2000.

Áreas de Preservação Permanente

Conforme o Novo Código Florestal, Lei 12.651/2012, as áreas de APP são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A supressão de APPs somente é autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. A autorização de supressão é acompanhada de exigência de compensação definida pelo órgão público.

As unidades localizadas nos municípios de Rio Grande e Navegantes encontram-se em APPs, por estarem localizadas em faixas marginais de curso d'água natural.

Recursos Hídricos

A Lei 9.433/1997 criou a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo que a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade, tal como captação ou lançamento de efluente, depende de prévia autorização do órgão ambiental competente. Contamos com 9 (nove) unidades que possuem outorga de direito de uso de água.

Conforme a legislação aplicável, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal, a utilização de recursos hídricos sem a devida outorga pode sujeitar a imposição de penalidades administrativas, incluindo multas de até R\$10.000,00.

Resíduos Sólidos

A legislação ambiental brasileira regula a disposição adequada de resíduos, por meio da Lei nº 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”). Referida lei dispõe acerca da (i) prevenção e redução na geração de resíduos, com um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos; (ii) instituição de instrumentos de planejamento; e (iii) necessidade de elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”).

De acordo com a PNRS, estão sujeitos à elaboração de PGRS os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos industriais, de saneamento básico, de serviços de saúde, de mineração, resíduos perigosos, empresas de construção civil, empresas de serviços de transporte e empresas agrossilvopastoris. Existem 16 unidades da Companhia que possuem PGRS.

Além disso, o transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que ele pertence e estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

De acordo com a PNRS, a disposição inadequada de resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte destes resíduos, podem ser fatores de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, independentemente da obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente e terceiros afetados.

As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R\$50.000.000,00. De acordo com as práticas atuais, a multa máxima apenas será imposta quando a conduta irregular der origem a graves danos ao meio ambiente e a terceiros.

No que se refere à esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, o que significa que a obrigação de reparar o dano ambiental poderá afetar todos que estejam direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para participar de qualquer intervenção em nossas atividades, a exemplo da disposição final de resíduos, não nos exime da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelas empresas contratadas.

Produtos Controlados

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) estão sujeitos a controle por parte da Divisão de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/01), Ministério da Defesa (Decreto Federal No. 3.665/00) ou da Política Civil. Cada autorização para o uso de produtos controlados é válida por um prazo específico, no termo do qual a licença deve ser renovada. Em relação às autorizações da Polícia Federal, o pedido de renovação deve ser apresentado 60 dias antes da data de vencimento para que as autorizações permaneçam válidas até a manifestação final sobre o pedido de renovação.

A Companhia utiliza produtos químicos controlados em 5 (cinco) unidades para as atividades de beneficiamento de arroz e produção de pescados enlatados, para isso possui licenças de funcionamento junto à Polícia Federal.

A não obtenção de licenças de funcionamento junto à Política Federal pode sujeitar a multas de até R\$1.064.100,00. Quanto à ausência de autorização emitida pelo Ministério da Defesa, a Companhia pode estar sujeita a multas de até R\$2.500,00. As multas relacionadas à ausência de alvará da Polícia Civil variam de acordo com a jurisdição competente.

Contaminações

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, pelo acúmulo, pelo armazenamento, derramamento, ou pela infiltração de substâncias ou de resíduos, de modo intencional ou não, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger. As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a prorrogação reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro. Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação.

A remediação de áreas contaminadas normalmente envolve valores expressivos e com frequência ocasionam atrasos em cronogramas de construção e no curso normal das atividades pretendidas. Ademais, a existência de contaminação poderá implicar eventuais restrições aos usos e atividades pretendidos.

Padrões de Qualidade e Proteção

A Companhia não participa de padrões internacionais relativos à proteção ambiental, em projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), do Protocolo de Quioto, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, visando à atuação no mercado de Reduções Certificadas de Emissões (“RCE”) de gases do efeito estufa (“Créditos de Carbono”).

Outras Autorizações

De maneira geral, as atividades de processamento, beneficiamento, industrialização, embalagem, transporte e comercialização de produtos vegetais e cereais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico estão sujeitos à regulação e supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) e demais autoridades sanitárias competentes estaduais e municipais e das entidades profissionais competentes.

As principais atribuições do MAPA consistem na gestão de políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, o que inclui a supervisão do setor sob os aspectos relacionados ao mercado, tecnologia, organização e meio-ambiente, de modo a garantir a oferta de alimentos, posições no mercado de trabalho e eliminação de disparidades sociais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, e o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que desempenham atividades de processamento, beneficiamento, industrialização e/ou ainda embalam produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados deverão estar registradas junto ao cadastro geral de classificação mantido pelo MAPA.

Ademais, de acordo com o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico já embalados e rotulados com as especificações qualitativas, destinados diretamente à alimentação humana (aqueles destinados diretamente à alimentação humana), comercializados, armazenados ou em trânsito, devem estar devidamente classificados. No mais, o embalador (responsável pelo acondicionamento de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico) ou responsável pela garantia das indicações qualitativas do produto vegetal, incluindo cereais e grãos, subproduto ou resíduo de valor econômico deverá manter em arquivo e à disposição das autoridades fiscalizadoras os documentos comprobatórios da classificação, por um período mínimo de cinco anos.

Paralelamente, a legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade de indicação do lote e do resultado da classificação dos produtos vegetais, incluindo cereais e grãos, seus subprodutos e resíduos de valor econômico nos rótulos, embalagens ou marcações.

Nesse sentido, o Informe Técnico nº 41 de 28 de julho de 2009, da ANVISA, traz esclarecimentos sobre a comercialização de pescado congelado, indicando as legislações aplicáveis ao seguimento. Neste sentido, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, por meio de sua Portaria nº 005 de 12 de janeiro de 2006, estabelece a metodologia para de terminação do peso líquido em pescados, moluscos e crustáceos glaciados. Este Regulamento Técnico Metrológico se aplica ao controle metrológico de pescados, moluscos e crustáceos glaciados pré-medidos.

Ainda, a Instrução Normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005, do MAPA dispõe sobre o Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de Origem Animal Embalado, de modo a preservar o direito de informação do consumidor.

Adicionalmente, a Nota Técnica nº 19/2009, elaborada em conjunto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) estabelece o entendimento conjunto em relação à comercialização de pescado congelado.

Entidades Profissionais

No que se refere aos órgãos de classe, a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, estabelece a obrigatoriedade de registro da empresa e a anotação dos respectivos profissionais legalmente habilitados junto às entidades competentes.

Com relação aos CREA, o artigo 59 da Lei nº 5.194, de 4 de dezembro de 1966, determina que as firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral que organizem obras ou serviços de arquitetura, engenharia ou agronomia só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o seu registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. Assim sendo, as plantas industriais nas quais há a produção técnica especializada industrial de vegetais, grãos ou cereais igualmente deverão estar devidamente registradas no CREA, contando ainda com um profissional legalmente habilitado para atuar como supervisor técnico do processo industrial envolvendo tais produtos.

No que tange aos CRN, a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, em seu artigo 15, § único, bem como a Resolução CFN

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

nº 378, de 30 de dezembro de 2005, estabelecem a obrigatoriedade do registro junto ao órgão das pessoas jurídicas cuja finalidade social esteja ligada à alimentação e nutrição humana, respectivamente representadas pelo profissional responsável técnico qualificado. Cada unidade operacional atuante nas atividades de processamento, beneficiamento, industrialização, embalagem, transporte e comercialização de produtos do setor alimentício deverá estar devidamente registrada junto ao CRN (sob jurisdição da regional onde estiver localizada).

Ainda, no que diz respeito aos CRQ, a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, em seu artigo 27, bem como a Resolução Normativa nº 122, de 9 de novembro de 1990, determinam que as empresas (e suas filiais) que tenham atividades relacionadas à área química, tais como o beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares de origem vegetal, deverão obter o registro junto ao CRQ, indicando o profissional qualificado como responsável técnico (devidamente cadastrado junto ao CRQ).

Vigilância Sanitária

Do ponto de vista sanitário, as atividades desenvolvidas que digam respeito à saúde da população também estão sujeitas à regulação, fiscalização e controle das autoridades sanitárias competentes. Em âmbito federal, a ANVISA, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, também estabeleceu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, formado pela ANVISA, o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais da Saúde, o Conselho Nacional das Secretarias Municipais da Saúde, bem como os Centros de Vigilância Sanitária dos Municípios, Estados e Distrito Federal. De acordo com a legislação vigente, o instrumento básico utilizado para o licenciamento de atividades sob controle da vigilância sanitária é o Alvará de Funcionamento emitido pela autoridade sanitária estadual ou local, de forma a atestar a regularidade do estabelecimento industrial ou comercial. Cada estabelecimento deve obter um alvará sanitário independente, que deve ser renovado anualmente.

No rol dos segmentos sujeitos à fiscalização, controle e regulação da ANVISA, via de regra, os produtos do setor alimentício também estão sujeitos ao processo de registro. Porém, conforme dispõe a Resolução da ANVISA RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, os produtos de vegetais, cereais, amidos, farinha e farelos estão dispensados da obrigatoriedade de registro junto à ANVISA, sendo suficiente a mera apresentação do comunicado de início de fabricação de tais produtos junto ao órgão sanitário local competente.

Com relação ao beneficiamento e processamento de açúcar, e acordo com a Resolução – RDC nº 23, de 15 de março de 2000, certos produtos como açúcar estão dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde. No entanto, deve-se considerar a Resolução RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para Açúcares e Produtos para Adoçar, indicando os requisitos gerais específicos e adicionais do produto.

Ainda, vale notar que a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, e a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, estabelecem que empresas do setor alimentício devem obter o Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação, objetivando estabelecer procedimentos operacionais padronizados que contribuam para a garantia das condições higiênico-sanitárias necessárias ao processamento/industrialização de alimentos, bem assim cumprir e fazer cumprir com os regulamentos técnicos constantes das resoluções editadas pela ANVISA específicos para cada tipo de alimento, como a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos, e a Resolução RDC nº 273, de 22 de setembro de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

2005, aplicável para alimentos prontos e semi-prontos para consumo, entre outros.

Por fim, devem-se considerar, ainda, o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, bem como a Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

ANEEL

No desenvolvimento da atividade de geração de energia elétrica, ainda estamos sujeitos ao controle, fiscalização e ingerência da ANEEL no que se refere à sua atuação como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração da central geradora termelétrica Itaquí, constituída por uma unidade turbogeradora a vapor de 4,2 MW de potência instalada, em operação desde 8 de março de 2001, utilizando como combustível a casca de arroz, localizada nas instalações e sede da Companhia, conforme determina seu ato de outorga, qual seja, a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 4, de 10 de janeiro de 2005.

De acordo com a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 04, de 10 de janeiro de 2005, possuímos as seguintes obrigações como produtor independente de energia elétrica: (i) cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares de geração e comercialização de energia elétrica, respondendo perante a ANEEL, usuários e terceiros, pelas consequências danosas decorrentes da exploração da central geradora termelétrica, (ii) efetuar solicitação de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, (iii) celebrar os contratos de conexão e uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, nos termos da legislação específica, (iv) efetuar o pagamento dos encargos relevantes, nas épocas próprias definidas nas normas específicas, (v) submeter-se à fiscalização da ANEEL, (vi) organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações da central geradora termelétrica, comunicando a ANEEL qualquer alteração das características de sua unidade geradora, (vii) manter em arquivo, à disponibilização da fiscalização da ANEEL, estudos e documentos referentes ao licenciamento ambiental, projetos básico e executivo, registros operativos e de produção de energia elétrica e os resultados dos ensaios de comissionamento, (viii) respeitar a legislação ambiental aplicável, (ix) submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral ou que venha a ser estabelecida pela ANEEL, especialmente àquelas relativas à produção independente de energia elétrica, (x) prestar todas as informações relativas ao andamento do empreendimento de geração, facilitar os serviços de fiscalização e comunicar a conclusão das obras, bem como cumprir as diretrizes estabelecidas nas normas específicas, e (xi) solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência de controle acionário.

Além disso, ao comercializarmos sua produção de energia elétrica com terceiros, a Companhia esta sujeita às normas específicas aplicáveis à comercialização de energia elétrica, em especial das Regras e Procedimentos de Comercialização, aprovados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não é parte de nenhum padrão internacional de proteção ambiental e não possui uma política ambiental formalizada. No entanto, adota uma prática ambiental organizacional por meio de sua operação, visando minimizar o volume de resíduos sólidos, reduzir seu consumo de água, buscar melhor eficiência energética e disseminar conceitos de responsabilidade ambiental voltado para o desenvolvimento sustentável.

Durante o exercício social de 2017, a Companhia destinou o montante total de, aproximadamente, R\$30.000,00 para o cumprimento de regulamentos e adesão às melhores práticas ambientais. Não foram gastos valores especificamente para a adesão a padrões internacionais de proteção ao meio-ambiente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

desenvolvimento das atividades

Conduzimos nossas atividades principalmente por meio das marcas mencionadas no item 9.1(b) deste Formulário de Referência, as quais estão devidamente registradas no INPI.

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre nós e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do Contrato de Compra e Venda de Equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma Linha TP R2 de acondicionamento e processamento de feijão pronto (preto e carioca) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção desta tecnologia.

Adicionalmente, para o gerenciamento interno de nossas atividades, mantemos contratos de licenciamento dos softwares desenvolvidos pela TOTVS, sucessora da Datasul, no Brasil, e pela SAP, no Chile.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

País Sede do Emissor	Período de três meses findo em 31/05/2017		Exercício social findo em 28/02/2017	
	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)
Brasil	931.024	75,97%	3.683.270	74,44%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Países Estrangeiros	Período de três meses findo em 31/05/2017		Exercício social findo em 28/02/2017	
	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)
Uruguai	129.236	10,55%	619.014	12,51%
Peru	77.894	6,36%	306.235	6,19%
Chile	81.896	6,68%	313.063	6,33%
Argentina	5.509	0,45%	26.148	0,53%
Total	294.535	24,03%	1.264.460	25,56%

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Total dos Países Estrangeiros	Período de três meses findo em 31/05/2017		Exercício social findo em 28/02/2017	
	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)
	294.535	24,03%	1.264.460	25,56%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Nenhum dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes apresenta restrições à comercialização de seus produtos que poderiam causar um efeito adverso relevante em seus negócios. O Uruguai, onde a Companhia obtém receitas relevantes, faz parte do Mercosul, o que possibilita o livre trânsito dos produtos da Companhia.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Uruguai

Autorizações Ambientais

As principais licenças que devem ser obtidas são as seguintes: *Autorización Ambiental Previa* (AAP), licença de *Vialidad Ambiental de Localización* (VAL), *Autorización Ambiental Especial* (AAE) e *Autorización Ambiental de Operación* (AAO). A *Autorización Ambiental Previa* (AAP) deve ser obtida para qualquer projeto que possa provocar dano ambiental, e não poderá ser requerida caso um projeto seja declarado inviável – mesmo que este seja revisto. Já a VAL é requerida em casos específicos sendo uma ferramenta de regulamentação territorial.

A AAE é requerida para projetos que tenham entrado em operação antes de 2005 (ano de aprovação do Decreto nº 349/005) e para os projetos que visam ao aumento de produção ou de capacidade de armazenamento. Esta autorização pode ser obtida apenas após a apresentação de um estudo ambiental e da expedição de licença especial para plantas industriais operacionais ou para instalações agroindustriais.

A AAO, por sua vez, é requerida para fins de plantas operacionais e deve ser renovada a cada três anos. Esta renovação pode ser antecipada caso ocorram modificações ou expansões significativas antes do prazo de expiração. Para obter uma AAO, o interessado deverá comprovar o cumprimento de todas as condições estabelecidas pela AAP e deverá conduzir um estudo sobre o impacto ambiental causado.

A esse respeito, todas as nossas principais unidades possuem licenças ambientais válidas para operar e encontram-se regularizadas perante os órgãos ambientais estaduais competentes.

Demais Regulamentações

As operações da Saman com arroz também estão sujeitas à extensiva regulação pelo Ministério da Agricultura uruguaio e demais autoridades locais, estaduais ou internacionais, com as quais, historicamente a Saman mantém uma relação muito próxima.

A Saman também está sujeita a regulamentações sanitárias nacionais e municipais, principalmente por meio da habilitação sanitária de suas plantas e das autorizações emitidas pelo Ministério de Saúde Pública uruguaio.

As normas uruguaias regulamentam também a utilização e conservação da água no solo e superfícies destinadas a atividades agropecuárias, os mecanismos de prevenção de contaminação ambiental, assim como o uso de águas de irrigação, o uso e preservação de solos e a construção de fontes perfuradas para obtenção de água subterrânea e as licenças requeridas em cada caso. Saman obteve todas as licenças relevantes para obtenção de água nas suas operações regulares e encontram-se regularizadas perante os órgãos competentes.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Chile

Autorizações Ambientais e Sanitárias

A legislação ambiental chilena possui diversas normas ambientais e sanitárias aplicáveis à produção, armazenagem e distribuição relacionadas a alimentos, dentre outras atividades. Nesse sentido, a Lei nº 19.300 é a base de todas as regulações

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

ambiental no Chile e estabelece os projetos ou atividades que deverão se submeter ao Serviço de Avaliação Ambiental. Adicionalmente, outras normas estabelecem autorizações e obrigações específicas relacionadas à produção, armazenagem e venda de produtos para fins ambientais e sanitários.

As atividades da Companhia realizadas no Chile requerem a obtenção de autorizações sanitárias para produção e armazenagem de produtos alimentícios, assim como para armazenamento e descarte de resíduos sólidos e líquidos industriais; relatório sanitário relativo às instalações ou às plantas; autorizações municipais de todas as instalações, incluindo autorização de edificação, certificado de recepção final de obras e; autorizações de sistema de esgoto e água potável próprio ou fornecido por uma empresa sanitária.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Peru

Considerando que a Costeño utiliza recursos naturais e pode vir a poluir o meio ambiente no curso de suas operações (processamento de grãos e feijão), é necessária a obtenção de licenças e autorizações prévias junto às autoridades ambientais para construir, instalar, expandir e administrar seus negócios no Peru.

Autorizações Ambientais e Sanitárias

A Costeño possui três plantas de processamento, todas com as respectivas licenças necessárias ao seu funcionamento, quais sejam:

- (i) Validação técnica oficial do sistema *Análisis de Peligros y Puntos Críticos de Control*: Tem o objetivo de verificar a correta implementação de referido sistema em cada linha de produção e cada estabelecimento que produz alimentos e bebidas. A certificação é outorgada pela *Superintendencia Nacional de Salud*; e
- (ii) Autorização outorgada pela *Servicio Nacional de Sanidad Agraria*, que confirma a conformidade do processo de produção com a regulamentação da saúde.

Por fim, de maneira a administrar eficientemente os resíduos sólidos gerados por suas atividades, a Costeño contratou companhia especializada em administração e transporte de resíduos, de forma a garantir seu descarte apropriado. Dessa forma, a companhia especializada é responsável pelo descarte de resíduos.

Costeño possui todas as licenças e autorizações administrativas obrigatórias à administração e desenvolvimento de seus negócios no âmbito da legislação peruana.

7.8 - Políticas socioambientais

a. divulgação de informações sociais e ambientais

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou documento similar e também não possui política de responsabilidade socioambiental, já que até a presente data, não teve a exigência de elaboração e divulgação de tais políticas e relatórios feita por seus investidores ou quaisquer outros agentes de sua rede de relacionamento. Como referidos assuntos são considerados temas relevantes, a Companhia pretende desenvolver estudos internos para levantamento de custos, impactos e capacitação para a elaboração de tais documentos.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável.

7.9 - Outras informações relevantes

Políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural

A Companhia não possui políticas de responsabilidade social e não concede patrocínios e incentivos culturais.

O Setor de Alimentos na América Latina

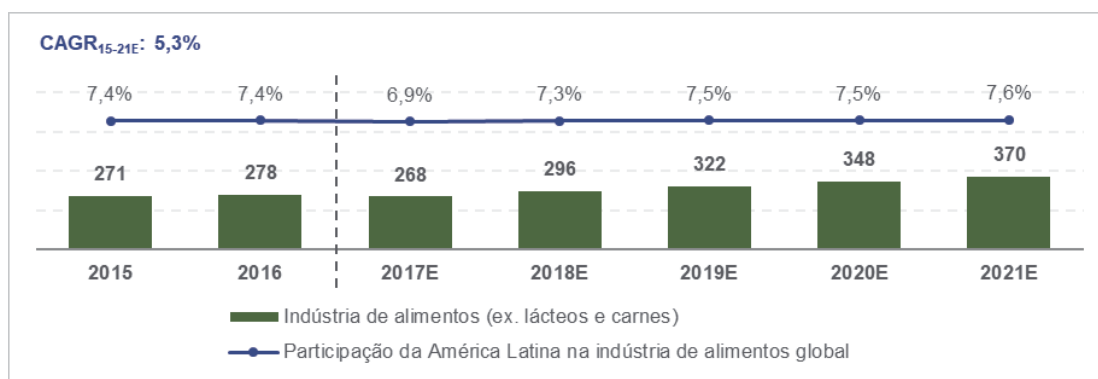
Breve panorama

O setor de alimentos engloba diversos tipos de produtos, tais como carnes, lácteos, café, chá, cereais, açúcares, óleos, gorduras, trigo, frutas, vegetais, pescados, dentre outros, que apresentam entre si grande diversidade de características estruturais de mercados, de processo de produção e de consumo. Tendo em vista tal amplitude, a descrição a seguir foca no setor de alimentos, excluindo carnes e lácteos por possuírem características, dinâmicas de produção e comercialização materialmente divergentes de nossos segmentos de atuação, que se caracterizam pelo caráter não perecível dos produtos comercializados, dispensando a utilização de câmaras frias na distribuição.

A América Latina figura como região de destaque na indústria de alimentos global, representando 7,4% do faturamento global da indústria em 2016, segundo o *Business Monitor International* (“**BMI**”) e o Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Fund* ou “**IMF**”). O destaque da região deve-se a fatores como topografia e clima favoráveis, histórico econômico voltado ao setor agrícola, abundância de mão-de-obra especializada e grande extensão de área cultivável potencial ainda não explorada, principalmente no Brasil e Argentina.

Considerando que a região passa por um período volátil de crescimento das principais economias, acredita-se que forte retomada de crescimento e melhoria das condições macroeconômicas na região contribuam para contínua atratividade e expansão do setor. Neste contexto, espera-se que o faturamento da indústria de alimentos na América Latina apresente taxa de crescimento anual composta (*Compound Annual Growth Rate* ou “**CAGR**”) de 5,3% entre 2015 e 2021, relevantemente acima do CAGR global de 4,7% esperado para o mesmo período. (Fonte: BMI)

Faturamento da indústria de alimentos na América Latina (em US\$⁽¹⁾ bilhões) ⁽²⁾



(1) US\$ - moeda corrente dos Estados Unidos da América (dólares).

(2) Fonte: BMI e IMF

A América Latina é uma região de hábitos alimentares variados, refletindo a rica base de recursos naturais e a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram na região ao longo de sua história e da cultura indígena local. Os europeus trouxeram influências como o consumo de carne bovina e do arroz, que possui origem asiática e foi levado dos países árabes à Europa. Itens amplamente consumidos como feijão, pescados, milho, batata e mandioca já eram cultivados e consumidos pelos povos indígenas antes da colonização europeia na região.

7.9 - Outras informações relevantes

Tendências no setor de alimentos na América Latina

Acreditamos que há uma perspectiva positiva para o setor de alimentos na América Latina, suportado pela retomada do crescimento econômico da região, aumento da população e mudanças demográficas nesses países e fortalecimento de tendências favoráveis nos hábitos de consumo. Dentre as principais tendências destacam-se: (i) aumento da penetração do consumo de alimentos como arroz e pescados; (ii) busca por produtos de maior qualidade; e (iii) aumento da demanda por produtos de maior valor agregado, praticidade e conveniência.

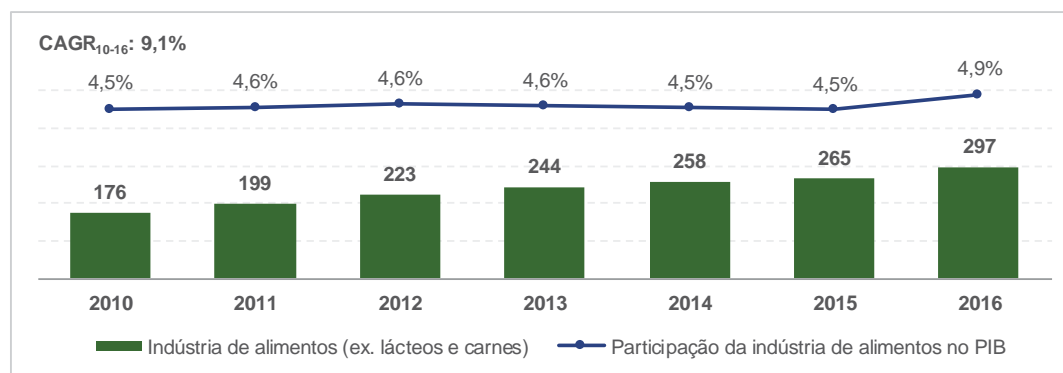
O Setor de Alimentos | Brasil

Breve panorama

O setor de alimentos no Brasil cresceu de forma significativa na última década, principalmente em razão de fundamentos macroeconômicos favoráveis e de algumas mudanças culturais como a substituição de produtos tradicionais por produtos de maior valor agregado. De 2010 a 2016, o faturamento consolidado líquido do setor de alimentos brasileiro apresentou crescimento histórico significativo, com CAGR de 9,1%, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (“ABIA”). O produto interno bruto (“PIB”) nacional, por outro lado, apresentou CAGR relativamente inferior de 7,7% (em termos nominais) durante o mesmo período e inflação média de 6,8% (índice de preços ao consumidor amplo ou “IPCA”), confirmando a resiliência do setor diante condições macroeconômicas adversas.

Adicionalmente, o setor de alimentos e bebidas (excluindo-se carnes e lácteos) apresentou aumento de participação no PIB brasileiro durante o mesmo período, passando de 4,5% em 2010 para 4,9% em 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Faturamento líquido da indústria de alimentos no Brasil¹ (R\$ bilhões)



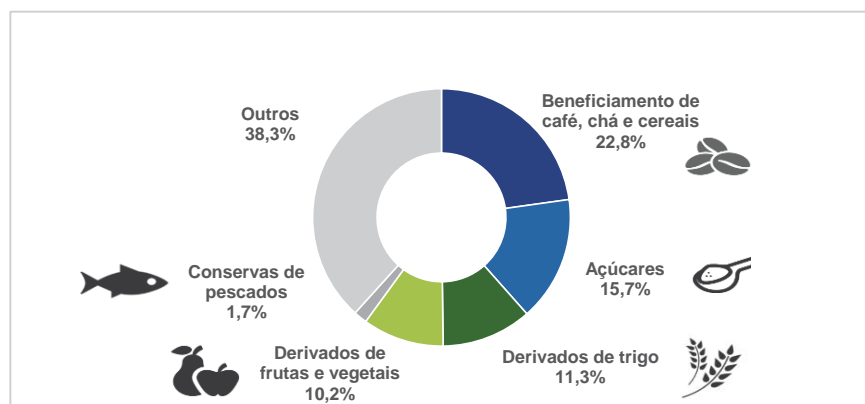
Fonte: ABIA e IBGE

¹ Não inclui derivados de carne e lácteos

Excluindo-se os segmentos de carnes e lácteos, a categoria de café, chá e cereais foi a mais representativa em termos de faturamento no setor em 2016, com 22,8% do total, seguida pela categoria de açúcares, com 15,7%. Na sequência, observa-se um equilíbrio entre os segmentos de derivados de trigo e derivados de frutas e vegetais, que possuem participação de 11,3% e 10,2% nas vendas totais do setor, respectivamente.

Abertura do faturamento por setor (2016) - % faturamento líquido total

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: ABIA

Por ser um país de hábitos alimentares variados, devido a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram no país ao longo de sua história e da cultura indígena local, o prato mais tradicional do Brasil consiste em arroz, feijão, farofa e carne bovina, que reflete toda a miscigenação e o intercâmbio cultural presentes no país. O arroz trazido da Ásia à Europa pelos países árabes, com a chegada dos portugueses, passou a fazer parte da alimentação cotidiana do brasileiro. O feijão e a farofa já eram apreciados pelos indígenas antes da chegada dos colonizadores, enquanto o hábito de comer carne bovina também foi introduzido pelos portugueses.

O setor de alimentos está sujeito a riscos sanitários devido à responsabilidade envolvida na comercialização de produtos voltados para o consumo humano, devido aos riscos causados por potenciais contaminações, adulterações ou deterioração de alimentos. Visto isso, os países possuem políticas próprias para controle de importação e exportação de alimentos além de órgãos de vigilância sanitária com objetivo de minimizar incidentes envolvendo consumidores, como por exemplo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”).

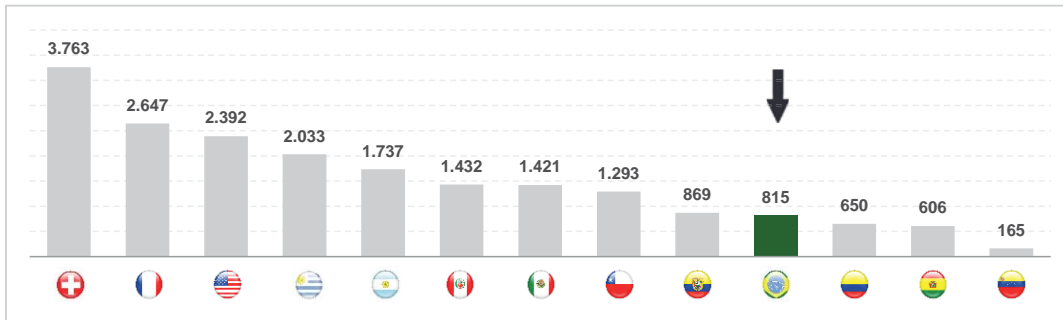
Perspectivas para a indústria de alimentos no Brasil

Em nossa visão, as perspectivas para a indústria de alimentos no Brasil são amplamente positivas, especialmente se for considerada a combinação de (i) baixos gastos com alimentos no Brasil, quando comparados a outros países, (ii) expectativa de recuperação na atividade econômica nos próximos anos, beneficiando indicadores de renda, criação de postos de trabalho e aumento do poder de compra da população brasileira, (iii) inflação sob controle e (iv) estimativas de crescimento da população.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Agriculture Department* ou “USDA”), o gasto médio *per capita* com produtos alimentícios no Brasil é de aproximadamente US\$815 ao ano – estatística significativamente inferior quando comparada a países desenvolvidos como Suíça, França e Estados Unidos. Adicionalmente, mesmo se comparada a outros países da América Latina (conforme demonstrado no gráfico abaixo), o gasto *per capita* com alimentos no Brasil em 2015 foi de 59,9% inferior ao do Uruguai, 53,1% ao da Argentina, 43,1% ao do Peru, 42,6% ao do México e 37,0% ao do Chile:

Gasto *per capita* com produtos alimentícios por país – 2015 (US\$)

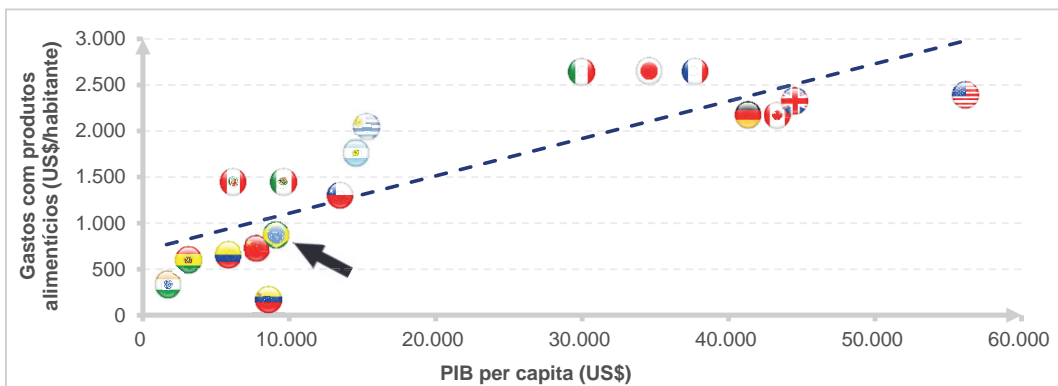
7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: USDA

A forte correlação entre disponibilidade de renda *per capita* e gastos com produtos alimentícios, conforme evidenciada no gráfico e na figura a seguir, contribui para reforçar as perspectivas favoráveis da indústria. Adicionalmente, a recuperação econômica brasileira tem transformado os hábitos alimentares, com crescente tendência de consumo de alimentos de melhor qualidade e maior valor agregado – e, portanto, de preços mais elevados.

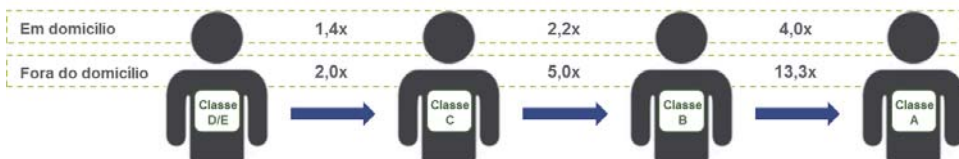
Correlação entre gastos *per capita* com produtos alimentícios por país e PIB *per capita* – 2015



Fonte: USDA e IMF

Espera-se que a retomada do crescimento da renda e do emprego no Brasil continuem a promover o movimento de migração social para classes de maior poder aquisitivo, alavancando o consumo interno. Essa mobilidade social possui grande relevância na tendência de aumento no consumo de alimentos no país, com expansão do gasto *per capita* com alimentos, dentro e fora do domicílio.

Crescimento do consumo com alimentos por classe social no Brasil – 2017 estimado (Indexado base 100 = consumo por domicílio na classe D/E)



Fonte: IPC Maps

Estima-se, ainda, que a indústria de alimentos brasileira tenha uma redução de custos de produção e distribuição por conta de (i) topografia e do clima favoráveis, refletindo em altos níveis de produtividade, (ii) grande extensão de área cultivável

7.9 - Outras informações relevantes

potencial ainda não explorada, (iii) avanço e desenvolvimento tecnológico e (iv) melhorias e desenvolvimento da infraestrutura de transportes e eficiência logística e acesso aos maiores centros consumidores, que ainda são os principais gargalos para o setor de alimentos do país. A privatização de rodovias, instalações portuárias e ferrovias melhoraram os transportes no Brasil e a infraestrutura de exportação, resultando em redução de custos e menores prazos de entrega. Estes fatores são ainda suportados pelas perspectivas positivas de retomada da economia, crescimento da população, mobilidade social e tendência de redução da inflação.

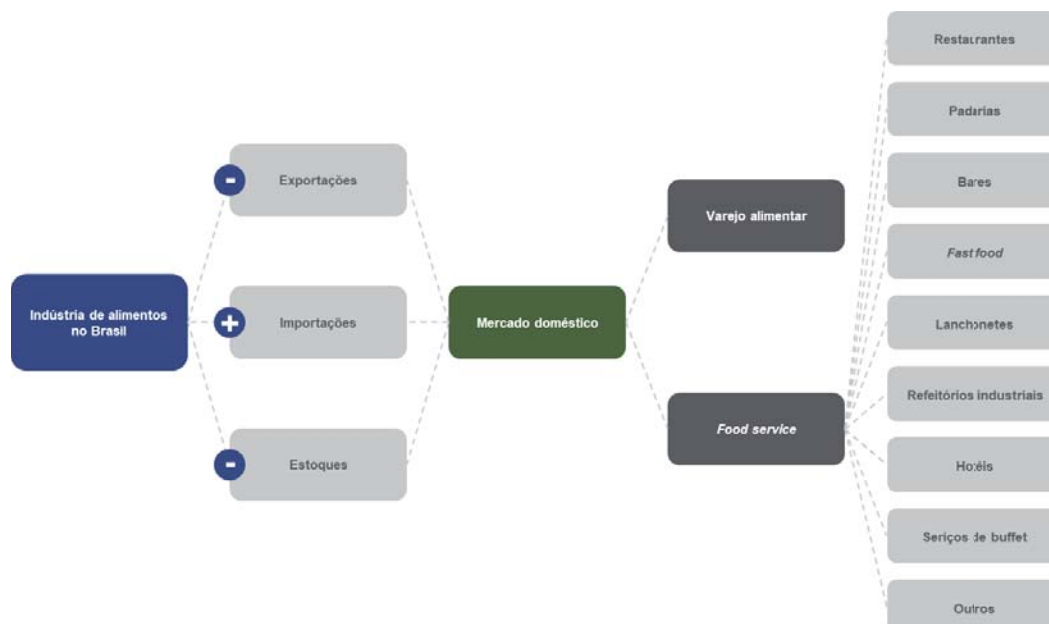
Cadeia de distribuição

A indústria de alimentos brasileira possui interação com diferentes canais de distribuição. Apesar de ser prática comum o estabelecimento de contratos exclusivos e semi-exclusivos com limitações em áreas geográficas e restrições sobre determinados produtos, a indústria alimentícia possui operação relativamente livre. Neste ambiente, a distribuição no varejo possui participação significativa no escoamento da produção e detém alto poder de barganha vis-à-vis aos fornecedores.

O segmento de *food service*, em paralelo, caracteriza-se por ser significativamente fragmentado.

7.9 - Outras informações relevantes

Cadeia de distribuição da indústria de alimentos no Brasil



Fonte: USDA e ABIA

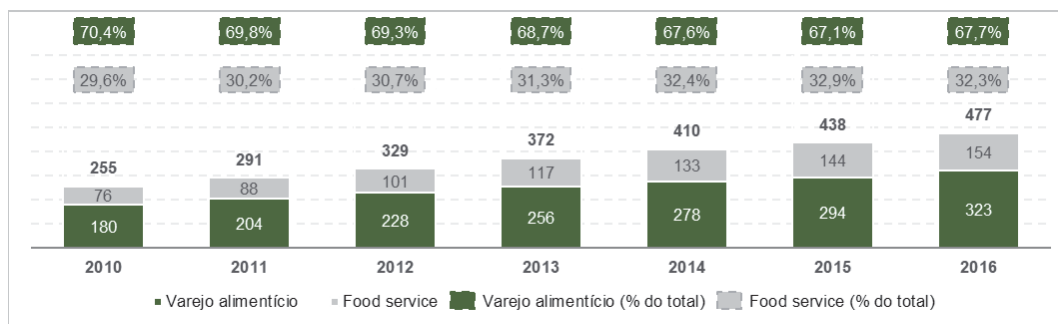
A indústria de varejo de alimentos no Brasil é altamente fragmentada. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (“ABRAS”), as cinco maiores cadeias de supermercados representavam aproximadamente 40,6% da indústria de varejo de alimentos em 2016, contra 51,5% em 2015.

As redes de pequeno e médio porte, supermercados locais e mercearias independentes ainda capturam fatia relevante do mercado varejista de alimentos, principalmente fora das grandes regiões metropolitanas do país.

As maiores empresas do setor varejista de alimentos são controladas por sociedades sediadas no exterior, sendo o Casino (controlador do Grupo Pão de Açúcar), Carrefour e Walmart os três maiores grupos do setor. As grandes varejistas possuem papel de destaque como canal de distribuição de alimentos no Brasil, possuindo escala e presença em todo território nacional, fatores importantes para a crescente consolidação do setor de varejo de alimentos.

Canais de distribuição da indústria alimentícia no Brasil (R\$ bilhões)

7.9 - Outras informações relevantes

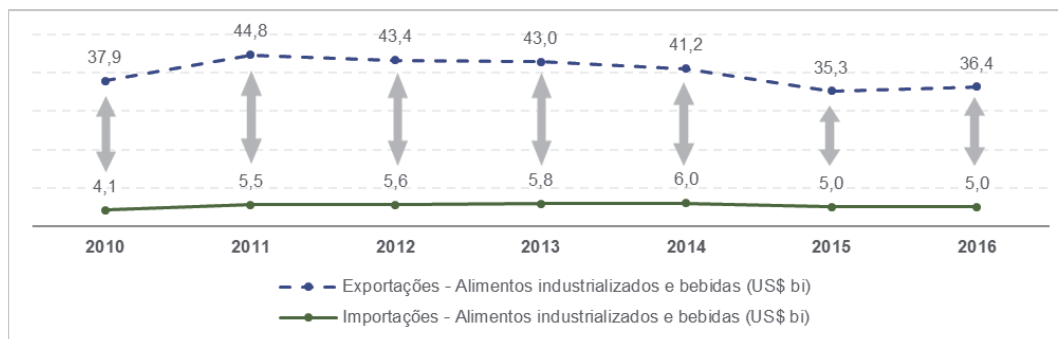


Fonte: ABIA

Balança comercial do setor

A participação do setor de alimentos e bebidas representa parcela significativa no saldo da balança comercial brasileira. Em 2016, o setor contribuiu com saldo de US\$31,5 bilhões para o superávit total da balança comercial do país, de US\$47,7 bilhões.

Exportações e importações de alimentos e bebidas no Brasil (em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (“SECEX”) demonstram a posição de destaque na balança comercial brasileira que as exportações de soja e açúcar desempenham. Os principais destinos desses produtos são China e Espanha para a soja e Bangladesh e Argélia para o açúcar. Já nas importações, destacam-se arroz e peixes, sendo o primeiro proveniente principalmente do Uruguai e Paraguai e o segundo, do Equador para atum e Marrocos e Omã para sardinhas.

Tendências do setor de alimentos no Brasil

Os fundamentos macroeconômicos e algumas mudanças culturais em curso têm influenciado o fortalecimento de tendências, que, por sua vez, devem também impactar o aumento da demanda por alimentos e alterações em alguns padrões de consumo, dentre as quais se destacam:

- Aumento da penetração do consumo de alguns alimentos, principalmente entre as classes de renda D e E. A recuperação da economia e o consequente aumento de renda das classes D e E tendem a impulsionar o consumo de alguns alimentos, dentre os quais o arroz, que é a principal fonte de carboidratos dos brasileiros, sobretudo nas regiões de renda mais baixa, como Nordeste e Norte.

7.9 - Outras informações relevantes

- Aumento da demanda por produtos de maior qualidade. Em razão desse aumento de renda, estima-se que haverá um crescente aumento na procura por produtos de maior qualidade e/ou identificados por melhores marcas.
- Aumento da demanda por produtos de maior valor agregado. Em decorrência de mudanças culturais, demográficas e de hábitos da sociedade brasileira, acredita-se em uma crescente busca por praticidade e conveniência. Esta tendência pode ser observada pelo crescimento da venda de produtos prontos e do segmento de *food service* (vendas para restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de alimentação em geral).
- Novas tecnologias. Alto potencial de crescimento do *e-commerce* para o mercado varejista de alimentos devido ao modelo flexível e velocidade da logística em serviços de entrega a domicílio. Este ambiente virtual é integrado com as lojas físicas e a expansão da presença digital é alavancada pelo engajamento do consumidor *omnichannel* (usuário de diversos canais de compra como loja física, computador e celulares simultaneamente).

Indústria De Arroz | Mundo

Breve panorama

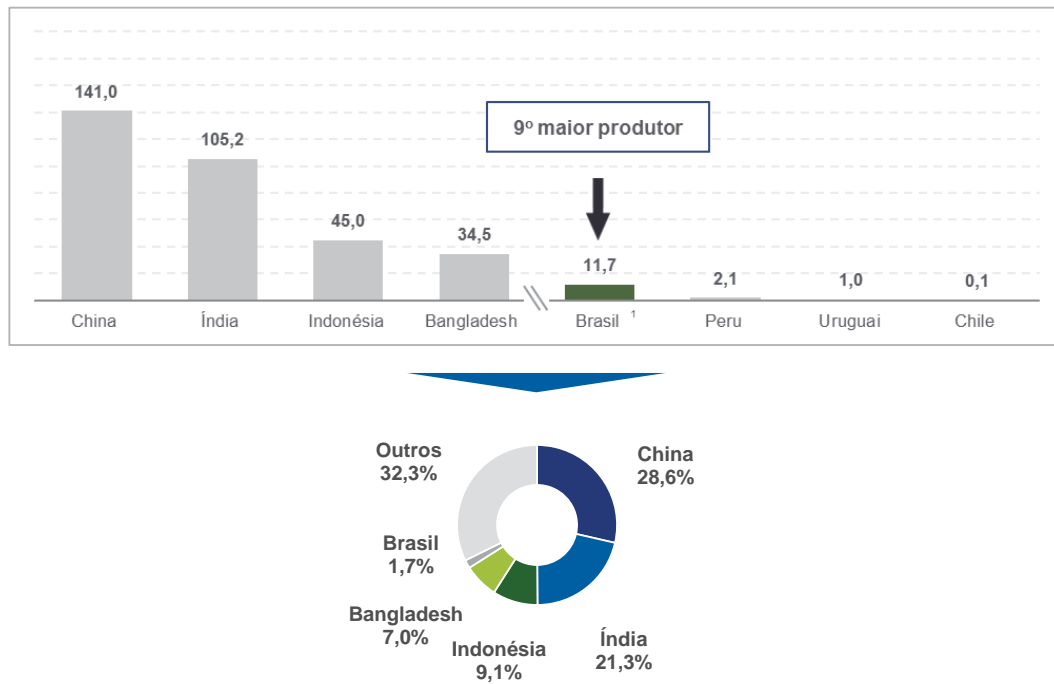
O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. Entre os produtos destinados à alimentação humana, é o 2º em importância, ficando atrás apenas do trigo. Em algumas partes do mundo, especialmente na Ásia, é base da alimentação da população.

Aproximadamente 481,2 milhões de toneladas de arroz em casca são produzidas anualmente no mundo, principalmente na Indonésia, China, Índia, Brasil e Estados Unidos, que são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 63,1% da produção total mundial, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e 60,1% do consumo total mundial, de acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Organisation for Economic Co-operation and Development* ou “OECD”).

Atualmente o arroz é cultivado praticamente em todo o mundo, em cerca de 161,2 milhões de hectares, sendo a 2ª maior colheita de cereais do mundo, atrás somente da colheita do milho, de acordo com o USDA. Isso representa 13,7% das terras cultiváveis, de acordo com a OECD.

Produção mundial de arroz – média 2013/2015 (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes

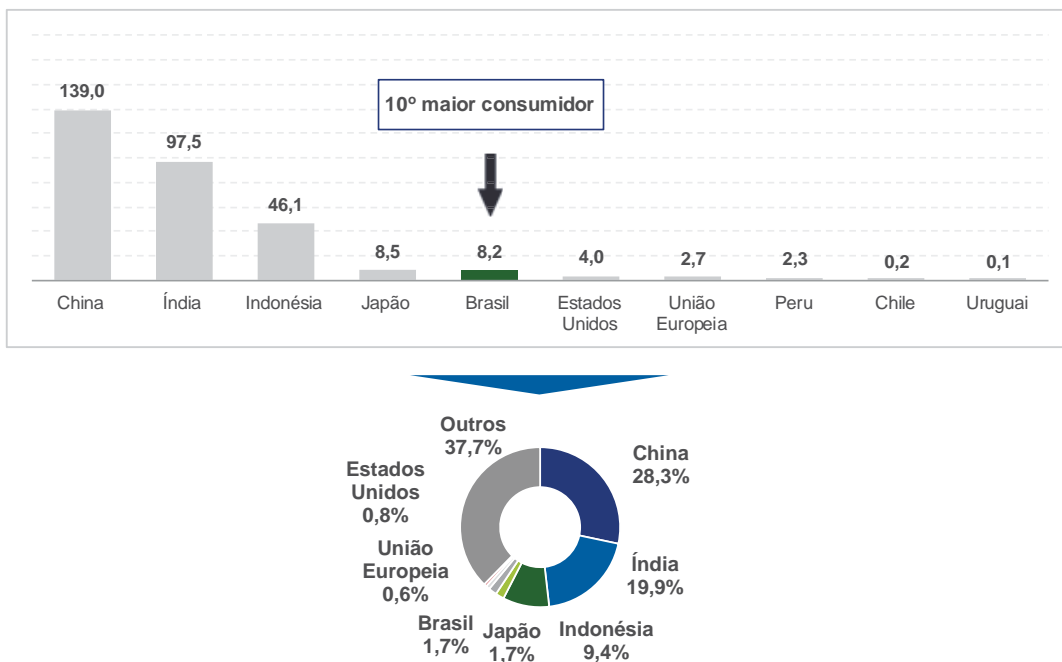


Fonte: OECD - Índice de Preços das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (“FAO”); Companhia Nacional de Abastecimento (“CONAB”)

¹ Dados de produção no Brasil disponibilizados pela CONAB

7.9 - Outras informações relevantes

Consumo mundial de arroz – média 2013/2015 (em milhões de toneladas)

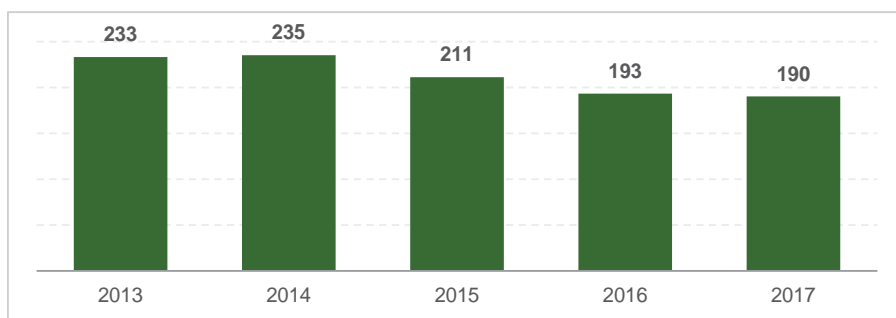


Fonte: OECD-FAO

A dinâmica do preço internacional do arroz é fortemente impactada por oscilações da produção, formação de estoques e das políticas instauradas pelos governos dos principais países exportadores de arroz, como Tailândia, Índia e Vietnã e países importadores, como China, Filipinas e Nigéria.

7.9 - Outras informações relevantes

Evolução do preço do arroz no mundo | (índice de preços FAO¹ com base 100 = 2002-2004)



Fonte: FAO

¹: Índice de preço FAO baseado em 16 cotações de exportação de arroz

Perspectivas da indústria de arroz no mundo

Segundo os dados divulgados pelo *Foreign Agricultural Services* (“FAS”) e USDA para a safra 2016/17, a produção mundial de arroz deverá ser de 481,2 milhões de toneladas de arroz beneficiado. Para tanto, foram plantados 161,2 milhões de hectares, sendo esperada uma produtividade média de 4.451 kg/ha. Em comparação com a safra passada, haverá acréscimo na área destinada à orizicultura no mundo de 1,7%, incremento de 2,3% na produção e recuperação de 0,5% na produtividade após a última safra 2015/16, afetada negativamente pelo fenômeno El Niño.

Acerca da demanda mundial, é previsto consumo de 480,6 milhões de toneladas de arroz beneficiado e exportações de 40,5 milhões toneladas. Esses números representam, em relação à campanha anterior, aumento de 0,5% no consumo mundial e retração de 1,8% nas exportações.

O desenvolvimento tecnológico na indústria tem permitido a evolução dos produtos de arroz, que cada vez mais apresentam diversidade de qualidade, tipos de embalagens e de produtos pré-preparados, atendendo melhor ao consumidor final. Como resultado da importância que o consumidor tem colocado sobre o arroz de primeira qualidade, os processadores de arroz adotam certas práticas pelas quais pagam um prêmio aos produtores de arroz para cultivarem determinadas variedades de arroz de maior qualidade.

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e comercialização

Cinco diferentes produtos podem ser produzidos por meio do arroz em casca: casca, farelo, arroz integral, arroz inteiro e arroz quebrado no processo do beneficiamento.

O arroz geralmente é comercializado em três formas: polido (branco e parboilizado), arroz integral (que pode também ser parboilizado) e o arroz em casca. O desenvolvimento das tecnologias, principalmente no processamento do arroz, tem permitido cada vez mais a diferenciação de qualidade entre os tipos, e dentro do mesmo tipo, criando novas formas de agregar valor ao produto e minimizar perdas. Atualmente, as embalagens mais utilizadas para o consumo são de 0,5 kg até 5 kg, agregando facilidade para o consumidor e para a estocagem. As diferentes formas de arroz produzidas apresentam as seguintes diferenciações:

- **Arroz polido branco:** é produzido por meio de um processo de extração da casca e polimento do grão, que muda sua aparência, maciez e suaviza o seu sabor. Rico em carboidratos, é o arroz mais consumido no Brasil.

7.9 - Outras informações relevantes

- **Arroz parboilizado:** um processo pelo qual o arroz em casca é embebido em água e vapor sob pressão intensa. A parboilização faz com que o arroz fique menos propenso a quebrar durante a moagem e transmite os nutrientes da camada de farelo para o grão. O arroz parboilizado é vendido tanto beneficiado como integral, tendo como principais destinos os países africanos, para o polido, e europeus para o integral.
- **Arroz integral:** é o arroz que teve apenas a casca retirada e preserva algumas qualidades nutricionais diferentes do arroz polido. Este tipo de arroz tem apresentado crescimento relevante devido ao apelo de maior qualidade nutricional e de alimento saudável, atraindo cada vez mais consumidores. O apelo de melhor nível nutricional, as menores embalagens e investimento em marketing têm permitido a criação de produtos de consumo com arroz integral que apresentam preços mais elevados.
- **Arroz em casca:** é o arroz que não foi beneficiado, com as cascas e as camadas de farelo ligadas ao grão e é mais usado na exportação de grandes quantidades.

O arroz ainda pode ser classificado de acordo com a quantidade de grãos defeituosos:

- **Tipo 1:** amostra com no mínimo 92,5% de arroz inteiro, com aspecto mais desprendido após cozido.
- **Tipo 2:** a amostra possui o dobro de defeito, sendo menos selecionado e com até 15% de grãos quebrados. O resultado é um arroz com aspecto mais compacto, úmido e não uniforme após cozido.

Do arroz integral a versões semiprontas com temperos e ingredientes, o produto passa por uma releitura para estimular o consumo no país. Estas iniciativas da indústria buscam aumentar a percepção de valor do alimento, seja como ingrediente secundário ou principal nas refeições.

Indústria De Arroz | Brasil

Breve panorama

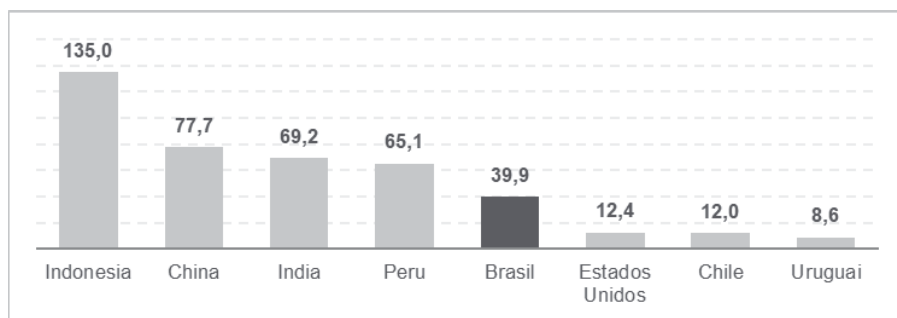
O arroz figura como o principal elemento da dieta dos brasileiros, estando presente na mesa de todas as camadas sociais sendo, conseqüentemente, um dos principais produtos de consumo do país. Dada sua relevância no abastecimento interno e na segurança alimentar da população, o arroz sempre teve grande importância na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

O Brasil possui o 10º maior consumo médio *per capita* de arroz em casca do mundo, de aproximadamente 39,9 kg por ano, nível elevado em comparação aos países ocidentais como Estados Unidos (12,4 kg). Entretanto, o consumo *per capita* no Brasil é significativamente inferior aos níveis de alguns países asiáticos como a Indonésia (135,0 kg) e a China (77,7 kg) segundo a OECD.

Atualmente, acredita-se que a estabilidade do consumo no Brasil esteja relacionada à substituição de outras fontes de carboidratos nas regiões Norte e Nordeste, além da tendência à busca por maior qualidade e marcas *premium* em razão, especialmente, do aumento da disponibilidade de renda na economia.

Consumo *per capita* de arroz – média 2013-2015 (em kg por ano)

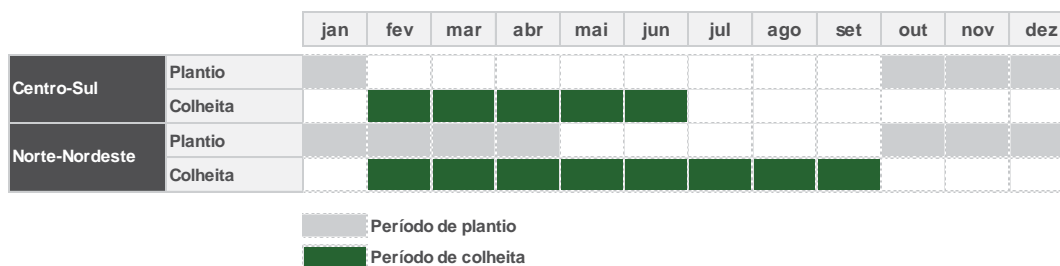
7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: OECD

Produção

Calendário agrícola do arroz no Brasil

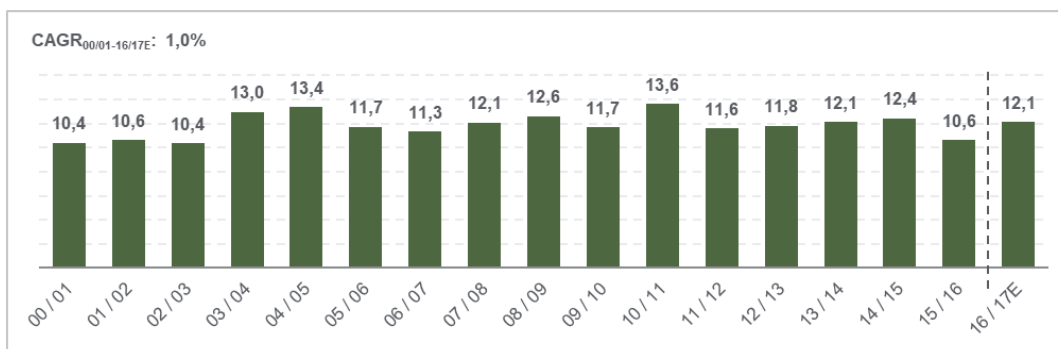


Fonte: CONAB

A produção de arroz no Brasil tem se mostrado estável historicamente, suportada pelo incremento da produtividade. Os gráficos abaixo apresentam a produção total de arroz em casca no Brasil, a área cultivada e a produtividade no período de 2000/2001 a 2016/2017:

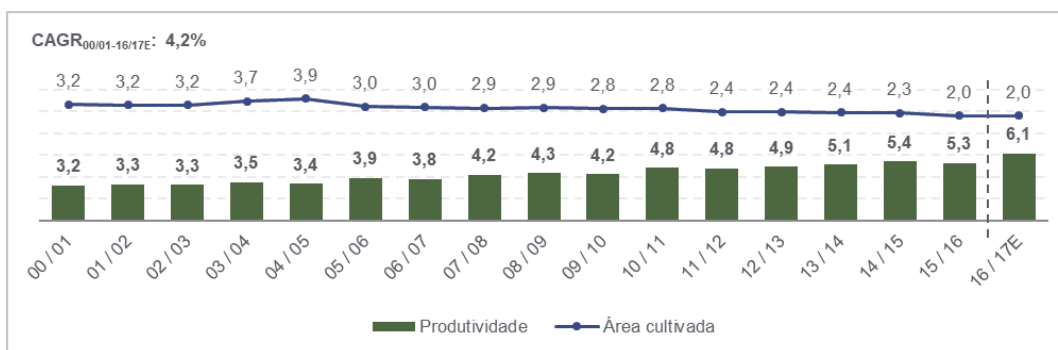
Produção brasileira de arroz (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: CONAB

Produtividade média de arroz no Brasil (em mil kg por hectare) e área cultivada de arroz no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Como resultado da constante incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros, verificou-se alta resiliência na produtividade média de arroz. Adicionalmente, as boas condições climáticas, o aumento da área de plantio de arroz irrigado e queda no plantio de sequeiro têm influência no aumento da média de produtividade de arroz do Brasil, uma vez que o manejo irrigado alcança produtividade muito superior ao de sequeiro.

A produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando 69,4% da produção total brasileira em 2015/2016) e Santa Catarina (representando aproximadamente 9,9% da produção total brasileira em 2015/2016), segundo a CONAB.

Estes dois estados apresentam os mais altos índices de produtividade do Brasil, segundo a CONAB. Além disso, contam com alta utilização de tecnologia agrícola e genética, diminuindo perdas e melhorando a qualidade, além de possuírem condições climáticas favoráveis. Tais fatores levam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a terem índices de produtividade de 7,7 e 7,5 toneladas de arroz em casca por hectare, respectivamente – similares aos registrados nos países mais produtivos do mundo.

Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa tendência se verifica no aumento significativo da participação na produção nacional de Tocantins nos últimos anos: a participação na safra 2015/16 versus a participação na safra 2011/12 cresceu de 3,8% para 5,8%.

A tabela abaixo apresenta volume de produção, área de cultivo e produtividade registrada nos cinco principais estados produtores de arroz no Brasil para a safra 2016/2017:

7.9 - Outras informações relevantes

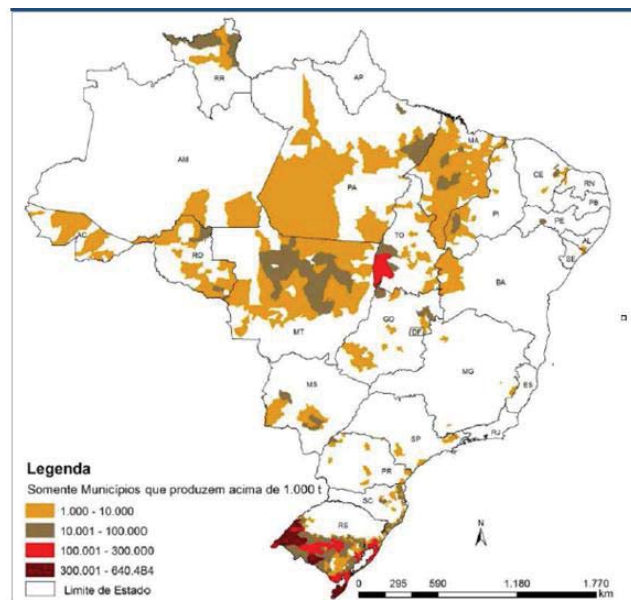
Principais estados produtores de arroz no Brasil (safra estimada em 2015/2016)

Estado	Produção de Arroz (milhões de toneladas)	% na produção total	Área de cultivo ('000 hectares)	Produtividade ('000 kg/ha)
RS	7.357	69,4%	1.101	7,7
SC	1.052	9,9%	147	7,5
TO	615	5,8%	132	5,1
MT	439	4,1%	142	3,3
MA	268	2,5%	141	1,6

Fonte: CONAB

O mapa abaixo apresenta as áreas de cultivo de arroz no Brasil, considerando o volume de produção da safra 2015/16:

Mapa da produção agrícola de arroz



Fonte: Conab

Existem atualmente cerca de 18 mil orizicultores no Rio Grande do Sul de acordo com a Fedearroz. Esse grau de fragmentação resultou em uma cadeia de produção que exige uma estreita coordenação entre os produtores de arroz, processadores de arroz, corretores e outros agentes envolvidos.

A relação entre os produtores e os processadores de arroz tem base na tradição e relacionamento, pois normalmente não é totalmente definida por contratos formalizados e, por sua natureza, normalmente não é exclusiva. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os produtores de arroz muitas vezes estocam seu arroz nas instalações dos processadores durante uma colheita, sem ter acordado um preço final, podendo deixar seu arroz em tais instalações por longos períodos antes de iniciar as negociações com os processadores.

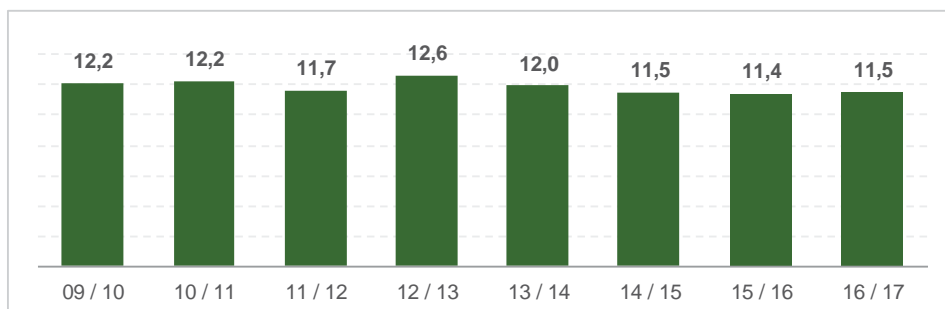
Este modelo traz vantagens competitivas e segurança de suprimento para os grandes beneficiadores, com maior capacidade de estocagem, visto que tende a tornar mais difícil e custoso para os produtores a retirada de seu arroz.

Preço e consumo

7.9 - Outras informações relevantes

Pela grande importância do arroz na alimentação dos brasileiros e por ser um item básico de consumo, o consumo de arroz se mantém resiliente, de forma que os processadores e comercializadores possuem grande capacidade de repassar variações de preços da matéria-prima aos consumidores finais.

Consumo brasileiro de arroz em casca¹ (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

¹: A casca do arroz representa cerca de ~32% do peso total do grão

Evolução do preço nacional do arroz em casca (R\$/saca de 60kg)

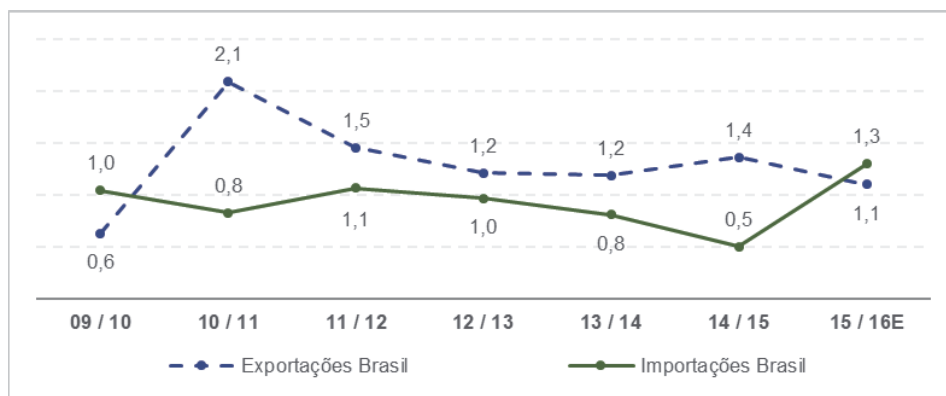


Fonte: Agrolink (<https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/sp/arroz-em-casca-sc-60kg>)

O Brasil direciona majoritariamente sua produção para o mercado interno, o que corrobora para a independência das cotações internas nacionais frente ao mercado internacional. Visto que o mercado externo ainda é muito reduzido se comparado com o mercado nacional, o volume produzido internamente atua como o fator mais relevante na determinação dos preços nacionais. Desta forma, uma oferta mais abundante do setor se traduz em preços deprimidos. Ou seja, fatores como variações climáticas e incidência de pragas, por influírem na quantidade produzida, possuem significativa importância na definição do preço de mercado vigente.

Importação e exportação de arroz no Brasil (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes



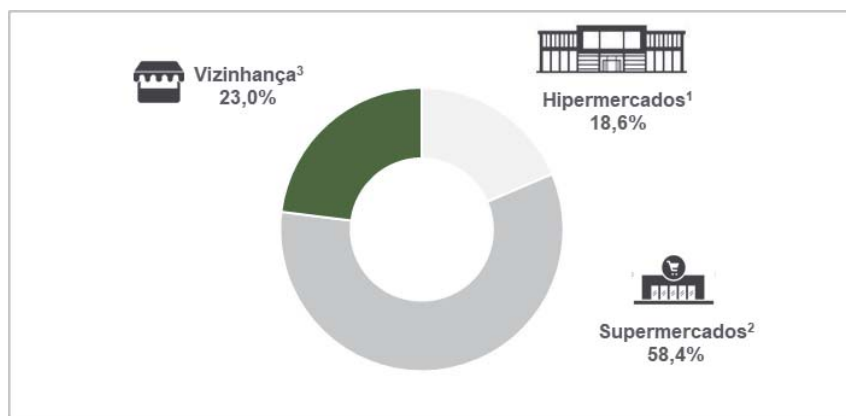
Fonte: CONAB

Os principais destinos das exportações brasileiras de arroz são Peru, Cuba e Estados Unidos e as principais origens das importações são Paraguai, Uruguai e Argentina.

Distribuição por canal

As vendas de arroz no varejo são concentradas nos hipermercado e supermercados, que em maio de 2017 juntos correspondem 77,0% das vendas do produto no varejo, enquanto vizinhança corresponde a 23,0% das vendas de arroz.

Distribuição de arroz no varejo por formato em maio de 2017 (% das vendas)



Fonte: Nielsen

¹: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas

²: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas

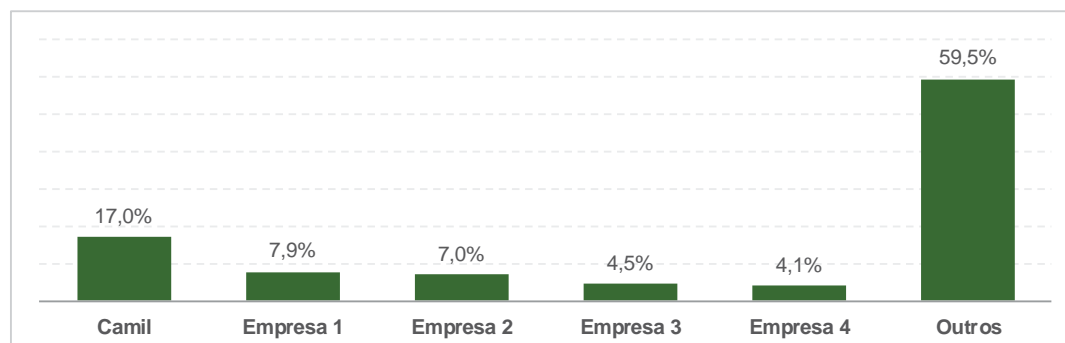
³: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar em todo o mercado brasileiro. As cinco maiores empresas processadoras de arroz possuem juntas 40,5 % de *market share* em volume, conforme gráfico a seguir.

7.9 - Outras informações relevantes

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de arroz (maio/2017)



Fonte: Nielsen

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, pois possuem escala, capilaridade de distribuição, utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o arroz no Brasil se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural e estabilidade de oferta.

Seguindo uma tendência do setor de alimentos no Brasil, a CONAB divulgou que é esperado um crescimento no consumo de arroz nas regiões Norte e Nordeste, substituindo outros alimentos fontes de carboidratos. Nas demais regiões brasileiras observa-se uma crescente procura por produtos de maior qualidade, com marcas reconhecidas, além de produtos que oferecem mais conveniência e praticidade, como as linhas de produtos prontos para o consumo.

Acredita-se que haverá um movimento de consolidação na indústria de arroz no Brasil, envolvendo grandes companhias consolidadoras de mercado adquirindo empresas médias e pequenas, que gradualmente perdem competitividade em um mercado onde escala e capilaridade de distribuição são essenciais para a rentabilidade da operação.

Entende-se que o Brasil tem potencial de aumentar sua participação no mercado mundial de arroz, devido à disponibilidade de recursos naturais, à alta produtividade e à abertura de mercados – tanto dentro da América Latina como no âmbito mundial – principalmente devido ao processo de urbanização e de desgaste de áreas agrícolas em países populosos e consumidores de arroz, como China e Índia, além de fatores climáticos negativos em produtores tradicionais e devido ao aumento do consumo dos países do continente africano.

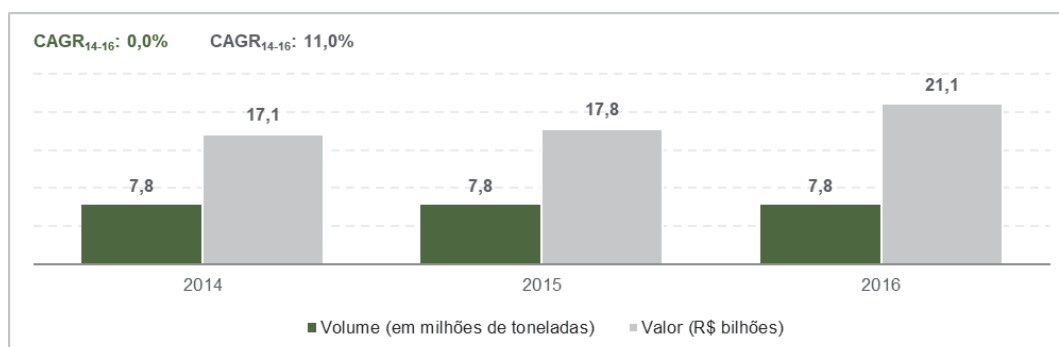
Para realizar tal crescimento, os processadores brasileiros de arroz devem continuar a reduzir os custos de suas operações e aperfeiçoar suas redes de distribuição, visto que a produtividade normalmente varia entre diferentes regiões do país e os altos custos de transporte acabaram limitando a quantidade de arroz exportado pelos processadores brasileiros no passado.

7.9 - Outras informações relevantes

Por isso, acredita-se que o setor deve se beneficiar do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística no Brasil nos próximos anos.

A utilização da casca do arroz é bastante variada, sendo a principal forma de reaproveitamento a produção de energia através da utilização da casca do arroz como combustível biomassa.

Venda de arroz no mercado interno



Fonte: CONAB; Nielsen

¹: Venda em valor considera preço médio de venda de acordo com dados da Nielsen e venda em volume considera volume de arroz sem casca como 68% do total

Indústria De Arroz | Uruguai, Chile E Peru

Breve panorama

Estes países, na série histórica da balança comercial brasileira, se apresentam como importantes mercados exportadores para o Brasil, suprindo, quando necessário, os déficits brasileiros entre a oferta e a demanda interna.

Os outros integrantes do Mercosul não possuem uma forte cultura de consumo do produto, sendo suas produções, em grande parte, não destinadas ao consumo interno e sim ao mercado internacional (o Brasil é o mais importante destino).

Ainda, espera-se consistente crescimento no setor suportado pela melhora das condições macroeconômicas nesses países.

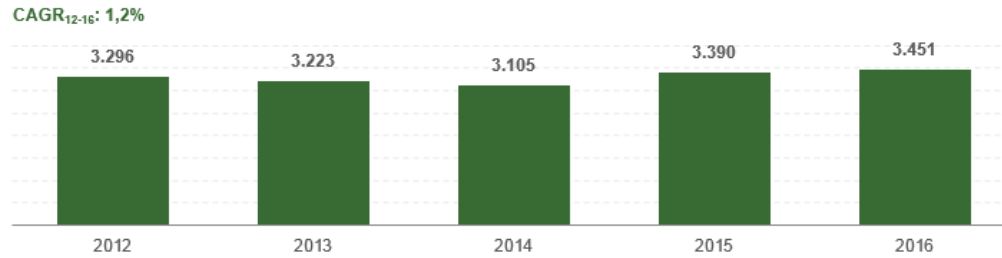
Os mercados de arroz no Uruguai, Chile e Peru ainda são razoavelmente concentrados com as três maiores empresas processadoras do setor juntas correspondendo a 71,0%, 64,7% e 57,7% dos mercados, respectivamente.

O arroz é um dos produtos alimentícios mais consumidos no Peru e presente diariamente na alimentação da população peruana, com penetração em todos os níveis socioeconômicos. Segundo a OECD, na média entre 2013 e 2015, o país registrou um consumo *per capita* de 65,1 quilogramas por ano, sendo a maior parte produzida localmente. A perspectiva de crescimento do setor é corroborada pela atual tendência de migração de vendas de arroz a granel para empacotados e consequente formalização do mercado.

O mercado de arroz no Uruguai e Chile historicamente apresentam crescimento resiliente, sendo a produção uruguaia predominantemente voltada para a exportação do produto, enquanto a produção chilena é em sua maioria voltada para o consumo interno. Ainda se caracteriza por ser um setor com relevante fragmentação, suportando um potencial de consolidação nesses países.

7.9 - Outras informações relevantes

Consumo total de arroz no Peru¹ (milhares de toneladas)

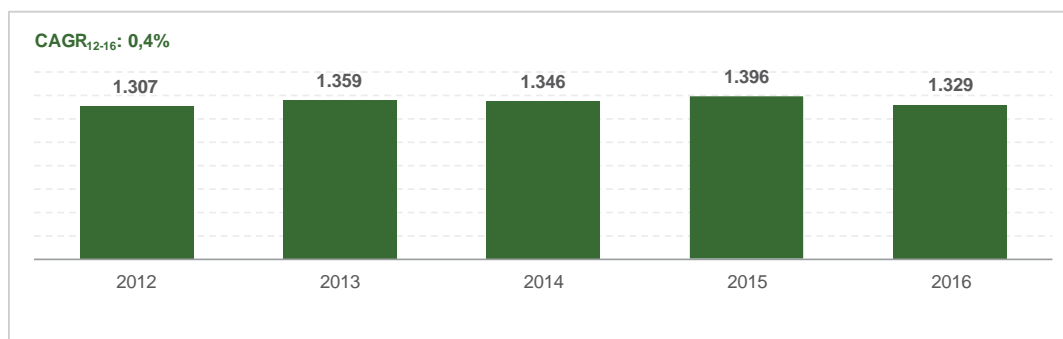


Fonte: Ministério Peruano de Agroindústria e Rego/Irrigação (“MINAGRI”)

¹: Considera soma da produção total e importação

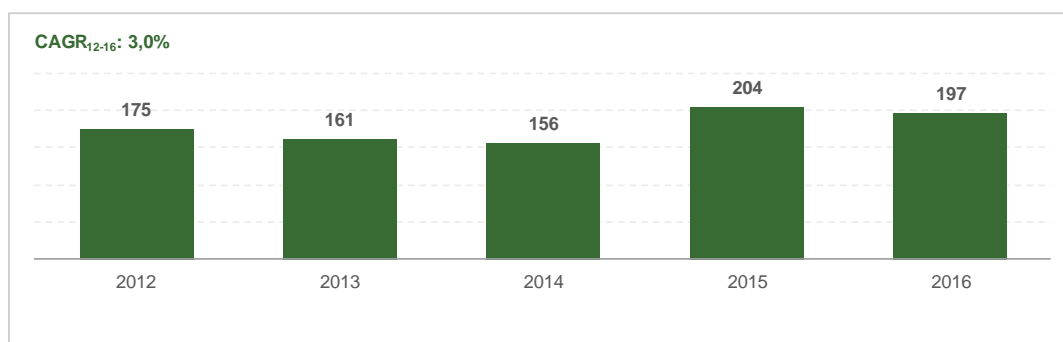
7.9 - Outras informações relevantes

Produção total de arroz no Uruguai (milhares de toneladas)



Fonte: *Annual rice harvest report*

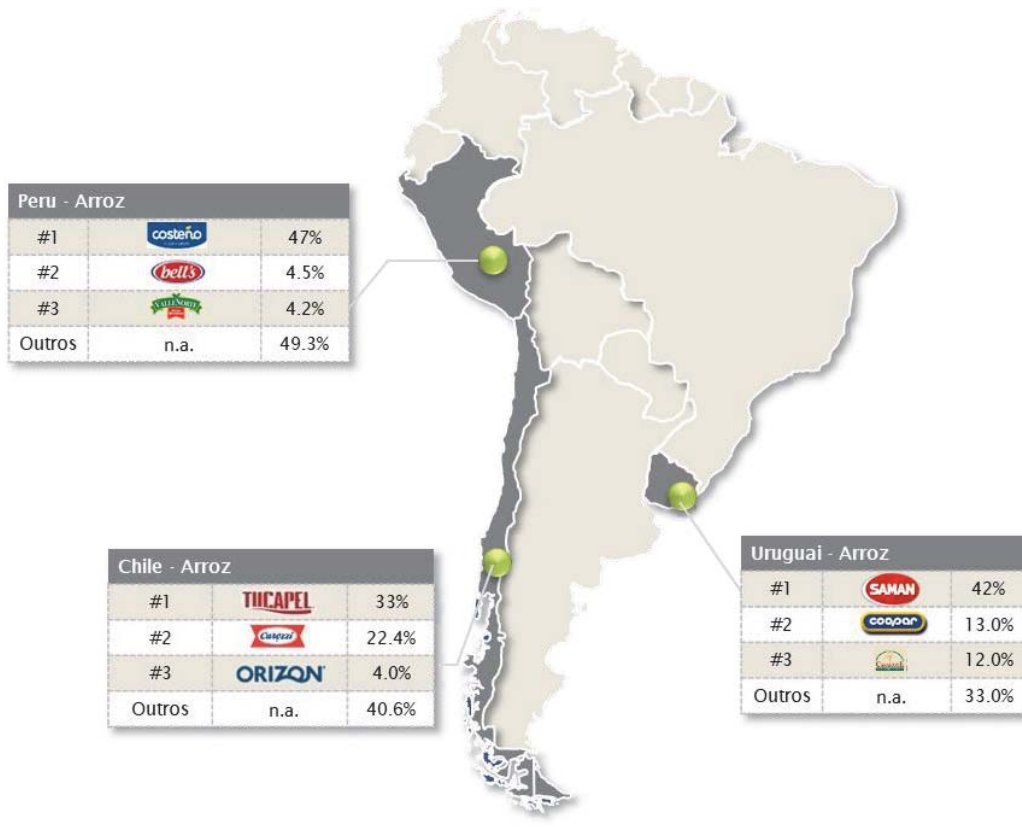
Consumo total de arroz no Chile (milhares de toneladas)



Fonte: *Oficina de Estudios y Políticas Agrarias (“Odepa”)*

7.9 - Outras informações relevantes

Market share na indústria de arroz no Uruguai, Chile e Peru – 2016



Fonte: Kantar WorldPanel (Peru), Nielsen (Chile e Uruguai)

¹: Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias

Indústria De Feijão | Brasil

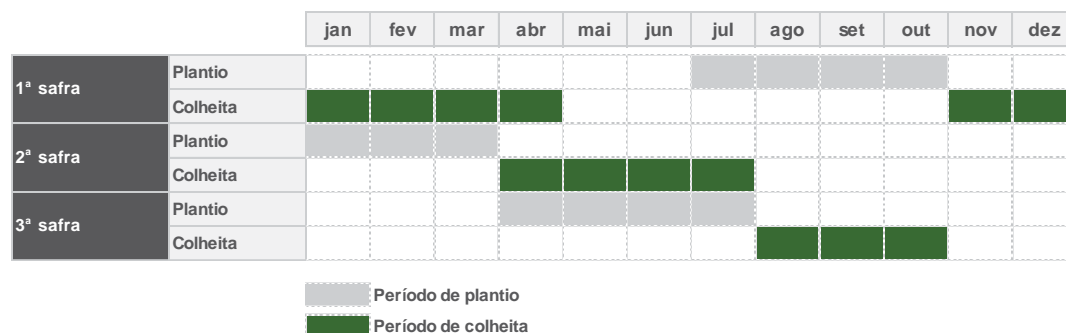
Breve panorama

O feijão é um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América Latina. Assim como no caso do arroz, essa característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão devido a elevada perecibilidade da leguminosa, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

7.9 - Outras informações relevantes

Produção

Calendário agrícola do feijão no Brasil

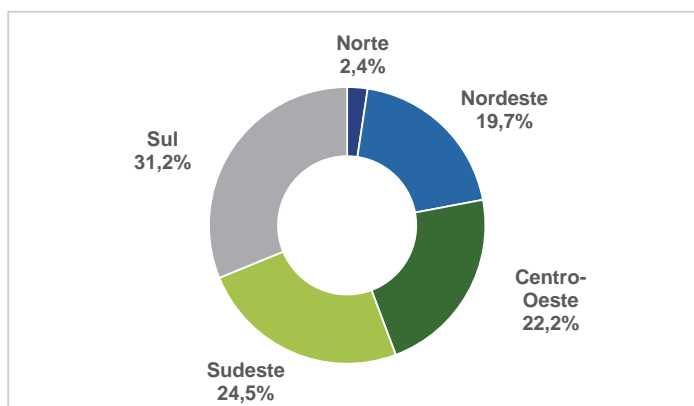


Fonte: CONAB

O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. A primeira safra é conhecida como safra das águas devido ao alto índice de chuvas. O plantio dessa safra na região Centro-Sul vai de agosto a dezembro e no Nordeste, de outubro a fevereiro. A segunda é chamada de safra da seca, com plantio realizado de dezembro a março. A terceira, por sua vez, é a safra irrigada, por se referir à colheita do feijão irrigado, com a concentração do plantio na região Centro-Oeste e Sudeste, de abril a junho.

Segundo a CONAB, a produção de feijão é notadamente concentrada na região Centro-Sul do Brasil, responsável por aproximadamente 78,0% do total estimado para a safra de 2016/17.

Produção de feijão por região – Safra 2016/17 (estimativa em maio/2017 - %)

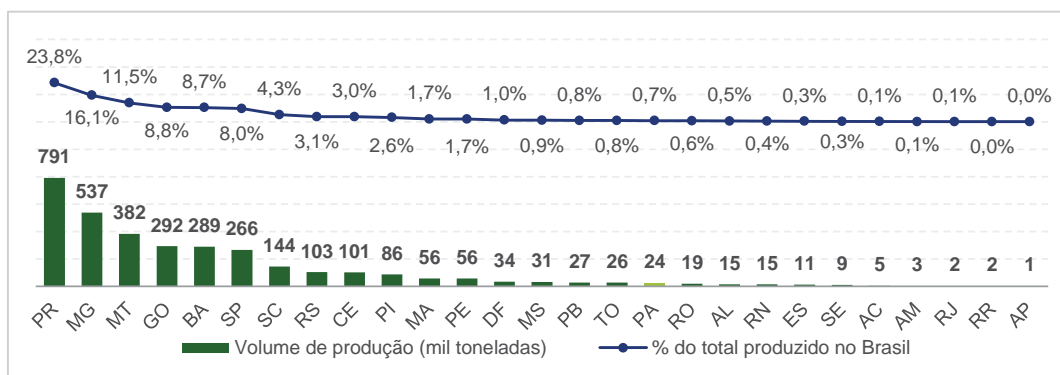


Fonte: CONAB

A produção de feijão é fragmentada e se desenvolve de forma regionalizada de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade, mas as do Norte e Nordeste estão em processo de investimento em tecnologia e mecanização, tanto no processamento quanto no plantio. Nesse contexto, aproximadamente 68,8% da produção de feijão é concentrada em 5 estados brasileiros: (i) Paraná, (ii) Minas Gerais, (iii) Mato Grosso, (iv) Goiás e (v) Bahia, segundo a CONAB.

Produção de feijão por estado – Safra 2016/17 (estimativa em maio/2017 – em milhares de toneladas)

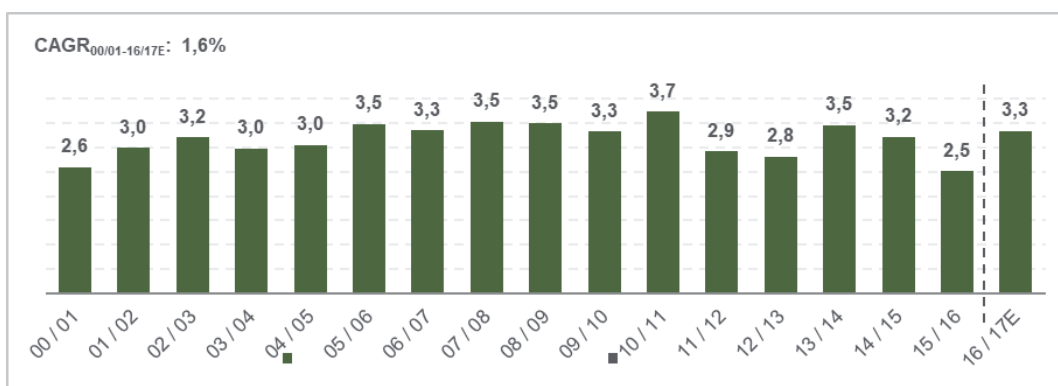
7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: CONAB

Ainda, segundo a CONAB, a produção total de feijão do Brasil foi de 3.210 mil toneladas em 2014/15 e de 2.513 mil em 2015/16. Para a safra 2016/17, a CONAB prevê que a produção total de feijão é de 3.328 mil toneladas, segundo estimativas de maio/2017.

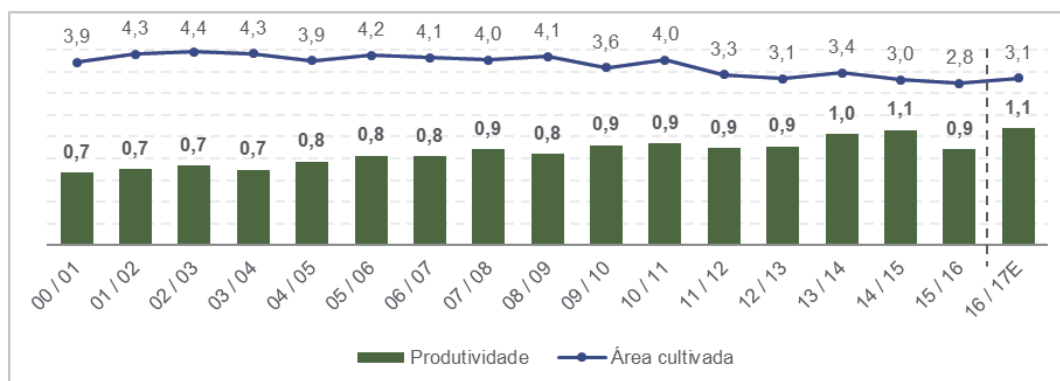
Produção brasileira de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

7.9 - Outras informações relevantes

Produtividade média de feijão no Brasil (em mil kg por hectare) e área cultivada de feijão no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Segundo a CONAB, entre 2013 e 2016, a produção média de feijão, em países que compõem o Mercosul, ficou em 3,6 milhões de toneladas, sendo o Brasil o principal produtor e consumidor, com cerca de 3,1 milhões de toneladas anuais, representando mais de 90% da produção no Mercosul; seguido pela Argentina, com 350,0 mil toneladas; pelo Paraguai, com 56,0 mil toneladas; e pelo Uruguai, com 3,5 mil toneladas.

Preço e consumo

As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz. Contudo, o desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos curtos prazos de validade do feijão.

Evolução do preço nacional do feijão no Brasil (feijão carioca em R\$/saca de 60kg)



Fonte: Agrolink (<https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/sp/feijao-carioca-sc-60kg>)

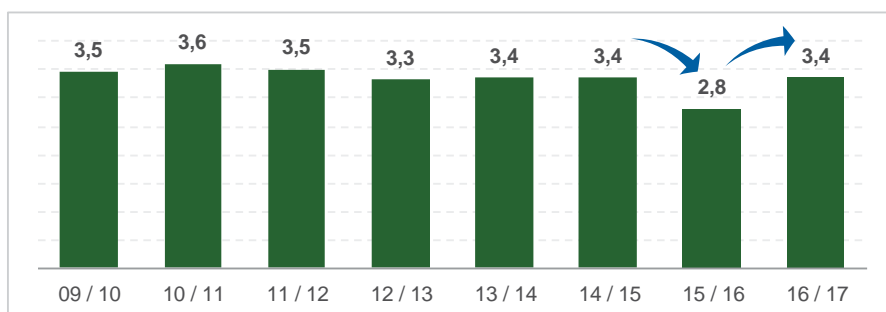
Em geral, as margens do feijão são maiores do que as do arroz e, historicamente, aumentos no preço do feijão não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos. Nos últimos meses, nota-se elevada oscilação no preço do feijão, que foi refletida nos preços do produto no varejo. Por se tratar de um produto básico na alimentação brasileira e inelástico a

7.9 - Outras informações relevantes

variações de renda, observa-se a habilidade dos beneficiadores de feijão de repassarem oscilações de preço do produto para o consumidor.

Por ser uma cultura muito sensível e não possuir garantia de manutenção do preço atual no momento da colheita, ainda não há mercado futuro de feijão.

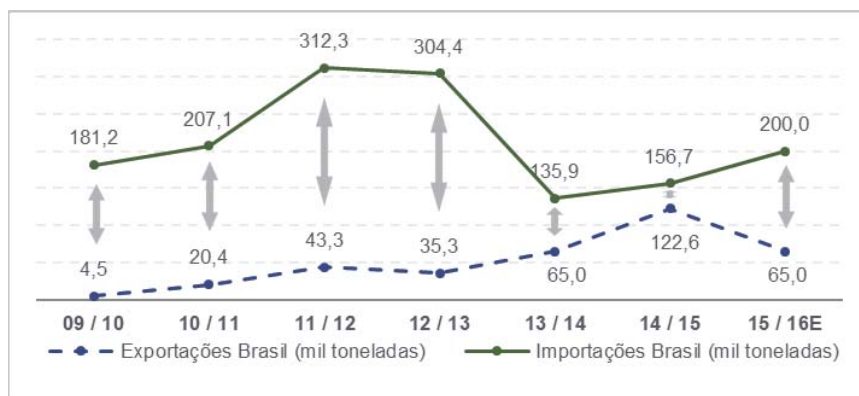
Consumo brasileiro de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

As relações entre os produtores e os processadores de feijão são tipicamente informais fato que, somado à pulverização da produção, constituem vantagem competitiva aos grandes processadores por possuírem maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação.

Importação e exportação de feijão no Brasil (em milhões de toneladas)



Fonte: SECEX

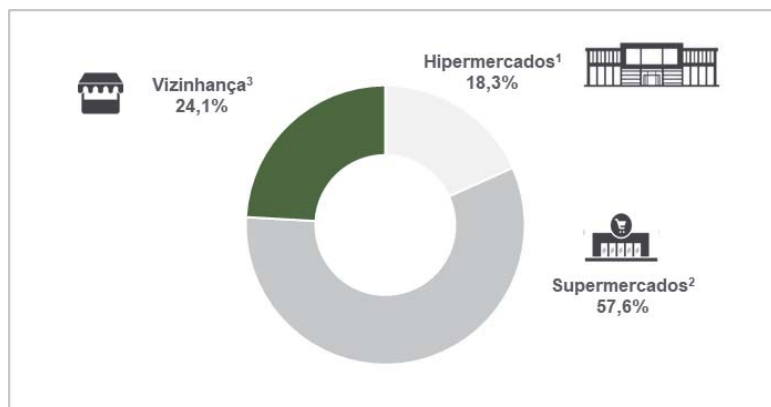
Conforme observado no gráfico anterior, o Brasil não é um grande exportador de feijão já que o consumo interno do produto é bastante elevado. No outro lado da balança comercial, a maior parte das importações são provenientes de países do Mercosul (Paraguai, Argentina e Bolívia), além de China e México.

Distribuição por canal

As vendas de feijão no varejo são concentradas nos hipermercados e supermercados, que em maio de 2017 em conjunto correspondem a 75,9% das vendas do produto no varejo, enquanto vizinhança corresponde a 24,1% das vendas de feijão.

7.9 - Outras informações relevantes

Distribuição de feijão no varejo por formato em maio de 2017 (% das vendas)



Fonte: Nielsen

¹: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas

²: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas

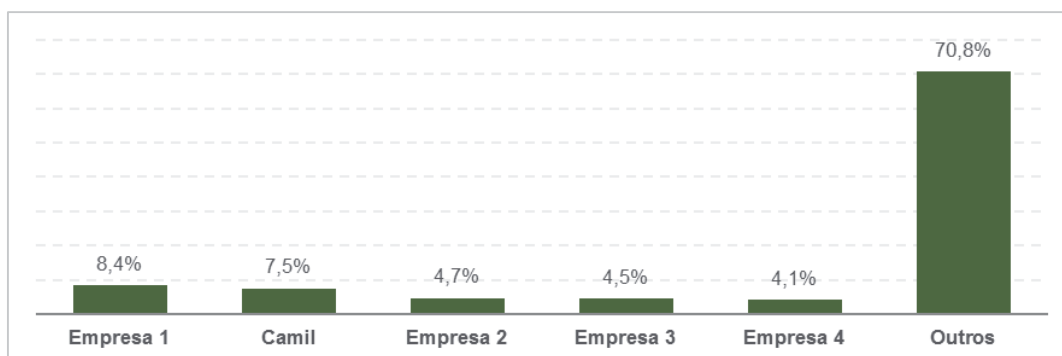
³: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro. As cinco maiores empresas processadoras de feijão possuem juntas 29,2% de *market share* em volume.

7.9 - Outras informações relevantes

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de feijão (Maio/2017)¹



Fonte: Nielsen

¹: Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o feijão, assim como o arroz, também se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural brasileira e estabilidade de oferta.

Ainda que em menor escala que no mercado de arroz, observam-se fatores semelhantes de aumento do consumo entre as classes de renda média e baixa e de crescimento da procura por produtos de maior qualidade e praticidade, com a evolução de produtos pré-preparados.

O mercado é promissor, principalmente para o atendimento da merenda escolar, refeições coletivas e cestas básicas, além de restaurantes de classe C, D e E, que representam atualmente boa parte do consumo de alimentos fora do domicílio. Dessa forma, acredita-se que o mercado brasileiro de processamento de feijão deva crescer em razão de tendência de consolidação entre as principais empresas, ganhos de escala, profissionalização e criação de marcas nacionais.

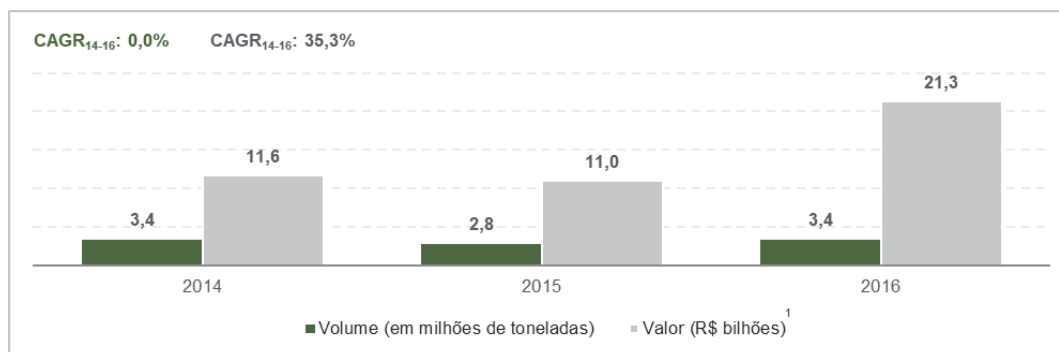
Para viabilizar este crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação das principais médias e pequenas empresas. Além disso, outro fator positivo para ganhos em escala é o crescente interesse de firmas do setor privado pelo melhoramento genético do feijoeiro, principalmente para a colheita mecânica.

Sob o mesmo ponto de vista, o acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização do produto. A exportação viabiliza maiores volumes de produção, incorporação de novas tecnologias produtivas e aperfeiçoamento da qualificação da mão de obra.

Nesse contexto, o Brasil apresenta grandes vantagens competitivas devido à alta produtividade, através das três colheitas anuais contra uma dos demais países.

Venda de feijão no mercado interno

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: Nielsen

¹: Considera preço médio de venda de acordo com dados da Nielsen

Indústria De Açúcar | Mundo

Breve panorama

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito primariamente a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que a cana-de-açúcar é responsável por mais de 70,0% da produção mundial total. A produção do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A produção de açúcar em todo o mundo dobrou desde o início da década de setenta, passando de aproximadamente 72,0 milhões de toneladas de açúcar bruto na safra 1971, para aproximadamente 165,8 milhões de toneladas na safra 2015/2016, segundo a USDA. O consumo de açúcar também vem crescendo de forma constante e atingiu aproximadamente 172,5 milhões de toneladas durante a safra 2015/2016.

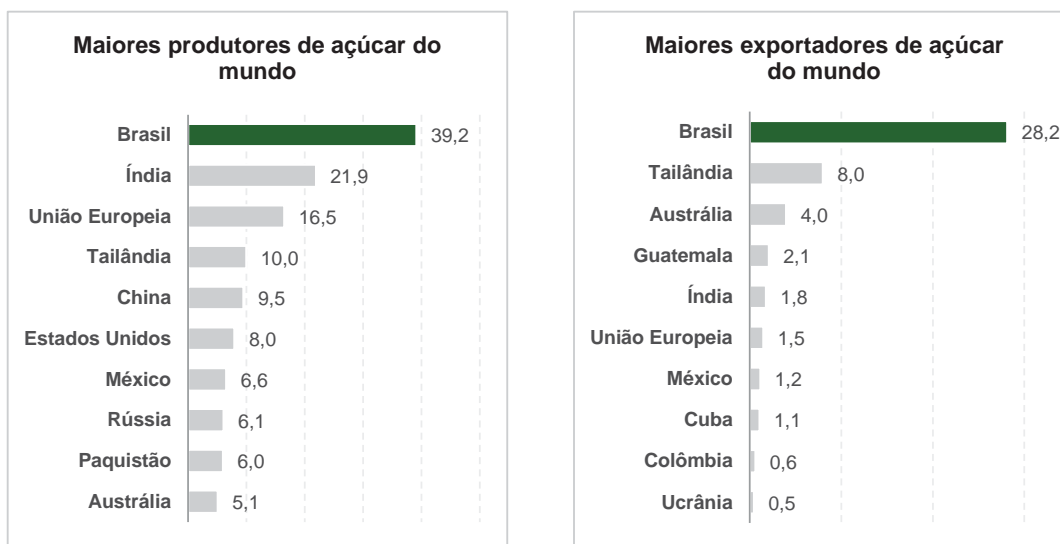
Segundo o USDA, estima-se que a produção global para 2016/17 crescerá 5,1 milhões de toneladas (valor bruto) chegando a 170,9 milhões, com ganhos no Brasil e União Europeia compensando as reduções ocorridas na Índia e na Tailândia. Os preços médios mensais do açúcar bruto, após terem atingido menos de 11 centavos de dólar por libra em agosto de 2015, sofreram forte elevação e atingiram 23 centavos de dólar por libra em outubro de 2016. Apesar dos altos preços, espera-se um recorde de consumo de 173,6 milhões toneladas e, conseqüentemente, a diminuição dos estoques ao nível mais baixo desde 2010/11.

Espera-se uma redução no déficit global do açúcar de 6,7 milhões de toneladas em 2015/16 para 2,7 milhões em 2016/2017 (Fonte: USDA).

Os maiores consumidores de açúcar do mundo são tipicamente também os maiores produtores globais, sendo os cinco principais países produtores responsáveis por aproximadamente 56,8% da produção mundial de açúcar. O Brasil é o maior produtor, com uma participação de aproximadamente 22,9% da produção global e 48,7% das exportações totais da safra de 2016/2017. O segundo e o terceiro maiores produtores de açúcar são a Índia e a União Europeia, com uma participação aproximada de 12,8% e 9,7%, respectivamente.

Maiores produtores e exportadores de açúcar do mundo – safra 2016/2017 (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes

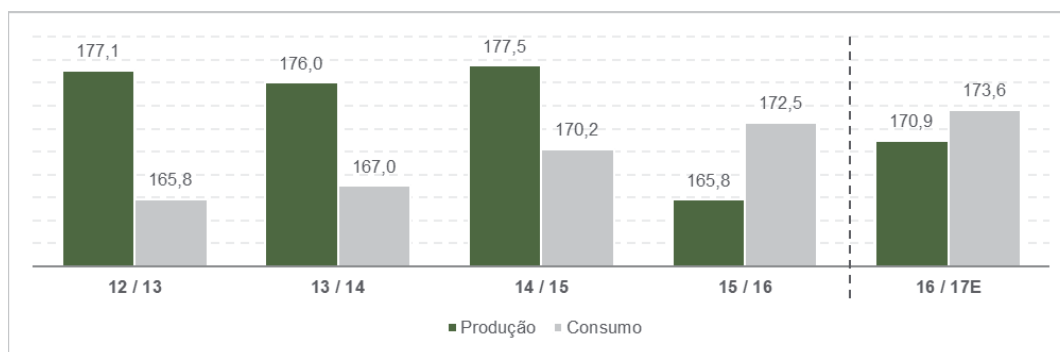


Fonte: USDA

Desde 2012/13, o consumo global de açúcar subiu de 165,8 milhões de toneladas para 172,5 milhões de toneladas em novembro 2015/16 (CAGR de 1,3%), conforme demonstra o gráfico abaixo.

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, do consumo de alimentos industrializados em todo o mundo resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

Produção e consumo global de açúcar (em milhões de toneladas)

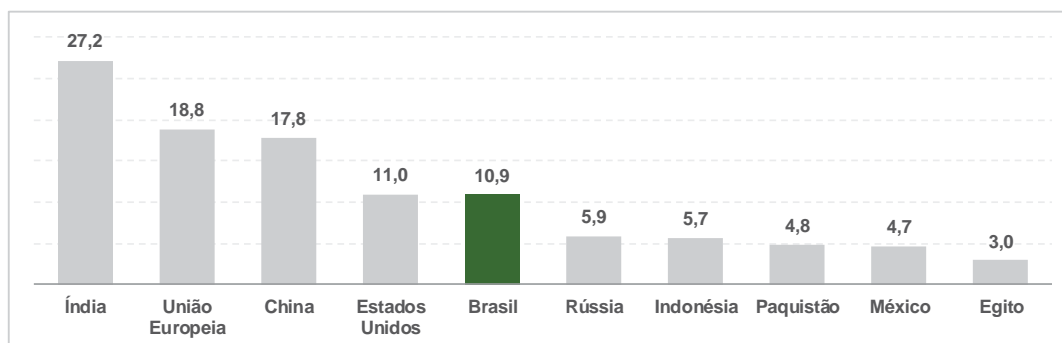


Fonte: USDA

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas, responsável pelo consumo de 10,9 milhões de toneladas em 2015/2016, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 27,2 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

Principais países consumidores de açúcar – safra 2015/2016 (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: USDA

Preço

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, tem protegido seu mercado interno da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com cotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e encargos. Como resultado de tais políticas, os preços do açúcar no mercado interno variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não-controlados do açúcar bruto no mundo. Um outro preço de referência é o contrato futuro Lon 5, que é negociado na *London International Financial Futures and Options Exchange* – LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os preços por produto predominantes no mercado não-regulado estrangeiro e doméstico. Os Estados Unidos e a União Europeia criaram políticas protecionistas e preços internos subsidiados para proteger os seus produtores de açúcar. Os preços do açúcar bruto nos Estados Unidos e na União Europeia de um modo geral são aproximadamente de duas a quatro vezes mais altos do que o preço do açúcar bruto cotado no NY 11, enquanto os preços do açúcar bruto no Brasil são similares ao preço do açúcar do NY 11.

Os preços do açúcar tendem a acompanhar um padrão cíclico porque os produtores de cana-de-açúcar tendem a responder lentamente às mudanças nos preços mundiais. A cana-de-açúcar, a maior fonte de produção global de açúcar, geralmente acompanha um ciclo de plantio de dois (Ásia, Índia e Austrália) a seis anos (Brasil). Além disso, muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos de flutuações dos preços internacionais do açúcar e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa da variação dos preços internacionais. O Brasil, como líder global de produção de açúcar, responsável por aproximadamente 50% das exportações globais, desempenha um papel fundamental no estabelecimento dos preços mundiais do açúcar.

O preço do açúcar aumentou 0,19 centavos por libra ou 1,18% a 16,35 centavos por libra em 2017. Historicamente, o preço do açúcar alcançou um teto máximo de 65,20, em novembro de 1974, e um recorde de baixa de 1,25, em janeiro de 1967.

Preço do açúcar (em US\$ centavos por kg)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: <http://www.tradingeconomics.com/commodity/sugar>

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e formas de comercialização

Opções de açúcar não faltam nas prateleiras dos mercados: cristal, refinado, mascavo, orgânico, frutose e light. Abaixo se encontram as principais características de cada tipo:

- **Refinado:** também conhecido como açúcar branco, é o açúcar mais comum no varejo. No refinamento, aditivos tornam o produto branco.
- **Cristal:** é o açúcar com cristais grandes e transparentes, difíceis de serem dissolvidos em água. Depois do cozimento, ele passa apenas por um refinamento leve. Por ser econômico e render mais, o açúcar cristal é usualmente utilizado no preparo de bolos e doces.
- **Mascavo:** é o açúcar bruto, escuro e úmido, extraído depois do cozimento do caldo de cana.
- **Demerara:** usado no preparo de doces, esse açúcar é um dos tipos mais caros. Ele passa por um refinamento leve e não recebe nenhum aditivo químico. Por isso, seus grãos são marrom-claros e têm valores nutricionais altos, parecidos com os do açúcar mascavo.
- **Orgânico:** é um tipo de açúcar bruto produzido a partir da cana-de-açúcar orgânica e não é submetido a qualquer tratamento químico durante o processo de industrialização.
- **Light:** surge da combinação do açúcar refinado com adoçantes artificiais, como o aspartame, o ciclamato e a sacarina, que quadruplicam o poder de adoçar. Por isso, quem consome o açúcar light ingere menos calorias.
- **De confeitiro:** possui cristais mais finos e é utilizado principalmente na preparação de glacês e coberturas. Tem o refinamento sofisticado, que inclui peneiragem para obter os pequenos cristais e a adição de amido de arroz, milho ou fosfato de cálcio para evitar que os cristais se juntem novamente.

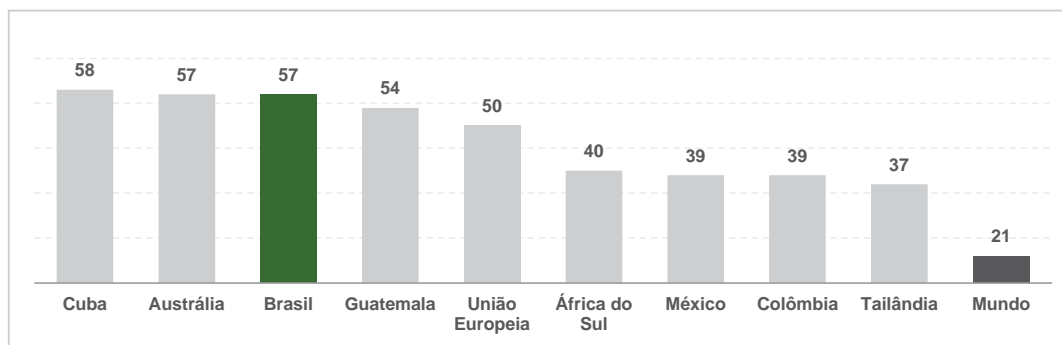
Indústria De Açúcar | Brasil

Breve panorama

7.9 - Outras informações relevantes

O Brasil é um dos maiores consumidores *per capita* de açúcar do mundo, totalizando aproximadamente 57 quilogramas por habitante na média entre 2012 e 2016. O consumo de açúcar no Brasil continua a crescer, principalmente em virtude do aumento no consumo dos produtos industrializados com alto teor de açúcar.

Consumo *per capita* de açúcar – média 2012-2016 (em kg por ano)



Fonte: USDA

Produção

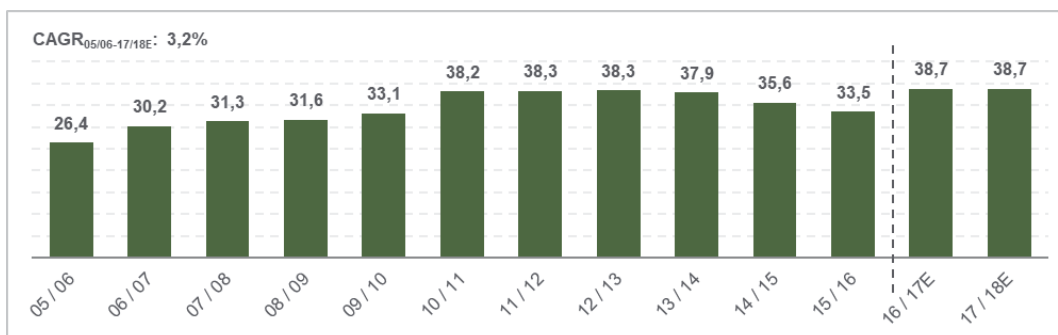
O Brasil possui um papel de destaque na indústria mundial de açúcar, sendo o maior produtor e exportador global, responsável pelo fornecimento de 20% do produto consumido no mundo. A liderança brasileira na indústria global deve-se ao fato do Brasil ser um dos produtores de açúcar de menor custo do mundo em função do seu solo, clima e topografia favoráveis, do desenvolvimento tecnológico da variedade de cana-de-açúcar e dos processos de produção de açúcar e de etanol. Tais desenvolvimentos resultaram em ciclos de safra mais longos, maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada que resultam em maior produção. Os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que alguns dos maiores exportadores de açúcar do mundo, como Índia e Europa.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil tem início geralmente em abril/maio e fim em novembro/dezembro, o que gera oscilações nos volumes de estoques e no preço do açúcar, especialmente no início da safra quando os custos de produção tendem a ser maiores em virtude de menores níveis de sacarose na cana-de-açúcar colhida e maior volume de chuvas.

Estima-se que a produção brasileira deverá crescer de 33,5 milhões de toneladas em 2015/2016 para 38,7 milhões em 2016/2017, devido a condições favoráveis de tempo e a um maior percentual de cana-de-açúcar em 2016/2017 (prevista em 46% contra 40% no ano anterior) sendo direcionada para a produção de açúcar em vez de etanol.

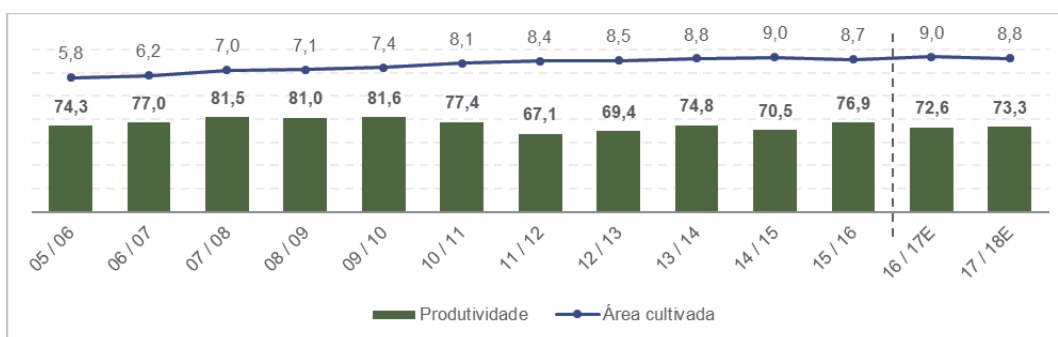
Produção brasileira de açúcar (em milhões de toneladas)

7.9 - Outras informações relevantes



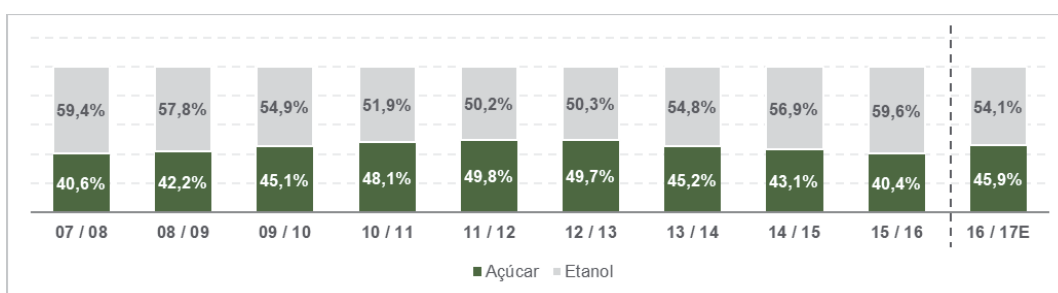
Fonte: CONAB

Produtividade média (em mil kg por hectare) e área de cultivo de cana-de-Açúcar no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Distribuição da produção de cana de açúcar entre açúcar e etanol (% da cana-de-açúcar disponível)



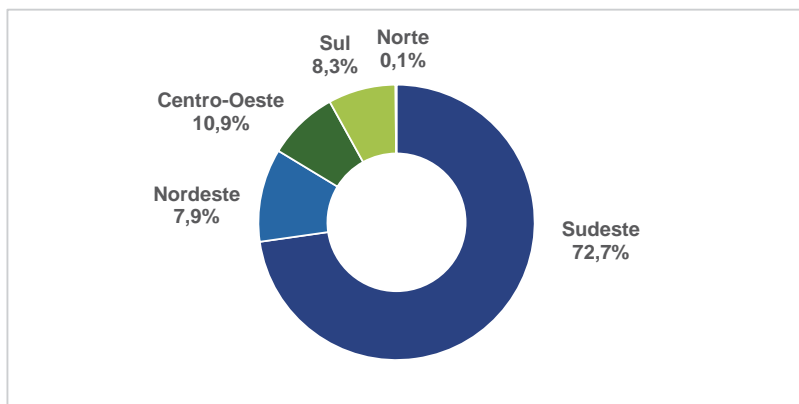
Fonte: CONAB

A produção de cana-de-açúcar se concentra nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. O mercado mostra-se bastante concentrado, com cerca de 5 grandes usinas produtoras de açúcar refinado concentradas na região Sudeste do país. Já para o açúcar cristal, há centenas de produtores, mais concentrados na área Centro-Oeste do país.

O setor sucroalcooleiro é bastante concentrado em grandes *players* altamente capitalizados como a brasileira Raízen e multinacionais como Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss, sendo que as pequenas empresas vêm sofrendo pelo alto nível de endividamento e reduzida capacidade de contrair crédito.

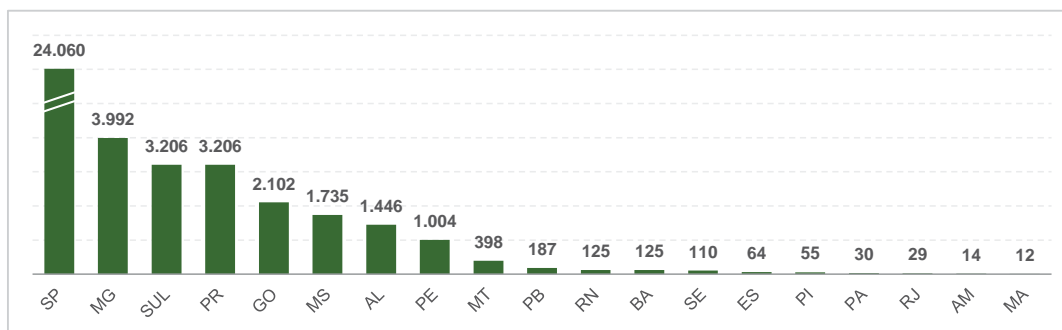
Distribuição da produção de açúcar por região (%)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: CONAB

Distribuição da produção de açúcar por estado (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

7.9 - Outras informações relevantes

Mapa da produção de açúcar no Brasil

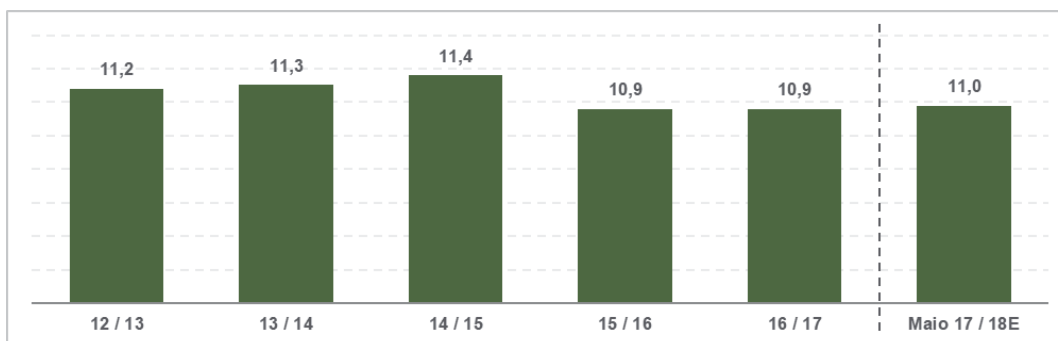


Fonte: Nova Cana

Preço e consumo

O consumo de açúcar no Brasil tem se mantido em um patamar estável, variando de 11,2 milhões de toneladas em 2012/2013 para 10,9 milhões de toneladas em 2016/2017. Os preços de açúcar no Brasil dependem da oferta global do produto e do volume de cana-de-açúcar destinado à produção de etanol.

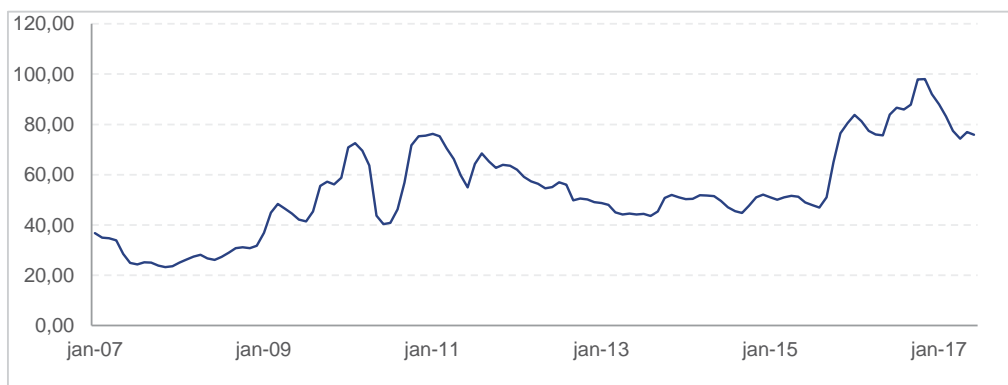
Consumo de açúcar no Brasil (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

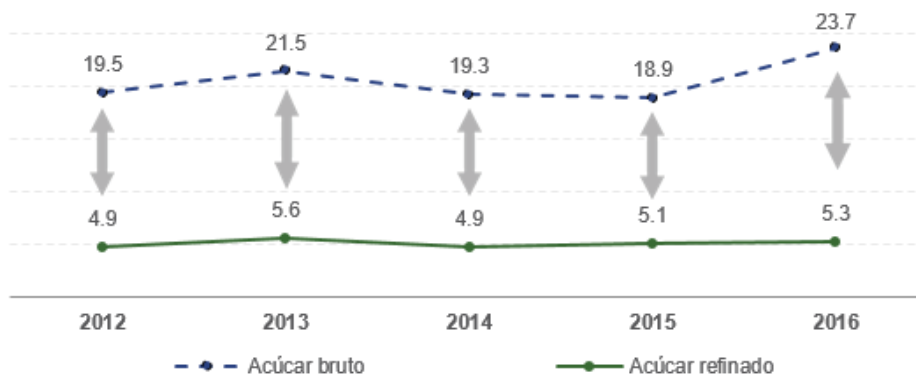
Evolução do preço do açúcar cristal em São Paulo (em R\$ por saca de 50kg)

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (“CEPEA”) / Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (“ESALQ”)

Exportação brasileira de açúcar (em milhões de toneladas)



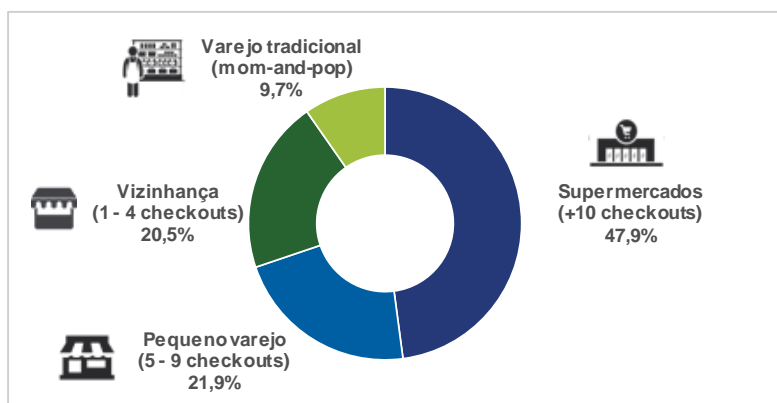
Fonte: SECEX

Distribuição por canal

As vendas de açúcar no varejo são concentradas nos supermercados, pequeno varejo e vizinhança, que em abril e maio de 2017 correspondem, em conjunto, a 90,3% das vendas do produto no varejo, enquanto varejo tradicional corresponde a 9,7% das vendas de açúcar.

7.9 - Outras informações relevantes

Distribuição de açúcar refinado no varejo por formato em abril/maio de 2017 (% das vendas)

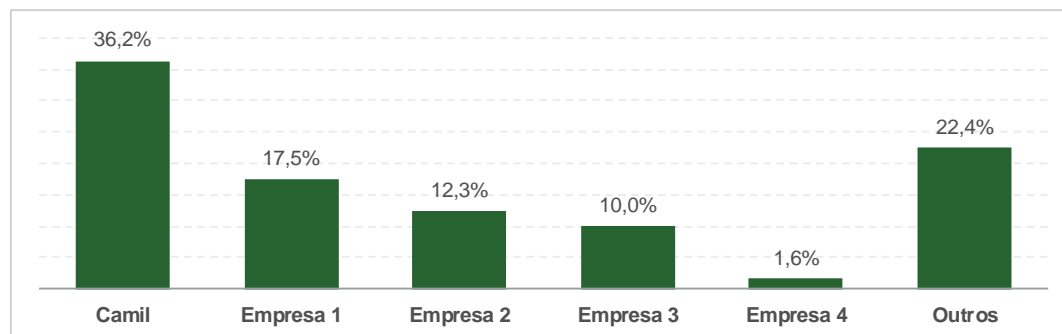


Fonte: Nielsen

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado. Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*. As cinco maiores empresas de açúcar refinado possuem juntas 77,6% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de açúcar refinado (maio/2017)¹



Fonte: Nielsen

¹: Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias

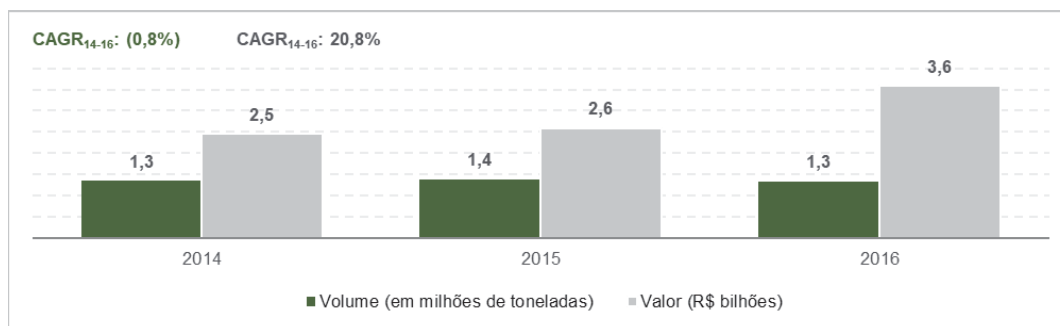
Perspectivas e tendências

No Brasil, o mercado de açúcar é amplo, resiliente e bastante concentrado. Acreditamos que a indústria possui perspectiva positiva de crescimento com o aumento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do Brasil, do consumo de alimentos industrializados resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

O açúcar deve se manter como um item que compõe a base da alimentação do brasileiro crescendo a um CAGR de 20,8% em valor entre 2014 e 2016, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Venda de açúcar refinado no mercado interno

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: Nielsen

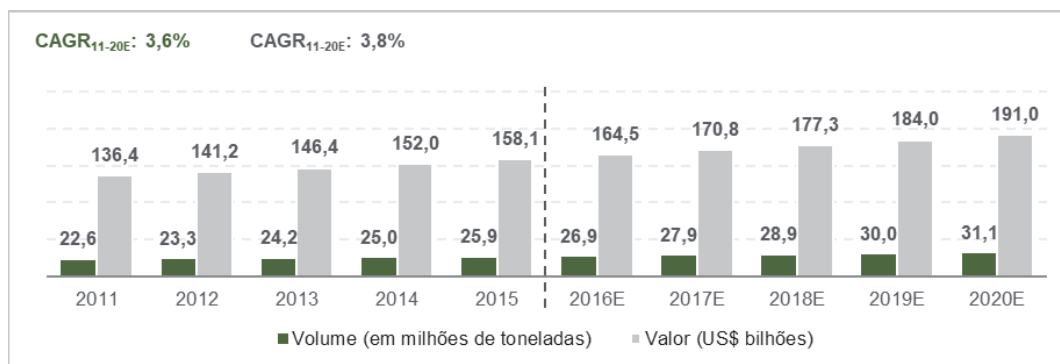
Indústria De Pescados | Mundo

Breve panorama

A indústria de pescados representa uma importante fonte de alimentos e nutrição no mundo, tendo alcançado recorde no consumo *per capita* de 19,7 kg por habitante por ano após duas décadas de forte crescimento da produção global, segundo a FAO. O crescimento significativo no consumo de pescados nas últimas décadas elevou a participação da categoria para 16,8% de toda proteína animal consumida no mundo em 2013, de acordo com a FAO.

Espera-se que indústria de pescados no mundo registre produção total de cerca de 164,5 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 20,6% desde 2011, conforme o gráfico abaixo.

Produção mundial histórica e projetada de pescados

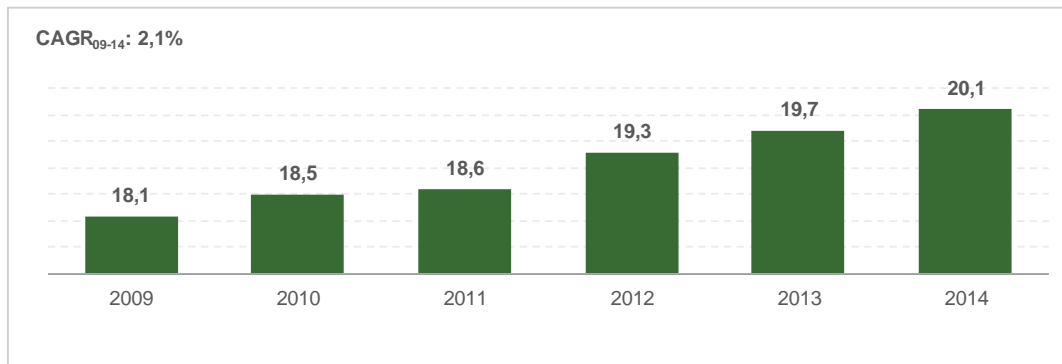


Fonte: Marketline

O consumo mundial *per capita* de pescados superou o crescimento da população entre 2009 e 2014. Este fato se deve principalmente ao expressivo crescimento na produção em aquicultura e considerável melhora em condições de estocagem de peixes. Neste cenário, de modo a atender a demanda projetada, a FAO estima que essa modalidade de produção deva dobrar até meados de 2050.

Consumo mundial *per capita* de pescados

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: FAO

O acima exposto indica que a indústria mundial de pescados está passando por um período de crescimento baseado em uma limitada oferta de peixes para captura selvagem. Isso implica que a produção adicional requerida precisará ser suprida pela indústria de aquicultura. Neste contexto, os atuais líderes na produção, como China, Índia, Tailândia, Vietnã e Noruega, possuem capacidade relativamente limitada de expansão, enquanto que o Brasil, por outro lado, tem todas as características necessárias para desempenhar um papel de destaque e preencher a escassez esperada na oferta.

Indústria De Pescados | Brasil

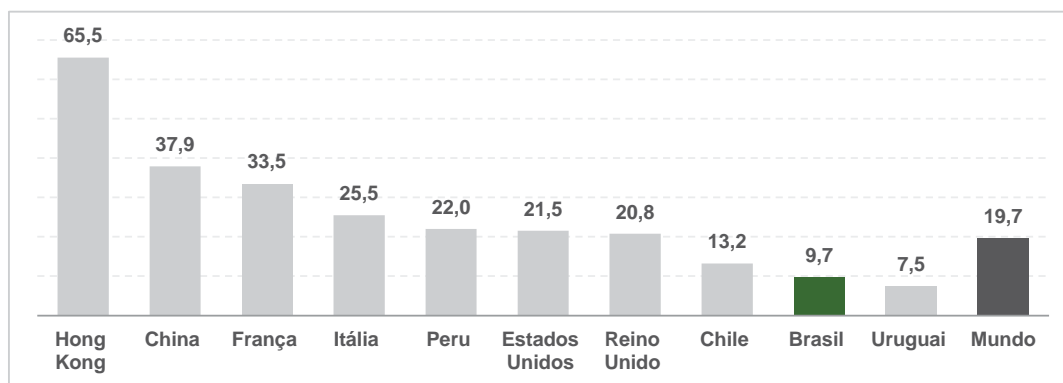
Breve panorama

A indústria de pescados no Brasil vem crescendo de forma consistente nos últimos anos, impulsionada pela tendência de diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da reocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

Em consumo *per capita*, o Brasil consome cerca de 9,7 kg de pescados por habitante ao ano, abaixo do consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde de 12,0 kg e de países como Estados Unidos e Reino Unido, que consomem 21,5 kg e 20,8 kg por habitante ao ano, respectivamente, conforme o gráfico abaixo.

Consumo *per capita* de pescados –2013 (em kg por habitante)

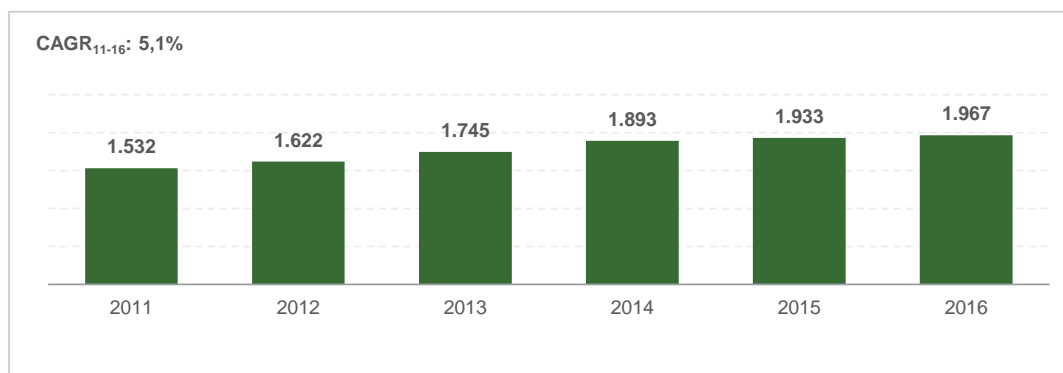
7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: FAO

Produção e venda no Brasil

Venda brasileira de pescados (em mil toneladas)



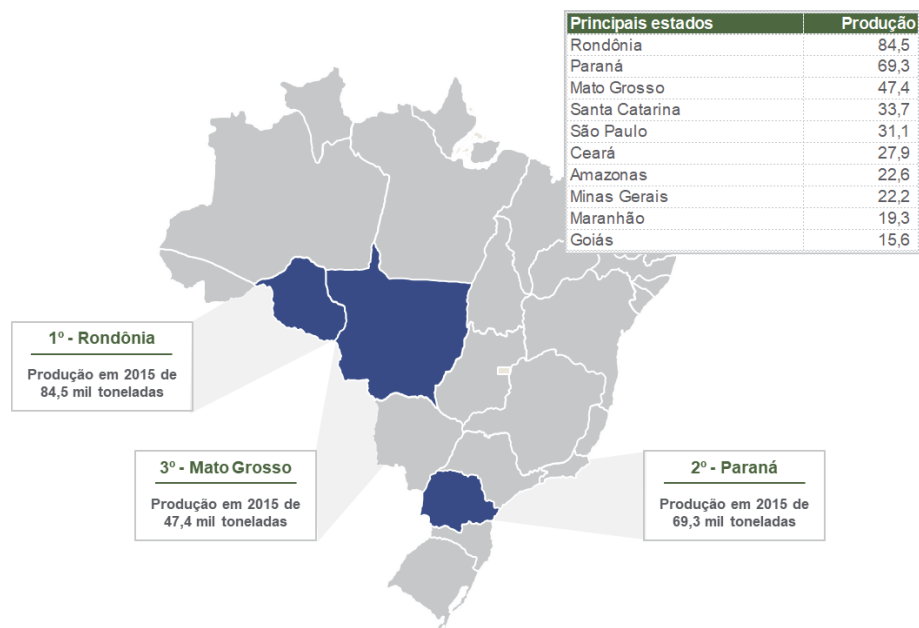
Fonte: Euromonitor

De acordo com a Euromonitor, a venda de pescados no Brasil aumentou de 1,5 milhões de toneladas em 2011 para 2,0 milhões de toneladas em 2016, o que representou um aumento de 28,4.

Espera-se que incentivos governamentais através de disponibilização de crédito, investimentos na produção de pescados e campanhas de marketing, como a “Semana do Peixe” do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão continuar a suportar o crescimento da indústria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou recentemente R\$ 2,0 bilhões em linhas de crédito especiais para estimular a produção.

Principais estados produtores de peixes no Brasil

7.9 - Outras informações relevantes

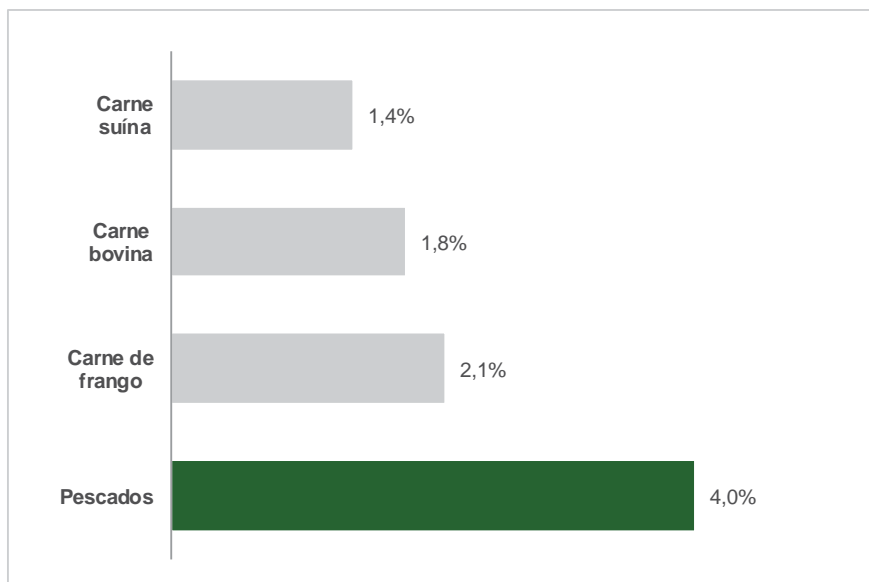


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”)

Ainda, o consumo de pescados no Brasil é um dos segmentos alimentícios de crescimento mais acelerado no Brasil, com CAGR entre 2009 e 2013 de aproximadamente 4,0%, ultrapassando outras proteínas animais. A demanda tem sido direcionada em grande parte pelos maiores níveis de renda e mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, com crescente busca por alimentos mais saudáveis, além da disseminação de novas culinárias, como a japonesa. Outro fator que também contribui para o aumento no consumo de pescados é a maior disponibilidade e variedade de alternativas em nível de varejo.

7.9 - Outras informações relevantes

Crescimento no consumo *per capita* de proteínas no Brasil (CAGR₀₉₋₁₃)

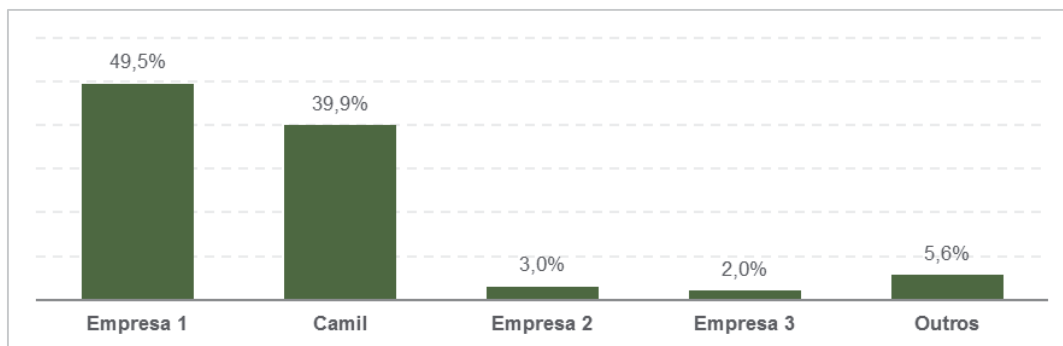


Fonte: ABPA, Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes (“ABIEC”) e FAO

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas 89,4% de participação das vendas no varejo (em volume), conforme o gráfico abaixo. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e maior conhecimento dos gostos e preferências dos consumidores brasileiros. Atualmente as principais empresas estão investindo na diversificação de seu portfólio de produtos.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de pescados em conserva (maio/2017)¹



Fonte: Nielsen

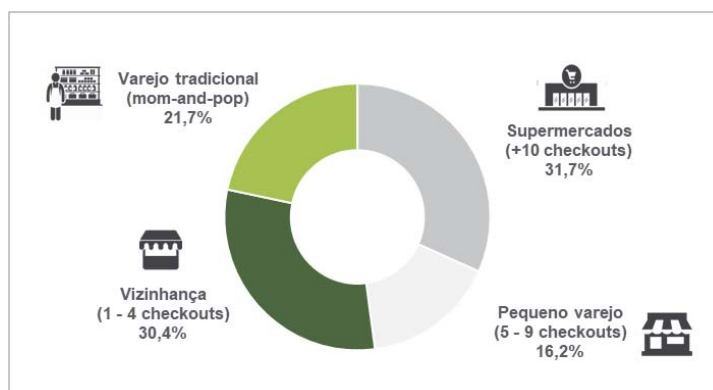
¹: Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias

Distribuição por canal

7.9 - Outras informações relevantes

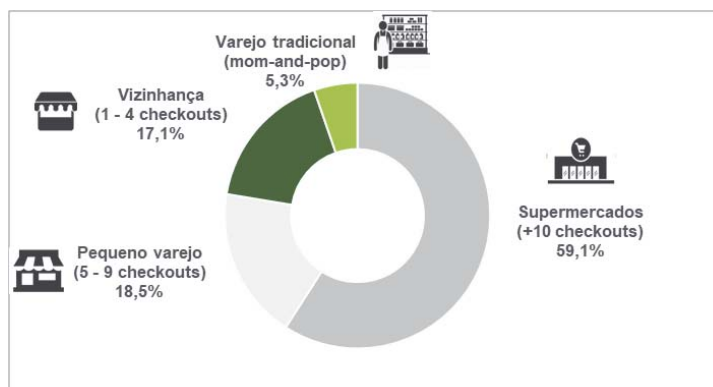
As vendas de sardinha e atum no varejo são bastante diversificadas entre os diversos canais de distribuição. Destacam-se como principais canais para a sardinha os supermercados e vizinhança, que juntos detêm 62,1% das vendas do produto no varejo, considerando abril e maio de 2017. No segmento de atum, o principal canal de distribuição são supermercados, com 59,1% das vendas do produto no varejo, no mesmo período.

Venda de sardinha no varejo por distribuidor em abril/maio de 2017 (% das vendas)



Fonte: Nielsen

Venda de atum no varejo por distribuidor em abril/maio de 2017 (% das vendas)



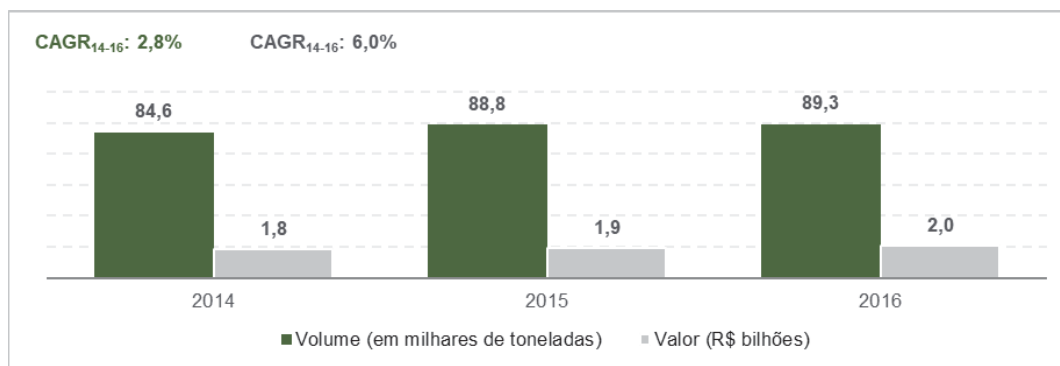
Fonte: Nielsen

Perspectivas e tendências na indústria brasileira de pescados em conserva

A ascensão social da população vem incentivando o consumo de pe scados preservados, inclusive com maior valor agregado. A atual tendência de busca por produtos de (i) alta qualidade; (ii) boa relação custo-benefício; e (iii) praticidade e comodidade se mostram como importantes vetores de crescimento do setor, somados à busca por diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

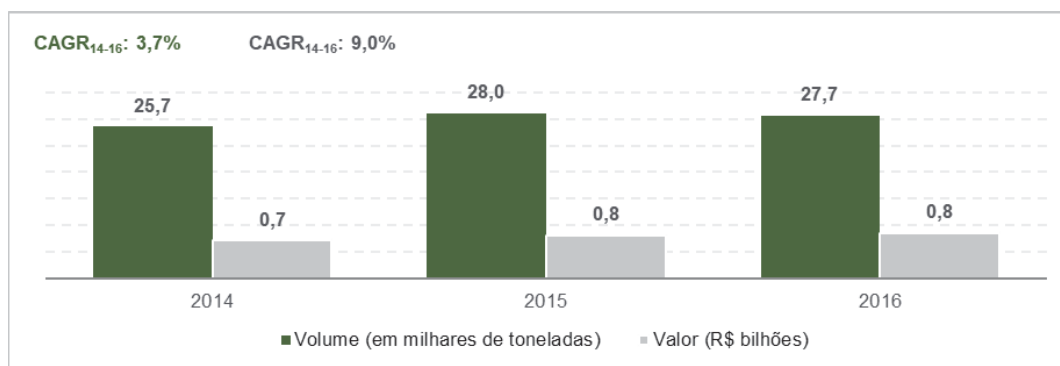
Vendas de sardinha em conserva

7.9 - Outras informações relevantes



Fonte: Nielsen

Vendas de atum em conserva



Fonte: Nielsen

Neste contexto, a velocidade de crescimento na demanda por pescados deve manter a dinâmica apresentada nos últimos anos, impulsionado ainda por incentivos governamentais para encorajar o consumo.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes entre a Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há bens do ativo não circulantes que sejam considerados relevantes e que não estejam descritos nos demais itens desta seção 9.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios/Instalações	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Terreno	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vichadero	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Terreno	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Terreno	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Terreno	Brasil	RS	Cambai	Própria
Terreno	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Terreno	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Terreno	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Terreno	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Terreno	Brasil	RS	Camaquã	Alugada
Terreno	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Camaquã	Alugada
Terrenos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Santiago	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		Retiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		São Carlos	Própria
Prédios/Instalações	Chile		São Carlos	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		São Carlos	Própria
Terrenos	Peru		Lima	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Lima	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Lima	Própria
Terrenos	Peru		Sullana	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Sullana	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Sullana	Própria
Terrenos	Peru		Arequipa	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Arequipa	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Arequipa	Própria
Terreno	Uruguai		Montevideo	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Montevideo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Montevideo	Própria
Terreno	Uruguai		JP Varela	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		JP Varela	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		JP Varela	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Uruguai		Lascano	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Lascano	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Lascano	Própria
Terreno	Uruguai		Vergara	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Prédios/Instalações	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Terreno	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Terreno	Uruguai		Salto	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Salto	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Salto	Própria
Terreno	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CAMIL	10anos prorrog iguais períodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	ARROZ DA LISTA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BOM MARANHENSE	10anos prorrog iguais períodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMARADA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMIL	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMILI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CARRETEIRO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CHEFÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GOLD OURO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GUIN	10anos prorrog iguais períodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ITAQUI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	K1000	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	KI-CÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MAIS SABOROSO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MOMIJI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MUITOBOM	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	OMIAGUI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PAI JOAO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	POP	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PRINCE ALIMENTOS	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PRINCIPE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SOLTY	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UMPORUM	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNIÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
3 4 Marcas	BARRA	10anos prorrog iguais períodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	BARRINHA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BIO DOCE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BIOÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BOA AÇÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	COSTA BRAVA	10anos prorrog iguais períodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CRISTALBELLO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CRISTALÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DA BARRA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DIAÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOCELAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ECOLINEA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GLAÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NEVE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NEWSUGAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	REALSUGAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SUCROSE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNIÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALCYON	10anos prorrog iguais períodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	COQUEIRO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOLPHIN SAFE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	FEMEPE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NAVEGANTES	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PESCADOR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	TUCAPEL	Conforme lei de cada país	Os eventos dependem das normas aplicáveis em cada jurisdição	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	BANQUETE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SELECTA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	LOS CHINOS	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	LA LOMA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SAMAN	Idem item acima	A marca "Saman" encontra-se empenhada em favor do banco DEG – Deutsch Investitions und Entwicklungsgesellschaft MBH, como garantia ao contrato de financiamento celebrado pela Saman em 19 de novembro de 2012. Caso ocorra um evento de inadimplemento no âmbito deste contrato, a Saman pode perder o direito ao uso da referida marca.	Idem item acima
Marcas	COSTEÑO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PAISANA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	HOJA REDONDA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ARROZ DEL SUR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOCE SABOR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DUÇULA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
CAMILATAM S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			A CAMILATAM S.A. é uma holding detentora de 100% do capital social de sociedades operacionais no Chile, Uruguai e Peru, por meio das quais a Companhia opera na América Latina.	100,000000
31/05/2017	0,000000	0,000000			0,00	Valor mercado		
28/02/2017	0,000000	0,000000			0,00	Valor contábil	31/05/2017	22.476.000,00
29/02/2016	-66,800000	0,000000	63.530.000,00					
28/02/2015	-37,900000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

Por meio da CAMILATAM S.A. a Companhia detém participações em empresas líderes em seus respectivos mercados na América Latina. No Chile, é líder no volume de vendas de arroz (38,0% de participação de mercado), bem como no share of mind (indica a frequência e profundidade com que determinado produto é lembrado pelos consumidores) entre os participantes do mercado, segundo a "Cadern Research Insight Innovation". Além disso, é líder no mercado uruguaio com venda de aproximadamente 594.000 toneladas de arroz por ano, sendo o maior exportador de arroz uruguaio, segundo o Relatório Anual da Safra de 2015/2016, divulgado pela Comissão do setor de arroz, com 42% da produção nacional. No Peru, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru em 2016, conforme informações do relatório da "Kantar WorldPanel", consolidando, assim, a liderança do mercado de arroz empacotado com 49,0% de participação de mercado, nos termos do mesmo relatório.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários dos Diretores sobre (a) condições financeiras e patrimoniais gerais, (b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de Ações ou quotas; (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas, (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, (f) níveis de endividamento e características das dívidas, (g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 e aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido proveniente, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos e, em menor proporção, da prestação de serviços de secagem de arroz a produtores de arroz no Brasil e nos demais países da América Latina onde atuamos. Embora acreditemos obter, nos últimos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter nossa liquidez, (ii) modernizar nossas plantas, e (iii) crescer organicamente.

Informam também que a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante) em 31 de maio de 2017 totalizou R\$1.398,6 milhões. Em 28 de fevereiro de 2017, a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.657,3 milhões. Em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 dívida bruta era de R\$1.490,2 milhões e R\$1.294,4 milhões, respectivamente.

Em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016, 28 de fevereiro de 2017 e 31 de maio de 2017, nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 1,82, 1,76, 1,69 e 1,53, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrados em 31 de maio de 2017, nosso EBITDA foi de R\$361,3 milhões, R\$422,9 milhões, R\$547,0 milhões e R\$127,3 milhões, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento acima expostos, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e dos países onde atuamos.

b) estrutura de capital

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 31 de maio de 2017, era composta de 34,0% de capital próprio e 66,0% de capital de terceiros, o que os Diretores da Companhia consideram um índice de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

alavancagem adequado para a natureza das atividades desenvolvidas. Em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, a estrutura de capital era composta de 35,0%, 38,1% e 35,5% de capital próprio, e 65,0%, 61,9% e 64,5% de capital de terceiros, respectivamente. A participação do capital de terceiros é resultante da divisão do capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e passivo não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo ativo total (saldo do ativo total apresentado no balanço patrimonial). A predominância de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da nossa opção de financiar o nosso crescimento com capital de terceiros, de forma a maximizar o nosso valor.

Em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016, 28 de fevereiro de 2017 e 31 de maio de 2017, nosso patrimônio líquido totalizou, respectivamente, R\$1.143,8 milhões, R\$1.426,4 milhões, R\$1.360,7 milhões e R\$1.341,5 milhões. Nas mesmas datas, nossa dívida líquida, calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante, menos a soma de (a) caixa e equivalentes à caixa; (b) aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante; e (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante, totalizou, respectivamente, R\$898,6 milhões, R\$998,1 milhões, R\$1.013,7 milhões e R\$1.074,8 milhões.

Os Diretores da Companhia acreditam que a situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

Os Diretores da Companhia acreditam que, nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, a nossa estrutura de capital tem se mostrado adequada para fazer frente aos nossos investimentos e as nossas obrigações, caso, no entanto, enfrentemos mudanças no nosso plano de crescimento ou em nossa capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016, 28 de fevereiro de 2017 e 31 de maio de 2017, nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 1,82, 1,76, 1,69 e 1,53, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrados em 31 de maio de 2017, nosso EBITDA foi de R\$361,3 milhões, R\$422,9 milhões, R\$547,0 milhões e R\$127,3 milhões, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Ademais, nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e no período dos três meses encerrado em 31 de maio de 2017, nossa alavancagem financeira, em termos de dívida líquida/EBITDA, foi de 2,5 vezes, 2,4 vezes, 1,9 vezes e 2,0 vezes (considerando o EBITDA dos últimos 12 meses), respectivamente. Os Diretores da Companhia acreditam que está possuía sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos três últimos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e que continuará a suportá-la no futuro.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Para os Diretores da Companhia, o endividamento apresentado é adequado às características dos negócios da Companhia. Os Diretores da Companhia não podem garantir, no entanto, que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendam ser

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

necessário contrair empréstimos ou emitir títulos no mercado de capitais para financiar novos investimentos e aquisições, acreditam que, atualmente, a Companhia possui capacidade para realizá-los.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossa principal fonte para investimentos em ativos não-circulantes, como equipamentos, são os financiamentos por meio do BNDES, que representaram 5,2%, 5,2%, 4,2% e 4,7% das nossas fontes de financiamento, respectivamente, em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016, 28 de fevereiro de 2017 e 31 de maio de 2017. Nossas principais fontes de financiamento para capital de giro são obtidas por meio de linhas de financiamento de curto e longo prazos oferecidos por instituições financeiras como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú, BNDES, Citibank, HSBC, BBVA, Scotiabank e Santander. Ademais, a fim de realizar melhor gestão de nosso caixa, emitimos debêntures e Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRAs) no mercado de capitais local.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos três últimos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes. Não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais podemos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, pretendemos captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Em 28 de fevereiro de 2017, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$1.657,3 milhões, dos quais R\$780,2 milhões, ou 47,1%, eram de curto prazo e R\$877,1 milhões, ou 52,9%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$342,2 milhões, ou 20,7%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

Em 31 de maio de 2017, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$1.398,6 milhões, dos quais R\$608,8 milhões, ou 43,5%, eram de curto prazo e R\$789,8 milhões, ou 56,5%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$319,7 milhões, ou 22,9%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

(i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

Empréstimos e Financiamentos

BRASIL

Cédulas de Crédito Bancário

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Cédula de Crédito Bancário nº 000050004029800- BNDES FINAME. Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário mediante repasse de recursos do FINAME com o Itaú Unibanco S.A., no montante total de R\$11,3 milhões, destinada à aquisição de equipamentos. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 6,00% ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de a alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio deste financiamento. Esta cédula está programada para vencer em 15 de dezembro de 2024.

Contratos de Câmbio e Notas de Crédito à Exportação

Contrato de Câmbio nº 000150444590. Em 19 de maio de 2017, a Companhia celebrou um contrato de câmbio com o Banco Bradesco S.A., no montante total de R\$13.120 milhões, equivalentes a US\$4,0 milhões, conforme taxa de câmbio acordada equivalente a 3,28, destinado à exportação de mercadorias. Sobre o principal deste contrato incidem juros à taxa de 4,10% ao ano, calculados sobre o valor do dólar norte-americano. Este contrato não é garantido por garantias de qualquer espécie, estando programado para vencer em 18 de julho de 2017.

Nota de Crédito à Exportação nº 21/01014-5. Em 25 de novembro de 2013, a Companhia celebrou uma nota de crédito à exportação com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R\$50,0 milhões, destinado à exportação de mercadorias. Sobre o principal deste contrato incidem juros a taxa de 106,50% do CDI ao ano. Este contrato não é garantido por garantias de qualquer espécie, e está programado para vencer em 25 de outubro de 2019.

Emissões Públicas de Debêntures

3ª Emissão de Debêntures. Em 04 de outubro de 2012, a Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (“Docelar”) realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública. A Docelar foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, ocasião na qual a emissão passou a ser a terceira emissão de debêntures da Companhia. Foram emitidas 170 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão cada uma, totalizando R\$170,0 milhões, destinados ao reforço de capital de giro e/ou à viabilização de reestruturação de capital. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), acrescidos de um *spread* exponencial de 1,3546% ao ano, base 252 dias úteis. A emissão é garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios e de conta bancária, e está programada para vencer em 04 de outubro de 2018.

4ª Emissão de Debêntures. Em 03 de julho de 2014, a Companhia realizou a sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública. Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão cada uma, totalizando R\$200,0 milhões, destinados ao reforço de capital de giro das atividades da Companhia relacionados ao agronegócio. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescidos de um *spread* de 1,30% ao ano, base 252 dias úteis. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário, e está programada para vencer em 15 de março de 2019.

Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

5ª Emissão de Debêntures. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 402.255 debêntures, sendo 213.905 debêntures na primeira série e 188.350 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$402,3 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

unitário das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 99% da Taxa DI, e sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2019 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2020. Esta emissão foi realizada para lastrear às 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 13 de dezembro de 2016. Para mais informações sobre a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, vide item 18.9 deste Formulário de Referência.

6ª Emissão de Debêntures. Em 19 de maio de 2017 a Companhia realizou sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 405.000 debêntures, sendo 238.020 debêntures na primeira série e 166.980 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$405,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 97% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 20 de julho de 2020 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 19 de julho de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 18 de julho de 2017. Para mais informações sobre a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, vide item 18.9 deste Formulário de Referência.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Contrato de Crédito com Citibank, N.A.

Em 29 de julho de 2015, a Companhia celebrou um contrato de crédito com o Citibank, N.A. no montante principal de US\$40 milhões. Sobre o principal deste contrato incidem juros à taxa de 107,5% do CDI ao ano. A data de vencimento é 31 de julho de 2017. A Companhia celebrou um contrato de câmbio *spot*, na mesma data, e, portanto, não existe exposição aos riscos inerentes de variação cambial e/ou taxas de juros no âmbito de referido contrato.

CHILE

Em 31 de maio de 2017, a Companhia mantém empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas no valor total de principal de CLP\$11.508 milhões pesos chilenos. O pagamento do principal e dos juros é feito em parcela única ou semestral. Incidem juros mensais de 0,3% para empréstimos de curto prazo e juros anuais que variam de 5,7% a 7,7% para empréstimos de longo prazo. Esses empréstimos são garantidos por fiança da Companhia.

URUGUAI

Em 31 de maio de 2017, a Companhia mantém empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias e internacionais firmados por sua subsidiária Saman, no valor total do principal acrescido de juros de US\$37.6 milhões para financiar capital de giro, leasing e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam de 2,7% a 5,5%. Esses empréstimos são garantidos por hipotecas, penhor de máquinas, marcas, sacas de arroz e fiança dos controladores da Companhia.

PERU

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de maio de 2017, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor total do principal acrescido de juros de S/143.9 milhões soles peruanos. O pagamento do principal e dos juros é feito em parcela única ou semestral. Incidem juros anuais de 5,2% para empréstimos de curto prazo e juros semestrais de 7,2% e 7,3% para empréstimos de longo prazo. Esses empréstimos são garantidos pela Costeño Alimentos S.A.C.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação das nossas dívidas está referenciado na seção 3.8 do formulário de referência (empréstimos, financiamentos e debentures circulante e não circulante).

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

BRASIL

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento de índices financeiros (conforme detalhados abaixo); (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas respectivas escrituras de emissão.

Índices Financeiros

3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

não atendimento dos seguintes índices financeiros, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens "(i)" e "(ii)" devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável. Ademais, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras, uma cópia das demonstrações financeiras e formulários de Informações, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras, uma cópia das demonstrações financeiras e formulários de Informações, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e no prazo previsto no item 7.1(a)(i) abaixo, uma cópia da declaração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários ("Índices Financeiros"):

- Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a: (a) 3,0x (três vezes) durante toda vigência da Emissão; e
- Ativo Circulante/Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez).

Os termos iniciados em letra maiúscula têm o seguinte significado:

Dívida Líquida corresponde à somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos, debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora ("Dívida Líquida");

EBITDA corresponde ao Resultado Antes dos Impostos (+) amortização e depreciação (-) despesas e receitas financeiras, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora ("EBITDA"); e

Ativo Circulante e Passivo Circulante significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil nas informações financeiras da Emissora ("Ativo Circulante" e "Passivo Circulante", respectivamente).

4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

manter os seguintes índices financeiros, salvo se o índice (f.2) abaixo for recomposto no prazo de até 6 (seis) meses contados da verificação do descumprimento, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, (ii) nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de agosto na hipótese de apuração da recomposição do índice (f.2) abaixo, e (iii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens "(i)" e "(ii)" devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável. Ademais, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta dias) após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras ou das Informações Trimestrais, conforme o caso, uma cópia das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR mencionados acima, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

obtenção de tais Índices Financeiros, e da de claração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários ("Índices Financeiros"):

- (f.1) Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,0x (três vezes); e
- (f.2) Ativo Circulante/Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez).

Os termos iniciados em letra maiúscula têm o seguinte significado:

Dívida Líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora ("Dívida Líquida");

EBITDA corresponde ao lucro (prejuízo) operacional (+) amortização e depreciação (-) receitas e despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora ("EBITDA"); e

Ativo Circulante e Passivo Circulante significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil nas informações financeiras da Emissora ("Ativo Circulante" e "Passivo Circulante", respectivamente).

5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

não manutenção do seguinte índice financeiro, o qual será anualmente apurado pela Emissora e analisado conforme procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índice Financeiro");

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos).

Para fins do disposto na alínea (i) do item 4.20.3 acima, entende-se por:

“Dívida Líquida” corresponde à somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

“EBITDA” corresponde ao [lucro (prejuízo) do período [(+) despesas com imposto de renda e contribuição social] (+) amortização e depreciação (-) receitas financeiras e (+) despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.”

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, da Camil Alimentos S.A.

não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais se não apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

“Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

“EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.”

Para informações mais detalhadas a respeito das restrições acima descritas, vide item 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.

Apesar das restrições acima descritas, não houve necessidade de a Companhia solicitar renúncias ao direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas e emissões de valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017.

Em 31 de maio de 2017, a Companhia estava em conformidade com as restrições impostas por seus instrumentos financeiros e os valores mobiliários de sua emissão.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos possuem as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: restrições quanto à venda de ativos, manutenção da proporção de dívida líquida sobre EBITDA superior a 3,0 e de ativos circulantes sobre passivos circulantes inferior a 1,0 e mudanças diretas ou indiretas no controle da Companhia.

CHILE

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento ou atraso no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos; (ii) declaração de insolvência da Companhia; (iii) atraso na concessão da fiança da Companhia; e (iv) distribuição de dividendos em montante superior a 100% do lucro do período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

URUGUAI

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Adicionalmente, os contratos obrigam a Companhia a cumprir com os seguintes índices financeiros: (i) dívida total/patrimônio líquido inferior a 2,4, sendo a dívida total a soma de todos os passivos (circulantes e não-circulantes) e o patrimônio líquido o patrimônio deduzido (a) os ativos intangíveis e (b) as dívidas de diretores e acionistas com a empresa, (ii) razão corrente superior a 1, sendo razão corrente o quociente resultante da divisão entre ativo circulante e passivo circulante, (iii) razão de cobertura do serviço de dívida superior a 1, e (iv) dívida financeira/EBITDA inferior a 3, sendo o quociente resultante de divisão do total devido a entidades financeiras nacionais e internacionais menos inversões temporárias feitas pela empresa, pelo EBITDA. Em 28 de fevereiro de 2017, data de avaliação dos índices financeiros, a companhia estava cumprindo com todos os índices requeridos.

PERU

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos ou de obrigações de pagamento perante outras instituições financeiras; (ii) caso as declarações ou documentos providenciados tenham sido imprecisos ou falsos; (iii) pedido ou começo de processo de insolvência; e (iv) disposições de patrimônio sem o prévio acordo da instituição financeira.

Adicionalmente, os empréstimos contratados com o Banco Interamericano de Finanzas possuem uma cláusula de vencimento antecipado sobre o recuso de inspeção dos ativos providenciados como garantia ou a deterioração, perda ou cessão desses ativos sem o prévio acordo do banco.

O empréstimo contratado com o Citibank possui cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) inadimplemento de qualquer afiliada, subsidiária ou fiador perante o Citibank; (ii) mudança de controle; e (iii) mudança legislativa ou política que implique um efeito material adverso.

Os empréstimos contratados com o Citibank e Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a ocorrência de um evento que invalida o contrato, a fiança ou quaisquer documentos relacionados; (ii) perda de licenças, certificados, permissões ou autorizações ou o começo de qualquer processo que possa causar um efeito material adverso ou inadimplemento das obrigações da Companhia; e (iii) subordinação do empréstimo perante qualquer empréstimo ou financiamento posterior.

Os empréstimos com o Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a perda de propriedade intelectual que possa resultar no descumprimento das obrigações da Companhia; (ii) a perda do controle da Companhia; (iii) a condenação, expropriação ou nacionalização dos ativos ou operações da Companhia ou qualquer ato que afaste a administração da Companhia; (iv) falha no pagamento dos impostos ou apólices de seguro sobre as a garantia; e (v) a distribuição de dividendos ou a recompra de ações sem o prévio acordo do banco.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contratos Relevantes

Todos os contratos financeiros e comerciais relevantes celebrados pela Companhia estão descritos neste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, todas as nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com o Bradesco, BNDES, Citibank, Brasil e Santander, conforme descrito no item 10.1 (d) acima. Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras. No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.B.V.A., Citibank, HSBC, Itaú, Santander e D.E.G. – Alemanha, no Chile, contamos com, Banco de Chile, Itaú, Estado, e no Peru contamos com, Citibank, Scotiabank e BIF.

Em 31 de maio de 2017, o montante dos financiamentos e linhas de crédito em vigor era de R\$1.026,7 milhões, dos quais já tínhamos utilizado R\$160,0 milhões.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, e ao período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 e respectivas notas explicativas.

As informações financeiras consolidadas constantes deste Formulário de Referência foram extraídas das:

- nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial, levantado em 31 de maio de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de maio de 2016 e 2017, que elaboramos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram revisadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de revisão brasileiras e internacionais.
- nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017, foram elaborados de acordo (i) com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

Demonstração de Resultado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação entre os períodos de três meses encerrados em 31 maio de 2016 e 2017

Demonstração de Resultado	Período de três meses encerrado em 31 de maio de				AH%
	2016		2017		
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços.....	1.136,2	100,0	1.225,6	100,0	7,9
Custo das vendas e serviços	(842,4)	(74,1)	(928,2)	(75,7)	10,2
Lucro bruto.....	293,9	25,9	297,4	24,3	1,2
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(128,3)	(11,3)	(133,4)	(10,9)	4,0
Despesas gerais e administrativas.....	(53,2)	(4,7)	(61,6)	(5,0)	15,8
Resultado de equivalência patrimonial	(1,0)	(0,1)	(0,9)	(0,1)	(12,2)
Outras receitas (despesas) operacionais....	(8,1)	(0,7)	4,5	0,4	(155,8)
Lucro antes das receitas e despesas					
financeiras	103,4	9,1	106,1	8,7	2,6
Despesas financeiras	(49,5)	(4,4)	(54,7)	(4,5)	10,5
Receitas financeiras.....	16,8	1,5	31,9	2,6	90,2
Resultado antes dos impostos	70,7	6,2	83,3	6,8	17,8
Imposto de renda e contribuição social					
- Corrente.....	(21,2)	(1,9)	(16,8)	(1,4)	(20,9)
Imposto de renda e contribuição social					
- Diferido.....	1,4	0,1	(5,3)	(0,4)	(490,5)
Total imposto de renda e					
contribuição social	(19,8)	(1,7)	(22,1)	(1,8)	11,3
Lucro líquido do período	50,8	4,5	61,2	5,0	20,4

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços aumentou 7,9%, ou R\$89,4 milhões, de R\$1.136,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$1.225,6 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pela redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- Segmento Alimentício Brasileiro.** A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro aumentou 15,7%, ou R\$126,5 milhões, de R\$804,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$931,0 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, aos aumentos dos volumes das vendas de arroz, feijão e açúcar, conforme descrito abaixo.

 - Arroz.** O volume das vendas de arroz aumentou 15,2%, de, aproximadamente, 145,5 mil toneladas no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para, aproximadamente, 167,7 mil toneladas no mesmo período de 2017, que, por sua vez, foi devido, principalmente, ao crescimento orgânico de nossas operações no Estado de São Paulo, que continua capturando o bom resultado da campanha de marketing veiculada ao longo da última safra de fevereiro 2016 a fevereiro 2017. Outro fator importante para esse bom resultado foi o desempenho da região nordeste, onde melhoramos a execução de nossa estratégia de vendas por meio de um aumento no envolvimento da nossa equipe de vendas na região que trabalhou para promover as nossas relações com lojas locais. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de arroz, o preço médio de venda de arroz manteve-se relativamente estável, aumentando 1,9%, de R\$2,09 por quilo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$2,13 por quilo no mesmo período de 2017.

- *Feijão.* O volume das vendas de feijão aumentou 25,0%, de, aproximadamente, 16,4 mil toneladas no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para, aproximadamente, 20,5 mil toneladas no mesmo período de 2017. O aumento no volume das vendas de feijão foi devido principalmente (i) à queda de vendas do feijão tipo carioca no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016, causada pelas intensas chuvas no período, que causaram forte redução do volume da colheita, e (ii) ao bom desempenho da marca Camil no feijão tipo carioca, que teve expressivo crescimento em todas as regiões do Brasil decorrente das melhores condições climáticas e captura da campanha de marketing veiculada pela Companhia ao longo da última safra de fevereiro 2016 a fevereiro 2017. O preço médio de venda de feijão diminuiu 24,1%, de R\$4,95 por quilo no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$3,76 por quilo no mesmo período de 2017. A diminuição no preço foi devido principalmente ao impacto negativo da quebra de safra ocorrida no ano passado que, com a redução no volume da colheita, tinha causado um aumento no preço.
- *Açúcar.* O volume das vendas de açúcar aumentou 10,5%, de, aproximadamente, 137,9 mil toneladas no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para, aproximadamente, 152,4 mil toneladas no mesmo período de 2017, devido principalmente ao bom desempenho dos produtos da marca União, que cresceram fortemente como resultado de maior disponibilidade do açúcar refinado devido a condições internacionais favoráveis ao suprimento do açúcar refinado no mercado brasileiro. Em contrapartida, o preço médio de venda de açúcar diminuiu 6,1%, de R\$2,18 por quilo no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$2,05 por quilo no mesmo período de 2017, devido principalmente ao preço internacional elevado no período anterior como reflexo do déficit mundial na produção nos principais países produtores, combinado com a recuperação da produção mundial para o período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 e consequente queda da cotação do indexador ESALQ cristal, utilizado no mercado brasileiro como referência para o preço de venda do açúcar, causada pelas condições internacionais.
- *Pescados enlatados.* O volume das vendas de pescados enlatados reduziu 3,6%, de, aproximadamente, 1.309,0 mil caixas no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para, aproximadamente, 1.261,3 mil caixas no mesmo período de 2017, devido principalmente à dificuldade de pesca de sardinha no litoral brasileiro durante o primeiro trimestre do ano que ocasionou uma queda na oferta de matéria prima, uma vez que a base de fornecedores internacionais não conseguiu suprir a demanda. Adicionalmente, o preço médio de venda de pescados diminuiu 6,4%, de R\$88,57 por caixa no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$82,92 por caixa no mesmo período de 2017, devido principalmente ao reposicionamento de preço que a Companhia implementou a partir do segundo semestre de 2016.
- *Segmento Alimentício Internacional.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional reduziu 11,2%, ou R\$37,2 milhões, de R\$331,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$294,5 milhões no mesmo período de 2017. Essa redução foi devida principalmente à desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano, e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 9,8%, 7,2%, 7,1%, e 21,6% respectivamente. Desconsiderando-se o efeito da desvalorização cambial, a receita líquida de vendas e serviços na região permaneceu estável.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos das Vendas e Serviços

Os custos das vendas e serviços aumentaram 10,2%, ou R\$85,8 milhões, de R\$842,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$928,2 milhões no mesmo período de 2017, ficando acima do aumento da receita líquida de vendas e serviços. O aumento no custo das vendas e serviços foi devido principalmente ao aumento do volume de vendas de arroz e feijão e ao aumento do custo de aquisição das matérias primas de açúcar e pescados.

Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, os custos das vendas e serviços aumentaram de 74,1% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para 75,7% no mesmo período de 2017, demonstrando uma perda da margem bruta de 1,6 pontos percentuais, principalmente devido a (i) queda de volume de venda de pescados e (ii) aumento no preço médio de aquisição das matérias primas açúcar e pescados que não foi inteiramente repassado ao preço médio de venda de açúcar e pescados que apresentou uma redução.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 1,2%, ou R\$3,5 milhões, de R\$293,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$297,4 milhões no mesmo período de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto reduziu de 25,9% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para 24,3% no mesmo período de 2017, devido principalmente à queda de margem ocorridas no açúcar e pescados.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 4,0%, ou R\$5,1 milhões, de R\$128,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$133,4 milhões no mesmo período de 2017. O aumento foi devido principalmente às operações no Segmento Alimentício Brasileiro, que tiveram um aumento das despesas de frete no valor de R\$9,9 milhões resultante do aumento do volume de vendas, parcialmente compensado pela redução de despesas de marketing no valor de R\$3,3 milhões, e pela redução de R\$1,5 milhões ocorrida no Segmento Alimentício Internacional principalmente causada pela desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano, e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 9,8%, 7,2%, 7,1%, e 21,6% respectivamente. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas reduziram de 11,3% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para 10,9% no mesmo período de 2017.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 15,8%, ou R\$8,4 milhões, de R\$53,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$61,6 milhões no mesmo período de 2017. O aumento das despesas foi devido principalmente a (i) aumento no valor de aluguéis devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal devido ao dissídio coletivo e indenizações trabalhistas, e (iii) aumento nas provisões para demandas judiciais, devido à alteração da análise de risco de possível para provável. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas representaram 4,7% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016, e 5,0% no mesmo período de 2017.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais passou de uma despesa de R\$8,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para uma receita de R\$4,5 milhões no mesmo período de 2017. No período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016, a Companhia apresentou no segmento alimentício nacional despesas no valor de R\$7,8

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões relativas a provisões para perdas de estoques relacionadas a adiantamentos a fornecedores e produtos de baixo giro, e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 tivemos R\$3,0 milhões de recuperação de créditos tributários, sendo R\$1,6 milhão de PIS e R\$1,4 milhão de ICMS.

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 2,6%, ou R\$2,7 milhões, de R\$103,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$106,1 milhões no mesmo período de 2017, como percentual da receita líquida de vendas e serviços reduziu de 9,1% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para 8,7% no mesmo período de 2017. Essa redução foi devida principalmente a pressões de custos ocorridas em açúcar e pescados.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro líquido teve uma redução de 30,3%, ou R\$9,9 milhões, de uma despesa financeira líquida de R\$32,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para uma despesa financeira líquida de R\$22,8 milhões no mesmo período de 2017. A redução nos períodos comparativos foi devida, principalmente, a (i) redução de 8,2%, ou R\$3,3 milhões, nas despesas com juros sobre empréstimos, de R\$40,7 milhões para R\$37,4 milhões, decorrente principalmente da redução da taxa média de juros no mercado, (ii) redução de R\$2,9 milhões na despesa com variação cambial devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano de 9,8%, (iii) aumento nas receitas com hedge financeiro para importações e exportações, e (iv) aumento de R\$1,5 milhão no lucro com aplicações financeiras, de R\$10,2 milhões para R\$11,7 milhões.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 17,8%, ou R\$12,5 milhões, de R\$70,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$83,2 milhões no mesmo período de 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente reduziram 20,9%, ou R\$4,4 milhões, de R\$21,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$16,8 milhões no mesmo período de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à redução da base tributável do resultado, e à tributação do lucro no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido passaram de um a receita R\$1,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016, para uma despesa de R\$5,3 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano, e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 9,8%, 7,2%, 7,1%, e 21,6% respectivamente.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido do período aumentou 20,4%, ou R\$10,4 milhões, de R\$50,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para R\$61,2 milhões no mesmo período de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

serviços, o lucro líquido aumentou de 4,5% no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016 para 5,0% no mesmo período de 2017. O aumento da margem líquida foi devido principalmente a um aumento menor das despesas de vendas comparado com o aumento na receita líquida, o aumento em outras receitas e a redução de despesas financeiras.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017

Demonstração de Resultado	Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016		Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços.....	4.228,9	100,0	4.947,7	100,0	17,0
Custo das vendas e serviços	(3.194,8)	(75,5)	(3.726,6)	(75,3)	16,6
Lucro bruto.....	1.034,1	24,5	1.221,1	24,7	18,1
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(444,4)	(10,5)	(508,7)	(10,3)	14,5
Despesas gerais e administrativas.....	(227,1)	(5,4)	(256,0)	(5,2)	12,7
Resultado de equivalência patrimonial.....	(5,7)	(0,1)	0,7	(0,0)	(112,3)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(19,8)	(0,5)	3,2	0,1	(116,2)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	337,2	8,0	460,4	9,3	36,6
Despesas financeiras	(227,9)	(5,4)	(224,9)	(4,5)	(1,3)
Receitas financeiras.....	72,0	1,7	66,9	1,4	(7,1)
Resultado antes dos impostos	181,2	4,3	302,4	6,1	66,9
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(40,9)	(1,0)	(87,0)	(1,8)	112,7
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(29,5)	(0,7)	(13,9)	(0,3)	(52,9)
Total imposto de renda e contribuição social	(70,4)	(1,7)	(100,8)	(2,0)	43,3
Lucro líquido do exercício	110,8	2,6	201,5	4,1	81,9

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,0%, ou R\$718,8 milhões, de R\$4.228,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$4.947,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pela redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- **Segmento Alimentício Brasileiro.** A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro aumentou 25,5%, ou R\$748,0 milhões, de R\$2.935,3 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$3.683,3 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento dos volumes das vendas de arroz, feijão, açúcar e pesca dos enlatados, e de seus respectivos preços médios de venda, especialmente o preço médio de venda do açúcar, conforme descrito abaixo:
 - **Arroz.** O volume das vendas de arroz aumentou 8,1%, de, aproximadamente, 554,9 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 599,6 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de arroz foi resultado do reconhecimento e força de nossas marcas com características menos *premium* que capturaram a oportunidade de mercado decorrente da demanda de consumidores por marcas diferentes de suas prediletas devido ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de arroz, o preço médio de venda de arroz aumentou 16,0%, de R\$1,97 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$2,28 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no preço médio de venda de arroz no período foi devido principalmente ao repasse que fizemos aos preços de nossos produtos do aumento do custo de compra de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

arroz, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra da safra no estado do Rio Grande do Sul, principal estado produtor de arroz em casca consumido pela Companhia.

- *Feijão.* O volume das vendas de feijão aumentou 10,6%, de, aproximadamente, 68,7 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 76,0 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de feijão foi devido principalmente ao bom desempenho de vendas do feijão tipo preto que apresentou forte crescimento em todas as regiões, como resultado da queda de vendas do feijão tipo carioca, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra de safra nos principais estados de origem da matéria prima consumida pela Companhia. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de feijão, o preço médio de venda de feijão aumentou 48,1%, de R\$3,55 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$5,26 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido ao impacto negativo da quebra de safra do feijão carioca, que é produzido unicamente no Brasil, causando assim a elevação de preços da matéria prima adquirida durante o período, que foi repassada ao preço de nossos produtos.
- *Açúcar.* O volume das vendas de açúcar aumentou 1,5%, de, aproximadamente, 545,3 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 553,3 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento no volume das vendas de açúcar foi devido principalmente aos esforços de marketing e de relacionamento com distribuidores da Companhia, apesar de uma situação difícil de suprimento. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de açúcar, o preço médio de venda de açúcar aumentou 30,7%, de R\$1,71 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$2,24 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido ao aumento do preço internacional do açúcar decorrente do déficit mundial na produção, principalmente na Índia e Tailândia, e baixa recuperação nos mercados brasileiro e europeu, combinado com a alta cotação do indexador ESALQ cristal, utilizado no mercado brasileiro como referência para o preço de venda do açúcar, causada pelas condições internacionais.
- *Pescados enlatados.* O volume das vendas de pescados enlatados aumentou 6,2%, de, aproximadamente, 6.108,4 mil caixas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para, aproximadamente, 6.487,4 mil caixas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente ao crescimento das vendas em todas as regiões decorrente do desenvolvimento bem sucedido de relacionamento com distribuidores regionais, esforços de marketing nos pontos de venda e execução de campanhas promocionais de fortalecimento das marcas nas regiões onde atuamos. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de pescados, o preço médio de venda de pescados aumentou 6,8%, de R\$78,54 por caixa no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$83,86 por caixa no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente à falta de fornecimento suficiente de peixe no mercado local que forçou os produtores de pescados enlatados a importar matéria prima, causando aumento de preço no mercado como um todo. Em que pese o aumento do preço médio de venda de pescados enlatados, não fomos capazes de repassar integralmente ao preço de nossos produtos o aumento do custo de aquisição da matéria prima devido a pressões competitivas no setor.
- *Segmento Alimentício Internacional.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional reduziu 2,3%, ou R\$29,2 milhões, de R\$1.293,6 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$1.264,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida principalmente à desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 22,1%, 16,2% e 15,5%,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

respectivamente. A receita líquida de vendas e serviços no Chile e Peru diminuíram em 4,8% e 12,9%, respectivamente, parcialmente compensada pelo aumento da receita líquida de vendas e serviços no Uruguai de 7,8%.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços aumentou 16,6%, ou R\$531,8 milhões, de R\$3.194,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$3.726,6 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 em linha com o aumento da receita líquida de vendas e serviços. O aumento no custo das vendas e serviços foi devido principalmente ao aumento no custo de aquisição das matérias primas de arroz e açúcar. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, os custos das vendas e serviços reduziram de 75,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 75,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos, principalmente o açúcar.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 18,1%, ou R\$ 187,0 milhões, de R\$1.034,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$1.221,1 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 24,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 24,7% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, devido principalmente ao aumento no volume de vendas de arroz e feijão e dos preços médios de nossos produtos, especialmente o açúcar cujas margens foram superiores aos demais produtos e compensaram o aumento do custo de matérias primas.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 14,5%, ou R\$64,3 milhões, de R\$444,4 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$508,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento foi devido principalmente às operações no Segmento Alimentício Brasileiro, que tiveram aumento das despesas de (i) marketing no valor de R\$23,5 milhões para manter e aumentar a participação de mercado das nossas marcas, (ii) frete no valor de R\$19,0 milhões resultante do aumento de volume de vendas, e (iii) demais despesas gerais de vendas no valor de R\$8,6 milhões também relacionadas ao aumento de volume de vendas, tais como carga e descarga. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas representaram 10,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 e 10,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 12,7%, ou R\$28,9 milhões, de R\$227,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$256,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento das despesas foi devido principalmente a (i) aumento no valor de aluguéis de R\$7,5 milhões devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal no valor de R\$14,6 milhões devido a dissídio coletivo e indenizações trabalhistas, e (iii) aumento nas provisões para demandas judiciais no valor de R\$6,7 milhões devido à alteração da análise de risco de possível para provável. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas representaram 5,4% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 e 5,2% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

Resultado de Equivalência Patrimonial

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$5,7 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma receita de R\$0,8 milhão no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. A variação foi devida, principalmente, ao resultado advindo do processo de beneficiamento de parboilização do arroz pela subsidiária uruguaia e à apreciação do real de 22,1% em relação ao dólar norte-americano, moeda funcional do Uruguai, que afetou positivamente o resultado das operações no Uruguai, reduzindo o custo e despesas operacionais.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais passou de uma despesa de R\$19,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma receita de R\$3,2 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Em 2016 a Companhia apresentou despesas, principalmente relacionadas à venda de propriedade no Estado do Rio de Janeiro cujos equipamentos e instalações foram baixados do ativo da Companhia e mudanças nas estruturas administrativa e de vendas.

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 36,6%, ou R\$123,2 milhões, de R\$337,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$460,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 8,0% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 9,3% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido principalmente aos aumentos de preços terem compensado as pressões de custos, e ao controle de despesas.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido aumentou em 1,3%, ou R\$2,1 milhões, de R\$155,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$158,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento foi devido, principalmente, (i) a redução de 5,4%, ou R\$9,7 milhões nas despesas com juros sobre empréstimos, de R\$181,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$171,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, que, por sua vez, foi devida, principalmente, à redução da taxa média de juros no mercado ocorrida no Brasil de 14,15% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 12,15% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017, (ii) ao reconhecimento de despesas com instrumentos financeiros derivativos para o risco cambial de importações no valor de R\$19,3 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2017, (iii) redução de R\$10,1 milhões na despesa com variação cambial no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano de 22,1%, e (iv) redução nas receitas financeiras de 7,1%, ou R\$5,1 milhões, de R\$71,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$66,8 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido ao aumento no valor do lucro de aplicações financeiras de curto prazo de R\$7,4 milhões e à redução no ganho monetário relacionado a ajustes para inflação de R\$11,1 milhões, principalmente em recuperações de impostos.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 66,9%, ou R\$121,2 milhões, de R\$181,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$302,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes aumentaram 112,7%, ou R\$46,1 milhões, de R\$40,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$87,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento das adições à base tributável do resultado, e a tributação do lucro no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram 52,9%, ou R\$15,6 milhões, de uma despesa de R\$29,5 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para uma despesa de R\$13,9 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devido, principalmente, à amortização de ágio nas aquisições realizadas nos períodos anteriores.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 81,9%, ou R\$90,7 milhões, de R\$110,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$201,5 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 2,6% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para 4,1% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017. O aumento do lucro líquido foi devido principalmente ao aumento no preço médio dos produtos, sobretudo o do açúcar, somado ao ganho de eficiência nas despesas operacionais.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016

Demonstração de Resultado	Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015		Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços.....	3.675,8	100,0	4.228,9	100,0	15,0
Custo das vendas e serviços	(2.824,4)	(76,8)	(3.194,8)	(75,5)	13,1
Lucro bruto.....	851,4	23,2	1.034,1	24,5	21,5
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(402,1)	(10,9)	(444,4)	(10,5)	10,5
Despesas gerais e administrativas.....	(173,9)	(4,7)	(227,1)	(5,4)	30,6
Resultado de equivalência patrimonial	(0,3)	0,0	(5,7)	(0,1)	1.767,0
Outras receitas (despesas) operacionais.....	9,9	(0,3)	(19,8)	(0,5)	(299,9)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	285,0	7,8	337,2	8,0	18,3
Despesas financeiras.....	(204,1)	(5,6)	(227,9)	(5,4)	11,7
Receitas financeiras	75,8	2,1	72,0	1,7	(5,1)
Resultado antes dos impostos	156,8	4,3	181,2	4,3	15,6
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(16,9)	(0,5)	(40,9)	(1,0)	142,3
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(34,9)	(0,9)	(29,5)	(0,7)	(15,5)
	(51,8)	(1,4)	(70,4)	(1,7)	36,0
Lucro líquido do exercício	105,0	2,9	110,8	2,6	5,5

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços aumentou 15,0%, ou R\$553,1 milhões, de R\$3.675,8 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$4.228,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Esse aumento foi devido, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro e Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasileiro.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro aumentou 12,9%, ou R\$334,7 milhões, de R\$2.600,6 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$2.935,3 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de preço do açúcar e ao bom desempenho da categoria de pescados, conforme abaixo:

- *Arroz.* O volume das vendas de arroz aumentou 3,2%, de, aproximadamente, 537,9 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para, aproximadamente, 554,9 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, devido ao crescimento orgânico de vendas, pautado principalmente por (i) implementação de ações focadas em melhorar a execução e eficiência dos processos de venda mediante cobertura de áreas onde ainda não operávamos, uso de rotas estratégicas de entrega, novo plano de incentivo ao vendedor e revisão de política comercial, e (ii) inovação de embalagens que tornaram nossos produtos mais atrativos ao consumidor. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de arroz, o preço médio de venda de arroz aumentou 6,5%, de R\$1,85 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$1,97 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 como resultado de nova política comercial que remodelou a precificação de nossos produtos nos canais de venda, bem como do repasse do aumento do custo de aquisição da matéria prima arroz.
- *Feijão.* O volume das vendas de feijão aumentou 1,1%, de, aproximadamente, 67,9 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para, aproximadamente, 68,7 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, devido às mesmas ações implementadas para melhorar a execução e eficiência dos processos de venda acima mencionadas e inovação de embalagens dos produtos. Adicionalmente ao aumento do volume das vendas de feijão, o preço médio de venda de feijão aumentou 19,1%, de R\$2,98 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$3,55 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, devido ao aumento no custo de compra do feijão decorrente de efeitos climáticos adversos, que foi repassado aos preços de nossos produtos.
- *Açúcar.* O volume das vendas de açúcar diminuiu 7,7%, de, aproximadamente, 590,6 mil toneladas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para, aproximadamente, 545,3 mil toneladas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, devido à restrição do suprimento de açúcar refinado em virtude de condições mais favoráveis no mercado internacional à produção de açúcar bruto. Em contrapartida à diminuição no volume das vendas de açúcar, o preço médio de venda de açúcar aumentou 21,3%, de R\$1,41 por quilo no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$1,71 por quilo no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento de preços deve-se ao aumento das referências internacionais de cotação do açúcar em função do déficit mundial na produção, combinado com a restrição do suprimento de açúcar refinado resultado do aumento na produção de açúcar bruto pelas refinarias nacionais voltado à exportação.
- *Pescados enlatados.* O volume das vendas de pescados enlatados aumentou 16,4%, de, aproximadamente, 5.248,9 mil caixas no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para, aproximadamente, 6.108,4 mil caixas no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. O aumento de volume foi resultado de ações de marketing e trade marketing, principalmente na campanha de pré-quaresma (período sazonal da categoria), que tiveram o objetivo e a consequência de reposicionar as marcas Coqueiro e Pescador frente as principais concorrentes. Adicionalmente ao volume das vendas de pescados, o preço médio de venda de pescados manteve-se relativamente estável, tendo aumentado 0,3%, seguindo a tendência do mercado durante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

o período, de R\$78,28 por caixa no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$78,54 por caixa no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

- *Segmento Alimentício Internacional.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 20,3%, ou R\$21 8,4 milhões, de R\$1.075,2 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$1.293,6 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. O crescimento no segmento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços do Uruguai, Chile e Peru, em 2,0%, 39,6% e 45,7% respectivamente. No Uruguai tivemos uma retração das exportações de arroz devido à queda de demanda de nossos produtos no mercado mundial devido à instabilidade dos estoques de arroz globalmente. Adicionalmente, o real sofreu uma desvalorização no período de 38,3% em relação ao dólar norte-americano, o afetou positivamente a receita no Segmento Alimentício Internacional.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços aumentou 13,1%, ou R\$370,4 milhões, de R\$2.824,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$3.194,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 devido ao aumento no volume de vendas e ao aumento do custo de aquisição das matérias primas, principalmente arroz e açúcar. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, os custos das vendas e serviços reduziram de 76,8% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para 75,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, demonstrando um aumento da margem bruta devido a nossa habilidade de efetuar um repasse superior ao custo de aquisição das matérias primas de arroz e açúcar.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 21,5%, ou R\$182,7 milhões, de R\$851,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$1.034,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 23,2% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para 24,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Tal variação foi decorrente principalmente ao aumento no preço do açúcar combinado com o aumento no volume de pescados enlatados e o repasse aos preços médios de venda de arroz e feijão do aumento do custo de aquisição das matérias primas.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 10,5%, ou R\$42,3 milhões, de R\$402,1 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$444,4 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Nas operações no Segmento Alimentício Brasileiro, houve um aumento nas despesas com vendas de 2,3%, ou R\$6,7 milhões, devido (i) principalmente à desvalorização do real frente a cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período foram de 38,3%, 22,9% e 21,3%, respectivamente, e (ii) em menor proporção, ao aumento nas despesas de marketing no valor de R\$8,3 milhões para manter e aumentar a participação de mercado das nossas marcas. O aumento nas despesas com vendas foi parcialmente compensado pela redução dos custos de frete no valor de R\$5,0 milhões, devido a uma melhor eficiência no transporte de nossas cargas. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços essas despesas com vendas representaram 10,9% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 e 10,5% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

Despesas Gerais e Administrativas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas gerais e administrativas aumentaram 30,6%, ou R\$53,2 milhões, de R\$173,9 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$227,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Nas operações no Segmento Alimentício Brasileiro, houve um aumento das despesas gerais e administrativas de 35,1%, ou R\$44,7 milhões, devido principalmente ao aumento das despesas de pessoal no valor de R\$26,3 milhões, motivado (i) pela adição de funcionários no quadro de pessoal, (ii) pelo dissídio coletivo e indenizações trabalhistas, e (iii) pelo aumento de gastos com assessorias e consultorias jurídicas, tributárias e de negócios. Nas operações no Segmento Alimentício Internacional, as despesas gerais e administrativas foram impactadas pela desvalorização do real frente a cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período foram de 38,3%, 22,9% e 21,3%, respectivamente. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas representaram 4,7% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 e 5,4% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial teve um aumento de despesa de R\$0,3 milhão no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para uma despesa de R\$5,7 milhões, no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse resultado foi determinado principalmente pelo prejuízo nas operações de venda de energia, a partir da casca do arroz, no Uruguai, e à desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, de 41,1%, que afetou negativamente o resultado das operações no Uruguai, aumentando o custo e despesas operacionais.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 passou de uma receita de R\$9,9 milhões para uma despesa de R\$19,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Em 2016 a Companhia apresentou despesas, principalmente relacionadas à venda de propriedade no Estado do Rio de Janeiro cujos equipamentos e instalações foram baixados do ativo da Companhia e mudanças nas estruturas administrativa e de vendas. Em contrapartida, em fevereiro de 2015, o resultado positivo foi devido, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS.

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas despesas financeiras aumentou 18,3%, ou R\$52,2 milhões, de R\$285,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$337,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, como percentual da receita líquida de vendas e serviços aumentou de 7,8% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para 8,0% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido principalmente aos aumentos de preços terem compensado as pressões de custos, e ao controle de despesas, que foi parcialmente compensado pela variação em outras receitas e despesas operacionais.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido aumentou em 21,6%, ou R\$27,6 milhões, apresentando uma despesa de R\$128,3 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 e de R\$155,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. O aumento foi devido, principalmente, (i) ao aumento de 11% nas despesas com juros sobre empréstimos, ou R\$17,9 milhões, de R\$163,2 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$181,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, que, por sua vez, foi devida, principalmente, ao aumento de 15,1% na dívida bruta, conforme apresentado na seção 3.8 do formulário de referência, de R\$1.294,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$1.490,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

fevereiro de 2016, principalmente para gestão de capital de giro; (ii) ao aumento de R\$ 14,2 milhões na despesa com variação cambial no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016, devido à desvalorização do real frente ao dólar norte-americano de 38,3%; (iii) à redução de R\$7,1 milhões nas despesas de perda monetária relacionada a ajustes para inflação; e (iv) pela redução de receitas financeiras no valor de R\$3,8 milhões.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado operacional antes dos impostos aumentou 15,6%, ou R\$24,4 milhões, de R\$156,8 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$181,2 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente aumentaram 142,3%, ou R\$24,0 milhões, de R\$16,9 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$40,9 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento das adições à base tributável do resultado, e a tributação do lucro no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram 15,5%, ou R\$5,4 milhões, de R\$34,9 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$29,5 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à amortização do ágio fiscal.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 5,5%, ou R\$5,8 milhões, de R\$105,0 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para R\$110,8 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 devido principalmente ao aumento da margem bruta, compensado parcialmente pelo efeito negativo na variação em outras receitas (despesas) operacionais e despesas financeiras líquidas. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido reduziu de 2,9% no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 para 2,6% no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

Balanço Patrimonial

Comparação entre as posições em 28 de fevereiro de 2017 e 31 de maio de 2017

Balanço Patrimonial	Em 28 de fevereiro de 2017		Em 31 de maio de 2017		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	139,7	3,6	268,6	6,8	92,3
Aplicações financeiras	470,7	12,3	21,8	0,6	(95,4)
Contas a receber	676,7	17,7	602,9	15,3	(10,9)
Estoques	953,9	24,9	1.438,3	36,5	50,8
Instrumentos Financeiros	0,6	0,0	-	-	(100,0)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos a recuperar	75,7	2,0	73,9	1,9	(2,5)
Partes relacionadas	10,2	0,3	17,1	0,4	67,5
Outros créditos	41,1	1,1	56,6	1,4	37,6
Despesas do exercício seguinte	11,2	0,3	10,2	0,3	(9,4)
Total do ativo circulante	2379,8	62,1	2489,3	63,1	4,6
Não circulante					
Aplicações financeiras	32,6	0,9	33,5	0,8	2,8%
Impostos a recuperar	1,9	0,0	1,7	0,0	(7,7)
Estoques	9,8	0,3	8,1	0,2	(16,6)
Depósitos judiciais	9,2	0,2	8,2	0,2	(11,3)
Outros créditos	9,5	0,2	7,7	0,2	(18,5)
	62,9	1,6	59,3	1,5	(5,8)
Investimentos	27,3	0,7	27,6	0,7	1,4
Imobilizado	797,7	20,8	802,7	20,3	0,6
Intangível	562,9	14,7	566,0	14,3	0,6
Total do ativo não circulante	1.450,8	37,9	1.455,6	36,9	0,3
Total do ativo	3.830,6	100,0	3.944,9	100,0	3,0

Balço Patrimonial	Em 28 de fevereiro de 2017		Em 31 de maio de 2017		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	467,9	12,2	804,4	20,4	71,9
Instrumentos financeiros	-	-	0,4	0,0	100,0
Empréstimos e financiamentos	634,1	16,6	432,6	11,0	(31,8)
Debêntures	146,1	3,8	175,8	4,5	20,3
Partes relacionadas	4,5	0,1	4,2	0,1	(7,0)
Obrigações sociais	37,9	1,0	43	1,1	13,5
Impostos a recolher	34,8	0,9	30,6	0,8	(12,0)
Provisão para férias e encargos	27,4	0,7	36,2	0,9	31,9
Programa de parcelamento especial	9,8	0,3	10,2	0,3	4,4
Outras contas a pagar	47,9	1,3	86,2	2,2	80,0
Total do passivo circulante	1.410,4	36,8	1.623,7	41,2	15,1
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	262,7	6,9	258,7	6,6	(1,5)
Debêntures	614,4	16,0	531,1	13,5	(13,6)
Programa de parcelamento especial	50,7	1,3	48,7	1,2	(4,1)
Imposto de renda diferido	99,9	2,6	105,9	2,7	6,0
Provisão para demandas judiciais	31,5	0,8	35,1	0,9	11,4
Outras contas a pagar	0,2	0,0	0,2	0,0	5,8
Total do passivo não circulante	1.059,5	27,7	979,8	24,8	(7,5)
Total do patrimônio líquido	1.360,7	35,5	1.341,5	34,0	(1,4)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.830,6	100,0	3.944,9	100,0	3,0

Ativo Circulante**Caixa e Equivalentes de Caixa**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 92,3% ou R\$128,9 milhões, passando de R\$139,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$268,6 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente: (i) pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no período de três meses findos em 31 de maio de 2017; (ii) pelo aumento por aplicações financeiras de liquidez imediata no valor de R\$449,0 milhões compensados pelas, (iii) liquidação de empréstimos (líquido da captação) no valor de R\$242,4 milhões e juros pagos sobre empréstimos de R\$63,9 milhões no período de três meses findos em 31 de maio de 2017, e (iv) dividendos distribuídos e pagos no valor de R\$100,0 milhões no período de três meses findos em 31 de maio de 2017.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 95,4% ou R\$448,9 milhões, passando de R\$470,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$21,8 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao resgate de parte do saldo das aplicações financeiras e posterior aplicação em outras aplicações de liquidez imediata, conforme explicado no item anterior, bem como para quitar saldo de fornecedores de nossas principais matérias primas de açúcar e arroz.

Contas a Receber de Clientes

O contas a receber de clientes reduziu 10,9 % ou R\$73,8 milhões, passando de R\$676,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$602,9 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, em função do aumento de vendas de grãos e açúcar no período de três meses findo em 31 de maio de 2017, se comparado ao mesmo período do ano anterior, os quais possuem prazo médio de recebimento menor que os demais produtos comercializados pela Companhia.

Estoques

O saldo da conta estoques aumentou 50,8% ou R\$484,4 milhões, passando de R\$953,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$1.438,3 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à compra antecipada da safra de arroz dos produtores, no Chile e Uruguai, em contrapartida ao saldo de fornecedores e à apreciação do dólar norte-americano e do novo sol peruano frente ao real, cujas apreciações no período foram de 4,7%, e 4,0% respectivamente.

Impostos a Recuperar

O saldo da conta impostos a recuperar reduziu 2,5% ou R\$1,8 milhões, passando de R\$75,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$73,9 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, em função da utilização de saldos credores de PIS e COFINS para compensação do valor a pagar de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Partes Relacionadas

O saldo de partes relacionadas aumentou 67,5% ou R\$6,9 milhões, passando de R\$10,2 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$17,1 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido principalmente ao aumento dos alugueis no Brasil com partes relacionadas e ao aumento das transações de Saman no Uruguai com as suas coligadas na prestação de serviços de parboilização de arroz e fornecimento de energia.

Outros Créditos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de outros créditos aumentou 37,6% ou R\$15,5 milhões, passando de R\$41,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$56,6 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, a valores antecipados a produtores no Uruguai relacionados ao preparo da próxima safra de arroz.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

O saldo da conta aplicações financeiras aumentou 2,8%, ou R\$0,9 milhão, de R\$32,6 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$33,5 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à receita financeira gerada no período.

Estoques

O saldo da conta estoques reduziu 16,6%, ou R\$1,7 milhão, de R\$9,8 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$8,1 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao recebimento de adiantamento a produtores no Brasil. Trata-se de uma prática de mercado adiantar capital de giro para produtores durante a entressafra.

Outros Créditos

O saldo da conta outros créditos reduziu 18,5%, ou R\$1,8 milhão, de R\$9,5 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$7,7 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida ao recebimento de parcelas da venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia.

Imobilizado

O saldo da conta imobilizado aumentou 0,6%, ou R\$5,0 milhões, passando de R\$797,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$802,7 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às aquisições do período no valor de R\$15,0 milhões e à apreciação do dólar norte-americano e do novo sol peruano frente ao real, cujas apreciações no período foram de 4,7%, e 4,0% respectivamente, parcialmente compensadas pelas depreciações no valor de R\$19,6 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores aumentou 71,9% ou R\$336,5 milhões, passando de R\$467,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$804,4 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à compra antecipada da safra de arroz dos produtores, no Chile e Uruguai, em linha com o aumento observado do saldo de estoques classificado no ativo circulante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos reduziram 31,8% ou R\$201,5 milhões, passando de R\$634,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$432,6 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução ocorreu, principalmente, em função dos pagamentos de empréstimos de capital de giro da Companhia, dos quais 73% atrelados ao real e 27% a outras moedas.

Debêntures

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As debêntures aumentaram 20,3% ou R\$29,7 milhões, passando de R\$146,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$175,8 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido às atualizações dos valores principais e às transferências de parcelas de longo prazo para curto prazo, parcialmente compensadas pelos pagamentos ocorridos no período. Não houve novas emissões no período pela Companhia.

Obrigações Sociais

As obrigações sociais aumentaram 13,5% ou R\$5,2 milhões, passando de R\$37,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$43,1 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido principalmente ao complemento de R\$4,4 milhões nas provisões de bônus e participação nos resultados.

Impostos a Recolher

Os impostos a recolher reduziram 12,0% ou R\$4,2 milhões, passando de R\$34,8 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$30,6 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, aos saldos credores de ICMS e PIS e COFINS relacionados às aquisições de matérias primas ocorridas no período de três meses findo em 31 de maio de 2017 que foram utilizados para compensação do saldo de impostos a recolher.

Provisão para Férias e Encargos

A provisão para férias e encargos aumentou 31,9% ou R\$8,8 milhões, passando de R\$27,4 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$36,2 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao complemento de provisão de férias relacionado aos novos períodos aquisitivos.

Outras Contas a Pagar

As contas a pagar aumentaram 80,0% ou R\$38,3 milhões, passando de R\$47,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$86,2 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às provisões com gastos relacionados ao início da safra de arroz no Chile e no Uruguai.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos reduziram 1,5% ou R\$4,0 milhões, passando de R\$262,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$258,7 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida à transferência de parcelas de longo prazo para o curto prazo, das quais 63% atreladas ao real e 37% a outras moedas.

Debêntures

As debêntures reduziram 13,6% ou R\$83,3 milhões, passando de R\$614,4 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$531,1 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida à transferência de parcelas de longo prazo para curto prazo e parcialmente compensadas pelas atualizações dos valores principais. Não houve novas emissões no período pela Companhia.

Programa de Parcelamento Especial

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O programa de parcelamento especial reduziu 4,1% ou R\$2,0 milhões, passando de R\$50,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$48,7 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida à transferência de parcelas de longo prazo para curto prazo, parcialmente compensadas pelas atualizações dos valores principais. Não houve novos parcelamentos no período pela Companhia.

Imposto de Renda Diferido

O saldo da conta imposto de renda diferido aumentou 6,0% ou R\$6,0 milhões, passando de R\$99,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$105,9 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido principalmente às diferenças geradas entre ágios fiscais e contábeis advindos das aquisições da Femepe, Canadá, e Docelar.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 11,4% ou R\$3,6 milhões, passando de R\$31,5 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$35,1 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido ao complemento de provisões relacionadas às demandas trabalhistas e cíveis.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$19,2 milhões. Tal variação ocorreu principalmente:

- pelo saldo das reservas de lucros que reduziu 7,9%, ou R\$37,7 milhões, passando de R\$479,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$442,0 milhões em 31 de maio de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, pela distribuição de dividendos no valor de R\$100,0 milhões, compensada parcialmente pela constituição da reserva de lucros a distribuir e constituição da reserva legal ocorrida no período de três meses findo em 31 de maio de 2017.
- pelo ajuste de avaliação patrimonial que aumentou 6,2%, ou R\$18,5 milhões, de R\$299,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017 para R\$318,2 milhões em 31 de maio de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à variação cambial sobre investimentos no exterior registrada no período de três meses findo em 31 de maio de 2017 no valor de R\$19,6 milhões, relativa à apreciação do dólar norte-americano, do peso chileno e do novo sol peruano frente ao real, cujas apreciações no período foram de 4,7%, 0,7% e 4,0%, respectivamente, parcialmente compensada pela realização da depreciação do valor justo, líquido de impostos no valor de R\$1,1 milhões.

Comparação entre as posições em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017

Balanco Patrimonial	Em 29 de fevereiro de 2016		Em 28 de fevereiro de 2017		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	441,4	11,8	139,7	3,6	(68,4)
Aplicações financeiras.....	50,7	1,4	470,7	12,3	828,4
Contas a receber de clientes.....	615,0	16,4	676,7	17,7	10,0
Estoques.....	857,6	22,9	953,9	24,9	11,2
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	0,0	0,6	0,0	100,0
Impostos a recuperar.....	117,7	3,1	75,7	2,0	(35,7)
Partes relacionadas.....	23,6	0,6	10,2	0,3	(56,8)
Outros créditos.....	75,7	2,0	41,1	1,1	(45,7)
Despesas do exercício seguinte.....	9,2	0,2	11,2	0,3	21,7
Total do ativo circulante.....	2.190,8	58,5	2.379,8	62,1	8,6
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras.....	0,1	0,0	32,6	0,9	n.a
Impostos a recuperar.....	3,5	0,1	1,9	0,0	(45,7)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Partes relacionadas	7,2	0,2	-	0,0	(100,0)
Estoques	17,0	0,5	9,8	0,3	(42,4)
Depósitos judiciais	4,9	0,1	9,2	0,2	87,8
Outros créditos	6,0	0,2	9,5	0,2	58,3
	<u>38,7</u>	<u>1,0</u>	<u>62,9</u>	<u>1,6</u>	<u>62,5</u>
Investimentos	20,9	0,6	27,3	0,7	30,6
Imobilizado	897,6	24,0	797,7	20,8	(11,1)
Intangível	593,8	15,9	562,9	14,7	(5,2)
Total do ativo não circulante.....	1.551,0	41,5	1.450,8	37,9	(6,5)
Total do ativo	3.741,8	100,0	3.830,6	100,0	2,4

Balço Patrimonial	Em 29 de fevereiro de 2016		Em 28 de fevereiro de 2017		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	460,6	12,3	467,9	12,2	1,6
Empréstimos e financiamentos	367,8	9,8	634,1	16,6	72,4
Debêntures.....	209,1	5,6	146,1	3,8	(30,1)
Partes relacionadas	7,6	0,2	4,5	0,1	(40,8)
Obrigações sociais	35,9	1,0	37,9	1,0	5,6
Impostos a recolher	54,0	1,4	34,8	0,9	(35,6)
Provisão para férias e encargos.....	24,6	0,7	27,4	0,7	11,4
Programa de parcelamento especial.....	10,0	0,3	9,8	0,3	(2,0)
Outras contas a pagar.....	74,0	2,0	47,9	1,3	(35,3)
Total do passivo circulante.....	1.243,6	33,2	1.410,4	36,8	13,4
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	578,5	15,5	262,7	6,9	(54,6)
Debêntures.....	334,8	8,9	614,4	16,0	83,5
Programa de parcelamento especial.....	55,8	1,5	50,7	1,3	(9,1)
Imposto de renda diferido.....	87,7	2,3	99,9	2,6	13,9
Provisão para demandas judiciais	14,8	0,4	31,5	0,8	112,8
Outras contas a pagar.....	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0
Total do passivo não circulante	1.071,7	28,6	1.059,5	27,7	(1,1)
Total do patrimônio líquido	1.426,4	38,1	1.360,7	35,5	(4,6)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.741,8	100,0	3.830,6	100,0	2,4

Ativo Circulante**Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa reduziu 68,4% ou R\$301,7 milhões, passando de R\$441,4 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$139,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia; (ii) pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017; (iii) pelo resgate de parte do saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata e sua aplicação em aplicações financeiras que possuem cláusulas de carência de liquidez; (iv) captação de empréstimos (líquido da liquidação) no valor de R\$196,0 milhões e juros pagos sobre empréstimos no valor de R\$157,6 milhões no exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, e (iii) dividendos distribuídos e pagos no valor de R\$156,7 milhões no exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 828,4% ou R\$420,0 milhões, passando de R\$50,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$470,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à captação de recursos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

por meio de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no decorrer do exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, ao aumento da geração de caixa pela Companhia e às aplicações realizadas no período conforme informado no item anterior.

Contas a Receber de Clientes

O contas a receber de clientes aumentou 10,0% ou R\$61,7 milhões, passando de R\$615,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$676,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de 17% ocorrido na receita líquida de vendas e serviços, e a manutenção dos prazos médios de recebimento ao longo do exercício.

Estoques

Os estoques aumentaram 11,2% ou R\$96,3 milhões, passando de R\$857,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$953,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de estoques estratégicos no Brasil: (i) relacionados a formação de estoques de segurança em pescados devido a safra de sardinha (período permitido da pesca); e (ii) aquisição de matéria-prima do arroz aproveitando as oportunidades de mercados advindas do início da safra do arroz, parcialmente compensado pela redução do prazo médio de estoque e pela desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 22,1%, 16,2% e 15,8%, respectivamente.

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar reduziram 35,7% ou R\$42,0 milhões, passando de R\$117,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$75,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à utilização de créditos de PIS e COFINS para compensação de tributos federais a pagar.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas reduziram 56,8% ou R\$13,4 milhões, passando de R\$23,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$10,2 milhões em 28 de fevereiro de 2017, em consequência da baixa dos adiantamentos efetuados na safra anterior pela Saman para suas coligadas no Uruguai.

Outros Créditos

Os outros créditos reduziram 45,7% ou R\$34,6 milhões, passando de R\$75,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$41,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à baixa de adiantamentos a fornecedores e a recebimentos de parcelas da venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram R\$32,5 milhões, passando de R\$0,1 milhão em 29 de fevereiro de 2016 para R\$32,6 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do saldo de aplicações no Brasil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estoques

Os estoques reduziram 42,4% ou R\$7,2 milhões, passando de R\$17,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$9,8 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à baixa de adiantamentos a produtores realizada durante o período. Trata-se de uma prática de mercado adiantar capital de giro para os produtores durante a entressafra.

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 58,3% ou R\$3,5 milhões, passando de R\$6,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$9,5 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao parcelamento de venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 30,6% ou R\$6,4 milhões, passando de R\$20,9 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$27,3 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do resultado de equivalência patrimonial na coligada Saman, que possui investimentos em empresas no Uruguai.

Imobilizado

O imobilizado reduziu 11,1% ou R\$99,9 milhões, passando de R\$897,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$797,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, a: (i) desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos dos ativos imobilizados desses países das controladas; e (ii) Cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado no valor líquido de R\$19,7 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 1,6% ou R\$7,3 milhões, passando de R\$460,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$467,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de estoques estratégicos no Brasil: (i) relacionados a formação de estoques de segurança em pescados devido a safra de sardinha (período permitido da pesca); e (ii) aquisição de matéria do arroz aproveitando as oportunidades de mercados advindas do início da safra do arroz, parcialmente compensado pela redução do prazo médio de pagamento dos fornecedores e desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram 72,4% ou R\$266,3 milhões, passando de R\$367,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$634,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às transferências das parcelas vincendas da rubrica de empréstimos e financiamentos de longo prazo para o curto prazo.

Debêntures

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo da conta debêntures reduziu 30,1% ou R\$63,0 milhões, passando de R\$209,1 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$146,1 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida a liquidação de debêntures não conversíveis em ações emitidas em 20 de janeiro de 2012, cujo último pagamento ocorreu em 19 de janeiro de 2017.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas reduziu 40,8%, ou R\$3,1 milhões, passando de R\$7,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$4,5 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida a liquidação de parte do saldo da contracorrente com as controladas no Uruguai.

Impostos a Recolher

Os impostos a recolher reduziram 35,6% ou R\$19,2 milhões, passando de R\$54,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$34,8 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao aumento dos créditos fiscais decorrentes do aumento do volume de compras da Companhia que foram utilizados para compensar os impostos a recolher.

Outras Contas a Pagar

O contas a pagar reduziu 35,3% ou R\$26,1 milhões, passando de R\$74,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$47,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação no exercício social corrente, do saldo que a Companhia tinha à pagar referente à aquisição da Coqueiro e à desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta empréstimos e financiamentos reduziu 54,6% ou R\$315,8 milhões, passando de R\$578,5 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$262,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência de parcelas vincendas para a rubrica de empréstimos e financiamentos do curto prazo.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou 83,5% ou R\$279,6 milhões, passando de R\$334,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$614,4 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido às captações ocorridas em 23 de novembro de 2016 por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, no montante de R\$402,3 milhões, compensado parcialmente com as parcelas vincendas transferidas para a rubrica de debêntures do curto prazo.

Programa de Parcelamento Especial

O saldo da conta programa de parcelamento especial reduziu 9,1%, ou R\$5,1 milhões, passando de R\$55,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$50,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, às transferências das parcelas vincendas para a rubrica programa de parcelamento especial do curto prazo.

Imposto de Renda Diferido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo da conta imposto de renda diferido aumentou 13,9%, ou R\$12,2 milhões, passando de R\$87,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$99,9 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às diferenças entre ágio fiscal e ágio contábil.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 112,8% ou R\$16,7 milhões, passando de R\$14,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$31,5 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à constituição de provisão referente a uma ação cível no valor de R\$12,7 milhões.

Patrimônio Líquido

O capital social aumentou 10,2% ou R\$54,0 milhões, passando de R\$527,4 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$581,4 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$73,7 milhões, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco S.A. (“WP”) e 1.211.485 ações foram subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R\$19,8 milhões, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R\$581,4 milhões, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de 7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos S.A. em 1º de agosto de 2016, constante do certificado de mesmo número (o “Bônus de Subscrição”).

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 11,4% ou R\$48,9 milhões, passando de R\$430,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$479,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017 parcialmente compensado pela distribuição de dividendos realizada no referido exercício.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial reduziu 36,0% ou R\$168,5 milhões, passando de R\$468,2 milhões em 29 de fevereiro de 2016 para R\$299,7 milhões em 28 de fevereiro de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao efeito da desvalorização cambial frente ao real sobre investimentos no exterior no valor de R\$164,5 milhões.

Comparação entre as posições em 28 de fevereiro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanco Patrimonial	Em 28 de fevereiro de 2015		Em 29 de fevereiro de 2016		AH%
	R\$ milhões	AV %	R\$ milhões	AV %	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	244,0	7,5	441,4	11,8	80,9
Aplicações financeiras.....	134,8	4,1	50,7	1,4	(62,4)
Contas a receber de clientes.....	575,3	17,6	615,0	16,4	6,9
Estoques.....	645,0	19,8	857,6	22,9	33,0
Impostos a recuperar.....	122,8	3,8	117,7	3,1	(4,2)
Partes relacionadas.....	13,4	0,4	23,6	0,6	76,1
Outros créditos.....	33,2	1,0	75,7	2,0	128,0
Despesas do exercício seguinte.....	9,3	0,3	9,2	0,2	(1,1)
Total do ativo circulante.....	1.777,7	54,4	2.190,8	58,5	23,2
Não circulante					
Aplicações financeiras.....	16,9	0,5	0,1	0,0	(99,4)
Impostos a recuperar.....	2,8	0,1	3,5	0,1	25,0
Partes relacionadas.....	5,2	0,2	7,2	0,2	38,5
Estoques.....	-	-	17,0	0,5	100,0
Depósitos judiciais.....	5,0	0,2	4,9	0,1	(2,0)
Outros créditos.....	16,9	0,5	6,0	0,2	(64,5)
	46,8	1,4	38,7	1,0	(17,3)
Investimentos.....	20,3	0,6	20,9	0,6	3,0
Imobilizado.....	830,8	25,4	897,6	24,0	8,0
Intangível.....	590,1	18,1	593,8	15,9	0,6
Total do ativo não circulante.....	1.488,1	45,6	1.551,0	41,5	4,2
Total do ativo	3.265,8	100,0	3.741,8	100,0	14,6

Balanco Patrimonial	Em 28 de fevereiro de 2015		Em 29 de fevereiro de 2016		AH%
	R\$ milhões	AV %	R\$ milhões	AV %	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores.....	418,6	12,8	460,6	12,3	10,0
Empréstimos e financiamentos.....	167,4	5,1	367,8	9,8	119,7
Debêntures.....	172,9	5,3	209,1	5,6	20,9
Partes relacionadas.....	6,2	0,2	7,6	0,2	22,6
Obrigações sociais.....	18,3	0,6	35,9	1,0	96,2
Impostos a recolher.....	27,5	0,8	54,0	1,4	96,4
Provisão de férias e encargos.....	24,0	0,7	24,6	0,7	2,5
Programa de parcelamento especial.....	10,2	0,3	10,0	0,3	(2,0)
Dividendo a pagar.....	26,0	0,8	-	0,0	(100,0)
Títulos a pagar.....	71,2	2,2	-	0,0	(100,0)
Outras contas a pagar.....	32,8	1,0	74,0	2,0	125,6
Total do passivo circulante.....	975,1	29,9	1.243,6	33,2	27,5
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos.....	436,1	13,4	578,5	15,5	32,7
Debêntures.....	518,0	15,9	334,8	8,9	(35,4)
Programa de parcelamento especial.....	71,3	2,2	55,8	1,5	(21,7)
Imposto de renda diferido.....	56,8	1,7	87,7	2,3	54,4
Provisão para demandas judiciais.....	11,1	0,3	14,8	0,4	33,3
Outras contas a pagar.....	53,6	1,6	0,2	0,0	(99,6)
Total do passivo não circulante	1.146,9	35,1	1.071,7	28,6	(6,6)
Total do patrimônio líquido.....	1.143,8	35,0	1.426,4	38,1	24,7
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	3.265,8	100,0	3.741,8	100,0	14,6

Ativo Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 80,9% ou R\$197,4 milhões, passando de R\$244,0 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$441,4 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, às captações de empréstimos para reforço do capital de giro da Companhia e ao resgate de parte do saldo de aplicações financeiras para aplicações financeiras de liquidez imediata, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, no decorrer do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016.

Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras reduziu 62,4% ou R\$84,1 milhões, passando de R\$134,8 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$50,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida ao resgate de parte do saldo de aplicações financeiras para aplicações de liquidez imediata, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, em função da necessidade de capital de giro pela Companhia, conforme mencionado no item anterior.

Contas a Receber de Clientes

O contas a receber de clientes aumentou 6,9% ou R\$39,7 milhões, passando de R\$575,3 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$615,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de 15,0% ocorrido na receita líquida de vendas e serviços, e (ii) pela desvalorização no período de 38,3% em relação ao dólar norte-americano que afetou positivamente a receita no Segmento Alimentício Internacional, parcialmente compensado por uma redução nos prazos médios de recebimento, em função da variação do *mix* de categorias de produtos e negociações com principais clientes e produtos comercializados pela Companhia e pela retração de vendas no Uruguai.

Estoques

Os estoques aumentaram 33,0% ou R\$212,6 milhões, passando de R\$645,0 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$857,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento dos estoques no Uruguai causado pela retração nas exportações de arroz e pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, de 38,3% entre 28 fevereiro de 2015 e 29 fevereiro de 2016, impactando os saldos de estoques das empresas controladas.

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar reduziram 4,2% ou R\$5,1 milhões, passando de R\$122,8 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$117,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à utilização de créditos para compensações de tributos federais.

Partes Relacionadas

O saldo de partes relacionadas aumentou 76,1% ou R\$10,2 milhões, passando de R\$13,4 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$23,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi em consequência do saldo da conta corrente mantida com as controladas da Saman no Uruguai, em contrapartida aos serviços prestados pelas mesmas, devido, principalmente, à (i) apreciação do dólar norte-americano frente ao real, de 38,3%; e (ii) aumento dos adiantamentos efetuados necessários aos gastos com a Galofer, relativos aos serviços de fornecimento de energia.

Outros Créditos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo dos outros créditos aumentou 128,0% ou R\$42,5 milhões, passando de R\$33,2 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$75,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, a adiantamentos efetuados a fornecedores em relação ao início da safra de arroz.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 99,4% ou R\$16,8 milhões, passando de R\$16,9 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$0,1 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devido à transferência do saldo classificado no ativo não circulante para o circulante, reforçando o capital de giro da Companhia.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas aumentou 38,5%, ou R\$2,0 milhões, passando de R\$5,2 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$7,2 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi em consequência do saldo da conta corrente mantida com as coligadas da Sam an no Uruguai, causado pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, de 38,3%.

Estoques

O saldo de estoques em 28 de fevereiro de 2017 no valor de R\$17 milhões, referem-se a adiantamentos a produtores que ficaram pendentes de uma safra para a outra, ou seja, com vencimento superior a um ano.

Outros Créditos

O saldo de outros créditos reduziu 64,5% ou R\$10,9 milhões, passando de R\$16,9 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$6,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência do saldo de outros créditos classificado no ativo não circulante para o circulante referente à venda de imobilizado.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 8,0% ou R\$66,8 milhões, passando de R\$830,8 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$897,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à apreciação cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, do peso chileno e do novo sol peruano frente ao real, de 38,3%, 22,9% e 21,3% respectivamente, impactando os saldos dos ativos imobilizados desses países

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 10,0% ou R\$42,0 milhões, passando de R\$418,6 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$460,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Devido, principalmente ao aumento dos estoques no Uruguai causado pela retração nas exportações de arroz, e pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, de 38,3%.

Empréstimos e Financiamentos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os empréstimos e financiamentos aumentaram 119,7% ou R\$200,4 milhões, passando de R\$167,4 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$367,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à captação de recursos para reforço de capital de giro, dos quais 94% corresponderam à dívida denominada em real e 6% em outras moedas; e pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, de 38,3% entre 28 fevereiro de 2015 e 29 fevereiro de 2016

Debêntures

As debêntures aumentaram 20,9% ou R\$36,2 milhões, passando de R\$172,9 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$209,1 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido principalmente à apropriação de juros no período, compensado parcialmente pelos pagamentos ocorridos no exercício social findo em 28 de fevereiro de 2016.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas aumentou 22,6%, ou R\$1,4 milhões, passando de R\$6,2 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$7,6 milhões em 29 de fevereiro de 2016, devido ao aumento do saldo da contracorrente com as coligadas no Uruguai, em contrapartida aos serviços de parboilização de arroz e fornecimento de energia prestados pelas mesmas.

Obrigações Sociais

O saldo das obrigações sociais aumentou 96,2% ou R\$17,6 milhões, passando de R\$18,3 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$35,9 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao complemento da provisão do programa de participação dos funcionários no resultado da Companhia.

Impostos a Recolher

O saldo dos impostos a recolher aumentou 96,4% ou R\$26,5 milhões, passando de R\$27,5 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$54,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços da Companhia.

Títulos a pagar

O saldo de títulos a pagar em 28 de fevereiro de 2015 era de R\$71,2 milhões, relativo à aquisição da Docelar, o qual foi quitado durante o exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar aumentou 125,6% ou R\$41,2 milhões, passando de R\$32,8 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$74,0 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à constituição de provisões com gastos comerciais e administrativos, e pela transferência do saldo da dívida da aquisição da Canadá de outras contas pagar classificadas no passivo não circulante para o circulante, durante o exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou 32,7% ou R\$142,4 milhões, passando de R\$436,1 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$578,5 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à captação de recursos para reforço de capital de giro, dos quais 44% correspondem a dívida denominada em real e 56% em outras moedas.

Debêntures

As debêntures reduziram 35,4% ou R\$183,2 milhões, passando de R\$518,0 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$334,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência de parcelas vincendas para a rubrica de debêntures classificadas no passivo não circulante para o circulante, compensada parcialmente pelos juros incorridos no exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016.

Programa de Parcelamento Especial

O saldo do programa de parcelamento especial reduziu 21,7% ou R\$15,5 milhões, passando de R\$71,3 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$55,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência do saldo de programa de parcelamento especial classificado no passivo não circulante para o circulante.

Imposto de Renda Diferido

O imposto de renda diferido aumentou 54,4% ou R\$30,9 milhões, passando de R\$56,8 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$87,7 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, às diferenças entre ágio fiscal e ágio contábil relativas as aquisições da Companhia (Canadá, Femepe e Docelar).

Provisão para demandas judiciais

O saldo da conta provisão para demandas judiciais aumentou 33,3% ou R\$3,7 milhões, passando de R\$11,1 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$14,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à constituição de provisão referente a uma ação cível no valor de R\$3,3 milhões.

Outras Contas a Pagar

O saldo das outras contas a pagar reduziu 99,6% ou R\$53,4 milhões, passando de R\$53,6 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$0,2 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência do saldo das outras contas a pagar classificado no passivo não circulante para o circulante referente às aquisições da Canadá e Docelar.

Patrimônio Líquido

O saldo das reservas de lucros aumentou 34,6% ou R\$110,7 milhões, passando de R\$320,1 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$430,8 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2016 no montante de R\$ 110,8 milhões.

O ajuste de avaliação patrimonial aumentou 58,0% ou R\$171,9 milhões, de R\$296,3 milhões em 28 de fevereiro de 2015 para R\$468,2 milhões em 29 de fevereiro de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre investimentos no exterior no valor de R\$176,0 milhões.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Comparação entre os períodos de três meses encerrados em 31 de maio de 2016 e 2017

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Período de três meses encerrado em 31 de maio de		AH
	2016	2017	%
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	20,6	99,3	381,8%
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(21,0)	435,9	-2.178,8%
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(160,0)	(406,2)	154,0%

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, foi de R\$99,3 milhões, um aumento de R\$78,7 milhões quando comparado com o montante de R\$20,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à redução do prazo médio de contas a receber que possibilitou uma redução na necessidade de capital de giro na comparação entre os períodos, que foi parcialmente compensada pelas variações das outras contas do ativo e passivo circulante e não circulante.

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, foi de R\$435,9 milhões, uma variação de R\$456,9 milhões quando comparado com o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$21,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à transferência de aplicações financeiras no valor de R\$461,7 milhões para o caixa da Companhia, cujos fundos foram utilizados para pagamento de empréstimos e necessidades de capital de giro.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$406,2 milhões e R\$160,0 milhões nos períodos de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 e 2016, respectivamente, com um aumento de R\$246,2 milhões, devido, principalmente, à distribuição de dividendos no valor de R\$100,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, aumento no pagamento de juros sobre empréstimos de R\$44,8 milhões no período de três meses findos em 31 de maio de 2016 para R\$ 63,9 milhões no período de três meses findos em 31 de maio de 2017, e um aumento na liquidação de empréstimo (líquido de captação de novos empréstimos) no montante de R\$ 127,3 milhões, de R\$ 114,1 milhões no período de três meses findo em 31 de maio de 2016 para R\$ 242,4 milhões no período de três meses findos em 31 de maio de 2017.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017

	Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016	Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017	AH
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	343,2	289,6	(15,6)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(73,2)	(473,0)	546,2
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(72,6)	(118,3)	63,2

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, foi de R\$289,6 milhões e R\$343,2 milhões, respectivamente, uma redução de R\$53,6 milhões. Essa

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

redução foi devida, principalmente, às necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas ao aumento de (i) R\$138,0 milhões do contas a receber de clientes e (ii) R\$33,5 milhões nos estoques

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016 foi de R\$473,0 milhões e R\$73,2 milhões, respectivamente, com um aumento de R\$399,8 milhões devido, principalmente, a (i) maior volume de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R\$595,6 milhões, devido a um melhor desempenho operacional e maiores captações, e (ii) menor volume de adições aos investimentos no valor de R\$109,7 milhões, de R\$ 125,1 milhões no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 para R\$ 15,4 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e (iii) aumento de capital no valor de R\$73,7 milhões no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 devido à subscrição e integralização de ações pelos acionistas.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, foi de R\$118,3 milhões e R\$72,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$45,7 milhões devido, principalmente, ao maior volume de captações (líquidas de liquidações) para suprir as necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas às contas a receber e aos estoques, compensadas pelo pagamento de dividendos de R\$156,7 milhões no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2017, quando comparado ao pagamento de dividendos de R\$ 30,0 milhões no exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2016.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016

	Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015	Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016	AH %
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	452,0	343,2	(24,1)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(268,4)	(73,2)	(72,7)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(201,5)	(72,6)	(64,0)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 foi de R\$343,2 milhões e R\$452,0 milhões, respectivamente, com uma redução de R\$108,8 milhões devido, principalmente, às necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas aos aumentos nos valores dos estoques em R\$204,6 milhões, e ao aumento de outros ativos e passivos no valor de R\$5,4 milhões. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento na rentabilidade da empresa no valor de R\$101,2 milhões.

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nos exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 foi de R\$73,2 milhões, e R\$268,4 milhões, respectivamente, com uma redução de R\$195,2 milhões devido, principalmente, a uma redução no volume de aplicações financeiras no valor de R\$192,6 milhões, os quais foram transferidos para o caixa e equivalentes de caixa e principalmente para pagamentos de parcelas de aquisições e necessidades de capital de giro.

Atividades de Financiamento

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 foi de, R\$72,6 milhões e R\$201,5 milhões, respectivamente, com uma diminuição de R\$128,9 milhões, tal redução foi devida, principalmente, a captações de recursos utilizadas para pagamentos de parcelas de aquisições, investimentos em imobilizado e necessidades de capital de giro.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor. I) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Receita líquida de vendas e serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes – redes atacadistas, varejistas de alimentos, redes de *food service* e tradings – de nossos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Em menor proporção, nossa receita líquida de vendas e serviços é composta por (i) vendas de outros grãos, produtos processados, como arroz e feijão pré-preparados, bolachas de arroz, óleos vegetais, adoçantes, patês, e outros subprodutos, e (ii) geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz e prestação de serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos.

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia, no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 totalizou R\$1.225,6 milhões, comparado a R\$1.136,2 milhões no mesmo período encerrado em 31 de maio de 2016. No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia totalizou R\$4.947,3 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2015 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R\$4.228,9 milhões e R\$3.675,8 milhões, respectivamente.

Reportamos nossa receita líquida de vendas e serviços de acordo com os segmentos Alimentício Brasileiro¹ e Alimentício Internacional². No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Brasileiro representaram 74,4% e 76,0% respectivamente, da nossa receita líquida de vendas e serviços, enquanto as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Internacional representaram 25,6% e 24,0% respectivamente, da nossa receita líquida de vendas e serviços.

No Segmento Alimentício Brasileiro, uma parte substancial das vendas é realizada no mercado interno brasileiro, enquanto no Segmento Alimentício Internacional, grande parte das vendas decorre de exportações por meio de nossa subsidiária Saman. No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, as receitas decorrentes das nossas vendas para o mercado interno brasileiro representaram 98,2% e 98,3% respectivamente, da nossa receita bruta de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, comparado a receitas decorrentes de vendas internas nos países onde atuamos que representaram 66,4% e 68,6% respectivamente, da nossa receita bruta de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional para os mesmos períodos.

Nossa receita líquida de vendas e serviços decorre de nossa receita bruta de vendas, deduzida de impostos sobre vendas e devoluções e abatimentos, conforme abaixo:

Impostos sobre vendas

¹ Referências neste Formulário de Referência a “Segmento Alimentício Brasileiro” são a nossas operações no mercado brasileiro interno, bem como exportações a partir do mercado brasileiro.

² Referências neste Formulário de Referência a “Segmento Alimentício Internacional” são a nossas operações no mercado interno de cada país específico, bem como exportações a partir destes países.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Brasil

ICMS. O ICMS é um imposto de competência estadual e incide sobre a nossa receita bruta de vendas a alíquotas que variam entre 0,0% e 20 % de acordo com o tipo de produto e o Estado no qual esse produto é vendido.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de benefícios fiscais estaduais, que reduzem a carga tributária incidente sobre as operações com determinados produtos comercializados pela Companhia. De modo geral, tais benefícios fiscais decorrem da aplicação direta das legislações estaduais ou de Termos de Acordos firmados com a Secretaria da Fazenda dos Estados, que nos garantem, dentre outros benefícios, créditos mensais de ICMS equivalentes a um determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do Estado no qual mantemos esses benefícios fiscais, que atualmente são: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão. A fruição dos incentivos estaduais está, na maioria dos casos, condicionada à observância de determinados requisitos como a geração direta de empregos, realização de investimentos, manutenção de certos patamares de recolhimento de imposto, aquisição de insumos de produtores locais, desembaraço aduaneiro por meio dos portos e aeroportos do Estado concedente do benefício, dentre outros, podendo ser concedida por prazo determinado ou indeterminado. Em 08 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar n.º 160/2017, a qual tem como finalidade a conv alidação dos benefícios fiscais entre os Estados. Dessa forma, os benefícios fiscais, os quais são objetos da chamada “guerra fiscal” entre os Estados, serão reconhecidos pelos mesmos e terão seus efeitos prorrogados pelos prazos constantes na referida norma. Utilizamos nossos créditos de ICMS para abater o saldo a pagar de ICMS mensal. Nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 2016 e 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, esses créditos fiscais representaram uma redução de R\$42,1 milhões, R\$48,2 milhões, R\$56,1 milhões e R\$14,5 milhões, respectivamente, no valor que teríamos de recolher caso não fôssemos titulares desses benefícios fiscais. Isso vale também para todas as empresas do nosso setor estabelecidas nesses Estados. Os valores de créditos fiscais foram repassados para os preços de venda de nossos produtos, tendo sido proporcionalmente reduzidos pelos valores dos créditos fiscais aplicáveis.

Abaixo segue um sumário dos principais tipos de benefícios fiscais de que somos titulares e Estados onde são concedidos.

Bahia

Celebramos termo de acordo com o estado da Bahia para obtenção de um regime especial para fins de (i) redução da carga tributária de ICMS para operações internas, e (ii) aplicação de crédito presumido sobre o valor do ICMS para operações interestaduais. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Ceará

Celebramos termo de acordo com o estado do Ceará para assumir a condição de sujeito passivo por substituição tributária, ou seja, nós nos responsabilizamos pela retenção e pelo

10.2 - Resultado operacional e financeiro

recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumo final. Em geral, a base de cálculo do imposto será o valor do documento fiscal que a cobertará as entradas das mercadorias, incluídos os valores do IPI, frete e frete, seguro e outros encargos transferidos aos destinatários. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 31.12.17, podendo ser renovado anualmente.

Mato Grosso

Celebramos termo de acordo com o estado do Mato Grosso para fins de aplicação do crédito presumido sobre o valor do ICMS incidente na comercialização interestadual de mercadorias efetivamente produzidas no estabelecimento industrial localizado no referido estado. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 21.12.17. O Termo pode ser renunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou rescindido a qualquer tempo em razão da inadimplência contratual.

Pernambuco

Celebramos termos de acordo com o estado do Pernambuco para fins de assegurar a aplicação de crédito presumido de ICMS para (i) na condição de estabelecimento industrial, beneficiamento de arroz saídas interestaduais e internas e (ii) na condição de estabelecimento atacadista, crédito presumido nas saídas interestaduais. Os termos estão sujeitos a termos e condições específicas. Para a filial atacadista temos os seguintes prazos de vigência: (i) até 31.10.2017 para grãos (arroz, grão de bico, lentilha), conforme Decreto 24.836/2002, e (ii) até 31.07.2022 para soja e proteína, conforme Decreto 30.623/2007. Para estabelecimento industrial o prazo de vigência é até 31.07.2031 para processados, atuns sólidos e arroz, conforme Decreto 43.265/2016.

Rio Grande do Sul

Celebramos termo de acordo com o estado do Rio Grande do Sul para fins de usufruto dos benefícios (i) de diferimento do ICMS na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento, e (ii) da redução da base de cálculo do ICMS na saída do produto beneficiado. Os referidos benefícios são válidos para todas as filiais do estado, estão sujeitos a certos termos e condições e possuem vigência limitada a até 14.02.2020.

Ademais, a filial de Camaquã possui termos de acordo específicos celebrados com o estado que garantem a (i) aplicação de crédito presumido para produtos processados (prontos) e nas operações internas com biscoitos de arroz. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 30.12.22.

São Paulo

Fazemos uso do Crédito Outorgado de ICMS, nas operações com feijão beneficiado, e dessa forma recolhe apenas 1% (um por cento) a título de ICMS, sujeito a obrigação acessória de lavar o livro de termo de ocorrência. O benefício decorre de lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Rio de Janeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Celebramos termos de acordo com o estado do Rio de Janeiro, específico para a filial de São Gonçalo, que nos garante uso do crédito presumido de ICMS que beneficia as operações de saídas interestaduais com pescado processado. O valor do crédito presumido será o resultado da diferença entre o valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída e o valor resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos, sobre o valor total dos produtos. Ainda, as saídas internas de pescados do estabelecimento industrial, possuem redução de base de cálculo do ICMS de 100% (cem por cento). O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência limitado a até 30.09.2032.

No que tangere à filial de Santa Cruz, celebramos termo de acordo com o estado que nos concede a possibilidade de diferimento do ICMS (i) na importação de arroz e feijão importado e desembarçado pelos portos fluminenses e (ii) na aquisição na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Santa Catarina

Celebramos termos de acordo com o estado de Santa Catarina para fins de (i) uso de crédito presumido de ICMS; (ii) diferimento do ICMS na importação de bens do ativo imobilizado com desembarço no estado e na aquisição de matéria-prima, material secundário, material de embalagem, energia elétrica e outros insumos, de estabelecimento localizado no estado, para utilização em processo de industrialização; e (iii) diferimento do ICMS na importação de produtos prontos (Azeite e Sucos), e crédito presumido nas saídas internas e interestaduais dos produtos. Os referidos termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência indeterminado.

Distrito Federal

Celebramos termo de acordo com o Distrito Federal/DF em 10/12/2013 para fazer uso dos benefícios legais de redução da carga tributária nas saídas internas dos produtos onde a carga tributária do seu crédito se equipara ao percentual do débito. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Goiás

No estado de Goiás fazemos uso do benefício do crédito presumido nas saídas interestaduais, condicionado a certas obrigações. O benefício é garantido por lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Maranhão

No estado do Maranhão celebramos termos de acordo diferentes para cada filial conferindo benefícios de (i) crédito presumido de ICMS nas operações internas para a filial de São Luís, de forma que a carga tributária é equivalente a 2%, e (ii) crédito presumido de 75% sobre o valor do imposto devido pelo arroz beneficiado na filial de Itapecuru Mirim (fábrica) nas operações internas e interestaduais. Os termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência limitado a até 31.07.18 para a filial de São Luís e até 11.05.2018 para a filial de Itapecuru Mirim.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

PIS e COFINS. O PIS e a COFINS são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,0% e 1,65% (PIS), e 0,0% e 7,6% (CO FINS), respectivamente, sobre o total das receitas auferidas (observadas as deduções permitidas em lei) decorrentes da comercialização dos produtos arroz, feijão, açúcar e pescados. O regime de apuração das contribuições PIS e COFINS é baseado na não cumulatividade.

Em relação à nossa receita de vendas (observadas as deduções permitidas em lei), decorrente da comercialização de arroz, feijão e açúcar, o Governo Federal mantém reduzidas a 0,0% as alíquotas incidentes de PIS e COFINS, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 e art. 28 da Lei nº 10.865/2004. No tocante a esses produtos, a legislação tributária através do art. 17 da Lei nº 11.033/2004, prevê a manutenção de créditos fiscais gerados nas aquisições dos insumos, os quais foram utilizados na industrialização dos produtos. Como consequência, acumulamos créditos fiscais de PIS e COFINS em nossa comercialização de arroz, feijão e açúcar.

Créditos de PIS e COFINS

Sobre o volume de aquisições de matérias primas, materiais de embalagem, insumos e determinados custos industriais, seguindo a sistemática da não cumulatividade, a Companhia tem o direito de se apropriar de valores referentes a créditos de PIS e COFINS. Caso os créditos venham a superar o valor das contribuições federais PIS e COFINS incidentes sobre as vendas, ocasionando assim saldo credor das contribuições, a Companhia também poderá utilizar tais valores como objeto de compensação com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil, com exceção das contribuições previdenciárias. Historicamente, inclusive nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016 e 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, esses créditos fiscais representaram uma compensação integral, dos valores devidos a título de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, e demais tributos federais que teríamos de recolher caso não fôssemos beneficiados com o crédito de PIS e COFINS. Com isso, não efetuamos nenhum pagamento referente a esses tributos em moeda corrente do país, nos referidos períodos, tendo em vista que utilizamos os créditos fiscais acumulados de PIS e COFINS. A expectativa é de que os créditos acumulados de PIS e COFINS referentes a períodos passados irão se extinguir no exercício social findo em fevereiro de 2018. Adicionalmente, como os créditos fiscais de PIS e COFINS acumulados mensalmente são inferiores ao valor mensal estimado de impostos federais a serem recolhidos, teremos que efetuar pagamentos em moeda corrente do país de tributos federais, o que poderá causar um efeito adverso em nossa liquidez.

Internacional

No Uruguai, as vendas estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA) de 10,0% a 22,0%. No Chile, a alíquota de IVA é de 19,0% sobre as vendas. No Peru, a alíquota de IVA é de 18%. Na Argentina, a alíquota de IVA é de 21%.

Devoluções e abatimentos

As devoluções consistem dos produtos que vendemos aos nossos clientes e que nos são devolvidos em caso de avarias ou após a expiração dos respectivos prazos de validade. Os abatimentos consistem dos descontos que concedemos, caso a caso, somente aos nossos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

clientes, de acordo com negociações que se baseiam normalmente no volume de produtos vendidos, e qualidade e longevidade do relacionamento com cada cliente.

As tabelas abaixo apresentam nossa receita bruta de vendas por Segmentos Alimentício Brasileiro e Alimentício Internacional e as deduções de vendas para os períodos indicados:

(em milhares de R\$)	Nacional			Internacional		
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015
Receita bruta de vendas						
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	4.273.930	3.336.559	2.959.192	912.632	1.004.955	693.835
Vendas de mercadorias no mercado externo	77.699	124.131	88.342	461.630	417.362	451.139
	4.351.629	3.460.690	3.047.534	1.374.262	1.422.317	1.144.974
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(357.294)	(291.507)	(245.753)	(26.628)	(27.738)	(20.455)
Devoluções e abatimentos	(311.065)	(233.848)	(201.157)	(83.174)	(100.965)	(49.361)
	(668.359)	(525.355)	(446.910)	(109.802)	(128.703)	(69.816)
Receita líquida de vendas e serviços	3.683.270	2.935.335	2.600.624	1.264.460	1.293.614	1.075.158

Custos das Vendas e Serviços

Nossos custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias primas, que consistem de arroz em casca, feijão, açúcar, pescados e materiais de embalagem e auxiliar. Nosso custo com matérias primas é o custo mais representativo do nosso custo das vendas e serviços, representando 81,5% e 81,3%, respectivamente, dos nossos custos das vendas e serviços no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, no Segmento Alimentício Brasileiro. Em menor proporção, nossos custos das vendas e serviços compreendem custos relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados, e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais incluem, principalmente, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas, resultado de equivalência patrimonial e outras receitas (despesas) operacionais.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas consistem de custos com frete, *marketing* e outras despesas diretamente relacionadas com a venda dos nossos produtos.

Despesas gerais e administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas referem-se, basicamente, às despesas com pessoal, viagens, honorários e outras despesas gerais e administrativas.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado operacional proporcional a nossa participação minoritária em companhias sediadas no Uruguai:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- 1) Arrozur S.A.: Sua principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz, inclusive para a Saman;
- 2) Tacua S.A. e Agencia Marítima Sur S.A: Prestam serviços de operações portuárias, inclusive para a Saman;
- 3) Galofer S.A: Presta serviço de fornecimento de energia com a queima da casca de arroz adquirida da Saman e de outras indústrias também acionistas da Galofer;
- 4) Comisaco S.A (Comisión Mixta Saman Coopar S.A): Desempenha função de administração da concessão de obra pública chamada Represa de India Muerta que proporciona água para irrigação a produtores, entre os quais produtores vinculados a Saman.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossas outras receitas (despesas) operacionais compreendem principalmente multas contratuais pagas em nosso benefício, créditos extemporâneos de impostos e benefícios de redução de juros e multas através de programas de assistência fiscal, e despesas com reestruturações em áreas administrativas e de vendas.

Despesas financeiras, líquidas

Despesas financeiras, líquidas são a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento e variação cambial sobre transações comerciais em outras moedas. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras.

Para fins de consolidação a variação cambial afeta diretamente o nosso resultado das controladas localizadas nos países onde operamos. O resultado aumenta conforme haja uma desvalorização do real e diminui conforme haja uma valorização do real, frente de moedas dos países onde operamos na América Latina.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para IRPJ de 25% CSLL de 9%.

Imposto corrente. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Ademais, por previsão legal, o ágio contábil não pode ser amortizado, o que era uma diferença entre a base tributária e as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as regras contábeis. Essa diferença é ajustada pela contabilização de imposto de renda diferido.

a) resultados das operações do emissor. II) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado das operações é influenciado significativamente pelas variações nos preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum), os quais, por sua vez, apresentam flutuações em diferentes períodos como resultado de diversos fatores, em especial (i) demanda e produção nacional e internacional, (ii) preço internacional do açúcar e pescados, e (iii) variação cambial. Além disso, a sazonalidade das culturas, mudanças climáticas, políticas públicas de fomento às atividades rurais e de uso de fontes de energia como o etanol, conforme sua relevância, impactam indiretamente o resultado das nossas operações, conforme afetem os preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum). Dessa forma, todos os fatores mencionados anteriormente neste item participam, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, da formação do preço dos nossos produtos.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia informa que está buscando constantemente de desenvolvimento de novos produtos, especialmente produtos de maior valor agregado. Apesar disso, na data deste Formulário de Referência, nenhum produto ou serviço se encontra em fase avançada de desenvolvimento pela Companhia.

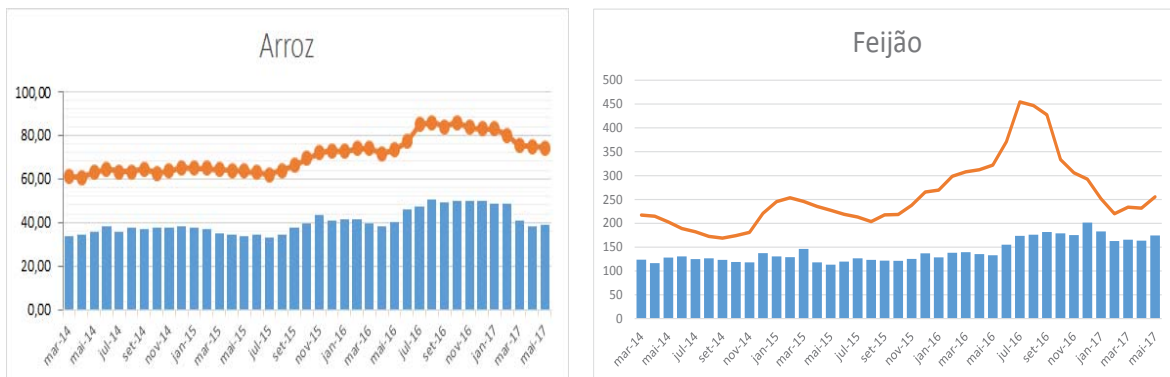
Flutuações nos preços de compra e venda de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum)

Nossos custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias primas, que consistem de arroz em casca, feijão, açúcar e pescados. Em menor proporção, nossos custos das vendas e serviços compreendem custos relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados, e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

Nosso custo com matérias primas é o custo mais representativo do nosso custo das vendas e serviços, representando 81,5% e 81,3%, respectivamente, dos nossos custos das vendas e serviços no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, no Segmento Alimentício Brasileiro.

Para o período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, 50,2% do nosso custo com matérias primas era composto por custo de compra de arroz e feijão. Conforme demonstrado pelos gráficos a seguir, historicamente, temos mantido uma correlação direta entre a variação do custo de compra de arroz e feijão e do preço de venda sob não apenas o aspecto de valor, mas também temporalmente, já que as variações no custo tendem a ser prontamente refletidas nos preços de venda. Acreditamos que isso seja devido, principalmente, à força das nossas marcas e às características de resiliência a crises econômicas do arroz e feijão.

10.2 - Resultado operacional e financeiro



Ademais, conforme demonstrado no item 10.2 (b) deste Formulário de Referência, variações dos preços de compra de arroz e feijão geralmente não afetam de forma significativa nossa margem bruta. No entanto, o valor nominal do nosso lucro bruto é mais suscetível, conforme o caso, a flutuações nos preços de arroz e feijão, resultando, consequentemente, em uma maior ou menor necessidade de capital de giro.

O restante do nosso custo de matérias primas é composto principalmente pelo custo de compra de açúcar e pescados (sardinha e atum). Quanto aos pescados enlatados, adquirimos os pescados no mercado local, porém, caso haja redução na produção local, adquirimos os pescados no mercado internacional, o que tende a aumentar a pressão no nosso custo de compra dessa matéria prima. Por vezes, não repassamos aos preços de venda dos pescados enlatados os aumentos no custo de compra dessa matéria prima devido, em parte, a nossa estratégia de continuar a ganhar participação de mercado no segmento de pescados enlatados.

No que tange ao custo de compra do açúcar, possuímos um contrato de fornecimento de longo prazo com o Fornecedor sob condições de *take-or-pay*. Para mais informações sobre esse contrato, vide item 4.1 (e) e 7.3(e) (ii). Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar nosso resultado operacional. Nosso custo de compra do açúcar baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto nosso preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ cristal como uma de suas referências. De tal sorte, dependendo da nossa capacidade de repassar os custos de nossos insumos aos nossos clientes, nosso resultado operacional poderá ser afetado.

Se não conseguirmos repassar aumentos no custo de nossas matérias primas para os nossos clientes, os nossos resultados operacionais podem sofrer um impacto adverso.

Preços internacionais

Os preços das matérias primas que compramos são denominados em reais. No entanto, o preço internacional do arroz tem influência sobre nossas exportações e o preço internacional do açúcar também afeta nossos resultados operacionais.

Preço internacional do arroz

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O preço internacional do arroz, que é determinado com base no preço do arroz tailandês, tem influência sobre nossas exportações, principalmente aquelas da Saman que têm um prêmio sobre o preço internacional de arroz. Quanto ao preço no mercado brasileiro, o efeito do preço internacional do arroz é diretamente relacionado a uma maior ou menor alocação dos nossos produtos para exportação, na medida em que o preço internacional de arroz seja menos atrativo do que os preços praticados no mercado doméstico, volumes que seriam originalmente destinados para exportação são distribuídos no mercado doméstico.

A tabela abaixo demonstra o impacto da variação do preço internacional de arroz nas exportações do Uruguai:

Exportações Uruguai	fev/15	fev/16	fev/17	mai/17
Toneladas	405,3	322,1	440,4	91,3
USD milhões	231,0	161,9	202,6	41,3
USD por tonelada	569,84	502,63	459,92	452,18

Nessa linha, acontecimentos de mercado podem influenciar de maneira significativa o preço de venda de arroz para exportação. Em 2015, o preço internacional de arroz foi o menor dos últimos três anos, chegando, a um patamar médio de US\$395 por tonelada (Thai white 100% B second grade). Em 2016, houve uma recuperação de 3% no preço, atingindo o valor de US\$407 por tonelada. O preço médio do período janeiro – maio de 2017 caiu 1% em relação ao mesmo período de 2016, passando de um preço médio de US\$401 por tonelada no período de janeiro – maio 2016 para US\$397 por tonelada no mesmo período em 2017. O gráfico abaixo demonstra a variação do preço internacional de arroz:

Preços de Exportação de Arroz														
	Bran co Taila ndês 100% B Tipo 2	Tailand ês Parboil izado 100%	Grão Longo Ameri cano Tipo 2, 4%	Taila ndês 5%	Vietna mita 5%	Urugu aio 5% ⁽¹⁾	Indi ano 25%	Paquis tanês 25%	Taila ndês 25%	Vietna mita 25%	Taila ndês AI Super ⁽²⁾	Califor niano Grão Médio Tipo 1, 4%	Basmati Paquist anês ⁽³⁾	Tailand ês Perfum ado ⁽⁴⁾
(em U.S.\$, FOB)														
2012	588	594	567	573	432	584	391	396	560	397	540	718	1.137	1.091
2013	534	530	628	518	391	598	402	371	504	363	483	692	1.372	1.180
2014	435	435	571	423	410	599	377	366	382	377	322	1.007	1.324	1.150
2015	395	392	490	386	353	541	337	318	373	334	327	857	849	1.008
2016	407	410	438	396	347	473	333	327	385	332	348	651	795	768
2016														
Maio	448	444	442	433	365	453	346	348	415	346	355	658	750	802
Junho	456	455	448	441	358	463	361	360	422	337	356	610	825	830
Julho	457	492	454	442	352	492	362	367	423	332	362	606	907	816
Agosto	435	438	448	422	343	505	337	346	409	328	367	603	863	783
Setembro	399	396	421	385	330	502	326	318	379	319	358	602	836	770
Outubro	375	383	402	369	333	484	328	309	365	317	349	579	825	739
Novembro	369	365	401	360	337	479	325	317	354	324	333	586	823	630
Dezembro	384	382	402	373	333	488	329	321	364	320	331	588	874	682
2017														
Janeiro	392	394	395	377	335	505	338	340	369	322	336	575	969	689
Fevereiro	384	392	401	367	346	510	345	344	361	326	339	571	1.029	696
Março	385	383	395	370	351	475	344	338	364	333	340	577	1.078	683
Abril	394	393	405	380	342	491	350	355	369	329	332	578	1.204	697
Maio	430	431	418	415	352	485	360	367	394	332	322	590	1.214	717
2016														
Jan – Maio	401	401	455	392	357	453	327	317	381	341	344	728	718	794
2017														
Jan – Maio	397	399	403	382	345	493	347	349	371	328	334	578	1.099	696
Variac	-1,0	0,6	-11,4	-2,7	-3,1	9,0	6,3	9,9	-2,7	-3,6	-2,9	-20,6	53,0	-12,3

10.2 - Resultado operacional e financeiro

ão (%)

Fontes: Livericeindex.com, Departamento Tailandês de Comércio Exterior (*Thai Department of Foreign Trade – DFT*) e outras fontes públicas.

(1) Arroz branco grão longo, fob fcl.

(2) Arroz branco partido.

(3) Basmati comum até maio de 2011. Super grão basmati branco 2% a partir de junho de 2011.

(4) Arroz Hom Mali, tipo A.

... não citado.

Obs.: Dados podem ter sido sujeitos a revisão devido a indisponibilidade temporária e/ou atraso na publicação das cotações semanais de preço.

Preço internacional do açúcar

O preço do açúcar no mercado brasileiro tende a acompanhar o preço internacional do açúcar determinado na Bolsa de Açúcar de Nova York. Em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do açúcar é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é misturado à gasolina vendida no mercado brasileiro e também é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço do açúcar. Vale notar que a partir da implementação pela Petrobras em abril de 2017 de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, o que fez o preço do etanol no Brasil refletir os preços internacionais de petróleo, afetando os níveis de produção brasileira de etanol e, inversamente, a produção de açúcar, a correlação entre o preço do etanol e açúcar passou a ser significativa.

Taxas de Câmbio

A tabela abaixo evidencia o impacto das taxas de câmbio na nossa receita bruta de vendas na América Latina quando da conversão para reais, para fins de consolidação:

	No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015	No exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016	Variação fevereiro 2016/2015	No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017	Variação fevereiro 2017/2016	No período de três meses findo em 31 de maio de 2016	No período de três meses findo em 31 de maio de 2017	Variação maio 2017/2016
Taxa de Câmbio								
Reais por Dólares - Média ..	2,4106	3,5462	47,1%	3,3463	-5,6%	3,6030	3,1579	-12,4%
Reais por Pesos chilenos - Média	0,004129	0,005287	28,1%	0,005021	-5,0%	0,005319	0,004762	-10,5%
Reais por Novos soles - Média	0,8368	1,0870	29,9%	1,0002	-8,0%	1,0767	0,9684	-10,1%
Receita Bruta								
Uruguai (R\$ milhões)	703,9	769,7	9,3%	859,6	11,7%	173,4	166,4	-4,0%
Chile (R\$ milhões).....	262,1	366,8	39,9%	351,9	-4,1%	94,3	91,4	-3,1%
Peru (R\$ milhões).....	272,7	426,8	56,5%	362,5	-15,1%	97,4	91,5	-6,0%

Conforme demonstrado acima, a conversão do lucro líquido da Saman para fins de sua consolidação afeta diretamente a nossa receita bruta de vendas, a qual aumenta conforme haja uma depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e diminui conforme haja uma apreciação do real em relação ao dólar norte-americano.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante novos produtos e serviços

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nosso resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil onde há uma parte significativa de nossas operações. Somos afetados principalmente pela taxa de inflação, variação da taxa de câmbio do real brasileiro em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, o valor de R\$371,5 milhões, R\$435,8 milhões, R\$459,2 milhões e R\$118,6 milhões de nossas despesas gerais e administrativas denominadas em reais, incluindo despesas com salários, aluguéis, manutenções, serviços de terceiros, combustíveis, energia elétrica e outras despesas, foram impactadas pela inflação. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais do Segmento Alimentício Internacional e de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2017 e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, aproximadamente 69,98%, 68,24%, 68,76% e 72,21% de nossa receita era denominada em reais. Caso haja uma desvalorização do real brasileiro frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos. A Companhia está exposta ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função de dívidas referenciadas em Taxa Relativa aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”). Caso tais índices sofram flutuações significativas, os custos necessários para a Companhia se financiar aumentarão, tendo um impacto negativo nas receitas da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2017, os empréstimos e financiamentos da Companhia remunerados à CDI somavam R\$1.250,4 milhões.

Quanto a nossas operações no Uruguai, o principal fator a que estamos expostos é a variação da taxa de câmbio, na medida em que a principal atividade da Saman é a exportação do arroz e seu resultado é convertido de dólares norte-americanos para reais para fins de sua consolidação nas nossas demonstrações financeiras. Por conseguinte, o montante a ser reconhecido em nosso resultado aumenta conforme haja uma depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e diminui conforme haja uma apreciação do real em relação ao dólar norte-americano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Quanto a nossas operações no Chile e Peru, som os principalmente afetados pelas taxas de inflação e de juros. Caso não sejamos capazes de repassar aos preços de nossos produtos os aumentos na nos sa estrutura de custos e despesas nesses países ocasionados por variações nas taxas de inflação e de juros, nosso resultado operacional poderá sofrer um efeito adverso.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, não realizaram aquisições.

c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, a mesma não efetuou eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis. b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, não houve qualquer nova norma ou pronunciamento técnico contábil emitido pelo CPC ou pelo IASB que tenham alterado substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 19 de maio de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas para refletir a inclusão da seção intitulada “Principais assuntos de auditoria” em nosso relatório de auditoria conforme requerido pela norma brasileira auditoria NBC TA 701 - Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente, cuja aplicação é requerida para entidades listadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos e estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Nossas demonstrações financeiras contêm, portanto, diversas estimativas contábeis. Apesar de revisarmos periodicamente as estimativas contábeis que utilizamos na elaboração das nossas demonstrações financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de nossas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhes são inerentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço republicado, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas realizam provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias, entre outras. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados externos ou internos (conforme o caso) e a provisão é realizada para os processos judiciais em que a probabilidade de perda for provável. Na análise dos advogados, são consideradas as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias do próprio processo, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e/ou surgimento de novos argumentos ou de novas decisões judiciais.

Impostos

10.5 - Políticas contábeis críticas

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, a Companhia realizou os seguintes investimentos:

(em milhões de reais)	fev/15	fev/16	fev/17
Expansão e eficiência das linhas de produção	27,2	42,7	33,0
Expansão e eficiência das Linhas de produção (Brasil)	17,5	23,4	12,6
Expansão e eficiência das Linhas de produção (LATAM)	9,7	19,3	20,4
Sustentação do níveis de produtividade	30,7	26,6	24,6
Sustentação do níveis de produtividade (Brasil)	23,6	17,1	15,2
Sustentação do níveis de produtividade (LATAM)	7,1	9,5	9,4
Outros investimentos em imobilizado	12,2	12,3	13,4
Total	70,1	81,6	71,0

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos no valor de R\$81,3 milhões, principalmente em (i) expansão da capacidade de produção e armazenagem via aquisições e (ii) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos, sendo R\$51,0 milhões no segmento alimentício brasileiro e R\$30,3 milhões no segmento alimentício internacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos e financiamentos.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes das atividades de financiamento mediante a concessão de linhas de crédito e recursos originários das atividades operacionais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que até o momento não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que a mesma não realizou aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais, além daquelas já citadas nos itens acima.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

10.8 - Plano de Negócios

Os Diretores da Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados nos itens acima.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Benefícios Fiscais no Uruguai

Além dos benefícios fiscais mencionados no item 10.2 deste Formulário de Referência, em 11 de março de 2011, e prorrogado em 7 de novembro de 2013, a S am an obteve um incentivo fiscal no Uruguai de acordo com a lei uruguaia nº16.906, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 455/2007. O incentivo estabelece faixas de desconto no imposto de renda proporcionais ao valor de investimentos realizados no Uruguai.

Nos exercícios sociais encerrados 28 de fevereiro de 2010 a 28 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou investimentos em ampliações e melhorias de suas plantas industriais no valor total de US\$41,8 milhões e recebeu um incentivo fiscal correspondente a 58,5%, ou, aproximadamente, US\$24,5 milhões. O incentivo tem sido gradualmente descontado do imposto de renda devido no Uruguai pela Companhia no valor total de US\$12,3 milhões até 28 de fevereiro de 2017, e com saldo restante de aproximadamente US\$10,6 milhões que poderá ser descontado gradualmente do imposto de renda devido no Uruguai até o exercício social encerrado em fevereiro de 2026.

Ágio

Como parte de nossa estratégia de crescimento realizamos aquisições desde 2001, sendo que registramos ágio contábil em algumas dessas aquisições na conta de intangível em nosso balanço consolidado nas datas em que ocorreram as transações. O valor do ágio contábil é apurado sobre a diferença entre o valor da aquisição e o valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. Exceto caso permitido em lei, o ágio contábil normalmente não pode ser amortizado.

Algumas dessas aquisições também geraram ágios fiscais. Em 2011, adquirimos a Fe mepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., detentora da marca Pescador, e a Canadá Participações Ltda., detentora da marca Coqueiro, sendo que o ágio fiscal apurado em 31 de dezembro de 2011 relativo a essas aquisições foi de R\$27,2 milhões e R\$87,7 milhões, respectivamente. Em 2012, adquirimos a Docelar Alimentos e Bebidas S.A., detentora das marcas União e Da Barra, cujo ágio fiscal apurado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$236,1 milhões.

Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (“GIF Codajás”), empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. A Companhia apurou ágio fiscal no montante de R\$207,4 milhões nessa incorporação decorrente de ágio contábil relativo à aquisição pela GIF Codajás de participação no capital social da Companhia. O valor líquido do ágio incorporado passou a ser amortizado contabilmente e fiscalmente ao longo de um prazo de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital social quando da realização total do benefício fiscal.

A Companhia realiza a amortização mensal do valor correspondente a 1/60 do ágio fiscal ao longo de um período de cinco anos após o registro do respectivo ágio. O efeito da amortização fiscal do ágio na Companhia é a redução do lucro tributável, por conseguinte, do imposto de renda devido. Não há impacto no lucro líquido uma vez que esses efeitos são ajustados contabilmente através da contabilização do imposto de renda diferido.

Para os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2015, 29 de fevereiro de 2016, 28 de fevereiro de 2017 e período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017, a redução do valor a ser pago a título de impostos devidos foi de R\$38 milhões, R\$38 milhões, R\$36,7 milhões e R\$7,5 milhões, respectivamente.

De tal sorte, o ágio fiscal representa um benefício fiscal para a Companhia, na medida em que a amortização do ágio fiscal permite à Companhia dispender menos caixa no pagamento de suas obrigações fiscais. A expectativa dos Diretores da Companhia é de que o valor agregado do ágio fiscal remanescente das transações acima mencionadas será integralmente amortizado ao longo do exercício social que será encerrado em 28 de fevereiro de 2018, o que poderá causar um efeito adverso na liquidez da Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

No curso ordinário dos negócios, a Companhia está sujeita a fiscalizações periódicas das autoridades fiscais brasileiras. Para informações sobre questionamento por parte da Receita Federal quanto à contabilização e amortização do ágio pela Companhia, vide itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência.

Capital de Giro

Adicionalmente, a Companhia pretende realizar uma operação de dívida no valor aproximado de R\$200 milhões para fins de capital de giro, com liquidação prevista para o final de setembro, com prazo de até 5 (cinco) anos e sem garantia.

Semestre encerrado em 31 de agosto de 2017

A Companhia ainda está em fase de fechamento das demonstrações financeiras referentes ao semestre encerrado em 31 de agosto de 2017 e pretende publicar estas demonstrações financeiras na metade do mês de outubro, nos termos da legislação aplicável. A Companhia espera que o resultado de suas operações no trimestre encerrado em 31 de agosto de 2017 seja inferior, se comparado ao trimestre encerrado em 31 de maio de 2017. Ademais, a Companhia também espera que o resultado de suas operações no semestre encerrado em 31 de agosto de 2017 seja inferior ao mesmo período no ano de 2016. O resultado das operações da Companhia para o semestre encerrado em 31 de agosto de 2016 foi positivamente influenciado por (i) altos preços históricos de venda de açúcar no mercado brasileiro, resultante de condições favoráveis no mercado internacional; e (ii) boa performance nas vendas de arroz e feijão, enquanto que no semestre encerrado em 31 de agosto de 2017, os resultados operacionais da Companhia foram negativamente afetados pelo retorno do preço de venda do açúcar aos padrões de mercado.

Para mais informações sobre os riscos e efeitos das flutuações nos preços das matérias primas, especialmente o açúcar, no resultado operacional da Companhia, vide item 10.2.a.II (“*fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*”) e fator de risco no item 4.1.e (“*Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente por flutuações nos preços de matérias primas e demais eventos relacionados a insumos*”). Para mais informações sobre os contratos de fornecimento de açúcar refinado da Companhia e os riscos relacionados à escassez na oferta de açúcar refinado, vide fator de risco no item 4.1.e (“*Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia*”).

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não houve divulgação de projeções pela administração da Companhia nos últimos três exercícios sociais e nem no exercício corrente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Descrever a estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

A estrutura administrativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto no artigo 15 de seu Estatuto Social. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e pode ser instalado a pedido dos acionistas da Companhia. Além destes órgãos, a Companhia possui também em sua estrutura administrativa dois comitês estatutários, sendo o Comitê de Gestão de Pessoas e o Comitê de Auditoria e Finanças.

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, indicados pela assembleia geral, eleitos pelo sistema de chapas ou voto múltiplo, podendo a assembleia geral definir se serão eleitos um ou mais suplentes. Os conselheiros são eleitos para mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na assembleia geral que os elegeu, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 (sete) membros titulares e 2 (dois) suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes.

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno próprio

O artigo 20 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração deve realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, de seu presidente, ou vice-presidente, ou por 2 (dois) conselheiros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração serão aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações e, além destas, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social:

- (a) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- (d) criação de comitês de assessoramento da Companhia, bem como a eleição de seus membros e aprovação de seus respectivos regimentos internos;
- (e) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (f) definição da lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (g) manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (h) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;
- (i) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimento, orçamentos e suas alterações subsequentes;
- (j) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (k) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (l) deliberação sobre a listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;
- (m) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (n) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou em empréstimo bancário em valor superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;
- (o) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia (“Investidas”) em valor igual ou superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;
- (p) nomeação ou destituição de auditores independentes;
- (q) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no item “r” abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração; e
- (r) a aprovação de qualquer transação entre partes relacionadas, conforme definido nas regras contábeis que tratam do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

assunto, à Companhia, exceto as seguintes operações que independem de autorização por parte do Conselho de Administração: (i) transações entre a Companhia e quaisquer Investidas, no curso normal de seus negócios; e (ii) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, salvo, em ambos os casos, quando os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a eles vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

Diretoria

A Diretoria é o órgão que administra a Companhia e que se reunirá sempre que necessário quando convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto, constituída de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Tributário, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, permitida a cumulação de cargos. Os mandatos dos diretores serão unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente a Diretoria da Companhia é composta por 5 (cinco) diretores.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Adicionalmente, compete à Diretoria:

- (a) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (b) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (c) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (d) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (e) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir, dar e receber quitação, conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada a alçada de deliberação do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (f) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e
- (g) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Companhia e dos auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 28, determina que seu Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, observado o disposto na legislação e regulamentações aplicáveis e, quando instalado será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho Fiscal são aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o artigo 29 do Estatuto Social determina que, quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não poderá ser composto por (i) membros de Conselho de Administração da Companhia; (ii) membros da Diretoria da Companhia; (iii) empregados da Companhia; (iv) acionistas da Companhia; (v) empregados de sociedade que controlada pela Companhia ou de sociedade do mesmo grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

Comitês Estatutários e Não-Estatutários

Conforme artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração pode instituir, como órgãos de assessoramento, comitês que exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos. Cada comitê será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros nomeados para um mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução ao cargo. Estão previstos no Estatuto Social os seguintes comitês:

- (a) Comitê de Auditoria e Finanças; e
- (b) Comitê de Gestão de Pessoas.

Além destes, a Companhia possui um comitê de ética, estruturado no ano de 2015, em caráter permanente e não estatutário (“Comitê de Ética”).

O Conselho de Administração poderá criar outros comitês para seu assessoramento.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia não possui conselho fiscal de funcionamento permanente e o Conselho Fiscal não se encontra instalado.

Em dezembro de 2015, a Companhia estruturou o Comitê de Ética, órgão não estatutário que trata dos temas éticos da Companhia, conforme descrito no item 5 deste Formulário de Referência.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando os métodos utilizados

A Companhia não possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou dos Comitês.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria será composta por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) diretores, cujas atribuições individuais estão determinadas no Estatuto Social da Companhia, nos termos abaixo:

Diretor Presidente

O parágrafo segundo do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia determina que compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e
- (c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (a) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e no exterior;
- (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- (c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (e) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Diretor Tributário

Compete ao Diretor Tributário, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração, estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia;
- (b) elaborar e controlar o plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;
- (c) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (d) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (e) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais
- (g) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (h) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira; e
- (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras; e .
- (j) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às atividades financeiras da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações determina a convocação dos acionistas para as assembleias gerais mediante a publicação de três anúncios em órgão oficial da União ou dos Estados ou do Distrito Federal, sendo no caso da Companhia o “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, e em outro jornal de grande circulação, no caso da Companhia o jornal “Valor Econômico”. Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, a convocação deve ser feita com no mínimo 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Caso a assembleia não seja realizada nesta primeira convocação, será publicado anúncio de uma segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na assembleia geral. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral.

A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer conselheiro, e na ausência destes, qualquer diretor, indicado pela maioria dos acionistas presentes.

A Companhia não adota práticas e políticas divergentes das previstas na legislação em vigor.

b. competências

Os acionistas da Companhia poderão, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

O Estatuto social prevê que, além daquelas matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações que incluem, sem limitação, deliberar sobre (i) reformar o Estatuto Social da Companhia; (ii) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada; (iii) suspender o exercício dos direitos do acionista; (iv) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (v) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata; (vi) deliberar sobre a redução ou aumento de capital, cisão, fusão, transformação ou incorporação da Companhia e suas subsidiárias, bem como dissolução e extinção das mesmas ou qualquer ato de reorganização societária previsto em lei; (vii) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e suas subsidiárias, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (viii) deliberar sobre participação em grupo de sociedades ou mudança de objeto da Companhia na forma da lei; (ix) deliberar sobre permuta de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia ou de empresas suas subsidiárias; (x) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (xi) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (xii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (xiii) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal; (xiv) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (xv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social; (xvi) redução do dividendo obrigatório; e (xvii) cessação do estado de liquidação; compete à Assembleia Geral privativamente:

(i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (iii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (iv) aprovar a saída do Novo Mercado da B3;
- (v) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou a saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VIII do Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;
- (vi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (vii) a política de distribuição de dividendos.

A Companhia não adota práticas e políticas divergentes das previstas na legislação em vigor.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos: www.camilalimentos.com.br/ri, <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados no escritório comercial da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 8.501, 12º andar, Pinheiros (entrada rua Ofélia s/n – Eldorado Business Tower), CEP 05425-070.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia instituiu, no ano de 2017, uma política interna para transações com partes relacionadas, na que trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. Caso um conflito de interesses, que importe em um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o administrador conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Os administradores deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco a Companhia possui política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, a Companhia observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM n 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM n° 481”).

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração (para documentos produzidos no exterior, será necessária a apresentação da respectiva tradução juramentada para língua portuguesa, mas a companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a sua notariação/consularização/apostilamento):

a) Pessoas Jurídicas – cópia do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.

b) Pessoas Físicas – a procuração.

De modo a facilitar os trabalhos, sugerimos que os acionistas representados por procuradores enviem, com antecedência mínima de 48 horas das respectivas assembleias gerais, cópia dos documentos acima elencados por e-mail, correio ou portador para a sede da Companhia.

A Companhia, não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

- g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

- h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

- i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

- j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não dispõe de páginas ou fóruns na Internet destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social (01/03/2016 até 28/02/2017) o Conselho de Administração realizou 16 (dezesesseis) reuniões, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 10 (dez) reuniões extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas da Companhia, celebrado em 1º de agosto de 2016, tendo seu primeiro aditamento sido celebrado em 20 de julho de 2017 e seu segundo aditamento sido celebrado em 24 de agosto de 2017 (“AA”), dispõe, entre outras matérias, sobre a obrigação da Companhia em cumprir, e dos acionistas em fazer com que a Companhia cumpra, todas e quaisquer disposições do AA durante todo o período de sua vigência. Nos termos da cláusula 2.4 do AA, a Companhia não registrará, consentirá ou ratificará, e os acionistas farão com que a Companhia não registre, consinta ou ratifique qualquer voto ou aprovação dos acionistas ou de qualquer conselheiro, diretor ou administrador, ou realizará ou deixará de realizar qualquer ato que viole ou que se ja incompatível com as disposições do AA. Os votos proferidos em desacordo com as disposições do AA não serão computados, conforme previsto na cláusula 2.4.2 do AA e do parágrafo 8º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

No que tange à vinculação do exercício do direito de voto, a cláusula 2.5 do AA, prevê que a Camil Investimentos S.A. e os Srs. Jacques Maggi Quartiero (“Jacques”), Luciano Maggi Quartiero (“Luciano”) e Thiago Maggi Quartiero (“Thiago”) deverão agir como uma parte única para os propósitos do AA, inclusive, mas sem limitação, para fins do exercício de direitos e obrigações previstos com relação ao direito de voto e à Transferência de Ações (conforme definido no AA).

Ademais, nos termos da cláusula 4.2.12 do AA, quando for convocada assembleia geral, reunião de sócios ou do Conselho de Administração ou órgão similar das Investidas da Companhia (conforme definido no AA) para deliberar sobre qualquer das matérias relevantes das Investidas, o Conselho de Administração da Companhia deverá reunir-se previamente para apreciar, discutir e deliberar sobre o voto a ser proferido, conforme o caso, (i) pela Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Investidas, ou (ii) pelos membros dos Conselhos de Administração eleitos pela Companhia nas reuniões do conselho de administração das Investidas. Além disso, nos termos da cláusula 4.2.12.3 e 4.2.12.4, a decisão do Conselho de Administração da Companhia com relação a uma matéria relevante de uma Investida vinculará (a) o voto da Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Investidas, e (b) o voto dos membros dos Conselhos de Administração eleitos pela Companhia nas reuniões do conselho de administração ou órgão similar das Investidas. O Conselho de Administração da Companhia somente estará obrigado a reunir-se previamente, para apreciar, discutir e deliberar sobre o voto a ser proferido, conforme o caso, (i) pela Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Coligadas (conforme definido no AA), ou (ii) pelos membros dos conselhos de administração ou da diretoria eleitos pela Companhia nas reuniões do conselho de administração ou da diretoria das Coligadas, quando o voto a ser proferido pela Companhia ou pelos membros dos Conselhos de Administração e Diretoria eleitos pela Companhia for necessário para a aprovação ou veto da matéria objeto da ordem do dia da assembleia geral, reunião de sócios, do conselho de administração (ou órgão similar) ou da diretoria das Coligadas, conforme o caso.

Além do referido AA, existe um acordo de acionistas vigente entre os acionistas da Camil Investimentos S.A., controladora direta da Companhia (“Camil Investimentos”), celebrado em 27 de julho de 2017 (“AA da Camil Investimentos”), o qual dispõe sobre determinados mecanismos que vinculam o voto de seus acionistas, os Srs. Jacques, Luciano e Thiago (em conjunto, “Acionistas da Camil Investimentos”). Os Srs. Jacques e Thiago são conselheiros de administração da Companhia e o Sr. Luciano é Diretor Presidente da Companhia.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O AA da Camil Investimentos determina que sempre que for convocada uma assembleia geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, deverá ser realizada uma Reunião Prévia (conforme definido no AA da Camil Investimentos) para discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na referida Assembleia Geral. Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do conselho fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, a Camil Investimentos poderá indicar 1 (um) ou mais candidato(s) para eleição (“Conselheiros Vinculados”). Caso eleitos, os Conselheiros Vinculados deverão exercer seus votos nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as deliberações das Reuniões Prévias, realizada com o fim específico.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os Conselheiros presentes às Reuniões do Conselho de Administração deverão identificar espontaneamente eventuais conflitos de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria. Nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido em situação de conflito de interesses. Caso um conflito de interesses, que represente um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o Conselheiro de Administração conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Os Conselheiros de Administração deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O artigo 42 do Estatuto Social da Companhia prevê que qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, deverá ser resolvida por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Jaime Ghisi Filho	18/06/1962	Pertence apenas à Diretoria	23/06/2016	junho de 2018	3
367.214.500-97	Engenheiro	19 - Outros Diretores	23/06/2016	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Flávio Jardim Vargas	02/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	28/02/2017	junho de 2018	1
165.910.258-80	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/06/2017	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética.					
André Ferreira Ziglia	07/06/1964	Pertence apenas à Diretoria	28/02/2017	junho de 2018	1
428.017.700-78	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/06/2017	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Luciano Maggi Quartiero	18/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	23/06/2016	junho de 2018	8
42076.015.658-23	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	23/06/2016	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética.					
Claudio Antonio Giglio da Silva	11/02/1965	Pertence apenas à Diretoria	23/06/2016	junho de 2018	3
473.302.440-15	Advogado	19 - Outros Diretores	23/06/2016	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Jairo Santos Quartiero	23/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	8
085.564.580-68	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/06/2017	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Jacques Maggi Quartiero	07/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	1
157.083.508-06	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2017	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Thiago Maggi Quartiero	20/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	8
271.815.418-70	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2017	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Carlos Alberto Júlio	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	8
998.234.978-34	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2017	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
José Antônio do Prado Fay	10/11/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	4
210.397.040-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2017	Sim	93.75%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Piero Paolo Picchioni Minardi	29/06/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	1
051.575.478-11	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2017	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Enzo André Moreira Ciantelli	28/06/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	1
366.245.018-63	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/06/2017	Não	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Alain Juan Pablo Belda Fernandez	23/06/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	1
42938.686.058-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2017	Não	90.90%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Henrique Hitoshi Muramoto	16/06/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2017	junho de 2018	1
326.235.228-47	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/06/2017	Não	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Jaime Ghisi Filho - 367.214.500-97

O Sr. Jaime é formado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUCRS). O Sr. Jaime trabalhou como gerente na América Latina Logística S.A. (ALL) e na Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Jaime é diretor da Companhia, desde 1999 e, além disso, é diretor da Ciclo Logística Ltda., desde 2011, empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jaime declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jaime declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

O Sr. Flávio é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e possui um MBA em finanças, com distinção, pela Leonard N. Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque. Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Financial Officer na Smiles S.A., e como diretor de finanças na Gol Linhas Aéreas S.A., sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Flávio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

André Ferreira Ziglia - 428.017.700-78

O Sr. André é graduado em engenharia agrícola pela Universidade Federal de Pelotas e possui MBA em gestão empresarial e MBA em gestão de marketing pela Função Getúlio Vargas (FGV). Nos últimos 10 anos, trabalhou na Companhia como gerente de planta, diretor de planta e diretor de suprimentos & comex. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. André é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. André declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. André declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

O Sr. Luciano é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em finanças pelo IBMEC e curso de extensão em finanças pela University of California. O Sr. Luciano iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1992, onde já atuou como diretor financeiro e é atualmente diretor presidente. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Luciano é diretor vice presidente da Camil Investimentos S.A. e diretor das empresas Ciclo Logística Ltda., Empresas Tucapel S.A., Saman - S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., sendo que todas elas integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Luciano declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Luciano declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Claudio Antonio Giglio da Silva - 473.302.440-15

O Sr. Cláudio é graduado em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalha como como diretor tributário na Companhia. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Cláudio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Cláudio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Cláudio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68

O Sr. Jairo trabalhou como representante de vendas e sócio diretor, desde 1972, na empresa Itaqui Comércio e Representação Ltda., sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Em 1990 tornou-se sócio diretor na Companhia e atuou como Diretor Presidente de 1991 até 2011. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração, órgão em que atua desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jairo é diretor das Empresas Tucapel S.A. e diretor presidente da Camil Investimentos S.A., que integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jairo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jairo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se diretor de marketing em 1999 e também é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jacques é diretor da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. O Sr. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, o Sr. Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela faculdade de administração da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Technisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, desde julho de 2006 e foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, bem como é presidente do conselho de administração da CPFL Energia S.A., empresa do setor elétrico, desde abril de 2010, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em sistemas industriais pelo COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em sistemas industriais pelo COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A. e participa do conselho de administração da Camil Alimentos S.A., JMACEDO Alimento S.A., e Supremo Cimentos S. A., além disso é consultor sênior do grupo SEMAPA em Portugal, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. José declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da EMPEA (Emerging Markets Private equity Association) desde 2012, sendo que referida empresa não integra o grupo econômico da Companhia e não é controlada por seus acionistas. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Enzo André Moreira Ciantelli - 366.245.018-63

O Sr. Enzo possui bacharelado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e um MBA pela Harvard Business School. O Sr. Enzo atua na área de private equity da Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2010, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, o Sr. Enzo trabalhou na gestora de private equity Advent International, onde ingressou em 2009, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia e não é controlada por seus acionistas. O Sr. Enzo declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Enzo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Alain Juan Pablo Belda Fernandez - 038.686.058-00

O Sr. Alain é formado em administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. O Sr. Alain é Special Limited Partner da Warburg Pincus LLC, fundo de investimento privado de expressão mundial, pertencente ao grupo econômico do acionista direto da Companhia, onde ingressou em 2009. Além da Companhia, Sr. Alain é membro do conselho de administração do Banco Industrial & Partners, Restoque S.A., Peiz Center Comércio e Participações S.A., Grupo GPS, Omega Geração, Renault S.A. e membro do conselho consultivo da Chubb International, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Alain declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Alain declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Henrique Hitoshi Muramoto - 326.235.228-47

O Sr. Henrique é graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). O Sr. Henrique atua na área de private equity da Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2016, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, o Sr. Henrique foi sócio da Gávea Investimentos Ltda. também na área de private equity, onde ingressou em 2008, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Henrique declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Henrique declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informações sobre o Comitê de Ética prestadas no item 12.13, em razão das restrições para imputá-las neste campo.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradoras a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Luciano é controlador direto da Companhia. O Sr. Luciano é também diretor vice presidente da controladora Camil Investimentos S.A. (CNPJ: 02.303.632/0001-50), diretor da controlada brasileira Ciclo Logística Ltda. (CNPJ: 13.393.220/001-74) e das controladas estrangeiras Empresas Tucapel S.A., Saman – S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., que não possuem CNPJ, dentre outras. O Sr. Jairo é diretor presidente da controladora Camil Investimentos S.A. (CNPJ: 02.303.632/0001-50) e diretor da controlada estrangeira Empresas Tucapel S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo)				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Jacques é controlador direto da Companhia. O Sr. Jacques e o Sr. Jairo são, respectivamente, diretor e diretor presidente da controladora Camil Investimentos S.A. (CNPJ: 02.303.632/0001-50). O Sr. Jairo também é diretor da controlada estrangeira Empresas Tucapel S.A. Para mais informações, vide item 12.10 deste Formulário de Referência.				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo)				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Tiago é controlador direto da Companhia. O Sr. Thiago é irmão do Sr. Jacques e do Sr. Luciano.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 28/02/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Camil Investimentos S.A. Diretor Presidente	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luciano Maggi Quartiero Diretor Presidente	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Camil Investimentos S.A. Diretor Vice Presidente	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jacques Maggi Quartiero Conselheiro de Administração	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Camil Investimentos S.A. Diretor	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração	085.564.580-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Controlador Direto	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
Exercício Social 29/02/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jacques Maggi Quartiero Conselheiro de Administração	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Diretor	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Diretor Presidente	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Diretor Vice Presidente	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração	085.564.580-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Controlador Direto	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			

Exercício Social 28/02/2015

<u>Administrador do Emissor</u> Luciano Maggi Quartiero Diretor Presidente	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Camil Investimentos S.A. Diretor Vice Presidente	02.303.632/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u> Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Camil Investimentos S.A. Diretor Presidente <u>Observação</u>	02.303.632/0001-50		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jacques Maggi Quartiero Conselheiro de Administração <u>Pessoa Relacionada</u>	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Camil Investimentos S.A. Diretor <u>Observação</u>	02.303.632/0001-50		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u>	085.564.580-68	Controle	Controlador Direto
Camil Investimentos S.A. Controlador Direto <u>Observação</u>	02.303.632/0001-50		

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O) junto à Chubb Seguros Brasil S.A., em termos usuais de mercado. O seguro abrange coberturas para as seguintes despesas: (i) penhora online e bloqueio de bens; (ii) contadores internos, *risk managers* e auditores internos; (iii) processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; (iv) custos de investigação; (v) processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia e/ou por suas controladas e/ou subsidiárias contra os administradores; (vi) processos judiciais entre administradores da Companhia; (vii) custos de defesa emergenciais; (viii) processos de extradição; (ix) diretores independentes; (x) despesas de publicidade; (xi) advogados internos; (xii) herdeiros, representantes legais e espólio; (xiii) responsabilidade solidária de bens; (xiv) cobertura para novas controladas e subsidiárias; (xv) administradores aposentados; (xvi) sanções e embargos; (xvii) crise; (xviii) responsabilidade civil do administrador por danos ambientais; (xix) custos de defesa; (xx) danos morais, materiais e corporais; (xxi) erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha de produtos (E&O), mediante desconsideração da personalidade jurídica; (xxii) práticas trabalhistas indevidas; (xxiii) responsabilidade tributária; (xxiv) custos de defesa decorrentes de avais e garantias pessoais; e (xxv) excesso de perdas não indenizáveis, para 3 administradores indicados nominalmente na respectiva apólice. A apólice é válida até 30 de maio de 2018, sendo seu limite máximo de garantia de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e o valor do prêmio corresponde a R\$59.894,18 (cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos).

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia não segue um código específico de boas práticas de governança corporativa, mas adota boas práticas de mercado e atende às exigências Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, como, por exemplo: (i) ações que representem, no mínimo, 25% do capital social devem estar em circulação; (ii) vedação à emissão ou manutenção de ações preferenciais e partes beneficiárias; (iii) adesão ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, para a resolução de disputas envolvendo a Companhia e seus acionistas e administradores; e (iv) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia.

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Companhia estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, investidores e órgãos públicos;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à responsabilidade corporativa, garantindo a perenidade da organização.

12.13 - Outras informações relevantes**Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais**

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	26/06/2014
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	29/06/2015
Tipo de Assembleia Geral	AGO/E
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	23/06/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	03/10/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	13/10/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	16/01/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

12.13 - Outras informações relevantes

Data	28/02/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Comitê de Ética. Informação dos quadros do item 12.7/8.

Nome	Tipo de Comitê	Cargo Ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo Mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF ou Passaporte	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data Posse	Número de Mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Luciano Maggi Quartiero	Comitê de Ética	Membro	Administrador	N/A	N/A	100%
176.015.658-23	N/A	Diretor Presidente	18/11/1974	N/A	N/A	

O Sr. Luciano é membro da Diretoria.

Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência**Luciano Maggi Quartiero – 176.015.658-23**

O Sr. Luciano declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Luciano declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome	Tipo de Comitê	Cargo Ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo Mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF ou Passaporte	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data Posse	Número de Mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Flávio Jardim Vargas	Comitê de Ética	Membro	Engenheiro	N/A	N/A	100%
165.910.258-80	N/A	Diretor Financeiro e de	02/07/1974	N/A	N/A	

12.13 - Outras informações relevantes

Relações com Investidores

O Sr. Flávio é membro da Diretoria.

Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Flávio Jardim Vargas – 165.910.258-80

O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome	Tipo de Comitê	Cargo Ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo Mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF ou Passaporte	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data Posse	Número de Mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Pérsio Asprino Pinheiro	Comitê de Ética	Membro	Administrador de Empresas	N/A	N/A	100%
132.078.938-21	N/A	Diretor de Recursos Humanos	19/05/1968	N/A	N/A	

O Sr. Pérsio é diretor não estatutário.

Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Pérsio Asprino Pinheiro – 132.078.938-21

O Sr. Pérsio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Pérsio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e os Diretores executivos, está alinhada com as melhores práticas de governança corporativa, visando a atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

b. composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Os membros do Conselho de Administração, com exceção dos conselheiros que são acionistas controladores da Companhia e dos conselheiros que são membros do grupo Warburg Pincus, fazem jus a uma remuneração mensal fixa com o intuito de compensar a participação em reuniões do conselho de administração.
Remuneração Variável	Não Aplicável
Benefícios Diretos e Indiretos	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos, com exceção dos conselheiros Jairo Santos Quartiero e Jacques Maggi Quartiero, os quais fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável.
Benefícios Pós-Emprego	Não Aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não Aplicável
Remuneração baseada em Ações	Não aplicável

Diretoria Executiva (Estatutária)

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Os diretores da Companhia fazem jus à remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	<p>fixa mensal, como contraprestação ao trabalho, em linha com as práticas de mercado.</p> <p>O objetivo é reconhecer e refletir o valor do cargo dentro da Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.</p>
Remuneração Variável	<p>Os diretores da Companhia fazem jus a bônus salariais ou Programa de Participação no Resultado – PPR (“<u>PPR</u>”), conforme o caso, atrelados aos resultados consolidados da Companhia e a indicadores e metas individuais específicos. O objetivo, tanto do bônus salarial como da PPR, é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promover a cultura de remuneração de desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos são superados.</p>
Benefícios Diretos e Indiretos	<p>Os diretores da Companhia fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável. O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.</p>
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	<p>Até o momento do preenchimento deste Formulário de Referência, não há política formal para benefícios de cessação do exercício do cargo (transição de carreira). Além dos benefícios legais e verbas rescisórias pagas, é discutido pelo Conselho de Administração da Companhia o pagamento de valor adicional que reflita <i>non-compete</i> e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.</p>
Remuneração baseada em Ações	<p>A Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo (“<u>Plano ILP</u>”), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP, no modelo de <i>Phantom Shares</i>, cujos ganhos potenciais (prêmios) estão diretamente relacionados ao crescimento de valor da</p>

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	<p>Companhia, com base na variação do EB ITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia seja listada como empresa de capital aberto. O Plano ILP tem como objetivos principais: (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável e no longo prazo; (ii) promover o senso de “dono” e a retenção, no longo prazo, dos principais talentos e líderes da Companhia; (iii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia às práticas de remuneração praticadas por <i>players</i> similares em porte, segmento e práticas de gestão.</p> <p>Caso a Companhia realize sua oferta pública inicial de ações, as outorgas já realizadas no âmbito do atual Plano ILP no modelo de <i>Phantom Shares</i>, permanecerão tal como foram originalmente outorgadas. Após a conclusão da oferta, a Companhia pretende passar a utilizar somente o plano de outorga de opção de compra de ações (“<i>Stock Options Plan</i>”) aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017.</p>
--	---

Diretoria Executiva (Não Estatutária)

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	<p>Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal, como contraprestação ao trabalho, em linha com as práticas de mercado.</p> <p>O objetivo é reconhecer e refletir o valor do cargo dentro da Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.</p>
Remuneração Variável	<p>Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus a PPR atrelada aos resultados consolidados da Companhia e a indicadores e metas individuais específicos. O objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promover a cultura de remuneração de desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos</p>

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	são superados.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável. O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Até o momento do preenchimento deste Formulário de Referência, não há política formal para benefícios de cessação do exercício do cargo (transição de carreira). Além dos benefícios legais e verbas rescisórias pagas, é discutido pelo Conselho de Administração da Companhia o pagamento de valor adicional que reflita <i>non-competitiveness</i> e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	<p>A Companhia possui um Plano ILP aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP, no modelo de <i>Phantom Shares</i>, cujos ganhos potenciais (prêmios) estão diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EB ITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia seja listada como empresa de capital aberto. O Plano ILP tem como objetivos principais: (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável e no longo prazo; (ii) promover o senso de “dono” e a retenção, no longo prazo, dos principais talentos e líderes da Companhia; (iii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia às práticas de remuneração praticadas por <i>players</i> similares em porte, segmento e práticas de gestão.</p> <p>Caso a Companhia realize sua oferta pública inicial de ações, as outorgas já realizadas no âmbito do atual Plano ILP no modelo de <i>Phantom Shares</i>, permanecerão tal como foram originalmente outorgadas. Após a conclusão da oferta, a</p>

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	Companhia pretende passar a utilizar somente o <i>Stock Options Plan</i> aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017.
--	---

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitês Estatutários instalados.

Comitês Não Estatutários

A Companhia possui um Comitê de Ética, em caráter permanente e não estatutário, no entanto, seus membros não são remunerados.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	84,86%	-	29,57%	51,12%	-
<i>Participação em Comitês</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	12,99%	-	6,50%	18,92%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	-	-	14,17%	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	2,57%	27,99%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	2,83%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	2,15%	-	1,39%	1,97%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	42,97%	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	-	100%	100%	-

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 foram, aproximadamente:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	85,44%	-	34,50%	53,82%	-
<i>Participação em Comitês</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	12,78%	-	6,90%	19,91%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	-	-	22,38%	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	-	24,35%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	4,48%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	1,78%	-	1,14%	1,92%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	30,60%	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	-	100%	100%	-

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2015 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	85,59%	-	75,93%	61,21%	-
<i>Participação em Comitês</i>					
<i>Outros</i>	12,53%	-	15,19%	22,65%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	-	-	5,49%	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	-	13,78%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	1,10%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	1,88%	-	2,29%	2,36%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	-	100%	100%	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Em assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia é aprovado o montante que será empregado na remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretores, com relação ao exercício social corrente. Como premissa básica de aprovação, a remuneração dos administradores da Companhia deverá tratar-se de um custo sustentável e que não comprometa outros investimentos do negócio. Os reajustes são baseados em negociações coletivas com os sindicatos das categorias e no crescimento das remunerações praticadas pelo mercado. Essa análise é realizada anualmente e toma como base o mercado geral e também o mercado selecionado, constituído de um grupo de empresas específicas de bens de consumo, de mesmo porte da Companhia, consistentes em seus negócios ao longo do tempo e que apresentam ao mercado boas práticas de gestão.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração busca (i) atrair e reter profissionais; (ii) uma remuneração justa, equitativa e clara; e (iii) balanceamento entre remuneração de curto e longo prazo, visando ações e decisões que garantam a sustentabilidade do negócio.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados, exceto por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, devido ao seu vínculo societário com a Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho que são levados em consideração na remuneração variável são o desempenho da Companhia e a consecução das metas individuais dos executivos da Companhia. Para auferir o desempenho da Companhia, são utilizados indicadores financeiros e operacionais, tais como EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas. Em relação à remuneração fixa e benefícios, a Companhia utiliza balizadores de mercado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

O acompanhamento dos indicadores é realizado durante o ano fiscal e a apuração final dos resultados é feita no mês subsequente ao fechamento do exercício pela auditoria externa. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A Companhia busca, por meio de seu modelo de remuneração, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu corpo executivo profissionais engajados e comprometidos com a estratégia de negócio da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A Companhia não possui atualmente membros da diretoria ou do conselho de administração que receba remuneração suportada por suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 28/02/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	5.679.358,00	0,00	6.039.358,00
Benefícios direto e indireto	140.483,00	315.722,00	0,00	456.205,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.493.217,00	0,00	1.493.217,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.880.914,00	0,00	1.880.914,00
Participação de resultados	0,00	951.642,00	0,00	951.642,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	376.183,00	0,00	376.183,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.274.327,00	0,00	1.274.327,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	
Total da remuneração	500.483,00	11.971.363,00	0,00	12.471.846,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	5,25	0,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.533.697,00	6.824.884,00	0,00	8.358.581,00
Benefícios direto e indireto	38.918,00	322.150,00	0,00	361.068,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	234.739,00	1.500.198,00	0,00	1.734.937,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.270.105,00	0,00	3.270.105,00
Participação de resultados	0,00	593.296,00	0,00	593.296,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	654.021,00	0,00	654.021,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	9.917.500,00	0,00	9.917.500,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	
Total da remuneração	1.807.354,00	23.082.155,00	0,00	24.889.509,00

Remuneração total do Exercício Social em 29/02/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	6,08	0,00	12,33
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.429.797,00	6.839.484,00	0,00	8.269.281,00
Benefícios direto e indireto	29.805,00	225.874,00	0,00	255.679,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	213.959,00	1.367.897,00	0,00	1.581.856,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.435.970,00	0,00	4.435.970,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	887.194,00	0,00	887.194,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	6.066.197,00	0,00	6.066.197,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	
Total da remuneração	1.673.562,00	19.822.616,00	0,00	21.496.178,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	4,00	7,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.343.918,00	7.024.065,00	0,00	8.367.983,00
Benefícios direto e indireto	29.555,00	211.973,00	0,00	241.528,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	196.784,00	1.404.813,00	0,00	1.601.597,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	508.192,00	0,00	508.192,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	101.638,00	0,00	101.638,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS para estatutários e INSS e FGTS para estatutários celetistas.	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	
Total da remuneração	1.570.257,00	9.250.681,00	0,00	10.820.938,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.128.548	0	1.128.548
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.761.828	0	3.761.828
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.880.914	0	1.880.914
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	570.985	0	570.985
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.903.284	0	1.903.284
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	951.642	0	951.642

Exercício Social encerrado em 28 de fevereiro de 2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	5,25	0,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.433.643	0	1.433.643
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.778.810	0	4.778.810
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	2.389.405	0	2.389.405
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	3.270.105	0	3.270.105
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	241.521	0	241.521
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	805.070	0	805.070
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	402.535	0	402.535
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	593.296	0	593.296

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2016				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	6,08	0,00	12,33
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Bônus				

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.730.212	0	1.730.212
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.767.374	0	5.767.374
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	2.883.687	0	2.883.687
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	4.435.970	0	4.435.970
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

Exercício Social encerrado em 28 de fevereiro de 2015				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	4,00	7,00	0,00	11,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.768.085	0	1.768.085
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.893.616	0	5.893.616
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	2.946.808	0	2.946.808
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	508.192	0	508.192
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”) aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP (“Beneficiários ILP”), no modelo de *Phantom Shares*.

Adicionalmente, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações (“*Stock Options Plan*”) em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017 e que poderá ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do *Stock Options Plan* (“Beneficiários SOP” e, em conjunto com os Beneficiários ILP, “Participantes”). Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga no âmbito do *Stock Options Plan* havia sido concedida.

As principais características do Plano ILP e do *Stock Options Plan* estão descritas a seguir:

a. Termos e condições gerais

O Plano ILP no modelo de *Phantom Shares* apresenta ganhos potenciais (prêmios) para os Beneficiários ILP, que estão diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia seja listada como empresa de capital aberto.

Os Beneficiários ILP farão jus ao recebimento de valores em dinheiro com base no preço por ação ordinária de emissão da Companhia, ou ao EBITDA consolidado, conforme o caso, à época do pagamento e no preço de referência inicial no momento da instituição da outorga. Os pagamentos ocorrerão a partir do segundo aniversário de instituição do Plano ILP, em três parcelas, na proporção de 20%, 30% e 50% (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). A quantidade de ações utilizadas para o cálculo do pagamento devido ao Beneficiário ILP no âmbito do Plano ILP será calculada com base em múltiplos de salários, conforme o cargo e salário do Beneficiário ILP. Por se tratar de pagamento em dinheiro, o Plano ILP não implica diluição dos acionistas da Companhia.

O *Stock Options Plan* confere aos Beneficiários SOP a opção de compra de ações de emissão da Companhia, fixando preço e condições de pagamento específicos para seu exercício, nos termos dos contratos de opção celebrados individualmente com cada Beneficiário SOP, conforme decisão do Conselho de Administração. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). As opções não exercidas até o prazo máximo fixado nos contratos de outorga individuais serão consideradas automaticamente extintas.

b. Principais objetivos do plano

Os principais objetivos do Plano ILP e *Stock Options Plan* são:

- Convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável no longo prazo.
- Retenção dos principais talentos e líderes da empresa no longo prazo.
- Alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração de executivos.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O Plano ILP contribui para os objetivos mencionados acima, considerando que o ganho potencial dos Beneficiários ILP (prêmio) é apurado considerando a diferença positiva (*spread*) entre o valor inicial concedido através de uma quantidade de ações virtuais e o valor dessas no final do período de aquisição (*vesting*).

Da mesma forma, o *Stock Options Plan* contribui para os objetivos acima, na medida em que confere aos Beneficiários SOP, além da possibilidade de obter os mesmos ganhos do Plano ILP, a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também como acionistas e incentivarem a criação de valor, além de compartilharem riscos e ganhos de forma equitativa.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano ILP e o *Stock Options Plan* são prêmios, paralelos à remuneração de determinados administradores e empregados e garantem o alinhamento entre os objetivos dos Participantes com os da Companhia no longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia, a retenção de talentos, além de estarem alinhados com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A partir da outorga da quantidade de ações virtuais, no caso do Plano ILP, ou de ações ordinárias de emissão da Companhia, no caso do *Stock Options Plan*, o ganho potencial (prêmio) dos Participantes ocorre conforme definido nos contratos de outorga e no período de 4 anos (*vesting*), respectivamente. Para ambos planos, a oportunidade de ganho é gradual na proporção de 20%, 30% e 50% para o segundo, terceiro e quarto ano, respectivamente. O valor de outorga é sempre baseado no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

f. Número máximo de ações abrangidas

Plano ILP. Não aplicável por se tratar de um plano de *Phantom Shares*.

Stock Options Plan. As opções outorgadas poderão conferir opções que não excedam 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do *Stock Options Plan*, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, contanto que o número total de ações ordinárias emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do *Stock Options Plan* esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano ILP. Não aplicável por se tratar de um plano de *Phantom Shares*.

Stock Options Plan. Cada opção dará direito ao Beneficiário SOP de adquirir 1 (uma) ação ordinária da Companhia e, portanto, o número máximo de opções a serem outorgadas não devem exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, nos termos descritos no item anterior.

h. Condições de aquisição de ações

Plano ILP. Não aplicável por se tratar de um plano de *Phantom Shares*.

Stock Options Plan. O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições. As

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). O Beneficiário SOP que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer. O contrato de opção individual estabelecerá duas janelas de prazo em cada exercício social para o exercício das opções vestidas.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano ILP. O valor referencial inicial é definido pelo Conselho de Administração e/ou por assessores por ele contratados e representa o valor econômico das ações da Companhia em determinado momento inicial estabelecido em um contrato de outorga.

Stock Options Plan. Para as outorgas que o corram até o final do exercício social corrente, o preço de exercício será equivalente ao preço de uma ação ordinária na oferta pública inicial de ações da Companhia na B3, líquido de quaisquer proventos acumulados, como dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio declarados entre a data de outorga e a data de envio da notificação de exercício pelo Beneficiário SOP, corrigido pela variação do IPCA, desde a data da oferta pública inicial de ações ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção. Para as outorgas de opções subsequentes, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de outorga, líquido dos proventos acumulados, corrigido pela variação do IPCA desde a data da outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Tanto para o Plano ILP, como para o *Stock Options Plan*, o prazo de exercício é definido considerando uma visão de longo prazo e a linhada às práticas de mercado, que permite o exercício (*vesting*) pleno conforme definido nos contratos de outorga e após 4 (quatro) anos, respectivamente. O exercício é gradual nas proporções descritas nos termos do item “e” acima.

k. Forma de liquidação

Tanto para o Plano ILP, como para o *Stock Options Plan*, a liquidação será feita em moeda corrente nacional.

l. Restrições à transferência das ações

Plano ILP. Não aplicável por se tratar de um plano de *Phantom Shares*.

Stock Options Plan. O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações ordinárias adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário SOP dessas mesmas ações ordinárias.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever a qualquer momento as condições do Programa ILP ou do *Stock Options Plan*, caso entenda que existe tal necessidade.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento sem justa causa do Beneficiário ILP por iniciativa da Companhia, ou sua destituição do cargo sem que ocorra a violação dos deveres e atribuições de administrador, (i) antes de se completar o segundo aniversário da data de outorga, o Beneficiário ILP nada receberá a título de prêmio e todas as *Phantom Shares* serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que o Beneficiário ILP tenha direito a indenização ou benefício de qualquer natureza, ou (ii) após o segundo aniversário da data de outorga (inclusive), o Beneficiário ILP terá o *vesting* das *Phantom Shares* antecipado de forma proporcional aos meses completos transcorridos entre a data de outorga e a data do desligamento, sendo considerada como data do desligamento, para os fins do Plano ILP, a data de comunicação da demissão ou destituição, desconsiderado, portanto, qualquer período de aviso prévio.

Em caso de solicitação de desligamento ou renúncia por parte do Beneficiário ILP, agindo por vontade própria, ou se o mesmo for desligado da Companhia por justa causa, tal Beneficiário ILP nada receberá a título do prêmio, tenha ocorrido ou não o período de *vesting* e todas as *Phantom Shares* serão automaticamente canceladas.

Em caso de desligamento da Companhia do Beneficiário SOP por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas. Caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, nas hipóteses previstas no *Stock Options Plan*, todas as opções, exercíveis ou não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Na hipótese do desligamento da Companhia do Beneficiário SOP por aposentadoria, desde que estabelecida de comum acordo entre o Beneficiário SOP e a Companhia, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Por fim, se o Beneficiário SOP for desligado da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário SOP, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não receberam, nos últimos três exercícios sociais, qualquer tipo de remuneração baseada em ações. O Plano ILP vigente no modelo de *Phantom Shares* foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 31 de julho de 2017. O *Stock Options Plan* foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017 e, até a data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga no âmbito do *Stock Options Plan* havia sido concedida.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga no âmbito do *Stock Options Plan* havia sido concedida e não havia plano de remuneração baseado em ações aplicável aos 3 (três) últimos exercícios.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga no âmbito do *Stock Options Plan* havia sido concedida e não havia plano de remuneração baseado em ações aplicável aos 3 (três) últimos exercícios.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Camil Investimentos S.A.	573.316.434	66,67%
Diretoria Executiva		286.658.217	33,33%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		859.974.651	100%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Camil Alimentos S.A.	55.972.967	45,50%
Diretoria Executiva		27.986.484	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		83.959.451	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Ciclo Logística Ltda.	455.000	45,50%
Diretoria Executiva		227.501	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		682.501	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	La Loma Alimentos S.A.	4.416	45,50%
Diretoria Executiva		2.208	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		6.624	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	4.514	45,50%
Diretoria Executiva		2.257	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		6.770	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Camilatam S.A.	540.751.151	45,50%
Diretoria Executiva		270.375.575	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		811.126.726	68,25%

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Camil Chile SPA	587.470	45,50%
Diretoria Executiva		293.735	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		881.205	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Servicios Externos S.A.	4.559	45,50%
Diretoria Executiva		2.280	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		6.839	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Empresas Tucapel S.A.	94.526.868	45,46%
Diretoria Executiva		47.263.434	22,73%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		141.790.303	68,18%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Envasadora Arequipa SAC	1.971.454	45,50%
Diretoria Executiva		985.727	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		2.957.181	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Consteño Alimentos SAC	8.759.125	45,50%
Diretoria Executiva		4.379.562	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		13.138.687	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Mercantil Uruguay (SAMU)	3.514	45,50%
Diretoria Executiva		1.757	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		5.271	68,25%

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	166.347.121	45,50%
Diretoria Executiva		83.173.560	22,75%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		249.520.681	68,25%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Arroz Uruguayo S.A. (Arrozsurs)	22.300.610	22,38%
Diretoria Executiva		11.150.305	11,19%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		33.450.914	33,57%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Comisaco S.A.	114	22,75%
Diretoria Executiva		57	11,37%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		171	34,12%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Galofer S.A.	368.547	20,47%
Diretoria Executiva		184.273	10,24%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		552.820	30,71%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Agencia Maritima Sur S.A.	741.188	8,22%
Diretoria Executiva		370.594	4,11%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		1.111.782	12,34%

Em 28/02/2017	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	% do capital social
Conselho de Administração	Tacua S.A.	1.297	18,53%
Diretoria Executiva		649	9,27%
Conselho Fiscal		0	0,00%
Total		1.946	27,80%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia planos de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015
Nº de membros	5,25	6,08	7,00	6,58	6,25	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	10.302.451,00	6.174.024,00	2.246.071,00	1.447.354,00	1.313.562,00	1.210.257,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.112.837,00	935.060,00	733.257,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.847.026,00	3.303.769,00	1.321.526,00	451.839,00	418.390,00	392.564,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

462

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não havia mecanismo formal de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
2017	80,08%	26,95%	0,0%
2016	78,49%	31,80%	0,0%
2015	77,07%	35,61%	0,0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nos últimos três exercícios sociais não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros total do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração, com duas casas decimais. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Exercício corrente:

Meses	Nº de membros
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Janeiro/2018	5
Fevereiro/2018	5
Total	60
Média (Total/Nº de meses)	5,00

Em 2017:

Meses	Nº de membros
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Janeiro/2017	5
Fevereiro/2017	5
Total	64
Média (Total/Nº de meses)	5,25

Em 2016:

Meses	Nº de membros
Março	7
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Janeiro/2016	6
Fevereiro/2016	6
Total	73
Média (Total/Nº de meses)	6,08

Em 2015:

Meses	Nº de membros
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Janeiro/2015	7
Fevereiro/2015	7
Total	84
Média (Total/Nº de meses)	7,00

13.16 - Outras informações relevantes**Conselho de Administração**

Exercício corrente:

Meses	Nº de membros
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Janeiro/2018	7
Fevereiro/2018	7
Total	84
Média (Total/Nº de meses)	7,00

Em 2017:

Meses	Nº de membros
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Janeiro/2017	7
Fevereiro/2017	7
Total	79
Média (Total/Nº de meses)	6,58

Em 2016:

Meses	Nº de membros
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Janeiro/2016	6
Fevereiro/2016	6
Total	75
Média (Total/Nº de meses)	6,25

Em 2015:

Meses	Nº de membros
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Janeiro/2015	7
Fevereiro/2015	7
Total	84
Média (Total/Nº de meses)	7,00

Conselho Fiscal

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência e nos últimos três exercícios sociais, não havia sido instalado o Conselho Fiscal.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados**

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

i. Brasil (*Número de funcionários ativos, sem considerar aprendizes*)

	31/05/2017	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015
Número Total de Empregados	3.561	3.981	3.827	3.765
Por grupos				
Administrativo	702	704	634	642
Operacional	2.859	3.277	3.193	3.123
Por localização geográfica				
01 - São Paulo	392	393	345	330
03 - Camaquã	320	327	321	307
04 - Itaquí	423	489	463	388
07 - Cambaí	60	93	67	74
08 - Maçambará	16	58	58	59
10 - Recife	85	88	79	73
12 - Uruguaiana	2	2	2	2
13 - Unai	0	0	0	1
14 - Cuiabá	29	29	25	23
15 - Fortaleza	9	9	8	4
16 - Brasília	9	9	5	14
17 - Belo Horizonte	18	18	17	6
18 - Maceió	0	0	1	1
19 - Salvador	7	7	7	6
21 - São Luís	16	10	9	4
24 - Rio Grande	195	230	219	211
27 - Itapecuru	106	106	92	88
28 - Navegantes	878	1005	1067	1041
29 - São Gonçalo	565	693	714	770
30 - Itajaí	0	0	0	4
32 - Santa Cruz	217	227	186	72
33 - Piedade	0	1	2	182
36 - Sertãozinho	143	119	96	88
37 - Tarumã	7	7	6	7
38 - Barra Bonita	4	4	3	4
39 - Araquari	0	0	0	6
41 - Camaquã processados	60	57	35	0

14.1 - Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas:

	31/05/2017	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2015
Número Total de Terceirizados	636	675	786	699
Por grupos				
Administrativo	22	22	26	25
Operacional	614	653	760	674
Por localização geográfica				
01 - São Paulo	149	144	168	170
03 - Camaquã	62	62	63	42
04 - Itaquí	115	101	103	103
07 - Cambaí	4	4	4	4
08 - Maçambará	3	3	3	3
10 - Recife	19	19	16	13
12 - Uruguaiana	-	-	-	-
13 - Unai	-	-	-	-
14 - Cuiabá	4	4	4	4
15 - Fortaleza	-	-	-	-
16 - Brasília	-	-	-	-
17 - Belo Horizonte	-	-	-	-
18 - Maceió	-	-	-	-
19 - Salvador	-	-	-	-
21 - São Luís	-	-	-	-
24 - Rio Grande	23	23	27	18
27 - Itapecuru	8	8	8	8
28 - Navegantes	51	52	55	53
29 - São Gonçalo	121	134	148	156
30 - Itajaí	8	8	8	8
32 - Santa Cruz	51	52	44	32
33 - Piedade	-	-	-	-
36 - Sertãozinho	18	61	135	85
37 - Tarumã	-	-	-	-
38 - Barra Bonita	-	-	-	-
39 - Araquari	-	-	-	-
41 - Camaquã processados	-	-	-	-

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia para o período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017 foi apurado em 3,73%, enquanto que em 28 de fevereiro de 2017 o índice foi apurado em 3,0%, em 29 de fevereiro de 2016 foi de 4,8% e em 28 de

14.1 - Descrição dos recursos humanos

fevereiro de 2015 foi de 6,7%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve nenhuma alteração relevante no quadro de colaboradores da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia está em linha com as práticas de mercado, sendo que os ajustes são feitos sempre que necessário para reconhecer desempenhos diferenciados, reter talentos e manter um pacote atrativo de remuneração total. Os acordos coletivos de trabalho com os sindicatos são aplicados regularmente conforme as datas base de cada localidade.

Atualmente, o que define a política de remuneração é a prática de mercado, e a remuneração variável está atrelada ao alcance das metas pré-estabelecidas e aprovadas.

A política de remuneração variável estimula a busca de resultados pelos empregados e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas, gerando direcionadores e atenção nos indicadores considerados críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que corresponde aos interesses dos acionistas.

Para mais informações sobre a remuneração da administração, vide item 13 deste Formulário de Referência.

b. Política de benefícios

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com a política de remuneração. A Companhia oferece os seguintes benefícios:

1. Assistência Médica;
2. Assistência Odontológica;
3. Seguro de Vida;
4. Vale transporte;
5. Estacionamento;
6. Cesta Básica ou Vale Alimentação; e
7. Vale refeição ou Restaurante no Local.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP (“Beneficiários ILP”), no modelo de *Phantom Shares*, cujos ganhos potenciais (prêmios) estão diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia seja listada como empresa de capital aberto.

Os Beneficiários ILP farão jus ao recebimento de valores em dinheiro com base no preço por ação ordinária de emissão da Companhia, ou ao EBITDA consolidado, conforme o caso, à época do pagamento e no preço de referência inicial no momento da instituição da outorga. Os pagamentos ocorrerão a partir do segundo aniversário da data de outorga, em três parcelas, na proporção de 20%, 30% e 50% (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). A quantidade de ações utilizadas para o cálculo do pagamento devido ao Beneficiário ILP no âmbito do Plano ILP é calculada com base em múltiplos de salários, conforme o cargo e salário do Beneficiário ILP. Por se tratar de pagamento em dinheiro, o Plano ILP

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

não implica diluição dos acionistas da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações (“*Stock Options Plan*”) em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017 e que será concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do *Stock Options Plan*. Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga no âmbito do *Stock Options Plan* havia sido concedida.

Para mais informações sobre os planos de remuneração adotados pela Companhia, vide item 13 do Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia celebra, anualmente, acordos com os sindicatos aos quais seus funcionários estão vinculados, estabelecendo as respectivas condições de trabalho de referidos funcionários, tais como reajuste salarial, benefícios sociais, Programa de Participação no Resultado – PPR, entre outros. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, a partir do qual empregador e empregados sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas, sem que haja tensões ou conflitos, mantendo, com isso, a harmonia e o equilíbrio nas relações trabalhistas da Companhia.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e os sindicatos aos quais estão vinculados, tendo, nos últimos três exercícios sociais, registrado apenas 2 (duas) paralizações de 2 (dois) dias até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 14 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Luciano Maggi Quartiero							
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	Sim	26/07/2017		
Não							
7.381.038	2.000000%	0	0,000000%	0	7.381.038		2,000000%
Thiago Maggi Quartiero							
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	Sim	26/07/2017		
Não							
7.381.038	2,000000%	0	0,000000%	0	7.381.038		2,000000%
Jacques Maggi Quartiero							
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	Sim	26/07/2017		
Não							
7.381.038	2.000000%	0	0,000000%	0	7.381.038		2,000000%
WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
25.033.015/0001-87	Brasil-SP	Sim	Sim	Sim	20/07/2017		
Não							
117.173.523	31,750000%	0	0,000000%	0	117.173.523		31,750000%
Camil Investimentos S.A.							
02.303.632/0001-50	Brasil-SP	Sim	Sim	Sim	26/07/2017		
Não							
229.735.239	62,250000%	0	0,000000%	0	229.735.239		62,250000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
OUTROS	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:							
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	0,000000%
TOTAL	369.051.876	100,000000%	0	0,000000%	369.051.876	100,000000%	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Camil Investimentos S.A.									
CPF/CNPJ acionista 02.303.632/0001-50									
Jacques Maggi Quartiero									
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017					
Não									
258.088.237	33.333333	0	0,000000	258.088.237	33.333333				
Classe ação									
TOTAL	0	0,000000	Ações %						
Luciano Maggi Quartiero									
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017					
Não									
258.088.237	33.333333	0	0,000000	258.088.237	33.333333				
Classe ação									
TOTAL	0	0,000000	Ações %						
OUTROS									
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000				
Thiago Maggi Quartiero									
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017					
Não									
258.088.237	33.333333	0	0,000000	258.088.237	33.333333				
Classe ação									
TOTAL	0	0,000000	Ações %						

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
ACIONISTA Residente no Exterior						
Nome do Representante Legal ou Mandatário						
Tipo pessoa						
Ações preferenciais %						
Ações preferenciais (Unidades)						
Qtde. total de ações (Unidades)						
Total ações %						
Composição capital social						
CPF/CNPJ acionista						
02.303.632/0001-50						
Camil Investimentos S.A.						
TOTAL						
774.264.711	99,999999	0	0,000000	774.264.711		99,999999

15.3 - Distribuição de capital

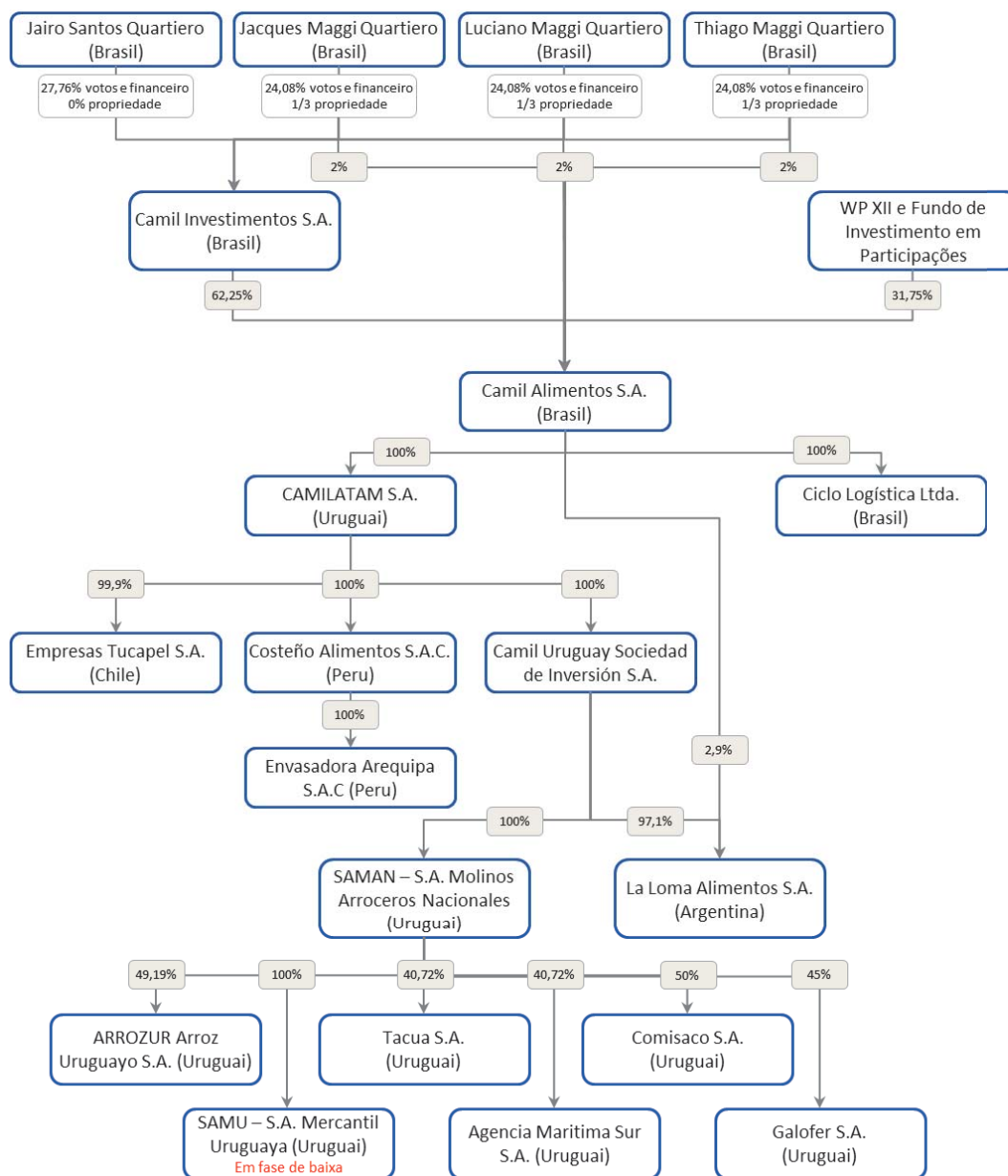
Data da última assembleia / Data da última alteração	28/08/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



* Desconsidera participações detidas pela Camil Investimentos e seus respectivos acionistas em outras sociedades.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(i) Acordo de Acionistas da Companhia (“AA”).

Abaixo consta a descrição da minuta da consolidação do AA da Companhia aditado, o qual estará em vigor na data em que a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“Oferta”) for lançada e deixará de vigorar na data de publicação do anúncio de início da Oferta, ocasião em que a Camil Investimentos S.A. passará à condição de acionista controladora exclusiva da Companhia, não tendo tal AA efeito algum para investidores no âmbito da Oferta.

a. partes

(i) a Camil Investimentos S.A. (“Camil Investimentos”); (ii) o Sr. Jacques Maggi Quartiero (“Jacques”); (iii) o Sr. Luciano Maggi Quartiero (“Luciano”); (iv) o Sr. Thiago Maggi Quartiero (“Thiago”); e (v) o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) (“FIP WP” e, em conjunto com a Camil Investimentos, o Luciano, o Thiago e o FIP WP, os “Acionistas”); e, ainda, como intervenientes anuentes, (vi) a Companhia; e (vii) o Sr. Jairo Santos Quartiero (“Jairo”).

Um determinado percentual de ações de emissão da Companhia, detidas pelo FIP WP, pelo Sr. Jacques e pelo Sr. Thiago encontram-se livres e desembaraçadas de qualquer vínculo e/ou sujeição ao AA da Companhia.

b. data de celebração

O AA foi celebrado em 1º de agosto de 2016, tendo o seu primeiro aditamento sido celebrado em 20 de julho de 2017 e tendo o seu segundo aditamento sido celebrado em 24 de agosto de 2017.

c. prazo de vigência

O AA da Companhia é válido e eficaz (i) até a data de publicação de Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações; ou (ii) pelo prazo de 10 (dez) anos a contar de 1º de agosto de 2016, o que ocorrer primeiro.

d. descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O AA dispõe, entre outras matérias, sobre a obrigação da Companhia em cumprir, e dos acionistas em fazer com que a Companhia cumpra todas e quaisquer disposições do AA durante todo o período de sua vigência. Nos termos da cláusula 2.4 do AA, a Companhia não registrará, consentirá ou ratificará, e os Acionistas farão com que a Companhia não registre, consinta ou ratifique qualquer voto ou aprovação dos Acionistas ou de qualquer conselheiro, diretor ou administrador, ou realizará ou deixará de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do AA. Os votos proferidos em desacordo com as disposições do AA não serão computados, conforme previsto na cláusula 2.4.2 do AA e do parágrafo 8º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. A Camil Investimentos e os Srs. Jacques, Luciano e Thiago devem agir como uma parte única para os propósitos do AA, de forma que qualquer ato, decisão, voto, obrigação e/ou direito exercido pela Camil Investimentos e/ou pelos Srs. Jacques, Luciano e Thiago de maneira não unânime ou por qualquer forma em desacordo ao previsto no AA será desconsiderado, como se não exercido, e, portanto, nulo.

Cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia, sendo que tais deliberações dependerão do voto afirmativo de acionistas representando, no mínimo, a maioria de votos dentre os presentes, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no AA da Companhia, conforme abaixo descritas:

- (i) Para aprovação das matérias abaixo será necessário o voto afirmativo dos Acionistas, representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações com direito a voto da Companhia:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- a) criação, alteração ou cancelamento de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou instrumentos semelhantes;
- b) alterações no estatuto social, exceto em relação (i) às alterações necessárias para cumprir exigências de lei, regulamento ou de Autoridades Governamentais; (ii) alterações do endereço da sede, desde que mantida a sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; e (iii) abertura e/ou encerramento de filiais ou alteração de seus respectivos endereços;
- c) aumento ou redução de capital, exceto em casos de aumento de capital social decorrente de abertura de capital da Companhia e a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (i) que resulte na listagem e negociação das ações de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, ou outro segmento equivalente da B3 que venha a ser criado em substituição ao Novo Mercado e (ii) cujo valor bruto da oferta não seja inferior a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme estimado de comum acordo pelos Acionistas, previamente à realização da aludida oferta pública inicial de ações;
- d) fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra reorganização societária, exceto se relativas a reestruturações societárias que envolvam somente (i) a Companhia; e/ou (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia e todas e quaisquer sociedades nas quais a Companhia detém ou venha a deter o controle, bem como quaisquer sociedades nas quais a Companhia detém ou venha a deter ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis por ações ou quotas, participações em outros tipos societários, consórcios, fundos de investimento e associações de qualquer natureza, em percentual igual ou inferior a 50% (“Investidas”), e não resultem em alterações nos percentuais de participação da FIP WP de tidos diretamente na Companhia ou indiretamente em suas Investidas;
- e) fixação da remuneração total dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) da Companhia em montante igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e
- f) alteração da política de distribuição de dividendos prevista no AA da Companhia.
- (ii) Para aprovação das matérias abaixo será necessário o voto afirmativo dos Acionistas representando, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) do total das ações com direito a voto da Companhia:
- a) alterações do estatuto social da Companhia que prejudiquem ou afetem os interesses do FIP WP na Companhia, inclusive alterações do objeto social da Companhia;
- b) aumento do capital social, exceto nos casos em que o preço de emissão for determinado, sem diluição injustificada da participação detida pelos acionistas da Companhia, com base no valor econômico da Companhia;
- c) fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra reorganização societária, exceto se relativas a reestruturações societárias (i) que envolvam somente a Companhia e/ou suas Investidas e que não resultem em alterações nos percentuais de participação do FIP WP detidos diretamente na Companhia ou indiretamente em suas Investidas; ou (ii) cujas relações de trocas forem determinadas, sem diluição injustificada da participação detida, direta ou indiretamente, pelos Acionistas, com base no valor econômico da Companhia e/ou de suas Investidas e desde que envolvam um terceiro não afiliado da Camil Investimentos;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

d) propositura de medida judicial visando o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou a declaração de autofalência da Companhia, ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”); e

e) dissolução ou liquidação da Companhia, bem como cessação do estado de liquidação.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

Conselho de Administração

Enquanto a participação do FIP WP for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia, (i) o FIP WP terá o direito de eleger e destituir, a qualquer tempo, em votação em separado, 02 (dois) membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia e respectivos suplentes e (ii) a Camil Investimentos terá o direito de eleger e destituir, a qualquer tempo, em votação em separado, 05 (cinco) membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, e respectivos suplentes.

Caso a participação do FIP WP na Companhia seja inferior a 25% (vinte e cinco por cento), mas desde que superior a 15% (quinze por cento) do capital social total e votante da Companhia, o FIP WP terá o direito de eleger e destituir, em votação em separado, 01 (um) conselheiro e respectivo suplente, sendo que os demais membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia passarão a ser eleitos e destituídos pelo voto de Acionistas representando a maioria do capital social total e votante da Companhia. Em contrapartida, caso a participação do FIP WP passe, a qualquer tempo, a deter participação inferior a 15% (quinze por cento) do capital social total e votante da Companhia, os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia passarão a ser eleitos e destituídos pelo voto de Acionistas representando a maioria do capital social total e votante da Companhia.

Qualquer Acionista terá o direito de destituir, a qualquer tempo e independentemente de motivação, os membros do Conselho de Administração por ele eleitos. O Acionista que desejar substituir um conselheiro por ele indicado (a) poderá fazê-lo a qualquer tempo em qualquer Assembleia Geral devidamente instalada, ou (b) enviará comunicação escrita à Companhia e aos demais Acionistas (na forma prevista no AA da Companhia), para que seja convocada Assembleia Geral, nos termos do AA da Companhia e do Estatuto Social da Companhia, na qual todos os Acionistas deverão exercer seus direitos de voto no sentido de aprovar a destituição e a eleição do substituto.

Diretoria

Os Diretores serão eleitos e destituíveis mediante aprovação de, pelo menos, 05 (cinco) conselheiros, exceto pela eleição do Diretor Financeiro e do Diretor Presidente.

Caso os membros do Conselho de Administração não cheguem a um consenso na eleição do Diretor Financeiro e/ou do Diretor Presidente da Companhia, a Reunião do Conselho de Administração na qual foi constatada a desavença será encerrada sem deliberar sobre a matéria e caberá ao Conselho de Administração fazer com que a Companhia contrate, no prazo de 5 (cinco) dias, uma agência de seleção de executivos de renome no mercado, a qual terá o prazo de 30 (trinta) dias para entregar à Companhia e aos Acionistas uma lista contendo 3 (três) profissionais a serem eleitos para a Diretoria. Os Acionistas terão o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento por ambos da referida lista, para decidir quanto à nomeação do novo Diretor.

Se os Acionistas novamente não chegarem a um consenso a respeito da nomeação do novo Diretor, cada um dos Acionistas terá direito de vetar a indicação de 1 (um) dos 3 (três) profissionais indicados pela agência de seleção, devendo ser eleito o

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

profissional que não tiver sido rejeitado por nenhum dos Acionistas.

Comitês Estatutários

Enquanto a FIP WP detiver participação igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social total e votante da Companhia, o Conselho de Administração deverá constituir e manter o Comitê Financeiro e de Novos Negócios e o Comitê de Gestão e Recursos Humanos, assegurando objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade. Os comitês serão compostos por no mínimo 4 (quatro) membros, sendo assegurado tanto à Camil Investimentos quanto à FIP WP a indicação de pelo menos 2 (dois) membros de cada comitê consultivo, os quais deverão ser membros do Conselho de Administração, ou, no caso do FIP WP, funcionários do FIP WP ou de suas afiliadas, salvo se de outra forma aprovado pelo Conselho de Administração, por unanimidade de votos.

Adicionalmente, o FIP WP poderá, enquanto detiver participação igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social total e votante da Companhia, indicar representantes proporcionalmente à sua participação no Conselho de Administração da Companhia, porém em número não inferior a 1 (um), para qualquer outro comitê do Conselho de Administração ou outros órgãos consultivos que eventualmente venham a ser criados para auxílio ao Conselho de Administração.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferências

Qualquer transferência de ações ou direitos de preferência na subscrição de ações, ou títulos conversíveis em ações, ou, ainda, a criação de qualquer ônus sobre elas, em violação ao AA da Companhia não será válida, sendo, portanto, proibido (a) o seu registro pela instituição financeira depositária das ações escriturais da Companhia (ou pela Companhia no Livro de Registro de Transferência de Ações e no Livro de Registro de Ações Nominativas); e (b) o exercício pelo cedente e pelo cessionário do correspondente direito de voto ou qualquer outro direito garantido pelas ações, exceto pelas hipóteses abaixo (“Transferências Permitidas”):

a) quaisquer transferências de ações efetuadas entre os Acionistas e suas respectivas afiliadas, desde que (i) tais afiliadas expressamente adiram a todos os termos e condições do AA da Companhia; e (ii) o acionista cedente comunique, previamente, o outro acionista sobre a transferência, com até 3 (três) dias úteis de antecedência, observado que no caso de quaisquer transferências de ações ou títulos conversíveis em ações efetuadas por qualquer acionista a uma afiliada sua, o Acionista deverá, no caso de uma afiliada pessoa jurídica, (1) não transferir qualquer participação societária detida na afiliada, exceto se para outra afiliada sua, por qualquer forma, direta ou indiretamente, incluindo, mas sem limitação, por operações de fusão, cisão ou incorporação (inclusive de ações), sem antes fazer retornar as ações para o Acionista cedente; (2) não emitir qualquer valor mobiliário que dê o direito a terceiro de receber participações societárias de emissão de tal afiliada; (3) não celebrar qualquer acordo ou contrato, incluindo, sem limitação, sociedades em conta de participação, que confirmem a terceiros, direta ou indiretamente, direitos políticos e/ou econômicos equivalentes aos direitos econômicos e políticos conferidos pelas participações societárias de tal afiliada; e

b) direta e/ou indiretamente, a venda, compromisso de venda, alienação, gravame, cessão, concessão de opção de compra ou venda, troca, aporte ao capital social de outra companhia, transferência ou qualquer outra forma de oneração ou perda da propriedade, direta ou indiretamente, inclusive, mas sem limitação, por meio de reorganizações societárias, de qualquer uma das ações detidas, direta ou indiretamente, em qualquer ocasião, pelos Acionistas, bem

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

como dos direitos atribuídos a tais (“Transferência de Ações”) efetuada em decorrência de Oferta Pública de Ações que venha a ser realizada pela Companhia nos termos do AA da Companhia.

O AA da Companhia estabelece, ainda, que quaisquer modalidades de transferência indireta de ações, incluindo, mas não se limitando, àquelas realizadas mediante incorporação (inclusive de ações), cisão ou fusão, bem como através de permuta de ações, serão consideradas como alienações sujeitas às restrições do AA da Companhia.

A transferência ou cessão da totalidade das ações detidas por cada um dos acionistas feita a um terceiro, quando permitidas pelo AA da Companhia, somente serão válidas se o referido terceiro concordar plena e irrestritamente, por escrito, em aderir ao AA da Companhia, como se fosse parte do original do mesmo, observado que:

(a) na hipótese de o terceiro ser um investidor que tenha por atividade, direta ou indiretamente por meio de afiliadas, a indústria e/ou comércio de produtos alimentícios (“Investidor Estratégico”), a aprovação das matérias descritas nos itens “(i)” e “(ii)” do item “(d)” deste item 15.5 deste Formulário de Referência (bem como das matérias referentes à aprovações do Conselho de Administração da Companhia, também previstas no AA da Companhia), passarão, automaticamente, e independentemente de aditivo ao AA da Companhia, a depender tão somente do voto favorável da maioria das ações ou da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme a respectiva competência;

(b) na hipótese de o terceiro ser um investidor cuja atividade seja: (i) a gestão e investimento de recursos de terceiros com a finalidade de obter retornos financeiros de longo prazo por meio de investimentos de natureza societária, incluindo fundos de investimento, fundos de *private equity*, sociedades de investimentos e assemelhados, observado que não serão considerados Investidores Financeiros aquelas pessoas cuja atividade de gestão e investimento sejam desempenhadas exclusivamente em benefício de Investidor Estratégico (ou respectivas afiliadas), ou ainda de seu controlador ou de seu grupo de controle definido (exceto nos casos de Investidores Soberanos, conforme abaixo definidos) ou (ii) a gestão e investimento de recursos próprios (e.g., *family offices*) com a finalidade de obter retornos financeiros de longo prazo por meio de investimentos de natureza societária, observado que não serão considerados Investidores Financeiros aquelas pessoas que detenham participação controladora em Investidor Estratégico ou cuja atividade de gestão e investimento sejam desempenhadas exclusivamente em benefício exclusivo de Investidor Estratégico (ou respectivas afiliadas) (“Investidor Financeiro”), as restrições descritas na alínea “a” acima passarão, automaticamente e independentemente de aditivo ao AA da Companhia, a depender tão somente do voto favorável da maioria das ações ou da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme a respectiva competência, na forma descrita na alínea “a” acima; e

(c) na hipótese de o terceiro ser um Investidor Financeiro cujos recursos sejam provenientes unicamente de governos ou de suas subdivisões políticas, quer em nível federal, estadual ou municipal, ou qualquer agência, departamento ou órgão de tais governos ou de subdivisões políticas dos mesmos (“Investidor Soberano”), não haverá alteração das condições aplicáveis às restrições descritas na alínea “a” acima.

O AA da Companhia estabelece, ainda, que salvo se expressamente permitido pelo outro acionista e exceto no caso das Transferências Permitidas, nenhuma das partes do AA da Companhia poderá transferir, a qualquer título, total ou parcialmente, ou constituir ônus sobre quaisquer ações de emissão da Companhia (à exceção dos ônus sobre ações permitidos pelo AA da Companhia) ou direitos conferidos por meio das ações ou títulos conversíveis em ações, por um período de 3 (três) anos contados da data de celebração do AA da Companhia (“Período de Lock-Up”).

Direito de Preferência

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Nenhum dos acionistas ou cessionários autorizados (“Acionista Ofertante”) poderá alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, direitos de preferência para subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações (todos referidos coletivamente como “Ações Ofertadas”) para terceiros ou qualquer outro Acionista (“Comprador Potencial”), no todo ou em parte, sem oferta-las primeiro aos demais Acionistas (“Acionista Ofertado”). Os Acionistas Ofertados poderão adquirir até a totalidade das ações vinculadas ofertadas, sendo que a ausência de manifestação pelos mesmos será entendida como não exercício do Direito de Preferência.

A oferta das Ações Ofertadas deverá ser feita mediante o envio de notificação escrita do Acionista Ofertante a ser entregue ao Acionista Ofertado, com cópia para a Companhia (“Notificação da Oferta”), e deverá conter: (a) o número de Ações Ofertadas; (b) o nome e identificação completa do Comprador Potencial e do grupo econômico ao qual pertence, bem como sua qualificação entre Investidor Estratégico, Investidor Financeiro ou Investidor Soberano; (c) os principais termos e condições da oferta, inclusive; (d) o preço oferecido por ação; (e) termos e condições de pagamento; (f) sua opção, conforme sua qualificação e alternativas respectivas, dentre as hipóteses de transferência a terceiros acima descritas, e (g) outras condições da transferência proposta, incluindo as declarações e garantias a serem prestadas e eventuais indenizações (“Termos da Oferta”), e, caso já exista um negócio projetado ou celebrado, encaminhar cópia do instrumento negocial acordado entre o Comprador Potencial e o Acionista Ofertante. Os Termos da Oferta serão vinculantes, irrevogáveis e irretratáveis perante o Comprador Potencial, em relação à obrigação de aquisição das Ações Ofertadas. A Notificação de Oferta será vinculante, irrevogável e irretratável perante o Acionista Ofertado, em relação à obrigação de alienação das Ações Ofertadas, nos exatos Termos da Oferta, caso seja exercido o Direito de Preferência pelo Acionista Ofertado. No período de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da Notificação da Oferta, o Acionista Ofertado deverá informar por escrito ao Acionista Ofertado se irá ou não exercer o seu Direito de Preferência na aquisição das Ações Ofertadas, sendo que a falta de manifestação será considerada, para todos os efeitos, renúncia irrevogável e irretratável do Acionista Ofertado ao respectivo Direito de Preferência.

As restrições previstas no AA aplicar-se-ão à cessão do direito de preferência na subscrição de novas ações vinculadas ao AA e/ou a transferência e cessão de direitos à subscrição de valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações vinculadas.

Tag Along (Direito de Venda Conjunta)

Caso o FIP WP não exerça o seu Direito de Preferência para adquirir as Ações Ofertadas pela Camil Investimentos, o FIP WP terá então o direito de exigir que a transferência das Ações Ofertadas pela Camil Investimentos para o Comprador Potencial englobe, como condição suspensiva, no todo ou em parte, as ações então detidas pelo FIP WP, de forma proporcional à sua participação no capital social da Companhia. Caso a oferta do Comprador Potencial para aquisição de ações implique em transferência direta ou indireta do controle da Companhia, o FIP WP terá, então, o direito de exigir que a transferência das Ações Ofertadas pela Camil Investimentos para o Comprador Potencial seja contratada sob a condição suspensiva de que o Comprador Potencial se obrigue a fazer uma oferta ao FIP WP para a transferência da totalidade de suas ações pelo mesmo preço e condições ofertadas à Camil Investimentos.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Ademais, nos termos da cláusula 4.2.12 do AA, quando for convocada assembleia geral, reunião de sócios ou do Conselho de Administração ou órgão similar das Investidas da Companhia (conforme definido no AA) para deliberar sobre qualquer das matérias relevantes das Investidas, o Conselho de Administração da Companhia deverá reunir-se previamente para apreciar, discutir e deliberar sobre o voto a ser proferido, conforme o caso, (i) pela Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Investidas, ou (ii) pelos membros dos Conselhos de Administração eleitos pela Companhia nas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

reuniões do conselho de administração das Investidas. Além disso, nos termos da cláusula 4.2.12.3 e 4.2.12.4, a decisão do Conselho de Administração da Companhia com relação a uma matéria relevante de uma Investida vinculará (a) o voto da Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Investidas, e (b) o voto dos membros dos Conselhos de Administração eleitos pela Companhia nas reuniões do conselho de administração ou órgão similar das Investidas. O Conselho de Administração da Companhia somente estará obrigado a reunir-se previamente, para apreciar, discutir e deliberar sobre o voto a ser proferido, conforme o caso, (i) pela Companhia nas assembleias gerais ou reunião de sócios das Coligadas (conforme definido no AA), ou (ii) pelos membros dos conselhos de administração ou da diretoria eleitos pela Companhia nas reuniões do conselho de administração ou da diretoria das Coligadas, quando o voto a ser proferido pela Companhia ou pelos membros dos Conselhos de Administração e Diretoria eleitos pela Companhia for necessário para a aprovação ou veto da matéria objeto da ordem do dia da assembleia geral, reunião de sócios, do conselho de administração (ou órgão similar) ou da diretoria das Coligadas, conforme o caso.

(ii) Acordo de Acionistas da Camil Investimentos.

a. partes

São partes do acordo de acionistas vigente da Camil Investimentos (“AA da Camil Investimentos”): (i) o Jacques; (ii) o Luciano; (iii) o Thiago (o Thiago, em conjunto com o Jacques e o Luciano, “Acionistas Camil Investimentos”); (iv) o Jairo; e, como intervenientes anuentes; (v) a Camil Investimentos; (vi) a Companhia; e (vii) esposas dos Acionistas Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero).

b. data de celebração

O AA da Camil Investimentos foi celebrado em 27 de julho de 2017.

c. prazo de vigência

O AA da Camil Investimentos é válido e eficaz por um prazo inicial de 20 (vinte) anos, o qual será automaticamente prorrogado por um prazo adicional de 10 (dez) anos, exceto se houver manifestação em contrário, por escrito, de qualquer Acionista da Camil Investimentos, durante o último semestre de vigência do AA da Camil Investimentos.

O AA da Camil Investimentos permanecerá em pleno vigor, ainda que termine, por qualquer razão, o AA da Companhia.

d. descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas da Camil Investimentos e o Jairo, se com prometeram, por meio da celebração do AA da Camil Investimentos à exercerem seus respectivos poderes de voto na Camil Investimentos e, indiretamente, na Companhia e demais subsidiárias, de forma a garantir a perpetuidade, o crescimento e a solidificação dos negócios de cada uma delas.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações em assembleia geral de acionistas da Camil Investimentos. Cada um dos Acionistas da Camil Investimentos e Jairo deverão votar e fazer com que seus representantes votem, conforme o caso, nas assembleias gerais de acionistas, de modo a dar cum primento e efeito aos termos e condições deste AA da Camil Investimentos.

Todas as deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas da Camil Investimentos serão tomadas pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) das Ações, não se computando os votos em branco, exceto:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (i) se maior quórum for exigido por lei; ou
- (ii) a aprovação de (a) aquisição, por qualquer forma, de participações societárias pela Camil Investimentos, direta ou indiretamente, em suas subsidiárias, inclusive o exercício ou aquisição de direitos de preferência à subscrição ou aquisição de participações societárias em subsidiárias (exceto com relação à Companhia), e (b) da transferência pela Camil Investimentos, por alienação ou outra forma, de participações societárias detidas pela Camil Investimentos, direta ou indiretamente, em subsidiárias, ou de direitos de preferência à subscrição ou à aquisição de participações societárias, e ainda a criação de ônus sobre participações societárias detidas pela Camil Investimentos, direta ou indiretamente, em subsidiárias, assim como cessão, bem como celebração, alteração e distrato de acordos de acionistas/quotistas de tais subsidiárias ou de quaisquer outros contratos que afetem os direitos vinculados às referidas participações societárias, as quais dependerão de aprovação de 95% (noventa e cinco por cento) das ações da Camil Investimentos.

Adicionalmente, toda e qualquer matéria somente poderá ser aprovada na respectiva reunião do conselho de administração se for previamente aprovada, em Reunião Prévia (conforme abaixo definido), pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações da Camil Investimentos, sendo que cada Acionista e o Jairo terão um voto na respectiva Reunião Prévia para cada ação de emissão da Camil Investimento por eles detidas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

Diretoria

Os titulares de direito a voto das ações da Camil Investimentos deverão eleger para os cargos de Diretor Presidente e Diretor sem designação específica da Camil Investimentos, nomes indicados por Jairo e pelos representantes de cada Acionista da Camil Investimentos, após amplo debate em reunião entre o Jairo e os Acionistas da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) (“Reunião do Conselho Familiar”) realizada antes de cada assembleia geral de acionistas da Camil Investimentos que conste na ordem do dia tal deliberação, sendo que a cada representante e ao Jairo caberá a indicação de um nome.

Conselho de Administração

Sempre que for convocada uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, deverá ser realizada uma reunião prévia entre o Jairo e os demais Acionistas da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) (“Reunião Prévia”), com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na Assembleia Geral da Companhia, ficando a Camil Investimentos obrigada a exercer seu voto em conformidade com a deliberação na Reunião Prévia.

Cada Acionista da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) terá o direito de indicar 1 (um) ou mais candidatos para ocuparem o cargo no Conselho de Administração da Companhia, desde que atendam aos requisitos previstos no AA da Camil Investimentos. Na hipótese de impasse na eleição dos conselheiros da Companhia a serem indicados pela Camil Investimentos, os candidatos propostos na Reunião Prévia pelos Acionistas e pelo Jairo serão escolhidos mediante sorteio, até que se complete, pela ordem do sorteio, o número total de membros do Conselho de Administração que caiba à Camil Investimentos eleger na Assembleia Geral da Companhia.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferências

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos poderá, de forma direta ou indireta, em qualquer nível, transferir ou de outra forma negociar ou onerar qualquer das ações da Camil Investimentos, exceto nas hipóteses abaixo:

- (i) para outro Acionista da Camil Investimentos do seu próprio grupo (cada Acionista da Camil Investimentos em conjunto com (a) sua estirpe, (b) seus respectivos cônjuges, companheiros, curadores, herdeiros, legatários e sucessores que se tornem, por qualquer motivo ou razão, titulares das ações (“Sucessores”), e (c) aos cessionários permitidos que se tornem titulares de ações (“Cessionários Permitidos”), conforme procedimentos previstos no AA da Camil Investimentos (“Grupo de Acionistas”);
- (ii) para seus Sucessores; e
- (iii) para qualquer sociedade de propósito específico ou fundo de investimento, desde que 100% (cem por cento) de seu capital social ou de suas cotas, respectivamente, e controle exclusivo sejam detidos diretamente por Thiago, Jacques ou Luciano, e seus respectivos ascendentes, descendentes em linha reta e em qualquer grau, naturais ou civis (adotivos) e herdeiros testamentários, que sejam Cessionários Permitidos.

A transferência de ações entre Acionistas do mesmo Grupo de Acionistas deverá (i) ser previamente autorizada pelos Acionistas pertencentes ao Grupo em questão representando a maioria do capital social detido pelo Grupo, mediante instrumento escrito assinado pelos Acionistas representando tal quórum e entregue à Camil Investimentos, ou (ii) deverá ser feita em observância às disposições de acordo em separado celebrado pelo respectivo Grupo de Acionistas e arquivado na sede da Camil Investimentos.

Direito de Preferência

Caso os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos, recebam oferta firme e de boa-fé de Acionista da Camil Investimentos (ou Sucessores e Cessionários Permitidos deste) pertencente a outro Grupo de Acionistas da Camil Investimentos ou de terceiro (“Comprador Potencial da Camil Investimentos”) para transferir direta ou indiretamente parte ou a totalidade de suas ações na Camil Investimentos (“Proposta”), o Acionista Ofertante deverá enviar uma notificação por escrito aos demais Acionistas (“Acionistas Ofertados da Camil Investimentos”) de sua intenção de venda (“Notificação de Preferência da Camil Investimentos”). Os demais Acionistas da Camil Investimentos terão preferência para adquirir as Ações Ofertadas da Camil Investimentos nos mesmos termos e condições ofertados pelo Comprador Potencial da Camil Investimentos (“Direito de Preferência”).

Tag Along (Direito de Venda Conjunta)

Caso as Ações objeto da Proposta recebida de um Comprador Potencial da Camil Investimentos representem o controle da Camil Investimentos, o(s) Acionista(s) Ofertante(s) somente poderá(ão) contratar a transferência de controle da Camil Investimentos sob a condição de que o Comprador Potencial da Camil Investimentos do Controle se obrigue a fazer oferta irrevogável e irreatável para adquirir a totalidade das ações de propriedade dos demais Acionistas da Camil Investimentos (“Acionistas Alienantes da Camil Investimentos”), nos exatos termos e condições previstos nos instrumentos definitivos da transferência de controle, inclusive pelo preço por ação (“Direito de Venda Conjunta”). Se aplicável, a oferta de aquisição de até a totalidade das ações constará, obrigatoriamente, dos termos da oferta previsto no AA da Camil Investimentos.

Drag Along (Direito de Exigir a Venda).

Se os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Investimentos (“Acionistas Demandantes da Camil Investimentos”) tiverem a intenção de vender a totalidade (e não menos que a totalidade) das ações de sua titularidade, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos poderão exigir que os demais Acionistas da Camil Investimentos (“Acionistas Demandados da Camil Investimentos”) vendam a totalidade das ações de sua titularidade, em conjunto com a totalidade das ações de titularidade dos Acionistas Demandantes da Camil Investimentos, por valor igual ou superior ao valor previsto no AA da Camil Investimentos (“Direito de Exigir a Venda”), para qualquer terceiro interessado, no âmbito de um procedimento de venda competitiva, desde que todos os termos e condições previstos no AA da Camil Investimentos sejam observados. Para tanto, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos deverão enviar uma notificação aos Acionistas Demandados da Camil Investimentos, com cópia para a Camil Investimentos, informando sobre o exercício do direito de exercer a venda.

Caso seja exercido o Direito de Exigir a Venda, e nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos exerça o Direito de Preferência, os Acionistas da Camil Investimentos deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias ou razoavelmente desejáveis para a célere consumação da venda das ações conforme o procedimento previsto no AA da Camil Investimentos, comprometendo-se a celebrar e entregar, contra o pagamento do preço das ações a eles devido, quaisquer instrumentos razoavelmente especificados pelo comprador, incluindo, a assinatura dos termos de transferência de ações no livro de registro de transferência de ações, e, se aplicável, o contrato de compra e venda de ações com declarações e garantias usuais em operações dessa natureza, respondendo os Acionistas vendedores por suas declarações, as quais deverão ser equivalentes às prestadas pelo(s) comprador(es).

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme já mencionado no item “(e)” acima, sempre que for convocada uma assembleia geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, deverá ser realizada uma Reunião Prévia para discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na referida Assembleia Geral.

Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do conselho fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, a Camil Investimentos poderá indicar 1 (um) ou mais candidato(s) para eleição (“Conselheiros Vinculados”). Caso eleitos, os Conselheiros Vinculados deverão exercer seus votos nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as deliberações das Reuniões Prévias, realizada com o fim específico.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Exercício Social Corrente:

Em 20 de julho de 2017, a totalidade da participação acionária no capital social da Companhia detida pela WP Angra dos Reis Holdco S.A. foi sucedida pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), em virtude da dissolução e liquidação da WP Angra dos Reis Holdco S.A..

Em 26 de julho de 2017, foi reduzido o capital social da Camil Investimentos S.A., controladora direta da Companhia, que alterou a estrutura acionária direta da Companhia, conforme apresentado no item 15.1/2 e no item 15.4 deste Formulário de Referência. Referida redução de capital também gerou alteração nos direitos políticos exercidos na Camil Investimentos S.A., uma vez que em razão do cancelamento de ações livres de ônus, o Sr. Jairo Santos Quartiero passou a deter 27,76% dos votos na Camil Investimentos S.A. e cada um dos acionistas da Camil Investimentos S.A., Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, passaram a deter, cada um, 24,08% dos votos.

Exercício Social encerrado em 28 de fevereiro de 2017:

Em 1º de agosto de 2016, o Fundo de Investimento em Participações Camil alienou sua participação acionária, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A. Para mais informações, favor verificar a seção 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 06 de setembro de 2016, o Sr. Jairo Santos Quartiero doou, com reserva de usufruto, a totalidade das ações por ele detidas na Camil Investimentos S.A., controladora direta da Companhia, aos demais acionistas da Camil Investimentos S.A., Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, em proporções iguais, de forma que o Sr. Jairo Santos Quartiero deixou de deter o controle da Camil Investimentos S.A., passando os Srs. Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero a deterem o mesmo percentual de voto na Camil Investimentos S.A.

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2016:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle da Companhia e seus administradores.

Exercício Social encerrado em 28 de fevereiro de 2015:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle da Companhia e seus administradores.

15.7 - Principais operações societárias

1) Alienação da participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Camil para a WP Angra dos Reis Holdco S.A.

a) evento

Alienação da participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Camil, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., em 1º de agosto de 2016.

b) principais condições do negócio

O Fundo de Investimento em Participações Camil alienou 31,75% das ações de emissão da Companhia para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., por meio da celebração do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, entre o Fundo de Investimento em Participações Camil e a WP Angra dos Reis Holdco S.A., em 12 de julho de 2016, tendo a alienação se efetivado em 1º de agosto de 2016, conforme fato relevante publicado pela Companhia na mesma data.

c) sociedades envolvidas

Fundo de Investimento em Participações Camil e WP Angra dos Reis Holdco S.A.

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

O Fundo de Investimento em Participações Camil deixou de ser acionista da Companhia, tendo alienado a totalidade de sua participação, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., que passou a ser acionista da Companhia.

e) quadro societário antes e depois da operação

Antes da Alienação

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
Camil Investimentos S.A.	77.113.587	68,25	0	0	68,25
Fundo de Investimento em Participações Camil	35.873.153	31,75	0	0	31,75
Total	112.986.740	100,0	0	0	100,0

Após a Alienação

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
Camil Investimentos S.A.	77.113.587	68,25	0	0	68,25
WP Angra dos Reis Holdco S.A.	35.873.153	31,75	0	0	31,75
Total	112.986.740	100,0	0	0	100,0

15.7 - Principais operações societárias

f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A. para o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)

a) evento

Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A., representativa de 31,75% do capital social da Companhia, pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), em 20 de julho de 2017.

b) principais condições do negócio

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. foi integralmente dissolvida e liquidada em 20 de julho de 2017, sendo que o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), na qualidade de único acionista da WP Angra dos Reis Holdco S.A., sucedeu todos os ativos e passivos da WP Angra dos Reis Holdco S.A., incluindo a participação por esta detida na Companhia.

c) sociedades envolvidas

WP Angra dos Reis Holdco S.A. e WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia).

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. deixou de ser acionista da Companhia, sendo que a totalidade de sua participação, representativa de 31,75% do capital social da Companhia foi sucedida pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), que passou a ser acionista da Companhia.

e) quadro societário antes e depois da operação

Antes da Sucessão

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	0	0	68,25
WP Angra dos Reis Holdco S.A.	39.057.841	31,75	0	0	31,75
Total	123.017.292	100,0	0	0	100,0

15.7 - Principais operações societárias**Após a Sucessão**

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	0	0	68,25
WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)	39.057.841	31,75	0	0	31,75
Total	123.017.292	100,0	0	0	100,0

f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.8 - Outras informações relevantes

Usufruto

Do total de ações de emissão da Camil Investimentos S.A., controladora da Companhia, detidas pelos Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, 71.664.554, 71.664.554 e 71.664.555, respectivamente, vinculam-se e estão sujeitas a incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto político previstos no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 18 de março de 2013, conforme aditado em 1º de setembro de 2014. Por sua vez, 71.664.555, 71.664.554 e 71.664.554 ações do capital social da Camil Investimentos S.A., controladora da Companhia, detidas, respectivamente, pelos Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto patrimonial previstos no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 06 de setembro de 2016.

Opção de Compra

Os acionistas controladores da Companhia, os Srs. Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero são detentores de uma opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgada pelo WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“WP FIP”) para a aquisição estimada de até 3,5% do capital social total da Companhia, calculado conforme fórmula prevista na opção de compra, a qual somente poderá ser exercida na data de realização da reunião do conselho de administração da Companhia que aprovar o Preço por Ação no âmbito da Oferta Pública. Considerando que, no caso de exercício da Opção de Compra, não haverá emissão de novas ações ordinárias, apenas a mera transferência de ações já existentes do WP FIP para Srs. Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, não haverá diluição dos acionistas que aderirem à oferta pública inicial e ações da Companhia.

Informações adicionais ao item 15.1/15.2

Em função do Acordo de Acionistas da Companhia, o WP FIP poderá ser considerado parte do bloco controlador direto da Companhia. Embora o WP FIP seja gerido pelo Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., tal gestor não possui a gestão discricionária do WP FIP, uma vez que quaisquer decisões de investimento ou desinvestimento estão sujeitas à aprovação prévia do comitê de investimentos do WP FIP, cujos membros pertencem ao grupo Warburg Pincus.

WP FIP é controlado pela XII Callisto Luxco S.à.r.l., XII Europe Luxco S.à.r.l., XII Ganymede Luxco S.à.r.l. e XII BDEP Luxco S.à.r.l., sendo que cada uma dessas é totalmente detida pela Warburg Pincus (Callisto) Private Equity XII (Cayman), L.P., Warburg Pincus (Europa) Private Equity XII (Cayman), L.P., Warburg Pincus (Ganymede) Private Equity XII (Cayman), L.P. (“Acionistas WP LuxCo”) e XII BDEP (Cayman), L.P. (“Acionista BDEP”). O Acionista BDEP é controlado pela Warburg Pincus Private Equity XII-B (Cayman), L.P. e Warburg Pincus Private Equity XII-E (Cayman), L.P. (“Acionistas Indiretos BDEP”). Cada um dos Acionistas WP LuxCo e dos Acionistas Indiretos BDEP possuem um sócio comanditado (*general partner*) responsável pela gestão e controle dos negócios e assuntos dos Acionistas WP LuxCo e dos Acionistas Indiretos BDEP, e não possui interesse econômico em tais entidades. O interesse econômico de cada Acionista WP LuxCo e dos Acionistas Indiretos BDEP ocorre por meio dos sócios comanditários (*limited partners*), no entanto, os investidores dos sócios comanditários em cada uma dessas entidades são investidores passivos que não integram a administração ou controle dos negócios do Acionista WP LuxCo e dos Acionistas Indiretos BDEP. Nenhum investidor individual dos sócios comanditários dos Acionistas WP LuxCo e dos Acionistas Indiretos BDEP, poderá ser considerado, direta ou indiretamente, individualmente ou em grupo, como controlador dos Acionistas WP LuxCo, dos Acionistas Indiretos BDEP, do Acionista BDEP, ou, assim, da Companhia.

Warburg Pincus (Bermuda) Private Equity GP Ltd. (“WP GP”) é a sócia comanditada da Warburg Pincus Partners II

15.8 - Outras informações relevantes

(Cayman), LP, que é a única sócia da Warburg Pincus (Cayman) XII GP LLC, que é a sócia comanditada da Warburg Pincus (Cayman) XII L.P, que é a sócia comanditada dos Acionistas WP LuxCo, do Acionista BDEP e dos Acionistas Indiretos BDEP.

Os Srs. Charles R. Kaye e Joseph P. Landy são os únicos Diretores e Co-Presidentes da WP GP e podem ser considerados como controladores da WP GP e dos membros do grupo Warburg Pincus acima mencionados, incluindo os Acionistas WP LuxCo, o Acionista BDEP e os Acionistas Indiretos BDEP. Srs. Kaye e Landy são cidadãos estadunidenses e seus endereços são localizados na Warburg Pincus LLC, 450 Lexington Avenue, Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos da América.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Companhia celebra, no curso normal dos negócios, operações com partes relacionadas em condições semelhantes àquelas que teriam sido obtidas se tais operações tivessem sido celebradas com terceiros. As deliberações referentes a eventuais transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são de competência do Conselho de Administração, nos termos de seu Estatuto Social, observado também o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia instituiu, no ano de 2017, uma política interna para transações com partes relacionadas visando estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. A política se aplica a todas as entidades do grupo da Companhia, bem como seus colaboradores, administradores e acionistas da Companhia e suas controladas.

Conforme referida política, a Companhia poderá realizar transações com partes relacionadas, observando as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a política, as operações sejam contratadas em condições de mercado, observando durante a negociação os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, respeitando às normas legais e éticas. O Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação entre partes relacionadas à Companhia, exceto transações entre a Companhia e a sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios e transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia.

Adicionalmente, a política constituída pela Companhia estabelece veda a realização de algumas transações entre Partes Relacionadas, exceto em caso de deliberação em contrário dos órgãos competentes, com a abstenção de eventuais partes relacionadas envolvidas.

A política também trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. Caso um conflito de interesses, que importe em um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o administrador conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Os administradores deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

A política interna de transações com partes relacionadas pode ser encontrada nos seguintes endereços eletrônicos: www.camilalimentos.com.br/ri.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	15/05/2017	75.000,00	Não há saldo em aberto.	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil.						
Objeto contrato	Locação de imóvel situado em Recife pela Companhia. Valor informado representa valor total que é pago mensalmente, distribuído em contratos individuais.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há multa estipulada em caso de rescisão ou extinção. O contrato será rescindido ou extinto em caso de (a) prática de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente a este contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária.						
Natureza e razão para a operação	Outra						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2016	125.000,00	Não há saldo em aberto.	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil.						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado em Sertãozinho. Valor informado representa valor total que é pago mensalmente.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 40% sobre a soma das parcelas vencidas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) prática de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente a este contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária.						
Natureza e razão para a operação	Locação						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Locação						
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2016	150.000,00	Não há saldo em aberto.	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Itajaí. Valor informado representa valor total que é pago mensalmente.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 50% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de a) prática de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária.						
5. Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Jairo Santos Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Camil Investimentos	01/12/2009	18.316.349,50	R\$ 6.252.369,19	N/A	Os contratos apresentam vencimento entre 15/09/19 e 15/10/21.	SIM	8,700000
Relação com o emissor	Controladores.						
Objeto contrato	Diversos financiamentos celebrados pela Companhia com Banco do Brasil e Banco ABC Brasil, via Finame com o objetivo de compra de maquinário. A taxa de juros é cobrada diferentemente nos diversos financiamentos, sendo 2,50% a mais baixa e 8,70% a mais alta.						
Garantia e seguros	Garantia pessoal de (i) Jairo Santos Quartiero; (ii) Luciano Maggi Quartiero e aval da Camil Investimentos.						
Rescisão ou extinção	Encerramento do contrato financeiro correspondente.						
Natureza e razão para a operação	Garantia a financiamento						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Devedor indireto						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia, no que diz respeito às transações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Companhia informa que é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a este respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria a natureza e extensão do seu interesse, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a política de transações com partes relacionadas mencionada no item 16.1 acima, trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são todas realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 16 deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/07/2017	2.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/08/2016	Assembleia Geral	01/08/2016	73.723.821,21	Subscrição particular	4.396.173	0	4.396.173	3.89000000	16,77	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Artigo 170, §1º inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

17/01/2017	Reunião do Conselho de Administração	17/01/2017	727,90	Subscrição particular	7.278.980	0	7.278.980	6,29000000	0,10	R\$ por Lote de Mil
------------	--------------------------------------	------------	--------	-----------------------	-----------	---	-----------	------------	------	---------------------

Critério para determinação do preço de emissão Conforme previamente fixado pela Companhia e aprovado nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/08/2016, às 14h.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
28/08/2017	123.017.292	0	123.017.292	369.051.876	0	369.051.876

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
01/08/2016	01/08/2016	19.778.773,04	1.644.601	0	1.644.601	1,40000000	0,00

Forma de restituição

Restituição por meio de ativos.

Razão para redução

Cisão parcial da Companhia - constituídas novas sociedades sob denominação Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajai Empreendimentos e Participações Ltda.

17.5 - Outras informações relevantes

Aumento de Capital de 17/01/2017

Em complemento à informação do item 17.2 acima, esclarecemos que o aumento de capital de janeiro de 2017, aprovado por unanimidade pelos acionistas, foi realizado para ajustar percentual de participação societária entre os acionistas, decorrente de obrigações do contrato de subscrição celebrado em 12 de julho de 2016.

Desdobramento

A ata da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia que deliberou sobre o desdobramento das ações ordinárias da Companhia, bem como outros documentos necessários à efetivação do referido desdobramento, encontram-se em fase de registro junto à, e pendentes de homologação por parte da, Junta Comercial do Estado de São Paulo.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Direito de Retirada: Quaisquer acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se do quadro de acionistas, com o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. O direito de retirada deverá ser exercido em 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral aprovando o ato originador do recesso. Os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia. O direito de retirada poderá ser exercido se a Companhia: (i) cindir; (ii) reduzir o dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudar de objeto social; (iv) fundir ou incorporar outra sociedade; e (v) participar em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem a Assembleia Geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Ver o item 18.2 deste Formulário de Referência para hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A alienação do poder de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o comprador do poder de controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição (“OPA”) das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

A OPA também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 S.A. – Brasil, Balcão (“B3”) o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove a informação. Aquele que adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com os acionistas da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar OPA e pagar quantia equivalente à diferença entre o preço da OPA e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia prevê que, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, seja para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja devido à reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador ou a Companhia, conforme o caso, deverá realizar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado o correspondente ao valor econômico das ações da Companhia, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação vigente.

A apuração do valor econômico das ações da Companhia para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta será realizada por instituição escolhida pela assembleia geral dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração da Companhia. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico em questão deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na respectiva assembleia geral, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Nas hipóteses de saída da Companhia do Novo Mercado ou de cancelamento do registro de companhia aberta, os custos incorridos com a preparação do laudo de avaliação supra-referido serão integralmente suportados pelo ofertante.

Na hipótese do controle da Companhia ser qualificado como difuso, (a) sempre que for aprovado em assembleia geral o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição das ações deverá ser efetivada pela Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em assembleia geral após ter adquirido as ações pertencentes aos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; ou (b) sempre que for aprovada em assembleia geral a saída do Novo Mercado, seja em razão de registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária, os acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação na assembleia geral deverão efetivar a oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Ainda, no caso de haver controle difuso e a B3 determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado, em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, por ato ou fato da administração, deverá ser convocada assembleia geral, na forma do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, visando a destituir e substituir o Conselho de Administração ou tomar as decisões necessárias a sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Se as decisões acima não sanarem o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado no prazo definido pela B3 para tanto, a Companhia deverá, respeitadas as disposições legais, efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas. Caso seja deliberada, em Assembleia Geral, a manutenção de registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Na hipótese de a Companhia ter controle difuso e a saída do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que resultou no descumprimento.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Adicionalmente à suspensão de direitos estabelecida no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a Assembleia Geral dos seus acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, ou pelo Estatuto Social, o Estatuto Social da Companhia prevê a seguinte hipótese: A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. As suspensões motivadas por descumprimento à legislação ou ao Estatuto Social serão cessadas logo que regularizada a obrigação motivadora. Em qualquer caso, a suspensão não abrangerá o direito de fiscalização e solicitação de informações dos acionistas da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

O nosso Estatuto Social estabelece que as disposições contidas no Capítulo VIII - Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado, bem como as regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes em nosso Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da primeira distribuição pública de ações de nossa emissão.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui ações admitidas à negociação em mercados organizados, e as debêntures da 3ª e 4ª emissões da Companhia não foram negociadas nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/03/2014
Data de vencimento	15/03/2019
Quantidade (Unidades)	200
Valor nominal global (Reais)	200.000.000,00
Saldo devedor em aberto	212.985.205,20
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A emissão das debêntures foi realizada no âmbito da Instrução da CVM nº 476/09 ("Instrução CVM 476") e portanto somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida instrução.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	É permitido o resgate antecipado total ou parcial das debêntures pela Companhia, a partir do terceiro ano a contar da Data de Emissão, inclusive, mediante comunicação escrita ao agente fiduciário. Na data do efetivo resgate antecipado total ou parcial, a Companhia efetuará o pagamento (i) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura) e demais encargos devidos e não pagos, conforme Cláusula 4.2 da escritura de emissão ("Escritura"), calculada desde a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado total ou parcial ("Preço Unitário"); e (ii) prêmio correspondente aos percentuais dispostos na tabela da Cláusula 5.1.1 da Escritura, que incidirão sobre o Preço Unitário.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), acrescidos de um spread de 1,30% (um inteiro e três centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A emissão não conta com garantia real ou fidejussória, sendo o seu crédito quirografário. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Escritura), a cada uma das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura) caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação, exceto (i) os quóruns expressamente previstos na Escritura; (ii) o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) previsto para a dispensa de vencimento antecipado; e (iii) a alteração das seguintes características e condições das debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (a) Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.5 da Escritura; (b) datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura; (c) espécie das debêntures; (d) hipóteses de vencimento antecipado; e (e) datas de amortização.

Outras características relevantes Não há outras características relevantes que não as já indicadas nos itens acima.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 1ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2019
Quantidade (Unidades)	213.905
Valor nominal global (Reais)	213.905.000,00
Saldo devedor em aberto	219.489.510,61
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes a um percentual de 99% (noventa e nove por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) ("Remuneração"). A emissão não conta com garantia real ou fidejussória, sendo o seu crédito quirografário. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076/04") e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97") e no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A." ("Termo de Securitização" e "Securitização", respectivamente).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2020
Quantidade (Unidades)	188.350
Valor nominal global (Reais)	188.350.000,00
Saldo devedor em aberto	193.317.642,15
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão ("Escritura"), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) ("Resgate Antecipado"). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado ("Preço de Resgate"). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes a um percentual de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A emissão não conta com garantia real ou fidejussória, sendo o seu crédito quirografário. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

Outras características relevantes As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076/04") e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97") e no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A." ("Termo de Securitização" e "Securitização", respectivamente).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	04/10/2012
Data de vencimento	04/10/2018
Quantidade (Unidades)	170
Valor nominal global (Reais)	170.000.000,00
Saldo devedor em aberto	143.781.435,55
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A emissão das debêntures foi realizada no âmbito da Instrução da CVM nº 476/09 ("Instrução CVM 476") e portanto somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida instrução.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	É admitido o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures, pela Companhia, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, mediante comunicação escrita, ao agente fiduciário. Na data do efetivo resgate antecipado total ou parcial, a Companhia deve efetuar o pagamento (i) do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura) e demais encargos devidos e não pagos, conforme Cláusula 4.2 da escritura de emissão ("Escritura"), calculada desde a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado total ou parcial ("Preço Unitário"); e (ii) prêmio corresponde aos índices dispostos na tabela da Cláusula 5.1.2. da Escritura, que incidirão sobre o Preço Unitário.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), acrescidos de um spread de 1,3546% (um inteiro e três mil e quinhentos e quarenta e seis milésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A emissão conta com garantia real na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios e de conta bancária. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Escritura), a cada uma das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura) caberá um voto. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação, exceto (i) os quóruns expressamente previstos na Escritura; (ii) o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) previsto para a dispensa de vencimento antecipado; e (iii) a alteração das seguintes características e condições das debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (a) Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.5 da Escritura; (b) datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura; (c) espécie das debêntures; (d) hipóteses de vencimento antecipado; (e) datas de amortização; e (f) a alteração, substituição ou o reforço das garantias.
Outras características relevantes	Por ocasião da incorporação da Docelar Alimentos e Bebidas S.A. pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 e a consequente sucessão pela Companhia, todas referências à Garantidora e à Cosan, no âmbito da Escritura, devem ser desconsideradas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures – 1ª Série
Data de emissão	19/05/2017
Data de vencimento	20/07/2020
Quantidade (Unidades)	238.020
Valor nominal global (Reais)	238.020.000,00
Saldo devedor em aberto	238.020.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) de ambas as Séries, em conjunto (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes a um percentual 97% (noventa e sete por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) (“Remuneração”). A emissão não conta com garantia real ou fidejussória, sendo o seu crédito quirografário. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 6ª Emissão estão vinculadas à 117ª (centésima décima sétima) e à 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	19/05/2017
Data de vencimento	19/07/2021
Quantidade (Unidades)	166.980
Valor nominal global (Reais)	166.980.000,00
Saldo devedor em aberto	166.980.000,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão ("Escritura"), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) de ambas as Séries, em conjunto ("Resgate Antecipado"). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado ("Preço de Resgate"). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, correspondentes a um percentual 98% (noventa e oito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) ("Remuneração"). A emissão não conta com garantia real ou fidejussória, sendo o seu crédito quirografário. Para informações a respeito das hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 6ª Emissão estão vinculadas à 117ª (centésima décima sétima) e à 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076/04") e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97") e no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A." ("Termo de Securitização").

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia possui debêntures de sua 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão.

As debêntures da 3ª e da 4ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA e no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos “DOCE11” e “CAML14”, respectivamente.

As debêntures da 1ª e 2ª série da 5ª emissão e as debêntures da 1ª e 2ª série da 6ª emissão da Companhia não são registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

Para mais informações sobre as debêntures da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão, vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.

A Companhia está em fase de pedido de registro de negociação de suas ações ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Balcão e listagem no segmento especial de governança corporativa Novo Mercado, conforme o pedido protocolado em 25 de julho de 2017.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em novembro de 2016, a Companhia realizou a sua 5ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R\$402.255.000,00 (quatrocentos e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais), com valor nominal unitário de R\$1.000,00, sendo 213.905 (duzentos e treze mil novecentos e cinco) certificados de recebíveis do agronegócio da 91ª série (“CRA I Série A”) e 188.350 (cento e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 92ª série (“CRA I Série B”). Os CRA foram emitidos em 13 de dezembro de 2016, com vencimento em dezembro de 2019, para os CRA I Série A e em dezembro de 2020 para os CRA I Série B. Os recursos líquidos obtidos serão destinados pela Companhia por meio da emissão de debêntures serão destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Em maio de 2017, a Companhia realizou a sua 6ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R\$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$1.000,00, sendo 238.020 (duzentos e trinta e oito mil e vinte) certificados de recebíveis do agronegócio da 117ª série (“CRA II Série A”) e 166.980 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 118ª série (“CRA II Série B”). Os CRA foram emitidos em 18 de julho de 2017, com vencimento em julho de 2020, para os CRA II Série A e em julho de 2021 para os CRA II Série B. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da emissão de debêntures serão destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

- (i) 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.*”, celebrado em 04 de outubro de 2012, conforme aditado de tempos em tempos, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados ao reforço de capital de giro e/ou para fins de viabilizar operações de reestruturação de capital.

- (ii) 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.*”, celebrado em 03 de julho de 2014, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusiva e integralmente ao reforço de capital de giro das atividades da Companhia relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos das debêntures e a propostas de aplicação divulgada nas escrituras de emissão das debêntures.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, considerando que não houve desvios dos recursos das debêntures.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou ofertas públicas de aquisição nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de maio de 2017.

18.12 - Outras informações relevantes

3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos:

- (a) descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, nas Garantias e demais documentos da Emissão e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, juros e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) não observância, pela Emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Cláusula 3.7. da Escritura;
- (c) se ocorrer o vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por elas controladas com os Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior;
- (d) se ocorrer o vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por elas controladas com terceiros, inclusive no exterior, cujo valor agregado supere R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (e) se a Emissora e/ou a Garantidora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladas pela Emissora e/ou pela Garantidora, requererem recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (f) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora e/ou da Garantidora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por elas controladas;
- (g) sentença de primeira instância, ou decisão judicial transitada em julgado, contra a Emissora e/ou a Garantidora ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por elas controlada, que imponha obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, e tal valor não seja pago no prazo legal;
- (h) redução de capital social da Emissora (exceto qualquer redução de capital já aprovada pelos acionistas da Emissora até a data da Escritura) e/ou da Garantidora, e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma que nestes casos, ocorra a implicação da concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora e/ou da Garantidora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou da Garantidora decorrentes da Emissão, sendo certo que a alteração do controle acionário da Emissora e a sua posterior incorporação pela Garantidora com sua consequente extinção, não serão considerados vencimento antecipado sob hipótese alguma;
- (i) transformação da Emissora e/ou da Garantidora em sociedade limitada;
- (j) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, e/ou pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente controlada pela Emissora e/ou pela Garantidora, sendo certo que a alteração do controle acionário da Emissora e a sua posterior incorporação pela Garantidora, não serão considerados vencimento

18.12 - Outras informações relevantes

antecipado sob hipótese alguma;

(k) caso a Operação não seja concluída até a Data de Conclusão da Operação;

(l) caso seja efetuada qualquer alteração na Data de Conclusão da Operação sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, respeitado o quórum previsto no item 8.4.1, abaixo; e

(m) caso qualquer declaração ou informação constante dos Documentos de Comprovação da Operação esteja incorreta, incompleta ou imprecisa.

Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos:

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas dispostas na Cláusula VII abaixo, no Contrato de Distribuição, nas Garantias e demais documentos da Emissão não sanada no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro; sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(b) mudança ou transferência, a qualquer título, direta ou indiretamente, do controle societário da Emissora e/ou da Garantidora, ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por qualquer uma delas controlada, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora e/ou da Garantidora, ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por qualquer uma delas controlada, sendo certo que a alteração do controle acionário da Emissora e sua posterior incorporação pela Garantidora, não serão considerados vencimento antecipado sob hipótese alguma;

(c) se a Emissora ou a Garantidora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por controladas pela Emissora e/ou pela Garantidora, sofrerem protestos de título(s) com valor que individualmente ou agregado seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou valor equivalente em moeda estrangeira, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados e revogados em até 3 (três) Dias Úteis contados do efetivo protesto;

(d) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(e) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil;

(f) não atendimento dos seguintes índices financeiros, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens (i) e (ii) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável. Ademais, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras, uma cópia das demonstrações financeiras e formulários de Informações, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras, uma cópia das demonstrações

18.12 - Outras informações relevantes

financeiras e formulários de Informações, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e no prazo previsto no item 7.1(a)(i) abaixo, uma cópia da declaração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários ("Índices Financeiros"):

- (f.1) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a: (a) 3,0x (três vezes) durante toda vigência da Emissão; e
 (f.2) Ativo Circulante/Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez).

Os termos iniciados em letra maiúscula têm o seguinte significado:

- (i) Dívida Líquida corresponde à soma da rubrica de empréstimos, financiamentos, debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora ("Dívida Líquida");
- (ii) EBITDA corresponde ao Resultado Antes dos Impostos (+) amortização e depreciação (-) despesas e receitas financeiras, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora ("EBITDA"); e
- (iii) Ativo Circulante e Passivo Circulante significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil nas informações financeiras da Emissora ("Ativo Circulante" e "Passivo Circulante", respectivamente).
- (g) alienação de ativos da Emissora e/ou da Garantidora, incluindo a alienação de suas controladas operacionais, em montante agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por ano;
- (h) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, quando esta estiver em mora em relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou
- (i) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora e/ou da Garantidora, exceto (i) em operações de crédito agroindustrial realizadas pelo Banco do Brasil S.A., até o limite de R\$8.000.000,00 (oitenta milhões de reais), (ii) operações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES ou por organismos multilaterais, (iii) operações de crédito rural, e (iv) exceto por aqueles já existentes na presente data.

4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos:

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e

18.12 - Outras informações relevantes

assumidas nesta Escritura e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, juros e demais encargos pactuados nas Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) não observância, pela Emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Cláusula 3.7. da Escritura;

(c) decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, cujo valor agregado supere R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(d) se a Emissora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, requerer a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou ainda se houver a decretação de falência;

(e) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada;

(f) decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada que imponha obrigação de pagar valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, e tal valor não seja pago no prazo legal;

(g) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora, em ambos os casos, que impliquem a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão;

(h) transformação societária da Emissora, observada a previsão do artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações; e

(i) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido pelo depósito judicial e/ou contestado no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas.

Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos:

(a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas dispostas na Cláusula VII abaixo, não sanado no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;

(b) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;

(c) incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;

(d) se a Emissora, ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente por ela controlada, sofrer protestos de título(s) com valor que individualmente ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado e revogado em até 3 (três) dias úteis contados do efetivo protesto;

18.12 - Outras informações relevantes

(e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(f) manter os seguintes índices financeiros, salvo se o índice (f.2) abaixo for recomposto no prazo de até 6 (seis) meses contados da verificação do descumprimento, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, (ii) nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de agosto na hipótese de apuração da recomposição do índice (f.2) abaixo, e (iii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas aos itens "(i)" e "(ii)" devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável. Ademais, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta dias) após a data prevista na regulamentação aplicável para divulgação das Demonstrações Financeiras ou das Informações Trimestrais, conforme o caso, uma cópia das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR mencionados acima, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários ("Índices Financeiros"):

(f.1) Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,0x (três vezes); e

(f.2) Ativo Circulante/Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez).

Os termos iniciados em letra maiúscula têm o seguinte significado:

i Dívida Líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora ("Dívida Líquida");

ii EBITDA corresponde ao lucro (prejuízo) operacional (+) amortização e depreciação (-) receitas e despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora ("EBITDA"); e

iii Ativo Circulante e Passivo Circulante significam os montantes de tais rubricas apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil nas informações financeiras da Emissora ("Ativo Circulante" e "Passivo Circulante", respectivamente).

(g) alienação de ativos da Emissora em montante superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por ano;

(h) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, quando esta estiver em mora em relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

18.12 - Outras informações relevantes

- (i) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Em issora, exceto (i) em operações de crédito agroindustrial realizadas pelo Banco do Brasil S.A., até o limite de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), (ii) operações realizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES ou por organismos multilaterais, (iii) operações de crédito rural, (iv) por aqueles já existentes na presente data, (v) ônus e gravames decorrentes de processos judiciais ou administrativos em curso perante órgãos da administração pública direta ou indireta, e (vi) garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; ou
- (j) alienação de qualquer subsidiária da Em issora, cujo faturamento apurado na última demonstração financeira auditada disponível da Companhia, seja superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no “*Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.*”, celebrado em 13 de outubro de 2016, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra e venda de açúcar pela Companhia.

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Hipótese e cálculo do valor de resgate (para primeira e segunda série)

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, de ambas ou de determinada Série (conforme definido na Escritura), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura (“Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Preço de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares de Debêntures (conforme definido na Escritura), a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo (“Prêmio de Resgate”).

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura), realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 8.1. da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maior absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures de cada Série dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 8.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido da Escritura) consideradas em conjunto ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso: (a) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura); (b) alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura; (c) alteração de quaisquer disposições do item 8.5. da Escritura; (d) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; (e) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Cláusula Oitava da Escritura; (f) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (ii) Data de Vencimento;

18.12 - Outras informações relevantes

e (ii) Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos:

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Emissora (“Controladas”); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Emissora e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, fica permitida a aquisição de sociedades em processo de recuperação judicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a de conclusão de “Controladas”;
- (d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou com o garantidora, cujo valor agregado supere R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado e efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;
- (g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas;
- (h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas;
- (i) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações;

18.12 - Outras informações relevantes

- ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito no item 3.1.1. acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Emissora;
 - (k) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6. acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, com base nos relatórios, comprovantes de pagamento e/ou cópias de faturas, nos termos dos itens 3.6.3. e 3.6.4. acima;
 - (l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial;
 - (m) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;
 - (n) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (o) na hipótese de a Emissora e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;
 - (p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão de CRA, que não seja liberado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias contados (i) de sua constituição no Livro de Registro de Debêntures, ou (ii) do envio, pela Securitizadora à Emissora, de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;
 - (q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e
 - (r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1. abaixo, da data do recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;
- (b) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Emissora, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Emissora, desde que o valor total das operações de crédito rural ou

18.12 - Outras informações relevantes

agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Emissora; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Emissora; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Emissora, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Emissora em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

- (d) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;
- (f) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1. abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante, bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;
- (g) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Emissora), caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis, exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, desde que o *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e
- (i) não manutenção do seguinte índice financeiro, o qual será anualmente apurado pela Emissora e analisado conforme procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índice Financeiro”):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos).

18.12 - Outras informações relevantes

Para fins do disposto na alínea (i) do item 4.20.3 acima, entende-se por:

- (i) “Dívida Líquida” corresponde à somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e
- (ii) “EBITDA” corresponde ao [lucro (prejuízo) do período [(+) despesas com imposto de renda e contribuição social] (+) amortização e depreciação (-) receitas financeiras e (+) despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.”

6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no “*Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.*”, celebrado em 19 de maio de 2017, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra e venda de açúcar pela Companhia.

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Hipótese e cálculo do valor de resgate (para primeira e segunda série)

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Preço de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Companhia (“Prêmio de Resgate”)

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura), realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura). As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures de cada Série dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação consideradas em conjunto ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso: (i) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura); (ii) a alteração dos

18.12 - Outras informações relevantes

quóruns de deliberação previstos na Escritura; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.5. da Escritura; (iv) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (ii) Data de Vencimento; e (iii) Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

- (a) “descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia (“Controladas”); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de “Controladas”;
- (d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou com o garantidora, cujo valor agregado supere R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;
- (f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;
- (g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;
- (h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar,

18.12 - Outras informações relevantes

nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

- (i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA de cada Série, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;
- (k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3, acima;
- (l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;
- (m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;
- (n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;
- (p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;
- (q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e
- (r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

- (a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;
- (b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do

18.12 - Outras informações relevantes

- ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data da Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;
- (e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;
- (f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;
- (g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;
- (h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1, abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1, abaixo), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à substituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os

18.12 - Outras informações relevantes

- aprendizes) ou condição análoga à de escravo;
- (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de rating em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo rating atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e
 - (k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

- (i) “Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e
- (ii) “EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.”

Bônus de Subscrição

Além dos valores mobiliários descritos acima, em 1 de agosto de 2016, a Companhia emitiu, nos termos dos artigos 75 a 79 da Lei das Sociedades por Ações, três bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição”), os quais foram atribuídos aos acionistas da Companhia e conferiam a seus respectivos titulares o direito de subscrever novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, observadas as condições descritas em seus respectivos certificados. Os referidos Bônus de Subscrição deixaram de ser válidos e eficazes, não tendo efeito algum para os investidores que se tornem acionistas da Companhia no âmbito de sua oferta inicial de ações, tendo um deles sido exercido em 17 de janeiro de 2017, pela acionista Camil Investimentos S.A., e os remanescentes sido cancelados por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer plano para recompra de ações de emissão da Companhia.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria no exercício social corrente e não manteve valores mobiliários em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**21/07/2017****Cargo e/ou função**

acionistas controladores da Companhia, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados, ou que venham a ser criados, por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia, prestadores de serviços e outros profissionais e, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nos acionistas controladores, suas controladas ou coligadas tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante ("Pessoas Vinculadas"), nos termos definidos na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Divulgação e Negociação"). A Política de Divulgação e Negociação também se aplica aos atos ou fatos relevantes relacionados às controladas ou coligadas da Companhia aos quais as Pessoas Vinculadas tenham tido conhecimento e que se reflitam na Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Companhia, por meio de sua Política de Divulgação e Negociação, estabeleceu as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas Pessoas Vinculadas na divulgação de informações que representem ato ou fato relevante sobre a Companhia quanto à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358, visando evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo dos investidores da Companhia. Especificamente no que tange a negociação de valores mobiliários, as vedações se aplicam tanto às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição, além de se aplicar também às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Vinculadas (observadas as exceções aplicáveis a fundos de investimento não exclusivos e que não tenham suas decisões estratégicas influenciadas por seus cotistas), quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas controladas, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações e às operações de aluguel de valores mobiliários de emissão da Companhia realizadas por Pessoas Vinculadas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Vide descrição inserida no item 20.2 deste Formulário de Referência.

20.2 - Outras informações relevantes

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização:

As Pessoas Vinculadas e a Companhia não poderão negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia e de emissão de suas controladas e coligadas, exceto quando autorizado nos planos individuais de investimento das Pessoas Vinculadas, devidamente autorizados pela diretoria de relações com investidores e respeitado o disposto na Política de Divulgação e Negociação, nas seguintes situações: (i) anteriormente à divulgação ao público de ato ou fato relevante, bem como da informação privilegiada de que tenham conhecimento, nos termos da Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia, conforme descrição da Seção 21 deste Formulário de Referência; (ii) se tiverem conhecimento da existência de intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias; (iii) se estiverem durante o curso de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade em comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, inclusive após a divulgação de ato ou fato relevante nesse sentido, cabendo à diretoria de relações com investidores informar às Pessoas Vinculadas o período para o qual a vedação foi estendida após a divulgação do respectivo ato ou fato relevante; (iv) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou emitir outros valores mobiliários da Companhia, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e (v) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM. Adicionalmente, existe vedação para negociação de valores mobiliários por ex-membros de órgãos da administração da Companhia, que se estenderá (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o afastamento de tal membro; ou (ii) até a divulgação de ato ou fato relevante ao mercado ou até o final do período de vedação eventualmente estendido pelo departamento de relações com investidores, o que ocorrer primeiro. Além disso, é facultado à diretoria de relações com investidores fixar períodos de bloqueio, em que a Companhia e as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com valores mobiliários da Companhia e de suas controladas e coligadas que sejam companhias abertas. Especificamente para negociações da Companhia realizadas com ações de sua própria emissão, as Políticas de Divulgação e Negociação dispõe que o Conselho de Administração não poderá deliberar a respeito de aquisição ou alienação nesse sentido, enquanto as seguintes operações não forem tornadas públicas por meio da divulgação de fato relevante: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário de controlada ou coligada da Companhia que constitua investimento relevante, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária das sociedades do item (i), imediatamente anterior a este.

Apesar de haver previsão de planos individuais de investimento na Política de Divulgação e Negociação, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano individual de investimento arquivado na sede da Companhia.

Acerca dos procedimentos de fiscalização, a Política de Divulgação e Negociação não especifica nenhum rito especial, no entanto estabelece obrigações de comunicação à Companhia, nos termos do artigo 11 e 12 da Instrução CVM 358: (i) por parte dos administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas na hipótese de titularidade e/ou negociações, próprias ou de pessoas a eles ligadas, realizadas com valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por controladas que sejam companhias abertas; e (ii) por parte do acionista controlador e acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizarem Negociações Relevantes, conforme definido na Política de Divulgação e Negociação. Caso não sejam observadas as disposições constantes da Política de Divulgação e Negociação, serão aplicáveis sanções disciplinares definidas pela própria Companhia, sem prejuízo das penalidades impostas pela CVM aos infratores, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme o caso.

Locais onde a política pode ser consultada

A política de negociação pode ser consultada (i) na página da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores, sendo que o endereço eletrônico da referida página é: <http://www.cvm.com.br>; e (ii) na página na página da Companhia na rede mundial de computadores, sendo que o endereço eletrônico da referida página é: www.camilalimentos.com.br/ri.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Para tratamento das informações a serem divulgadas publicamente, a Companhia determina que, sempre que estiverem diante de qualquer informação que considerem ato ou fato relevante, as Pessoas Vinculadas deverão comunicá-lo formalmente, de modo claro e preciso, ao diretor de relações com investidores para que, uma vez tendo o diretor de relações com investidores ou os administradores da Companhia, conforme aplicável, decidido pela caracterização do ato ou fato como relevante, o diretor de relações com investidores divulgue e comunique o referido ato ou fato à CVM e às bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados. Caso constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, as Pessoas Vinculadas deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato relevante à CVM, nos termos do § 2º do art. 3º da Instrução CVM nº 358.

Excepcionalmente, a Companhia pode deixar de divulgar o ato ou fato relevante caso os acionistas controladores ou os administradores entendam que sua revelação poderá pôr em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia caso o acionista controlador informe o diretor de relações com investidores e/ou a área de relações com investidores.

Nessa hipótese, caberá ao diretor de relações com investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente. Além disso, caso qualquer informação que não tenha sido divulgada, por qualquer razão, venha a escapar do controle da Companhia e deixe de existir o sigilo, tal ato ou fato relevante deverá ser amplamente divulgado imediatamente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM 358, a Política de Divulgação e Negociação objetiva estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado.

A comunicação de ato ou fato relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, bem como ao mercado em geral, deverá ocorrer imediatamente após conhecimento a seu respeito, de forma simultânea em todos os mercados, de modo claro e preciso e contendo, em linguagem acessível ao público investidor, as informações exigidas pela regulamentação, por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia. Adicionalmente à divulgação aos órgãos citados acima, a informação será disponibilizada, também, no site de relações com investidores da Companhia (www.camilalimentos.com.br/ri). Sempre que possível, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ocorrer simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios na bolsa de valores em todos os mercados onde os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Cumpre salientar que tanto no endereço da CVM quanto no endereço da Companhia na rede mundial de computadores informado acima, é possível obter cópia da Política de Divulgação e Negociação.

Até a divulgação ao mercado do ato ou fato relevante relacionado à Companhia, as Pessoas Vinculadas deverão guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo, observando os seguintes procedimentos: (i) divulgar informações privilegiadas estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir a informação privilegiada em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento ou em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar tais informações com terceiros, inclusive familiares.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 21 deste Formulário de Referência.

-
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015, 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 28 DE FEVEREIRO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações financeiras

Camil Alimentos S.A.

28 de fevereiro de 2017
com Relatório do Auditor Independente



EY

Building a better
working world

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras

28 de fevereiro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 28 de fevereiro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso



Building a better
working world

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador CRC-1SP218313/O-4

Camil Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	95.005	352.519	139.698	441.377
Aplicações financeiras	5	470.677	30.378	470.677	50.666
Contas a receber de clientes	6	479.236	393.099	676.680	615.038
Estoques	7	579.245	340.579	953.862	857.640
Instrumentos Financeiros - derivativos	19	614	-	614	-
Impostos a recuperar	8	67.597	105.802	75.744	117.705
Partes relacionadas	13	5.498	7.664	10.218	23.555
Outros créditos		20.591	45.075	41.104	75.671
Despesas do exercício seguinte		8.095	5.660	11.236	9.152
Total do ativo circulante		1.726.558	1.280.776	2.379.833	2.190.804
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	32.597	-	32.597	74
Impostos a recuperar	8	1.867	3.518	1.867	3.518
Partes relacionadas	13	15.934	11.713	-	7.150
Estoques	7	8.604	16.991	9.766	16.991
Depósitos judiciais	14	8.776	4.878	9.220	4.949
Outros créditos		4.867	112	9.462	6.012
		72.645	37.212	62.912	38.694
Investimentos	9	765.331	972.597	27.258	20.936
Imobilizado	10	494.095	516.269	797.746	897.619
Intangível	11	229.201	218.069	562.889	593.751
Total do ativo não circulante		1.561.272	1.744.147	1.450.805	1.551.000
Total do ativo		3.287.830	3.024.923	3.830.638	3.741.804

Nota	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	322.575	243.689	467.881	460.561
Empréstimos e financiamentos	12a 488.872	147.396	634.093	367.781
Debêntures	12b 146.078	209.125	146.078	209.125
Partes relacionadas	13 26.060	28.964	4.546	7.640
Obrigações sociais	26.846	26.801	37.918	35.890
Impostos a recolher	24.222	22.479	34.793	54.030
Provisão para férias e encargos	16.579	14.870	27.407	24.642
Programa de parcelamento especial	15 9.613	9.782	9.780	9.964
Outras contas a pagar	7.823	20.644	47.873	74.015
Total do passivo circulante	1.068.668	723.750	1.410.369	1.243.648
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12a 81.672	403.951	262.743	578.460
Debêntures	12b 614.376	334.827	614.376	334.827
Programa de parcelamento especial	15 49.871	54.748	50.745	55.794
Imposto de renda diferido	17b 83.209	67.379	99.935	87.669
Provisão para demandas judiciais	14 29.256	13.830	31.539	14.808
Outras contas a pagar	55	-	208	160
Total do passivo não circulante	858.439	874.735	1.059.546	1.071.718
Patrimônio líquido				
Capital social	16a 581.374	527.428	581.374	527.428
Reservas de lucros	16d 479.697	430.780	479.697	430.780
Ajuste de avaliação patrimonial	16e 299.652	468.230	299.652	468.230
Total do patrimônio líquido	1.360.723	1.426.438	1.360.723	1.426.438
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.287.830	3.024.923	3.830.638	3.741.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	
Receita líquida de vendas e serviços	22	3.687.916	2.939.505	4.947.730	4.228.949
Custos das vendas e serviços	23	(2.788.176)	(2.206.188)	(3.726.592)	(3.194.800)
Lucro bruto		899.740	733.317	1.221.138	1.034.149
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(344.608)	(293.574)	(508.654)	(444.430)
Despesas gerais e administrativas	23	(199.014)	(171.970)	(256.024)	(227.081)
Resultado de equivalência patrimonial	9	66.515	36.569	741	(5.657)
Outras receitas (despesas) operacionais		6.337	(19.547)	3.191	(19.825)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		428.970	284.795	460.392	337.156
Despesas financeiras	18	(190.405)	(180.566)	(224.886)	(227.905)
Receitas financeiras	18	46.012	54.250	66.872	71.960
Resultado antes dos impostos		284.577	158.479	302.378	181.211
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(67.216)	(26.912)	(86.971)	(40.944)
Diferido		(15.830)	(20.791)	(13.876)	(29.491)
Total Imposto de renda e contribuição social	17	(83.046)	(47.703)	(100.847)	(70.435)
Lucro líquido do período		201.531	110.776	201.531	110.776
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social – R\$		1,64	0,98		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016
Lucro líquido do período	201.531	110.776
Outros resultados abrangentes:		
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	(164.468)	175.958
Resultado abrangente do período, líquido de impostos	37.063	286.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros a distribuir	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 28 de fevereiro de 2015		527.428	28.485	291.576	296.265	1.143.754
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	-	175.958	175.958
Realização de depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	(3.993)	3.993
Lucro líquido do período		-	-	-	-	110.776
Destinação proposta:						
Constituição de reserva legal		-	5.539	-	-	(5.539)
Complemento dividendos distribuídos exercício anterior		-	-	-	-	(4.050)
Constituição de reserva de lucros a distribuir		-	-	105.180	-	(105.180)
Saldos em 29 de fevereiro de 2016		527.428	34.024	396.756	468.230	1.426.438
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	-	(164.468)	(164.468)
Realização de depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	(4.110)	4.110
Aumento de Capital	16a	73.724	-	-	-	73.724
Redução de Capital - Cisão	16a	(19.778)	-	-	-	(19.778)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	201.531
Destinação proposta:						
Distribuição de Dividendos	16b	-	-	(156.724)	-	(156.724)
Constituição de reserva legal	16c	-	10.077	-	-	(10.077)
Constituição de reserva de lucros a distribuir		-	-	195.564	-	(195.564)
Saldos em 28 de fevereiro de 2017		581.374	44.101	435.596	299.652	1.360.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	201.531	110.776	201.531	110.776
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(66.515)	(36.569)	(741)	5.657
Encargos financeiros provisionados	150.621	155.992	171.385	181.129
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	4.322	1.079	4.901	1.551
Provisão (reversão) para descontos	7.523	12.865	7.523	12.865
Provisão (reversão) para demandas judiciais	15.426	3.958	16.731	3.682
Provisão (reversão) outras contas	(14.620)	-	(12.357)	-
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(4.686)	4.863
Impostos diferidos	15.830	20.791	13.876	29.491
Depreciações	45.395	44.680	78.234	77.105
Amortizações	8.270	8.608	8.365	8.650
Baixa intangível	-	3.081	-	3.082
Baixa bens do imobilizado	2.630	9.025	3.208	13.611
	370.413	334.286	487.970	452.462
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	(97.982)	6.435	(129.291)	8.759
Estoques	(230.023)	(13.189)	(191.423)	(157.972)
Outros ativos circulantes e não circulantes	50.472	(3.517)	70.740	(8.389)
Total dos ativos	(277.533)	(10.271)	(249.974)	(157.602)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	73.352	25.108	47.978	(25.498)
Salários e encargos a pagar	1.754	18.382	8.887	12.612
Obrigações tributárias	(3.303)	2.313	(4.076)	19.921
Outros passivos circulantes e não circulantes	28.527	13.401	14.076	54.275
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(15.241)	(13.003)
Total dos passivos	100.330	59.204	51.624	48.307
Caixa gerado pelas atividades operacionais	193.210	383.219	289.620	343.167
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	(472.896)	39.483	(467.455)	128.149
Aumento de capital	73.724	-	73.724	-
Dividendos recebidos	63.541	-	-	-
Venda de imobilizado	9.637	8.549	9.637	8.549
Adições ao intangível	(1.162)	(2.747)	(2.509)	(3.123)
Adições aos investimentos	(15.422)	(125.128)	(15.422)	(125.128)
Adições ao imobilizado	(36.501)	(38.347)	(70.989)	(81.632)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	(379.079)	(118.190)	(473.014)	(73.185)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captação (liquidação) de empréstimos	210.493	2.600	196.012	115.059
Juros pagos sobre empréstimos	(125.414)	(111.095)	(157.573)	(157.642)
Dividendos distribuídos	(156.724)	(30.000)	(156.724)	(30.000)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(71.645)	(138.495)	(118.285)	(72.583)
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(257.514)	126.534	(301.679)	197.399
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	352.519	225.985	441.377	243.978
No final do período	95.005	352.519	139.698	441.377
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(257.514)	126.534	(301.679)	197.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.
 Demonstrações dos valores adicionados
 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra
 forma)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	4.041.870	3.226.887	5.479.885	4.632.791
Outras receitas	17.672	4.828	25.013	16.663
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(4.575)	(1.847)	(5.528)	(3.268)
	4.054.967	3.229.868	5.499.370	4.646.186
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.460.308)	(1.885.824)	(3.389.101)	(2.804.201)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(515.313)	(474.857)	(711.324)	(655.973)
Outros	(23.596)	(24.376)	(34.063)	(36.465)
	(2.999.217)	(2.385.057)	(4.134.488)	(3.496.639)
Valor adicionado bruto	1.055.750	844.811	1.364.882	1.149.547
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(53.665)	(53.288)	(86.599)	(85.755)
	(53.665)	(53.288)	(86.599)	(85.755)
Valor adicionado líquido produzido	1.002.085	791.523	1.278.283	1.063.792
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	66.515	36.569	741	(5.657)
Receitas financeiras	46.012	54.250	66.872	71.960
	112.527	90.819	67.613	66.303
Valor adicionado total a distribuir	1.114.612	882.342	1.345.896	1.130.095
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	143.917	129.670	259.627	243.983
Benefícios	53.313	53.466	69.198	68.331
FGTS	13.038	15.202	13.038	15.202
Outros	58.962	45.387	59.012	45.428
	269.230	243.725	400.875	372.944
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	139.113	104.165	158.356	128.447
Estaduais	289.543	225.655	329.829	266.707
Municipais	3.035	2.545	8.345	8.053
	431.691	332.365	496.530	403.207
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	190.405	180.566	224.886	227.905
Aluguéis	21.755	14.910	22.074	15.263
	212.160	195.476	246.960	243.168
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	156.724	-	156.724	-
Lucros retidos do período	44.807	110.776	44.807	110.776
	201.531	110.776	201.531	110.776
	1.114.612	882.342	1.345.896	1.130.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, que tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas, incluindo “Camil”, “Pescador”, “Coqueiro”, “União”, “Barra”, “Dolce”, “Neve” e “Duçula” no Brasil, “Saman” no Uruguai, “Tucapel” no Chile; e “Costeño” e “Paisana” no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados de pescados e açúcares do Brasil e América Latina.

A Companhia possui quinze unidades industriais no Brasil para atenderem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, a Companhia possui nove plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, três no Chile e três no Peru.

Em 12 de julho de 2016, a WP Angra dos Reis Hodco S.A., gerida pela Warburg Pincus LLC, comprou a totalidade da participação do Fundo de Investimentos em Participações Camil, gerido pela Gávea Investimentos Ltda. Em 28 de fevereiro de 2017 sua participação minoritária é de 31,75% do capital social da Companhia.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia. Todas os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

O exercício social da Companhia e suas controladas finda em 28 de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

A sazonalidade da colheita afeta as compras da Companhia, mas não resultam em variações relevantes de resultado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 19 de maio de 2017.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia mantém participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		28/02/2017		29/02/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
CAMILATAM S.A. (a)	Controlada	100,00%	-	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Arrozur S.A.	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Camil Chile SpA.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,86%	-	99,86%
Servicios Externos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Peru					
Camil Alimentos Perú S.A.C. (b)	Controlada	-	-	-	100,00%
Costeño Alimentos S.A.C. (b)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Argentina					
Camil Internacional Argentina S.A. (a)	Controlada	-	-	100,00%	-
La Loma Alimentos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (c)	Controlada	-	-	100,00%	-

(a) No dia 27 de maio 2016, a Camil Internacional Argentina S.A. teve sua razão social alterada para CAMILATAM S.A. e em 1º de julho de 2016 teve seu domicílio alterado para o Uruguai.

(b) No dia 30 de novembro de 2016 a Camil Alimentos Perú S.A.C. foi incorporada pela Costeño Alimentos S.A.C.

(c) No dia 1º de outubro de 2016 a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3. Informação por segmento

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014 a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

Alimentício internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Argentina, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira—Continuação

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido.

2.4.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Na tabela abaixo divulgamos As taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	<u>28/02/2017</u>	<u>29/02/2016</u>
Dolar EUA (USD)	3,0993	3,9796
Peso Argentino (ARS)	0,2009	0,2558
Peso Chile (CLP)	0,0048	0,0057
Novo Sol / Peru (PEN)	0,9539	1,129

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.5. Reconhecimento de receita—Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

São demonstrados no circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.6. Impostos-Continuação

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 24%, na Argentina 35% e no Perú 29,5%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, levando-se em consideração os tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.6. Impostos-Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social*	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido na Ciclo Logística, com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos-Continuação

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

No Uruguai as vendas estão sujeitas a imposto sobre valor agregado (IVA) de 10% a 22%. No Chile a alíquota de IVA é de 19% sobre as vendas. No Perú a alíquota de IVA é de 18%. Na Argentina a alíquota de IVA de 21%.

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedores e produtores, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa -- Continuação

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, head financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizadas pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados.

2.10. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelos valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.10. Contas a receber de clientes—Continuação

A Companhia analisa individualmente todos os saldos existentes de clientes na data do balanço patrimonial e quando há evidência objetiva de que não será capaz de recuperar parcialmente ou na totalidade os valores devidos de acordo com os prazos originais do contas a receber, uma provisão de créditos de liquidação duvidosa é constituída.

2.11. Provisão para descontos contratados

A Companhia e suas controladas possuem programas de incentivos e descontos sobre vendas. Estes programas incluem descontos a clientes por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas. É constituída provisão em montante estimado desses descontos nas datas dos balanços e que são contabilizados como deduções de vendas.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”).

O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda (preço FOB) obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontrar efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.12. Estoques—Continuação

cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.13. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.14. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.14. Imobilizado—Continuação

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Prédios	4%	3%
Máquinas e equipamentos	11%	9%
Máquinas e equipamentos leasing	7%	7%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	19%	20%
Instalações	8%	8%
Benfeitorias	4%	4%
Computadores e periféricos	20%	20%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.16. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Ativos intangíveis—Continuação

refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Taxas anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Coqueiro	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Docelar	17%	17%
Contrato de não competição - aquisição Docelar	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.18. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.18. Provisões—Continuação

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19. Debêntures

Inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.20. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão que concedeu o benefício e de que serão recebidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.21. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.21. Arrendamentos mercantis—Continuação

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, quando existentes, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03-R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 e apresentada como informação suplementar.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. Dessa forma, a sua adoção antecipada não está permitida no Brasil, sendo por hora avaliado pela Administração os futuros impactos de sua adoção.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas --Continuação

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem como objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem como objetivo prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Tem substituição as normas IAS 11 e IAS 18 assim como sua interpretação.
IFRS 16 Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)	Tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 a partir da sua data efetiva. Na opinião da Administração, a expectativa é que a aplicação dessas normas e alterações pendentes de serem aplicadas, exceto pelo IFRS 16, não deverá trazer um efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Disponibilidades	1.733	2.055	25.454	70.625
Aplicações financeiras	93.272	350.464	114.244	370.752
	95.005	352.519	139.698	441.377

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 64,38% (100,39% em 29 fevereiro de 2016) do CDI sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 99,47% do CDI (100,86% em 29 de fevereiro de 2016), e são registradas ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Títulos a vencer	507.231	409.362	672.230	592.767
Títulos vencidos até 30 dias	4.575	2.240	31.992	31.224
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	857	1.058	3.071	6.231
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	184	1.124	904	2.393
Títulos vencidos há mais de 91 dias	6.176	7.257	11.037	12.553
	519.023	421.041	719.234	645.168
Descontos contratados	(29.497)	(21.974)	(29.497)	(21.974)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.290)	(5.968)	(13.057)	(8.156)
	479.236	393.099	676.680	615.038

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Descontos contratados				
Saldo no início do exercício	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)
Adições	(174.130)	(127.131)	(174.130)	(127.131)
Baixas	166.607	114.266	166.607	114.266
Saldo no final do exercício	(29.497)	(21.974)	(29.497)	(21.974)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo no início do exercício	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)
Adições	(6.366)	(2.926)	(6.945)	(3.398)
Baixas	2.044	1.847	2.044	1.847
Saldo no final do exercício	(10.290)	(5.968)	(13.057)	(8.156)

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Produto acabado	195.181	112.969	283.886	250.681
Matéria prima	141.452	63.187	252.688	208.486
Material de embalagem	55.048	49.465	62.194	59.949
Adiantamento a fornecedores	182.437	121.930	330.142	299.736
Outros	13.731	10.019	34.718	55.779
	587.849	357.570	963.628	874.631
Parcela circulante	579.245	340.579	953.862	857.640
Parcela não circulante	8.604	16.991	9.766	16.991

Os estoques estão segurados contra incêndio e riscos diversos. Sua cobertura é determinada em função dos valores de riscos envolvidos. Detalhes das coberturas estão descritas na Nota Explicativa 21.

O saldo de adiantamentos a fornecedores e produtores referem-se a adiantamentos efetuados à cooperativas, companhias produtoras de arroz e produtores independentes para assegurar a compra de arroz, dos quais R\$8.604 (R\$16.991 em 29 de fevereiro de 2016) estão classificados no não circulante, conforme expectativa de realização.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
ICMS e IVA a recuperar	10.088	7.279	10.088	14.824
PIS e COFINS a recuperar	44.109	74.882	44.109	74.882
Imposto de renda retido na fonte	8.272	17.908	13.741	22.265
IPI a recuperar	3.359	6.820	3.359	6.820
Outros	3.636	2.431	6.314	2.432
	69.464	109.320	77.611	121.223
Parcela classificada no circulante	67.597	105.802	75.744	117.705
Parcela não circulante	1.867	3.518	1.867	3.518

O ICMS e IVA a recuperar está representado por montantes que referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e suas controladas, podendo ser compensados com futuros débitos de mesma natureza.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar—Continuação

Na controladora, o PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações usuais da Companhia, a créditos introduzidos pela Lei nº 10.925/04 (a mesma Lei regulamenta a utilização destes créditos). A redução do saldo verificada nessa rubrica refere-se a compensação de impostos federais, principalmente IRPJ e CSLL.

O imposto de renda retido na fonte (IRRF) se refere, substancialmente, a resgate de aplicações financeiras.

9. Investimentos

Os investimentos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Investimento em controladas	580.056	787.322	-	-
Investimento em coligadas	-	-	27.258	20.936
Ágio na aquisição de investimento	185.275	185.275	-	-
	765.331	972.597	27.258	20.936

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Saldo no início do exercício	972.597	760.070	20.936	20.271
Equivalência patrimonial	66.515	36.569	741	(5.657)
Incorporação Carreteiro	(45.772)			
Distribuição de Dividendos	(63.541)	-	-	-
Varição cambial em investimentos	(164.468)	175.958	5.581	6.322
Saldo no final do exercício	765.331	972.597	27.258	20.936

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos --Continuação

As participações em empresas controladas podem ser assim demonstradas:

Controladas diretas

	Investimentos						
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	28/02/2017	29/02/2016
CAMILATAM S.A.	341.165	577.057	67.651	100,0%	67.651	577.057	737.316
Ciclo Logística Ltda.	1.000	2.999	(1.161,00)	100,0%	(1.161,00)	2.999	4.160
Carreteiro Ind e Com de Alimentos S.A.			25	100,0%	25	-	45.846
					66.515	580.056	787.322

Em 5 de janeiro de 2011, foi constituída a Camil Internacional S/A, com sede na Argentina, que a partir do mês de maio de 2011 passou a controlar as subsidiárias Camil Chile SpA e Camil Alimentos Peru S.A.C., e em 31 de outubro de 2011 passou a controlar a subsidiária S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN). Estas empresas eram até então controladas diretas da Companhia. No dia 03 de junho de 2013, a Camil Internacional, adquiriu 100% das quotas da La Loma Alimentos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2011, foi constituída a Ciclo Logística Ltda cujo principal objetivo é a distribuição dos produtos da Camil Alimentos S/A.

No dia 19 de setembro de 2014, a Camil Peru adquiriu 100% das ações da Romero Trading S.A. No dia 29 de fevereiro de 2015, a Costeño Alimentos S.A.C. incorporou a Romero Trading S.A.

No dia 24 de junho de 2015, ocorreu a transferência das ações da La Loma Alimentos S.A. da Camil Internacional Argentina S.A. para a Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.

No dia 1º de outubro de 2016, a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, foi gerado um valor negativo de R\$164.468 (positivo R\$175.958 em 29 de fevereiro de 2016) relativos aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), pesos chilenos (CLP), pesos argentinos (ARS) e novo sol (PEN), respectivamente. Estes efeitos são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos --Continuação

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas e não controladas:

	Capital social	Patrimônio líquido	28/02/2017		Equivalência patrimonial	Investimento	
			Resultado exercício	Participação no capital %		28/02/2017	29/02/2016
SAMAN:							
Arrozur S.A.	27.372	32.300	3.381	49,19%	1.663	15.889	20.420
Tacua S.A.	1.150	3.030	(577)	40,72%	(235)	1.234	1.947
Agencia Marítima Sur S.A.	-	1.100	262	40,72%	107	448	410
Galofer S.A.	20.222	21.527	(1.765)	45,00%	(794)	9.687	(1.841,00)
Total					741	27.258	20.936

10. Imobilizado

Controladora

Custo	Prédios e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Adiantamento a fornecedores		Obras em andamento		Outros	Total
	Terrenos									
Saldo em 29/02/2016	70.244	250.870	510.288	2.035	59.903	21.568	914.908			
Aquisições	1.825	56	673	7.546	22.984	3.417	36.501			
Baixas	-	(308)	(2.974)	-	(659)	(1.010)	(4.951)			
Cisão	(9.805)	(22.061)	-	-	(654)	-	(32.520)			
Incorporação da Carreteiro	-	-	12.942	-	-	651	13.593			
Transferências	5.090	11.320	42.398	(8.268)	(52.243)	112	(1.591)			
Saldo em 28/02/2017	67.354	239.877	563.327	1.313	29.331	24.738	925.940			
Depreciação										
Saldo em 29/02/2016	-	(84.751)	(298.095)	-	-	(15.793)	(398.639)			
Depreciação	-	(7.894)	(35.966)	-	-	(1.535)	(45.395)			
Baixas	-	60	1.703	-	-	558	2.321			
Cisão	-	12.848	-	-	-	-	12.848			
Incorporação da Carreteiro	-	-	(2.706)	-	-	(274)	(2.980)			
Transferências	-	14	(264)	-	-	250	-			
Saldo em 28/02/2017	-	(79.723)	(335.328)	-	-	(16.794)	(431.845)			
Saldo em 29/02/2016	70.244	166.119	212.193	2.035	59.903	5.775	516.269			
Saldo em 28/02/2017	67.354	160.154	227.999	1.313	29.331	7.944	494.095			

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado --Continuação

Consolidado

Custo							Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Saldo em 29/02/2016	121.616	422.611	962.395	2.894	91.569	70.851	1.671.936
Variação cambial	(8.475)	(34.634)	(93.265)	(134)	(5.588)	(6.715)	(148.811)
Aquisições	1.825	1.281	2.465	7.771	49.561	8.086	70.989
Baixas	-	(782)	(3.141)	-	(691)	(1.919)	(6.533)
Cisão	(9.805)	(22.061)	-	-	(654)	-	(32.520)
Transferências	8.066	19.767	64.445	(9.224)	(81.787)	(2.858)	(1.591)
Saldo em 28/02/2017	113.227	386.182	932.899	1.307	52.410	67.445	1.553.470

Depreciação							Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Saldo em 29/02/2016	-	(147.587)	(589.315)	-	-	(37.415)	(774.317)
Variação cambial	-	13.094	63.681	-	-	3.879	80.654
Depreciação	-	(12.690)	(61.828)	-	-	(3.716)	(78.234)
Baixas	-	430	1.760	-	-	1.135	3.325
Cisão	-	12.848	-	-	-	-	12.848
Transferências	-	14	(267)	-	-	253	-
Saldo em 28/02/2017	-	(133.891)	(585.969)	-	-	(35.864)	(755.724)

Saldo em 29/02/2016	121.616	275.024	373.080	2.894	91.569	33.436	897.619
Saldo em 28/02/2017	113.227	252.291	346.930	1.307	52.410	31.581	797.746

As obras em andamento referem-se, substancialmente, a ampliação da capacidade de armazenagem.

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado, registrados à rubrica "Máquinas e equipamentos", em garantia de operações de financiamento (vide Nota Explicativa 12a). O saldo devedor da controladora destes contratos de financiamento, em 28 de fevereiro de 2017 totaliza R\$69.777 (R\$154.481 no consolidado). As operações da controladora foram realizadas com o Banco do Brasil S.A.e Banco Itaú S.A.

As operações das controladas foram realizadas com os bancos Banco FIDIS S.A., Banco Mercedes Benz, Caixa Economica Federal BROU - Banco de La Republica Oriental de Uruguay, Banco Itaú, Banco HSBC, DEG Bank - Banco de fomento do governo alemão, Banco Santander e com o banco Safra.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado --Continuação

O cronograma de vencimentos destes contratos é assim demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2017	28/02/2017
fev/18	13.625	35.311
fev/19	12.222	31.608
fev/20	11.588	28.669
fev/21	9.661	24.572
fev/22	9.131	20.771
após fev/23	13.550	13.550
	69.777	154.481

11. Intangível

Controladora

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 29/02/2016	3.662	-	198.604	14.707	1.096	218.069
Aquisições	862	-	300	-	-	1.162
Amortização	(1.249)	-	-	(6.801)	(220)	(8.270)
Transferência	1.591	-	-	-	-	1.591
Incorporação da Carreteiro	3	-	16.646	-	-	16.649
Saldo em 28/02/2017	4.869	-	215.550	7.906	876	229.201

Consolidado

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 29/02/2016	5.171	283.102	289.675	14.707	1.096	593.751
Aquisições	2.210	-	299	-	-	2.509
Variação cambial	(248)	(16.644)	(9.705)	-	-	(26.597)
Transferência	1.988	3.252	3.649	-	-	1.591
Amortização	(1.342)	-	-	(6.802)	(221)	(8.365)
Saldo em 28/02/2017	7.779	269.710	276.620	7.905	875	562.889

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível – Continuação

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (impairment) e nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016, não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a Companhia possui operações.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 – R1 – Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Os demais anos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa anual ponderada	Controladora		Consolidado	
			28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Capital de giro						
Moeda nacional	-	13,94% a.a.	485.920	473.289	485.920	473.289
Moeda nacional	-	10,66% a.a.	-	-	-	11
Moeda estrangeira	USD	3,19% a.a.	14.847	-	14.847	135.378
Moeda estrangeira	USD	2,8943% a.a.	-	-	60.936	-
Moeda estrangeira	USD	3,91% a.a.	-	-	10.700	-
Moeda estrangeira	CLP	5,80% a.a.	-	-	40.076	36.815
Moeda estrangeira	PEN	7,73% a.a.	-	-	129.876	176.206
Moeda estrangeira	USD	10,73% a.a.	-	-	-	9.161
Leasing	CLP	6,50% a.a.	-	-	-	471
Leasing	PEN	4,87% a.a.	-	-	-	117
Ativo imobilizado - Moeda Estrangeira	USD	3,90% a.a.	2.114	4.956	2.114	4.956
Ativo imobilizado	TJLP	4,36% a.a.	1.919	-	1.920	-
Ativo imobilizado	TJLP	4,47% a.a.	-	-	973	774
Ativo imobilizado	-	2,52% a.a.	-	-	50	1.971
Ativo imobilizado	-	4,29% a.a.	65.744	73.102	65.744	73.102
Ativo imobilizado	USD	4,1254% a.a.	-	-	83.680	33.990
			570.544	551.347	896.836	946.241
Parcela circulante			488.872	147.396	634.093	367.781
Parcela não circulante			81.672	403.951	262.743	578.460

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Abertura dos empréstimos por instituição financeira:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2017	28/02/2017
Banco Citibank	326.143	454.513
Banco Bradesco S.A.	14.847	14.847
Banco Itaú	59.817	89.060
Banco Santander	5.016	43.082
Banco do Brasil	164.435	164.435
BBVA	-	28.217
Banco de La Republica Oriental de Uruguay	-	12.092
HSBC Bank S.A.	-	26.479
DEG Bank	-	10.972
Banco Estado (Chile)	-	14.139
Scotiabank	-	25.865
Outros	286	13.135
	570.544	896.836

Com exceção das operações de capital de giro do Banco do Brasil de R\$ 164.435, do Banco Citibank de R\$326.143, e do Bradesco de R\$14.847 e da operação de financiamento a importação (finimp) do Banco Itaú de R\$2.114, que não possuem garantias, todos os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa 11) e penhor mercantil de estoques. A controlada SAMAN possui empréstimos, no valor de R\$22.935, onde foram dadas em garantia hipotecas, máquinas e estoques das suas Controladas Arrozur S.A e Galofer S.A.

As parcelas de longo prazo dos empréstimos vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
2018	-	328.917	-	432.621
2019	24.604	22.489	79.212	64.479
2020	24.292	21.796	75.877	46.974
2021	9.793	8.957	55.634	12.594
2022	9.209	8.692	38.246	8.692
Após 2022	13.774	13.100	13.774	13.100
Total	81.672	403.951	262.743	578.460

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

b) Debêntures

A composição das debêntures em circulação é conforme segue:

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	P.U.	Controladora e Consolidado	
				28/02/2017	29/02/2016
Garantia Quirografária					
Emitida em 20/01/2012	450,0	CDI + 1,55% aa	1.000	-	152.390
Emitida em 04/10/2012	170,0	CDI + 1,3546% aa	1.000	143.781	180.013
Emitida em 03/07/2014	200,0	CDI + 1,30% aa	1.000	212.986	213.449
Emitida em 23/11/2016 - 1ª série	213,9	99% CDI aa	1.000	219.490	-
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série	188,4	100% CDI aa	1.000	193.318	-
Custo transação				(9.121)	(1.900)
				760.454	543.952
Passivo circulante				146.078	209.125
Passivo não circulante				614.376	334.827

Emissão em 20 de janeiro de 2012

Em 20 de janeiro de 2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária no total de 450 debêntures em duas séries, correspondendo a um valor total de R\$450.000. As debêntures serão amortizadas semestralmente sendo o primeiro pagamento devido em 19 de julho de 2014, e o último pagamento foi em 19 de janeiro de 2017.

O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro e julho de cada ano, iniciando em 19 de julho de 2012 e finalizando na data de vencimento.

O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado trimestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, iniciando em 19 de abril de 2012 e finalizando na data de vencimento e em conjunto com a data de pagamento da remuneração das debêntures da 1ª série.

Os custos incorridos na captação dos recursos foram registrados em conta redutora do passivo, sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de pagamento das debêntures, pelo método da taxa efetiva de juros. Não houve prêmio na emissão das debêntures.

Os recursos captados foram utilizados para o resgate antecipado das 250 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com data de emissão em 10 de

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

b) Debêntures—Continuação

dezembro de 2009, no valor principal de R\$250.000 na data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2014 e saldo liquidado em 19 de janeiro de 2017.

Emissão em 4 de outubro de 2012

No dia 4 de outubro de 2012 foram emitidas 170 debêntures no valor nominal de R\$1.000, pela Docelar Alimentos e Bebidas S.A., não conversíveis em ações da espécie quirografária as quais foram incorporadas pela Camil Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, conforme Ata de aprovação do Instrumento de Justificação.

O pagamento da remuneração das debêntures será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 4 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando em 4 de abril de 2013.

Emissão em 3 de julho de 2014

No dia 3 de julho de 2014 a Companhia constituiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$200.000, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e terão prazo de cinco anos a contar da data da emissão (15 de março de 2014), vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias do DI (depósitos interfinanceiros de um dia), acrescida exponencialmente de um spread de 1,30% ao ano.

Para todas as datas de emissões a Companhia poderá resgatar antecipadamente total ou parcial as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Os contratos de emissão de debêntures prevêem o cumprimento dos seguintes compromissos (“covenants”):

- i) dívida líquida/ebtida igual ou inferior a 3,0 (três vezes) em fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013; (b) 2,75 (duas vírgula setente e cinco vezes) em fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015; (c) 2,5 (duas vírgula cinco vezes) em fevereiro de 2016; e

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

b) Debêntures--Continuação

ii) ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,0 (uma vez).

Emissão em 23 de novembro de 2016 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 23 de novembro de 2016 a Companhia constituiu sua quinta emissão de debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em duas séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Após a aquisição pela Securitizadora, as debentures foram vinculadas às 91ª e 92ª séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debentures de primeira série foram emitidas ao custo de 99% a.a. da taxa CDI, com vencimento em 12 de dezembro de 2019 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2019), sendo o primeiro pagamento em 12 de abril de 2017.

As debentures de segunda série foram emitidas ao custo de 100% a.a. da taxa CDI, com vencimento em 12 de dezembro de 2020 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2020), sendo o primeiro pagamento em 12 de maio de 2017.

Os CRA’s são decorrentes da compra de açúcar da Companhia contratada com a Raízen Energia S.A. (“Raízen”)

Os contratos de emissão de debêntures preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida Líquida/EBTIDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes)

A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

b) Debêntures--Continuação

As parcelas de longo prazo das debêntures vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016
fev/18	-	117.798
fev/19	167.739	167.285
fev/20	261.517	49.744
fev/21	185.120	-
Total	614.376	334.827

13. Transações com partes relacionadas

A sociedade controladora da Companhia é a Camil Investimentos S.A. Não há transações entre a Companhia e sua controladora, exceto quanto ao pagamento de dividendos.

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Ativo circulante				
Contas a receber				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	1.196	2.225	-	-
Ciclo Logística Ltda.	4.302	5.439	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A	-	-	5.869	12.153
Comisaco S.A	-	-	2.324	3.248
Arrozur S.A	-	-	107	6
Outros:				
Climuy S.A.	-	-	1.918	8.148
	5.498	7.664	10.218	23.555
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Coligadas:				
Ciclo Logística Ltda.	15.934	11.713	-	-
Galofer S.A	-	-	-	7.150
	15.934	11.713	-	7.150
Total do ativo	21.432	19.377	10.218	30.705

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas—Continuação

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	15.450	4.214	-	-
Ciclo Logística Ltda.	8.911	6.342	-	-
Carreteiro Alimentos S.A.	-	17.435	-	-
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	617	-
Arrozur S.A.	-	-	2.174	5.332
Tacua S.A.	-	-	6	1.335
Outros:				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	1.699	973	1.699	973
Arfei Investimentos S.A.	-	-	50	-
	26.060	28.964	4.546	7.640
Total do Passivo	26.060	28.964	4.546	7.640

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A Molinos Arroceros Nacionales	103.232	13.517	-	-
La Loma	1.521	-	-	-
Despesas de Aluguel				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	14.829	10.045	14.829	10.045
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	70.218	64.522	-	-
Tzar Logística Ltda.	105	45	105	45
Despesas (receitas) com irrigação				
Comisaco S.A.	-	-	924	677
Climuy S.A.	-	-	6.230	943
Despesas com energia elétrica				
Galofer S.A.	-	-	831	1.408
Despesas com parboilização de arroz				
Arrozur S.A.	-	-	15.612	16.174
Despesas com comissões sobre exportações				
Arfei Investimentos S.A.	-	-	900	121
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	4.016	9.077
Total Despesas	189.905	88.129	43.447	38.490

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas—Continuação

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) referem-se a compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada.

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales.

O prédio e terreno onde está situado a Unidade Produtiva do Estado de São Paulo e a unidade produtiva de Campo Grande no Estado do Rio de Janeiro, pertencem a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda, parte relacionada, que cobra aluguel mensal de R\$720 e R\$704 (R\$523 e R\$450 em 29 de fevereiro de 2016) com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente, respectivamente.

Em 01 de agosto de 2016, ocorreu a cisão parcial desproporcional dos imóveis onde estão situadas as Unidades Produtivas de Sertãozinho e Itajaí as quais foram absorvidas a partir desta data, pelas partes relacionadas, Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda, respectivamente. Desde 01 de agosto de 2016 a Companhia paga aluguel mensal de R\$125 pela unidade de Sertãozinho e R\$150 pela unidade de Itajaí.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos acordados em condições específicas entre as partes.

a) Avais concedidos

A S.A. Molinos Arroceros Nacionales é garantidora das seguintes operações:

Empresas relacionadas:	28/02/2017	29/02/2016
Em operações de empréstimos bancários		
Arrozur S.A.	1.224	4.504
Comisaco	2.877	3.376
Climuy S.A.	1.550	-
Galofer S.A.	15.902	24.073
	21.553	31.953
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	4.109	13.270
Em operações com fornecedores	2.688	3.275
	6.797	16.545

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas—Continuação

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores e Conselheiros Independentes totalizou R\$14.498 (R\$8.260 em 29 de fevereiro de 2016), e está apresentado na rubrica despesas administrativas na demonstração do resultado.

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 houve o desligamento de administradores da companhia, gerando um valor adicional de bônus.

A Companhia não tem como política pagar às pessoas chave da administração remunerações relativas a:

- 1) Benefícios de longo prazo;
- 2) Outros benefícios/remuneração;
- 3) Benefícios pós-emprego, e
- 4) Remuneração baseada em ações.

14. Provisão para demandas judiciais

14.1 Riscos prováveis

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

A provisão para riscos é assim formada:

Demandas Judiciais	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	9.666	273	11	3.880	13.830
Adições	8.125	350	6	16.589	25.070
Baixas	(6.043)	(69)	-	(3.532)	(9.644)
Em 28 de fevereiro de 2017	11.748	554	17	16.937	29.256

Depósitos Judiciais	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.329)	(3.539)	-	(10)	(4.878)
Adições	(1.413)	-	-	(3.068)	(4.481)
Baixas	535	48	-	-	583
Em 28 de fevereiro de 2017	(2.207)	(3.491)	-	(3.078)	(8.776)

Demandas Judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	10.644	273	11	3.880	14.808
Adições	9.430	350	6	16.589	26.375
Baixas	(6.043)	(69)	-	(3.532)	(9.644)
Em 28 de fevereiro de 2017	14.031	554	17	16.937	31.539

Depósitos Judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.400)	(3.539)	-	(10)	(4.949)
Adições	(1.786)	-	-	(3.068)	(4.854)
Baixas	535	48	-	-	583
Em 28 de fevereiro de 2017	(2.651)	(3.491)	-	(3.078)	(9.220)

14.1.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia constituiu provisão baseada em prognósticos de perda.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

14.1.2 Cíveis

A Companhia é ré em ação de cobrança número 0100208-33.2013.8.19.0001, em trâmite pela 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ, movida pela empresa Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (SAAL) sob o argumento de que a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços de tratamento de dejetos industriais, na unidade de São Gonçalo/RJ e, em razão disso, requer o pagamento do valor histórico de R\$6.553. O montante provisionado é de R\$12.606 (atualizado com correção monetária e juros) e o processo aguarda julgamento de embargos de declaração em segundo grau.

14.2 Riscos possíveis

A Companhia está envolvida em processos que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos consultores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões.

- (i) Em novembro de 2010, foi lavrado contra a Companhia auto de infração para cobrança de Imposto de Importação, acrescido de juros de mora e multa no valor total de aproximadamente R\$ 12.482, processo 10480.723715/2010-12 e em março de 2011, com valor total de aproximadamente R\$ 33.005, processo 104807231448/2011-20, em ambos os processos foram alegadas importações de arroz com classificação fiscal incorreta e conseqüente recolhimento do Imposto de Importação a menor. Os processos estão aguardando o julgamento do Recurso Voluntário.
- (ii) Em 2007, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo lavraram auto de infração contra a Companhia, objetivando a cobrança de ICMS por suposto recolhimento a menor, em função da escrituração de créditos supostamente indevidos, correspondentes à diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais, à alíquota de 12%, e o imposto efetivamente pago no Estado de origem, Rio Grande do Sul, calculado à alíquota de 5% por força de benefício fiscal sem autorização do Confaz. O valor atualizado desta notificação é de R\$ 11.037, processo 054.8939-96.0089.26.0014. O processo encontra-se suspenso, aguardando julgamento da ação anulatória anteriormente proposta nº 0041124-52.2010.8.26.0053. A matéria em questão "guerra fiscal" encontra-se em análise pelo STF na sistemática de repercussão geral.
- (iii) Autos de infrações lavrados para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, além de multa isolada, com valor total aproximadamente de R\$ 13.354 e 4.440, relativos ao ano-calendário de 1999 a 2003 e 2004, em decorrência do equivocado entendimento de que as despesas relativas às amortizações do ativo diferido registradas pela empresa seriam indedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL. Os Processos nº 19515.003259/2004-72 e

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

14.2 Riscos possíveis -- Continuação

19515.004131/2007-79, estão aguardando distribuição dos Recursos Especiais interposto pelo Contribuinte e pela Fazenda, respectivamente.

15. Programa de parcelamento especial

Parcelamentos Adicionais

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia protocolou seu pedido de inclusão do saldo devedor do antigo programa de parcelamento especial no novo programa de parcelamento de débitos fiscais federais instituídos pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Com base nos dispositivos da nova Lei e suas regulamentações o saldo devedor remanescente foi recalculado e sob ele aplicado às reduções previstas em lei.

Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de certos processos administrativos nos quais discutia notificações emitidas pelas autoridades fiscais por compensação de débitos fiscais de imposto de renda com créditos de PIS e COFINS, tendo incluído os valores devidos, também no parcelamento especial. Abaixo demonstramos os saldos deste parcelamento:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Saldo devedor original	100.154	100.154	100.154	100.154
Saldo incorporação Speed Transportes Ltda	-	-	1.420	1.420
Parcelamentos consolidados em 2016	370	-	370	-
Juros e Atualizações	38.586	34.004	38.741	34.164
Amortizações ocorridas	(76.052)	(66.054)	(76.586)	(66.406)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(3.574)	(3.574)	(3.574)	(3.574)
	59.484	64.530	60.525	65.758
Circulante	9.613	9.782	9.780	9.964
Não circulante	49.871	54.748	50.745	55.794

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$73.724, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco S.A. ("WP") e 1.211.485 ações foram subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R\$19.778, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R\$581.374, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R\$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de 7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos S.A. em 1 de agosto de 2016, constante do certificado de mesmo número (o "Bônus de Subscrição").

b) Dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, levantar demonstrações financeiras intercalares mensal, trimestral ou semestralmente e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido -- Continuação

b) Dividendos--Continuação

	<u>28/02/2017</u>	<u>29/02/2016</u>
Lucro do exercício	201.531	110.776
Reserva de lucros	4.110	3.993
Constituição de reserva legal	(10.077)	(5.539)
Base para calculo do dividendo	195.564	109.230
Dividendos mínimos obrigatórios	48.891	-
Dividendos complementares pagos	107.833	(4.050)
(%) de dividendos mínimos obrigatórios	25%	-

As distribuições de dividendos foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, conforme a seguir:

- Em 01 de agosto de 2016 no montante de R\$73.724;
- Em 27 de setembro de 2016 no montante de R\$25.000; e
- Em 19 de janeiro de 2017 no montante de R\$58.000.

Os montantes foram registrados à conta reserva de lucros de exercícios anteriores.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, que totaliza no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, o valor de R\$44.101 (R\$34.024 em 29 de fevereiro de 2016).

d) Reserva de retenção de lucros

Será destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital a ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas que aprovará as demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2017 .

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016
Varição cambial sobre investimentos no exterior	180.598	345.067
Reserva de ágio GIF Codajás	70.510	70.510
Custo atribuído	48.544	52.653
Ajuste de avaliação patrimonial	299.652	468.230

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora			
	28/02/2017		29/02/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	284.577	284.577	158.479	158.479
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(71.144)	(25.612)	(39.620)	(14.263)
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro no Brasil	(69.796)	(19.243)	(39.706)	(10.676)
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro no Exterior*	(1.348)	(6.369)	86	(3.587)
	(71.144)	(25.612)	(39.620)	(14.263)
Equivalência patrimonial	16.629	5.986	9.142	3.291
Exclusões (adições) permanentes	(6.506)	(2.399)	(4.598)	(1.655)
Valor registrado no resultado	(61.021)	(22.025)	(35.076)	(12.627)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(83.046)	-	(47.703)
Alíquotas efetivas	-	-29,2%	-	-30,1%

	Consolidado			
	28/02/2017		29/02/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	302.378	302.378	181.211	181.211
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(75.595)	(27.214)	(45.303)	(16.309)
Equivalência patrimonial	185	67	(1.414)	(509)
Exclusões (adições) permanentes	1.215	495	(5.074)	(1.826)
Valor registrado no resultado	(74.195)	(26.652)	(51.791)	(18.644)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(100.847)	-	(70.435)
Alíquotas efetivas	-	-33,4%	-	-38,9%

*Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 24% para as sediadas no Chile, 29,5% para as sediadas no Peru e 35% para as sediadas na Argentina. Não há incidência de contribuição social nesses países.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.498	2.029	4.204	2.680
Provisão para comissões sobre vendas	-	384	-	384
Base negativa IRPJ e CSLL	2.216	-	2.216	-
Provisão para participação nos resultados	6.086	6.422	6.086	6.422
Provisão para perdas de ICMS	4.099	8.716	4.099	8.716
Provisão para demandas judiciais	9.758	4.609	9.758	4.609
Créditos diferidos sobre ágio GIF Codajás *	11.752	25.854	11.752	25.854
Outras provisões temporárias	14.234	10.668	16.566	13.525
Total	51.643	58.682	54.681	62.190
Diferença temporária passiva				
Diferimento depreciação inovação tecnológica	-	489	-	489
Diferimento pagamentos CSLL (MP219)	2.309	4.708	2.309	4.708
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	27.655	5.092	27.655	5.092
Sobre alocação à intangíveis	41.971	44.358	47.937	53.411
Sobre alocação à imobilizados	19.245	20.470	19.245	27.370
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	43.672	50.944	43.672	50.944
Outros	-	-	13.798	7.845
	134.852	126.061	154.616	149.859
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido				
Passivo não circulante	83.209	67.379	99.935	87.669

(*) Os créditos tributários por incorporação referem-se ao futuro benefício de imposto de renda e contribuição social, com base na amortização contábil e fiscal de ágio incorporado. Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (GIF Codajás) empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. O ágio pago por GIF Codajás, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, foi incorporado pela Camil, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Reconciliação Imposto de renda e contribuição social diferidos lançado no resultado

	Controladora		
	28/02/2017	29/02/2016	Varição
Ativo diferido	51.643	58.682	(7.039)
Passivo diferido	(134.852)	(126.061)	(8.791)
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(15.830)

	Consolidado		
	28/02/2017	29/02/2016	Varição
Ativo diferido	54.681	62.190	(7.509)
Passivo diferido	(154.616)	(149.859)	(4.757)
			(12.266)
Varição Cambial			(1.610)
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(13.876)

18. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(150.621)	(155.992)	(171.385)	(181.129)
Derivativos	(19.307)	-	(19.307)	-
Varição cambial	(7.321)	(9.135)	(11.099)	(21.214)
Varição monetária	(5.345)	(11.807)	(5.338)	(11.724)
Outras	(7.811)	(3.632)	(17.757)	(13.838)
	(190.405)	(180.566)	(224.886)	(227.905)
Receitas financeiras				
Juros	5.772	4.325	9.848	8.823
Descontos	3.275	3.134	3.844	3.568
Aplicações financeiras	33.496	27.623	43.192	35.744
Varição cambial	1.972	5.811	8.491	10.454
Varição monetária	479	11.612	479	11.612
Outras	1.018	1.745	1.018	1.759
	46.012	54.250	66.872	71.960
Total	(144.393)	(126.316)	(158.014)	(155.945)

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Valor de mercado

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como abaixo indicado:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.

Aplicações financeiras - aplicações classificadas como “disponíveis para venda” que são mensuradas ao seu valor justo.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e desconto pontualidade.

Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos e debêntures - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas em bancos listados entre os 10 maiores do país.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--
Continuação

Risco de mercado

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas – Derivativos", líquidas.

A Administração considera que os valores contábeis de ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são reconhecidos

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros—Continuação

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--
Continuação

baseados no nível de julgamento associado às inserções usadas para mensurar o valor justo.

- Nível 1: inserções não ajustadas, preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração.

- Nível 2: outras inserções de preços cotados além das incluídas no Nível 1 que são observáveis para ativos ou passivos, tanto direta quanto indiretamente. Estas inserções são derivadas principalmente da corroboração ou pela observação dos dados de mercado por correlação ou outros meios de mensuração de dados e pela duração da vida antecipada dos instrumentos.

- Nível 3: inserções que não são observáveis de ativos ou passivos. Estas inserções refletem a melhor estimativa da companhia do que os participantes do mercado utilizariam na precificação dos ativos e passivos na data da mensuração.

Os valores justos estimados mantidos a valor de mercado são baseados em preços cotados em bolsas, ajustados para refletir diferenças dos mercados locais. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2.

Operações	Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Ganho/Perda
Instrumentos Financeiros Derivativos	Importações Futuras	Dólar	245	12.250	38.415	561
Instrumentos Financeiros Derivativos	Importações Futuras	Euro	25	1.250	4.149	53
	Saldo em 28/02/2017		270	13.500	42.564	614

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de Sensibilidade - Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais, CDI e TJLP estão sujeitas a variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros.

Análise de Sensibilidade - Dívida (valoração das taxas)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável R\$(Mil)	25% R\$(Mil)	50% R\$(Mil)
Financiamento	FINIMP	Flutuação do BRL/USD	3,30	(354)	(1.811)	(3.268)
Financiamento	FINAME	Flutuação da TJLP	7,50%	(150)	(188)	(225)
Financiamento	Capital de Giro	Flutuação do CDI	9,80%	(47.635)	(59.543)	(71.452)
Financiamento	Debêntures	Flutuação do CDI	9,80%	(76.175)	(95.219)	(114.262)
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	3,30	(9.365)	(47.860)	(86.356)
Financiamento	Dívida denominada em PEN**	Flutuação do BRL/PEN	1,015671	(8.410)	(42.982)	(77.554)
Financiamento	Dívida denominada em ARS***	Flutuação do BRL/ARS	0,213910	(460)	(2.349)	(4.238)
Financiamento	Dívida denominada em CLP*	Flutuação do BRL/CLP	0,005109	(2.595)	(13.263)	(23.931)
Total				(145.144)	(263.215)	(381.286)

Análise de Sensibilidade - Investimentos de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras (Desvalorização das taxas)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável R\$(Mil)	-25% R\$(Mil)	-50% R\$(Mil)
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	9,80%	55.497	41.623	27.749
Investimentos de Caixa **	Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,005109	22.330	16.748	11.165
Total				77.827	58.371	38.914

* CLP - pesos Chilenos
** PEN - Novo Sol /Peru
*** ARS - Pesos Argentinos

20. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordo firmado com as categorias de seus colaboradores, a Controladora passou a ter um programa de participação nos resultados ("PPR"), para seus colaboradores.

Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2017, o valor a ser distribuído a título de participação

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Programa de participação nos resultados – Continuação

nos resultados passou a ser calculado com base na relação EBITDA/Receita líquida de vendas e serviços da Companhia. Posteriormente, se avalia o alcance ou superação dos objetivos globais da Companhia e alcance ou superação de seus objetivos setoriais ou áreas específicas. A Companhia registrou uma provisão de R\$17.119 (R\$18.887 em 29 de fevereiro de 2016), às rubricas PPR a pagar e Bônus estatutários a pagar, do passivo circulante no grupo de outras contas a pagar.

21. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Risco	Período de vigência		Valor em Risco	
	De	Até	Controladora	Consolidado
Incêndios e riscos diversos	30/05/2016	30/05/2017	1.116.523	2.195.925
Responsabilidade civil	30/05/2016	30/05/2017	60.000	68.999
Processos Judiciais	27/04/2016	27/04/2021	21.693	21.693
Processos Judiciais	02/05/2016	02/05/2021	1.900	1.900

A suficiência da cobertura de seguros da Companhia e suas controladas são determinadas pela Administração que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita bruta de vendas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	4.269.765	3.334.470	5.186.562	4.341.514
Vendas de mercadorias no mercado externo	77.699	124.131	539.329	541.493
	4.347.464	3.458.601	5.725.891	4.883.007
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(350.001)	(285.349)	(383.922)	(319.245)
Devoluções e abatimentos	(309.547)	(233.747)	(394.239)	(334.813)
	(659.548)	(519.096)	(778.161)	(654.058)
Receita líquida de vendas e serviços	3.687.916	2.939.505	4.947.730	4.228.949

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(2.788.176)	(2.206.188)	(3.726.592)	(3.194.800)
Despesas com vendas	(344.608)	(293.574)	(508.654)	(444.430)
Despesas gerais e administrativas	(199.014)	(171.970)	(256.024)	(227.081)
	(3.331.798)	(2.671.732)	(4.491.270)	(3.866.311)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(53.665)	(53.288)	(86.599)	(85.755)
Despesas com pessoal	(274.551)	(257.630)	(427.719)	(392.448)
Matéria prima e materiais	(2.447.604)	(1.888.119)	(3.175.479)	(2.660.694)
Fretes	(223.714)	(207.241)	(279.235)	(275.849)
Despesas com serviços de terceiros	(51.968)	(52.895)	(61.733)	(62.227)
Despesas com manutenção	(54.138)	(50.886)	(76.662)	(63.418)
Outras despesas	(226.158)	(161.673)	(383.843)	(325.920)
	(3.331.798)	(2.671.732)	(4.491.270)	(3.866.311)

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016	28/02/2017	29/02/2016
Receita líquida de vendas	3.683.270	2.935.335	1.264.460	1.293.614	4.947.730	4.228.949
Lucro bruto	893.093	728.073	328.045	306.076	1.221.138	1.034.149
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(525.792)	(458.227)	(238.886)	(213.284)	(764.678)	(671.511)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	(5.406)	(19.994)	9.338	(5.488)	3.932	(25.482)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	361.895	249.852	98.497	87.304	460.392	337.156
Despesas financeiras	(190.601)	(180.921)	(34.285)	(46.984)	(224.886)	(227.905)
Receitas financeiras	48.095	55.473	18.777	16.487	66.872	71.960
Lucro antes dos impostos	219.389	124.404	82.989	56.807	302.378	181.211
IRPJ e CSLL	(85.509)	(49.828)	(15.338)	(20.607)	(100.847)	(70.435)
Lucro líquido	133.880	74.576	67.651	36.200	201.531	110.776
Ativo Circulante	1.724.072	1.294.549	655.761	896.255	2.379.833	2.190.804
Ativo não Circulante	987.669	995.516	463.136	555.484	1.450.805	1.551.000
Passivo Circulante	1.046.462	728.197	363.907	515.451	1.410.369	1.243.648
Passivo não Circulante	861.734	877.781	197.812	193.937	1.059.546	1.071.718
Depreciações e Amortizações	56.000	54.754	30.599	31.001	86.599	85.755
Capex	36.883	41.708	34.106	39.924	70.989	81.632

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
28 de fevereiro de 2017 e 29 de fevereiro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Evento subsequente

Em 17 de abril de 2017, foi protocolizado, pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, que terão como lastro direitos creditórios representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, a serem emitidas pela Companhia. Demais informações e detalhes da Oferta serão oportunamente divulgadas em Aviso ao Mercado, de acordo com o Artigo 53 da Instrução CVM 400.

Demonstrações financeiras

Camil Alimentos S.A.

29 de fevereiro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes



Camil Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras

29 de fevereiro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações dos valores adicionados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo (SP)

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 29 de fevereiro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Camil Alimentos S.A. em 29 de fevereiro de 2016 , o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2016 , preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação de DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6



Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador CRC-1SP218313/O-4

Camil Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	352.519	225.985	441.377	243.978
Aplicações financeiras	5	30.378	52.990	50.666	134.830
Contas a receber de clientes	6	393.099	413.479	615.038	575.326
Estoques	7	340.579	366.849	857.640	644.975
Impostos a recuperar	8	105.802	109.370	117.705	122.793
Partes relacionadas	14	7.664	13.513	23.555	13.362
Outros créditos		45.075	15.064	75.671	33.150
Despesas do exercício seguinte		5.660	4.930	9.152	9.288
Total do ativo circulante		1.280.776	1.202.180	2.190.804	1.777.702
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	16.872	74	16.936
Impostos a recuperar	8	3.518	2.798	3.518	2.798
Partes relacionadas	14	11.713	-	7.150	5.171
Estoques	7	16.991	-	16.991	-
Depósitos judiciais	15	4.878	4.953	4.949	5.028
Outros créditos		112	16.358	6.012	16.888
		37.212	40.981	38.694	46.821
Investimentos	10	972.597	760.070	20.936	20.271
Imobilizado	11	516.269	531.627	897.619	830.847
Intangível	12	218.069	227.011	593.751	590.117
Total do ativo não circulante		1.744.147	1.559.689	1.551.000	1.488.056
Total do ativo		3.024.923	2.761.869	3.741.804	3.265.758

	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		243.689	217.686	460.561	418.607
Empréstimos e financiamentos	13a	147.396	84.969	367.781	167.394
Debêntures	13b	209.125	172.878	209.125	172.878
Partes relacionadas	14	28.964	29.860	7.640	6.241
Obrigações sociais		26.801	9.905	35.890	18.290
Impostos a recolher		22.479	4.626	54.030	27.464
Provisão para férias e encargos		14.870	13.385	24.642	24.017
Programa de parcelamento especial	16	9.782	9.981	9.964	10.173
Dividendos a pagar		-	25.950	-	25.950
Títulos a pagar		-	71.239	-	71.239
Outras contas a pagar		20.644	7.644	74.015	32.836
Total do passivo circulante		723.750	648.123	1.243.648	975.089
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13a	403.951	271.988	578.460	436.141
Debêntures	13b	334.827	517.967	334.827	517.967
Programa de parcelamento especial	16	54.748	70.089	55.794	71.316
Imposto de renda diferido	18b	67.379	46.588	87.669	56.766
Provisão para demandas judiciais	15	13.830	9.872	14.808	11.126
Outras contas a pagar		-	53.488	160	53.599
Total do passivo não circulante		874.735	969.992	1.071.718	1.146.915
Patrimônio líquido					
Capital social	17	527.428	527.428	527.428	527.428
Reservas de lucros	17	430.780	320.061	430.780	320.061
Ajuste de avaliação patrimonial	17	468.230	296.265	468.230	296.265
Total do patrimônio líquido		1.426.438	1.143.754	1.426.438	1.143.754
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.024.923	2.761.869	3.741.804	3.265.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado		
Nota	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015	
Receita líquida de vendas e serviços	25	2.939.505	2.605.264	4.228.949	3.675.782
Custos das vendas e serviços	26	(2.206.188)	(1.985.545)	(3.194.800)	(2.824.365)
Lucro bruto		733.317	619.719	1.034.149	851.417
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(293.574)	(286.837)	(444.430)	(402.099)
Despesas gerais e administrativas	26	(171.970)	(132.226)	(227.081)	(173.907)
Resultado de equivalência patrimonial	10	36.569	40.606	(5.657)	(303)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(19.547)	7.492	(19.825)	9.916
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		284.795	248.754	337.156	285.024
Despesas financeiras	19	(180.566)	(175.328)	(227.905)	(204.067)
Receitas financeiras	19	54.250	64.721	71.960	75.798
Resultado antes dos impostos		158.479	138.147	181.211	156.755
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	18	(26.912)	(3.009)	(40.944)	(16.898)
Diferido	18	(20.791)	(30.178)	(29.491)	(34.897)
Total Imposto de renda e contribuição social		(47.703)	(33.187)	(70.435)	(51.795)
Lucro líquido do exercício		110.776	104.960	110.776	104.960
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social – R\$		0,98	0,93		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015
Lucro líquido do exercício	110.776	104.960
Outros resultados abrangentes:		
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	175.958	79.084
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	286.734	184.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
Exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital					Reservas de lucros			Total
		Capital social	Subvenções para investimentos	Reserva legal	Lucros a distribuir	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			
Saldos em 28 de fevereiro de 2014		527.428	333	23.237	213.728	221.267	-	-	985.993	
Varição cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	79.084	-	-	79.084	
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos	17e	-	-	-	-	(4.086)	4.086	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	104.960	-	104.960	
Destinação proposta:										
Constituição de reserva legal	17c	-	-	5.248	-	-	(5.248)	-	-	
Provisão de dividendos a distribuir	17b	-	-	-	-	-	(25.950)	-	(25.950)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir	17b	-	(333)	-	77.848	-	(77.848)	-	(333)	
Saldos em 28 de fevereiro de 2015		527.428	-	28.485	291.576	296.265	-	-	1.143.754	
Saldos em 28 de fevereiro de 2016		527.428	-	28.485	291.576	296.265	-	-	1.143.754	
Varição cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	175.958	-	-	175.958	
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos	17e	-	-	-	-	(3.993)	3.993	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	110.776	-	110.776	
Destinação proposta:										
Constituição de reserva legal	17c	-	-	5.539	-	-	(5.539)	-	-	
Complemento dividendos distribuídos exercício anterior	17b	-	-	-	-	-	(4.050)	-	(4.050)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir	17b	-	-	-	105.180	-	(105.180)	-	-	
Saldos em 29 de fevereiro de 2016		527.428	-	34.024	396.756	468.230	-	-	1.426.438	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	110.776	104.960	110.776	104.960
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(36.569)	(40.606)	5.657	303
Encargos financeiros provisionados	155.992	141.456	181.129	163.231
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	1.079	(4.541)	1.551	(4.551)
Provisão (reversão) para descontos	12.865	(2.159)	12.865	(2.159)
Provisão para demandas judiciais	3.958	1.821	3.682	1.536
Impostos diferidos	20.791	30.178	29.491	34.897
Varição cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	4.863	3.300
Depreciações	44.680	44.881	77.105	67.414
Amortizações	8.608	8.263	8.650	8.849
Baixa intangível	3.081	-	3.082	-
Baixa bens do imobilizado	9.025	(251)	13.611	(2.500)
	334.286	284.002	452.462	375.280
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	6.435	3.059	8.759	4.905
Estoques	(13.189)	35.245	(157.972)	46.633
Outros ativos circulantes e não circulantes	(3.517)	(46.391)	(8.389)	(33.769)
Total dos ativos	(10.271)	(8.087)	(157.602)	17.769
Redução (aumento) nos passivos				
Fornecedores	25.108	42.082	(25.498)	31.848
Salários e encargos a pagar	18.382	(8.360)	12.612	(6.518)
Obrigações tributárias	2.313	(4.690)	19.921	7.213
Outros passivos circulantes e não circulantes	13.401	15.020	54.275	38.824
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(13.003)	(12.407)
Total dos passivos	59.204	44.052	48.307	58.960
Caixa gerado pelas atividades operacionais	383.219	319.967	343.167	452.009
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	39.483	(13.008)	128.149	(64.490)
Venda de imobilizado	8.549	6.080	8.549	6.268
Adições ao intangível	(2.747)	(984)	(3.123)	(1.145)
Adições aos investimentos	(125.128)	(84.880)	(125.128)	(142.534)
Adições ao imobilizado	(38.347)	(46.990)	(81.632)	(70.079)
Caixa advindo das aquisições	-	-	-	3.612
Caixa (consumido) pelas atividades de investimentos	(118.190)	(139.782)	(73.185)	(268.368)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captação (liquidação) de empréstimos	2.600	(34.065)	115.059	(60.818)
Juros pagos sobre empréstimos	(111.095)	(96.005)	(157.642)	(106.701)
Dividendos distribuídos	(30.000)	(33.533)	(30.000)	(34.000)
Caixa aplicado (gerado pelas) nas atividades de financiamento	(138.495)	(163.603)	(72.583)	(201.519)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	126.534	16.582	197.399	(17.878)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	225.985	209.403	243.978	261.856
No final do exercício	352.519	225.985	441.377	243.978
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	126.534	16.582	197.399	(17.878)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	3.226.887	2.848.347	4.632.791	4.091.377
Outras receitas	4.828	12.051	16.663	18.067
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(1.847)	10	(3.268)	(633)
	3.229.868	2.860.408	4.646.186	4.108.811
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.885.824)	(1.712.225)	(2.804.201)	(2.577.395)
Materiais, energia, erviços terceiros, outros	(474.857)	(436.463)	(655.973)	(580.207)
Outros	(24.376)	(4.559)	(36.465)	(8.140)
	(2.385.057)	(2.153.247)	(3.496.639)	(3.165.742)
Valor adicionado bruto	844.811	707.161	1.149.547	943.069
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(53.288)	(53.144)	(85.755)	(76.263)
	(53.288)	(53.144)	(85.755)	(76.263)
Valor adicionado líquido produzido	791.523	654.017	1.063.792	866.806
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	36.569	40.606	(5.657)	(303)
Receitas financeiras	54.250	64.722	71.960	75.799
	90.819	105.328	66.303	75.496
Valor adicionado total a distribuir	882.342	759.345	1.130.095	942.302
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	129.670	121.757	243.983	208.668
Benefícios	53.466	40.769	68.331	55.903
FGTS	15.202	12.520	15.202	12.520
Outros	45.387	34.118	45.428	34.217
	243.725	209.164	372.944	311.308
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	104.165	64.958	128.447	84.752
Estaduais	225.655	190.062	266.707	219.026
Municipais	2.545	2.816	8.053	5.913
	332.365	257.836	403.207	309.691
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	180.566	175.328	227.905	204.067
Aluguéis	14.910	12.057	15.263	12.276
	195.476	187.385	243.168	216.343
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	25.950	-	25.950
Lucros retidos do exercício	110.776	79.010	110.776	79.010
	110.776	104.960	110.776	104.960
	882.342	759.345	1.130.095	942.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, que tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas, incluindo "Camil", "Pescador", "Coqueiro", "União", "Barra", "Dolce", "Neve" e "Duçula" no Brasil, "Saman" no Uruguai, "Tucapel" no Chile; e "Costeño" e "Paisana" no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados de pescados e açúcares do Brasil e América Latina.

As atividades da Companhia são supridas por dez unidades de beneficiamento de grãos no Brasil, dez no Uruguai, três no Chile, duas no Peru e uma na Argentina, além de duas plantas de processamento de pescados e quatro plantas de processamento de açúcar, sendo duas próprias e duas subcontratadas, localizadas no Brasil.

O "Fundo de Investimentos em Participações Camil", gerido pela Gávea Investimentos Ltda., detém uma participação acionária de 31,75% do capital social da Companhia.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia. Todas as pronunciações em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciações, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciações Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

O exercício social da Companhia e suas controladas finda em 28 de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A sazonalidade da colheita afeta as compras da Companhia, mas não resultam em variações relevantes de resultado.

O saldo ativo de “Adiantamentos a fornecedores e produtores” do exercício anterior foi reclassificado para o grupo de “Estoques”, para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício findo em 29 de fevereiro de 2016.

O Presidente e o Vice-Presidente da Companhia autorizaram a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 17 de maio de 2016.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		2016		2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) (b)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
S.A. Mercantil Uruguay (SAMU) (b)	Controlada	-	-	-	100,00%
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
La Loma Alimentos S.A. (a)	Controlada	-	100,0%	-	-
Arrozur S.A.	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Camil Chile SpA.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,86%	-	99,86%
Servicios Externos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Peru					
Camil Alimentos Perú S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Argentina					
Camil Internacional Argentina S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
La Loma Alimentos S.A. (a)	Controlada	-	-	-	100,00%
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-

- (a) No dia 24 de junho de 2015, ocorreu a transferência das ações da La Loma Alimentos S.A. da Camil Internacional Argentina S.A. para a Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.
(b) No dia 29 de fevereiro de 2016, a S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) incorporou a S.A. Mercantil Uruguay (SAMU).

2. Políticas contábeis--Continuação

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição conforme prevê o CPC 15 (R1)/IFRS3. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo

2. Políticas contábeis--Continuação

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Combinação de negócios--Continuação

da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.4. Informação por segmento

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014 a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

Alimentício internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Argentina, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

2. Políticas contábeis--Continuação

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.5.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido.

2.5.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.7. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

São demonstrados no circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 22,5%, na Argentina 35% e no Perú 30%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei 12.973/14, levando-se em consideração os tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.7. Impostos-Continuação

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Impostos-Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social*	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido na Ciclo Logística, com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

No Uruguai as vendas estão sujeitas a imposto sobre valor agregado (IVA) de 10% a 22%. No Chile a alíquota de IVA é de 19% sobre as vendas. No Perú a alíquota de IVA é de 18%. Na Argentina a alíquota de IVA de 21%.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedores e produtores, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esse ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados.

2.11. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelos valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.12. Provisão para descontos contratados

A Companhia e suas controladas possuem programas de incentivos e descontos sobre vendas. Estes programas incluem descontos a clientes por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas. É constituída provisão em montante estimado desses descontos nas datas dos balanços e que são contabilizados como deduções de vendas.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz").

O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda (preço FOB) obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontrar efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Taxas ponderadas anuais de depreciação</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prédios	4%	3%
Máquinas e Equipamentos	11%	9%
Máquinas e Equipamentos Leasing	7%	7%
Móveis e Utensílios	10%	10%
Veículos	19%	20%
Instalações	8%	8%
Benfeitorias	4%	4%
Computadores e Periféricos	20%	20%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Taxas anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Coqueiro	20%	20%
Relacionamento com clientes - aquisição Docelar	17%	17%
Contrato de não competição - aquisição Docelar	20%	20%

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Debêntures

Inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão que concedeu o benefício e de que serão recebidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

No exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, a subvenção governamental da unidade de Pernambuco não foi reconhecida devido estar em processo de renovação.

2.22. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, quando existentes, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.23. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.24. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03-R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 e apresentada como informação suplementar.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia está avaliando os eventuais impactos de adoção inicial das normas e, exceto pelos IFRS 9, 15 e 16, listados abaixo, não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fonecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes a cerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, essas operações. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos—Continuação

apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para demandas Judiciais

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Disponibilidades	2.055	2.744	70.625	20.736
Aplicações financeiras	350.464	223.241	370.752	223.242
	352.519	225.985	441.377	243.978

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 100,39% (99,82% em 28 fevereiro de 2015) do CDI sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 100,86 do CDI (102,5% em 28 fevereiro 2015), e são registradas ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Títulos a vencer	409.362	416.526	592.767	549.391
Títulos vencidos até 30 dias	2.240	8.207	31.224	28.208
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	1.058	771	6.231	4.251
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.124	590	2.393	2.989
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.257	3.128	12.553	7.946
	421.041	429.222	645.168	592.785
Descontos contratados	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)
Ajuste a valor presente	-	(1.745)	-	(1.745)
	393.099	413.479	615.038	575.326

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Descontos contratados	(9.109)	(11.268)	(9.109)	(11.268)
Saldo no início do exercício	(12.865)	2.159	(12.865)	2.159
Adições	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)
Saldo no final do exercício				

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo no início do exercício	(4.889)	(9.430)	(6.605)	(11.156)
Adições	(2.926)	-	(3.398)	-
Baixas	1.847	4.541	1.847	4.551
Saldo no final do exercício	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Produto Acabado	112.969	116.445	250.681	186.067
Matéria prima	63.187	82.093	208.486	141.652
Material de embalagem	49.465	30.713	59.949	37.496
Adiantamento a fornecedores	121.930	130.317	299.736	230.688
Outros	10.019	7.281	55.779	49.072
	357.570	366.849	874.631	644.975
Parcela classificada no circulante	(340.579)	(366.849)	(857.640)	(644.975)
Parcela não circulante	16.991	-	16.991	-

Os estoques estão segurados contra incêndio e riscos diversos. Sua cobertura é determinada em função dos valores de riscos envolvidos. Detalhes das coberturas estão descritas na Nota 24.

Os principais movimentos ocorridos em fevereiro 2016 estão relacionados a compra antecipada da safra de arroz no Chile e Uruguai.

O saldo de adiantamentos a fornecedores e produtores referem-se a adiantamentos efetuados à cooperativas, companhias produtoras de arroz e produtores independentes para assegurar a compra de arroz, dos quais R\$16.991 estão classificados no ativo não circulante.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
ICMS e IVA a recuperar	7.279	3.649	14.824	13.745
PIS e COFINS a recuperar	74.882	74.370	74.882	74.370
Imposto de renda retido na fonte	17.908	9.073	22.265	12.399
IPI a recuperar	6.820	13.651	6.820	13.651
Outros	2.431	11.425	2.432	11.426
	109.320	112.168	121.223	125.591
Parcela classificada no circulante	105.802	109.370	117.705	122.793
Parcela não circulante	3.518	2.798	3.518	2.798

O ICMS e IVA a recuperar está representado por montantes a recuperar que referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e suas controladas, podendo ser compensados com futuros débitos de mesma natureza. No Brasil, os créditos acumulados também podem ser vendidos a terceiros, desde que observadas certas condições. A Companhia possui, também um saldo a recuperar de ICMS de R\$25.634, advindo da aquisição da Docelar, o qual apresenta uma provisão para perdas de igual valor, devido a baixa probabilidade de recuperação dos referidos créditos.

Na controladora, o PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, a créditos introduzidos pela Lei nº 10.925/04 (a mesma Lei regulamenta a utilização destes créditos) e créditos referentes ao auto arbitramento, realizado pela Femepe Indústria e Comércio S.A., nos períodos de 2005 a 2009. É objeto de estudo por parte da administração da Companhia a forma de utilização desses valores, não sendo esperadas perdas na realização dos referidos créditos. A Femepe Indústria e Comércio S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. em 1º de novembro de 2011.

O imposto de renda retido na fonte (IRRF) refere-se, substancialmente, a resgate de aplicações financeiras.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Combinações de negócios

a) Romero Trading S.A

No dia 19 de setembro de 2014, ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações entre a Camil e os acionistas Romero Trading S.A., no valor de R\$ 57.654 (USD 22.520 na data da transação) que previa a aquisição, por meio de sua controlada Camil Peru, da totalidade das ações representativas do capital social de referida sociedade. O fechamento da aquisição estava sujeito a condições precedentes costumeiras em operações desta natureza, a qual foi efetivada no dia 28 de novembro de 2014 com o pagamento da contraprestação no valor de R\$56.279, a qual teve uma redução de preço de R\$1.375 (USD537) relativa aos valores justos identificados.

A Companhia concluiu o processo de identificação do valor justo dos ativos e passivos da Romero Trading S.A. o qual, está apresentado a seguir:

Ativos	R\$ mil
Caixa	3.612
Contas a receber	13.205
Estoques	7.657
Impostos a recuperar	5.515
Outras contas	4
Imobilizado	8.835
Intangível	21.808
Total dos ativos	60.636
Passivos	
Fornecedores	5.757
Impostos e Contribuições	893
Empréstimos	18.279
Outros passivos	2.682
Total dos Passivos	27.611
Total dos ativos identificáveis líquidos	33.025
(-) Valor da contraprestação	56.279
Ágio apurado	23.254
Custos relacionados a aquisição	119

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$119 foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de despesas administrativas. No dia 29 de fevereiro de 2015, a Costeño Alimentos S.A.C incorporou a Romero Trading S.A.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Os investimentos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Investimento em controladas	787.322	574.795	-	-
Investimento em coligadas	-	-	20.936	20.271
Ágio na aquisição de investimento	185.275	185.275	-	-
	972.597	760.070	20.936	20.271

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Saldo no início do exercício	760.070	640.380	20.271	16.099
Equivalência patrimonial	36.569	40.606	(5.657)	(303)
Varição cambial em investimentos	175.958	79.084	6.322	4.475
Saldo no final do exercício	972.597	760.070	20.936	20.271

As participações em empresas controladas podem ser assim demonstradas:

Controladas diretas

	29/02/2016				Investimentos		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do Período	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	29/02/2016	28/02/2015
Camil Internacional Argentina S.A.	341.165	737.316	36.199	100,0%	36.199	737.316	525.145
Ciclo Logística Ltda.	1.000	4.160	272	100,0%	272	4.160	3.888
Carreteiro Ind. e Com. de Alimentos S.A.	45.000	45.846	98	100,0%	98	45.846	45.762
					36.569	787.322	574.795

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos—Continuação

Em 5 de janeiro de 2011, foi constituída a Camil Internacional S/A, com sede na Argentina, que a partir do mês de maio de 2011 passou a controlar as subsidiárias Camil Chile SpA e Camil Alimentos Peru S.A.C., e em 31 de outubro de 2011 passou a controlar a subsidiária S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN). Estas empresas eram até então controladas diretas da Companhia. No dia 03 de junho de 2013, a Camil Internacional, adquiriu 100% das quotas da La Loma Alimentos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2011, foi constituída a Ciclo Logística Ltda cujo principal objetivo é a distribuição dos produtos da Camil Alimentos S/A.

No dia 19 de setembro de 2014, a Camil Peru adquiriu 100% das ações da Romero Trading S.A. No dia 29 de fevereiro de 2015, a Costeño Alimentos S.A.C. incorporou a Romero Trading S.A.

No dia 24 de junho de 2015, ocorreu a transferência das ações da La Loma Alimentos S.A. da Camil Internacional Argentina S.A. para a Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.

No exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, foi gerado um valor de R\$175.958 (R\$79.084 em 28 de fevereiro de 2015) relativos aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), pesos chilenos (CLP), pesos argentinos (ARS) e novo sol (PEN), respectivamente. Estes efeitos são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas e não controladas:

	29/02/2016				Investimento		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	29/02/2016	28/02/2015
SAMAN:							
Arrozur S.A.	35.147	41.512	(2.642)	49,19%	(1.300)	20.420	15.924
Tacua S.A.	1.477	4.782	(296)	40,72%	(121)	1.947	1.825
Agencia Marítima Sur	-	1.007	554	40,72%	226	410	(250)
Galofer S.A.	25.966	(4.091)	(9.916)	45,00%	(4.462)	(1.841)	2.772
Total					(5.657)	20.936	20.271

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora

Custo	Prédios e		Máquinas e	Adiantamento a	Obras em	Outros	Total
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	fornecedores	andamento		
Saldo em 28/02/2015	70.160	240.360	510.539	9.926	45.502	21.545	898.032
Aquisições	84	427	3.218	-	32.821	1.797	38.347
Baixas	-	-	(19.245)	-	-	(2.226)	(21.471)
Transferências	-	10.083	15.776	(7.891)	(18.420)	452	-
Saldo em 29/02/2016	70.244	250.870	510.288	2.035	59.903	21.568	914.908

Depreciação	Prédios e		Máquinas e	Adiantamento a	Obras em	Outros	Total
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	fornecedores	andamento		
Saldo em 28/02/2015	-	(77.607)	(273.608)	-	-	(15.190)	(366.405)
Depreciação	-	(7.449)	(35.558)	-	-	(1.673)	(44.680)
Baixas	-	-	11.373	-	-	1.073	12.446
Transferências	-	305	(302)	-	-	(3)	-
Saldo em 29/02/2016	-	(84.751)	(298.095)	-	-	(15.793)	(398.639)

Saldo em 28/02/2015	70.160	162.753	236.931	9.926	45.502	6.355	531.627
Saldo em 29/02/2016	70.244	166.119	212.193	2.035	59.903	5.775	516.269

Consolidado

Custo	Prédios e		Máquinas e	Adiantamento a	Obras em	Outros	Total
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	fornecedores	andamento		
Saldo em 28/02/2015	108.643	367.363	842.402	13.245	60.909	66.570	1.459.132
Variação cambial	12.618	35.742	105.049	152	3.622	2.015	159.198
Aquisições	355	3.248	4.519	607	68.968	3.935	81.632
Baixas	-	(89)	(21.177)	(3.219)	(325)	(3.216)	(28.026)
Transferências	-	16.347	31.602	(7.891)	(41.605)	1.547	-
Saldo em 29/02/2016	121.616	422.611	962.395	2.894	91.569	70.851	1.671.936

Depreciação	Prédios e		Máquinas e	Adiantamento a	Obras em	Outros	Total
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	fornecedores	andamento		
Saldo em 28/02/2015	-	(124.194)	(473.254)	-	-	(30.837)	(628.285)
Variação cambial	-	(13.268)	(69.279)	-	-	(795)	(83.342)
Depreciação	-	(10.425)	(59.617)	-	-	(7.063)	(77.105)
Baixas	-	(5)	13.140	-	-	1.280	14.415
Transferências	-	305	(305)	-	-	-	-
Saldo em 29/02/2016	-	(147.587)	(589.315)	-	-	(37.415)	(774.317)

Saldo em 28/02/2015	108.643	243.169	369.148	13.245	60.909	35.733	830.847
Saldo em 29/02/2016	121.616	275.024	373.080	2.894	91.569	33.436	897.619

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

As obras em andamento referem-se, substancialmente, a ampliação da capacidade de armazenagem.

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado, registrados à rubrica "Máquinas e equipamentos", em garantia de operações de financiamento (vide nota 14a). O saldo devedor da controladora destes contratos de financiamento, em 29 de fevereiro de 2016 totaliza R\$78.058 (R\$114.793 no consolidado). As operações da controladora foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., e com o Banco ABC Brasil S.A.

As operações das controladas foram realizadas com os bancos Banco FIDIS S.A., Banco Mercedes Benz, Caixa Economica Federal BROU - Banco de La Republica Oriental de Uruguay, Banco Itaú, Banco HSBC, DEG Bank - Banco de fomento do governo alemão, Banco Santander e com o banco Safra.

O cronograma de vencimentos destes contratos é assim demonstrado:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>29/02/2016</u>	<u>29/02/2016</u>
2017	15.117	34.748
2018	10.163	18.767
2019	10.163	15.877
2020	10.163	12.949
após 2021	32.452	32.452
	<u>78.058</u>	<u>114.793</u>

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Controladora

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 28/02/2015	1.882	-	201.525	22.289	1.315	227.011
Aquisições	2.747	-	-	-	-	2.747
Amortização	(807)	-	-	(7.582)	(219)	(8.608)
Baixa (a)	(160)	-	(2.921)	-	-	(3.081)
Saldo em 29/02/2016	<u>3.662</u>	<u>-</u>	<u>198.604</u>	<u>14.707</u>	<u>1.096</u>	<u>218.069</u>

Consolidado

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Total
Saldo em 28/02/2015	3.003	293.866	269.644	22.289	1.315	590.117
Distribuição de PPA Romero Trading	-	(17.530)	17.530	-	-	-
Saldo em 28/02/2015 ajustado	3.003	276.336	287.174	22.289	1.315	590.117
Aquisições	3.123	-	-	-	-	3.123
Baixas (a)	(160)	-	(2.921)	-	-	(3.082)
Variação cambial	54	6.766	5.422	-	-	12.243
Amortização	(849)	-	-	(7.582)	(219)	(8.650)
Saldo em 29/02/2016	<u>5.171</u>	<u>283.102</u>	<u>289.675</u>	<u>14.707</u>	<u>1.096</u>	<u>593.751</u>

- a) As baixas na rubrica "Marcas e patentes" referem-se as descontinuidades das marcas Alcyon e Navegantes advindas da aquisição da Femepe.

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (impairment) e nos exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015, e não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a empresa adquirida possui operações.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa anual ponderada	Controladora		Consolidado	
			29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Capital de giro						
Moeda nacional	-	15,30% a.a.	473.289	290.214	473.289	290.321
Moeda nacional	-	10,66% a.a.	-	-	11	-
Moeda estrangeira	USD	2,798% a.a.	-	-	135.378	-
Moeda estrangeira	USD	2,95% a.a.	-	-	-	220
Moeda estrangeira	USD	6,30% a.a.	-	-	-	4.320
Moeda estrangeira	CLP	5,20% a.a.	-	-	36.815	23.365
Moeda estrangeira	PEN	7,73% a.a.	-	-	176.206	149.294
Moeda estrangeira	USD	10,73% a.a.	-	-	9.161	12.382
Leasing	CLP	6,50% a.a.	-	-	471	1.046
Leasing	PEN	4,87% a.a.	-	-	117	657
Leasing	USD	5,50% a.a.	-	-	-	55
Ativo imobilizado - Moeda Estrangeira	USD	3,90% a.a.	4.956	5.205	4.956	5.205
Ativo imobilizado	TJLP	4,46% a.a.	-	-	774	1.649
Ativo imobilizado	-	2,55% a.a.	-	-	1.971	-
Ativo imobilizado	-	4,19% a.a.	73.102	61.538	73.102	65.031
Ativo imobilizado	USD	5,75% a.a.	-	-	33.990	49.990
			551.347	356.957	946.241	603.535
Parcela circulante			(147.396)	(84.969)	(367.781)	(167.394)
Parcela não circulante			403.951	271.988	578.460	436.141

Abertura dos empréstimos por instituição financeira:

	Controladora Consolidado	
	29/02/2016	29/02/2016
Banco Citibank	252.486	396.572
Banco Bradesco S.A.	49.672	49.672
Banco Itaú	65.173	97.998
Banco Santander	5.103	57.746
Banco do Brasil	177.752	177.752
BBVA	-	35.816
Banco de La Republica Oriental de Uruguay	-	2.949
HSBC Bank S.A.	-	17.908
DEG Bank	-	23.082
Banco Estado (Chile)	-	17.517
Scotiabank	-	55.204
Banco de Chile	-	8.618
Outros	1.161	5.407
	551.347	946.241

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Com exceção das operações de capital de giro do Banco do Brasil de R\$ 165.139, do Banco Citibank de R\$252.486, e do Bradesco de R\$49.672 e da operação de financiamento a importação (finimp) do Banco Itaú de R\$4.956, que não possuem garantias, todos os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (vide Nota 11) e penhor mercantil de estoques. A controlada SAMAN possui um empréstimo, no valor de R\$26.031, onde foram dadas em garantia hipotecas, máquinas e estoques das suas Controladas Arrozur S.A e Galofer S.A.

As parcelas de longo prazo dos empréstimos vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
2017	-	79.473	-	142.908
2018	328.917	136.675	432.621	169.890
2019	22.489	18.580	64.479	43.158
2020	21.796	18.016	46.974	40.442
2021	8.957	19.243	12.594	39.743
Após 2022	21.792	-	21.792	-
Total	403.951	271.988	578.460	436.141

b) Debêntures

A composição das debêntures em circulação é conforme segue:

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	P.U.	Controladora e Consolidado	
				29/02/2016	28/02/2015
Emitida em 20/01/2012	450	CDI + 1,55% a.a	1.000	152.390	304.175
Emitida em 04/10/2012	170	CDI + 1,35% a.a	1.000	180.013	178.417
Emitida em 03/07/2014	200	CDI + 1,30% aa	1.000	213.449	211.307
Custo transação				(1.900)	(3.054)
				543.952	690.845
Passivo circulante				(209.125)	(172.878)
Passivo não circulante				334.827	517.967

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 20 de janeiro de 2012

Em 20 de janeiro de 2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da Espécie Quirografia no total de 450 debêntures em duas séries, correspondendo a um valor total de R\$450.000. As debêntures serão amortizadas semestralmente sendo o primeiro pagamento devido em 19 de julho de 2014, e o último pagamento em 19 de janeiro de 2017.

O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro e julho de cada ano, iniciando em 19 de julho de 2012 e finalizando na data de vencimento.

O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado trimestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, iniciando em 19 de abril de 2012 e finalizando na data de vencimento e em conjunto com a data de pagamento da remuneração das debêntures da 1ª série.

Os custos incorridos na captação dos recursos foram registrados em conta redutora do passivo, sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de pagamento das debêntures, pelo método da taxa efetiva de juros. Não houve prêmio na emissão das debêntures.

Os recursos captados foram utilizados para o resgate antecipado das 250 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com data de emissão em 10 de dezembro de 2009, no valor principal de R\$250.000 na data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2014 e saldo remanescente para reforço do capital de giro da Companhia.

Emissão em 04 de outubro de 2012

No dia 04 de outubro de 2012 foram emitidas 170 debêntures no valor nominal de R\$1.000, pela Docelar Alimentos e Bebidas S.A., não conversíveis em ações da espécie quirografia as quais foram incorporadas pela Camil Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, conforme Ata de aprovação do Instrumento de Justificação

O pagamento da remuneração das debêntures será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 04 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando em 04 de abril de 2013.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 03 de julho de 2014

No dia 03 de julho de 2014 a Companhia constituiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$200.000, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografia, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e terão prazo de cinco anos a contar da data da emissão (15 de março de 2014), vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias do DI (depósitos interfinanceiros de um dia), acrescida exponencialmente de um spread de 1,30% ao ano.

Para todas as datas de emissões a Companhia poderá resgatar antecipadamente total ou parcial as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Os contratos de emissão de debêntures prevêm o cumprimento dos seguintes compromissos (“covenants”):

- i) dívida líquida/ebtida igual ou inferior a 3,0 (três vezes) em fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013; (b) 2,75 (duas vírgula setente e cinco vezes) em fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015; (c) 2,5 (duas vírgula cinco vezes) em fevereiro de 2016; e
- ii) ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,0 (uma vez).

A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

As parcelas de longo prazo das debêntures vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015
2017	-	183.529
2018	117.798	117.496
2019	167.285	167.219
2020	49.744	49.723
Total	334.827	517.967

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Transações com partes relacionadas

A sociedade controladora da Companhia é a Arfei Comércio e Participações S.A. Não há transações entre a Companhia e sua controladora, exceto quanto ao pagamento de dividendos.

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Ativo circulante				
Contas a receber				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	2.225	2	-	-
Ciclo Logística Ltda.	5.439	13.511	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A	-	-	12.153	4.750
Comisaco S.A	-	-	3.248	2.345
Arrozur S.A	-	-	6	11
Outros:				
Climuy S.A.	-	-	8.148	6.256
	7.664	13.513	23.555	13.362
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Coligadas:				
Ciclo Logística Ltda.	11.713	-	-	-
Galofer S.A	-	-	7.150	5.171
	11.713	-	7.150	5.171
Total do ativo	19.377	13.513	30.705	18.533

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	4.214	8.166	-	-
Ciclo Logística Ltda.	6.342	3.784	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	950	-	-
Carreteiro Alimentos S.A.	17.435	16.380	-	-
Coligadas:				
Arrozur S.A	-	-	5.332	4.569
Tacua S.A.	-	-	1.335	1.092
Outros:				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	973	580	973	580
Total do Passivo	28.964	29.860	7.640	6.241

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Transações com partes relacionadas—Continuação

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A Molinos Arroceros Nacionales	13.517	32.686	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	5.479	-	-
Despesas de Aluguel				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	10.045	6.825	10.045	6.825
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	64.522	49.493	-	-
Tzar Logística Ltda.	45	-	45	-
Despesas (receitas) com irrigação				
Comisaco S.A	-	-	677	21
Climuy S.A.	-	-	943	921
Despesas com energia elétrica				
Galofer S.A	-	-	1.408	1.394
Despesas com parboilização de arroz				
Arrozur S.A	-	-	16.174	16.152
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	9.077	8.847
Total Despesas	88.129	94.483	38.369	34.160

As transações de compras realizadas com nossa controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) referem-se a compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são, substancialmente, efetuados de forma antecipada.

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se, substancialmente, a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales.

O prédio e terreno onde está situado a Unidade Produtiva do Estado de São Paulo e a unidade produtiva de Campo Grande no Estado do Rio de Janeiro, pertencem a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda, parte relacionada, que cobra aluguel de R\$523 e R\$450 (R\$475 e R\$105 em 28 de fevereiro de 2015) ao mês com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente, repectivamente.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Avais concedidos

A S.A. Molinos Arroceros Nacionales é garantidora das seguintes operações:

Empresas relacionadas:

Em operações de empréstimos bancários	<u>29/02/2016</u>	<u>28/02/2015</u>
Arrozur S.A.	4.504	6.463
Comisaco	3.376	3.994
Galofer S.A.	24.073	26.551
	31.953	37.008
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	13.270	2.079
Em operações com fornecedores	3.275	2.748
	16.545	4.827

b) Remuneração da Administração

No exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, a remuneração dos administradores e Conselheiros Independentes totalizou R\$8.260 (R\$10.486 em 28 de fevereiro de 2015), e está apresentado na rubrica despesas administrativas na demonstração do resultado.

A Companhia não tem como política pagar às pessoas chave da administração remunerações relativas a:

- 1) Benefícios de longo prazo;
- 2) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho;
- 3) Outros benefícios/remuneração;
- 4) Benefícios pós-emprego, e
- 5) Remuneração baseada em ações.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para demandas judiciais

a) Riscos prováveis

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos.

A provisão para riscos é assim formada:

Demandas Judiciais	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 28 de fevereiro de 2015	9.187	273	89	323	9.872
Adições	3.546	-	111	3.625	7.282
Baixas	(3.067)	-	(189)	(68)	(3.324)
Em 29 de fevereiro de 2016	9.666	273	11	3.880	13.830

Depósitos Judiciais	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 28 de fevereiro de 2015	(652)	(3.572)	-	(729)	(4.953)
Adições	(830)	(6)	-	-	(836)
Baixas	153	39	-	719	911
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.329)	(3.539)	-	(10)	(4.878)

Demandas Judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 28 de fevereiro de 2015	10.441	273	89	323	11.126
Adições	3.943	-	111	3.627	7.681
Baixas	(3.740)	-	(189)	(70)	(3.999)
Em 29 de fevereiro de 2016	10.644	273	11	3.880	14.808

Depósitos Judiciais	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível	
Em 28 de fevereiro de 2015	(727)	(3.572)	-	(729)	(5.028)
Adições	(848)	(6)	-	-	(854)
Baixas	175	39	-	719	933
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.400)	(3.539)	-	(10)	(4.949)

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração.

Os consultores jurídicos consideram que não haverá desembolsos relevantes em função dos temas em discussão e do histórico da Companhia e suas controladas nestes tipos de ação.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para demandas judiciais--Continuação

b) Riscos possíveis

A Companhia esta envolvida em processos que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos consultores jurídicos e aspectos legais não requerem o registro de provisões.

- (i) A Companhia é ré em ação de cobrança número 0100208-33.2013.8.19.0001, em trâmite pela 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ, movida pela empresa Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (SAAL), no valor histórico de R\$6.553, valor atual aproximado de R\$10.957 (correção monetária e juros), em decorrência de suposto descumprimento, pela Camil, de contrato de prestação de serviços de tratamento de dejetos industriais, na unidade de São Gonçalo/RJ. O Processo foi julgado improcedente, e aguardamos eventual interposição de recurso da outra parte.
- (ii) Em novembro de 2010, foi lavrado contra a Companhia auto de infração para cobrança de Imposto de Importação, acrescido de juros de mora e multa no valor total de aproximadamente R\$ 12.183, processo 10480.723715/2010-12, por alegada importações de arroz com classificação fiscal incorreta e conseqüente recolhimento do Imposto de Importação a menor. Protocolado recurso voluntário, o qual aguarda julgamento.
- (iii) Em 2007, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo lavraram auto de infração contra a Companhia, objetivando a cobrança de ICMS por suposto recolhimento a menor, em função da escrituração de créditos supostamente indevidos, correspondentes à diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais, à alíquota de 12%, e o imposto efetivamente pago no Estado de origem, Rio Grande do Sul, calculado à alíquota de 5% por força de benefício fiscal. O valor atualizado desta notificação é de R\$ 10.359, processo 054.8939-96.0089.26.0014. O processo aguarda apreciação do Juiz.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Programa de parcelamento especial

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Parcelamento PAES	-	88	-	88
Parcelamentos adicionais (a)	64.530	79.982	65.758	81.401
	64.530	80.070	65.758	81.489
Circulante	(9.782)	(9.981)	(9.964)	(10.173)
Não circulante	54.748	70.089	55.794	71.316

a) Parcelamentos Adicionais

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia protocolou seu pedido de inclusão do saldo devedor do antigo programa de parcelamento especial no novo programa de parcelamento de débitos fiscais federais instituídos pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Com base nos dispositivos da nova Lei e suas regulamentações o saldo devedor remanescente foi recalculado e sob ele aplicado às reduções previstas em lei.

Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de certos processos administrativos nos quais discutia notificações emitidas pelas autoridades fiscais por compensação de débitos fiscais de imposto de renda com créditos de PIS e COFINS, tendo incluído os valores devidos, também no parcelamento especial. Abaixo demonstramos os saldos deste parcelamento:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Saldo devedor original	95.039	95.039	95.039	95.039
Saldo incorporação Speed Transportes Ltda	-	-	1.420	1.420
Juros e Atualizações	39.119	34.195	39.279	34.195
Amortizações ocorridas	(66.054)	(45.678)	(66.406)	(45.679)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(3.574)	(3.574)	(3.574)	(3.574)
	64.530	79.982	65.758	81.401
(-) Parcela classificada no circulante	(9.782)	(9.893)	(9.964)	(10.085)
Passivo não circulante	54.748	70.089	55.794	71.316

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 29 de fevereiro de 2016 , o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 527.428, dividido em 112.986.740 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, levantar demonstrações financeiras intercalares mensal, trimestral ou semestralmente e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

	<u>29/02/2016</u>	<u>28/02/2015</u>
Lucro do exercício	110.776	104.960
Reserva de lucros	3.993	4.086
Constituição de reserva legal	<u>(5.539)</u>	<u>(5.248)</u>
Base para calculo do dividendo	109.230	103.798
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(25.950)
Dividendos complementares pagos	(4.050)	-
(%) de dividendos distribuídos	-	25%

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2016, decidiu-se pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016.

c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, que totaliza no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, o valor de R\$34.024 (R\$28.485 em 28 de fevereiro de 2015).

d) Reserva de retenção de lucros

Será destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital a ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária dos acionistas que aprovará as demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2016 .

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio Líquido--Continuação

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015
Variação cambial sobre investimentos no exterior	345.067	169.109
Reserva de ágio GIF Codajás	70.510	70.510
Custo atribuído	52.653	56.646
Ajuste de avaliação patrimonial	468.230	296.265

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora			
	29/02/2016		28/02/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	158.479	158.479	138.147	138.147
Alíquotas nominais*	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(39.620)	(14.263)	(34.537)	(12.433)
Equivalência patrimonial	9.142	3.291	10.152	3.655
Exclusões (adições) permanentes	(4.598)	(1.655)	(18)	(6)
Valor registrado no resultado	(35.076)	(12.627)	(24.403)	(8.784)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(47.703)	-	(33.187)
Alíquotas efetivas	-	-30,1%	-	-24,0%

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

a) Conciliação dos valores registrados ao resultado—Continuação

	Consolidado			
	29/02/2016		28/02/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	181.211	181.211	156.755	156.755
Alíquotas nominais *	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(45.303)	(16.309)	(39.189)	(14.108)
Equivalência patrimonial	(1.414)	(509)	(76)	(27)
Exclusões (adições) permanentes	(5.074)	(1.826)	1.180	425
Valor registrado no resultado	(51.791)	(18.644)	(38.085)	(13.710)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(70.435)	-	(51.795)
Alíquotas efetivas	-	-38,9%	-	-33,0%

* Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 22,5% para as sediadas no Chile, 30% para as sediadas no Peru e 35% para as sediadas na Argentina. Não há incidência de contribuição social nesses países.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.029	1.662	2.680	2.384
Provisão para comissões sobre vendas	384	451	384	451
Provisão para participação nos resultados	6.422	1.181	6.422	1.181
Provisão para perdas de ICMS	8.716	8.716	8.716	8.716
Ajuste a valor presente	-	593	-	593
Provisão para demandas judiciais	4.609	3.264	4.609	3.264
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	2.760	-	2.760
Créditos diferidos sobre ágio GIF Codajás *	25.854	39.956	25.854	39.956
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	-	18.773	-	18.773
Ajuste valor sobre ativo fixo	-	-	-	5.727
Outras provisões temporárias	10.668	6.146	13.525	7.631
Total	58.682	83.502	62.190	91.436
Diferença temporária passiva				
Diferimento depreciação inovação tecnológica	489	608	489	608
Diferimento pagamentos CSLL (MP219)	4.708	5.901	4.708	5.901
Outros	-	-	7.845	13.816
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	5.092	-	5.092	-
Sobre alocação à intangíveis	44.358	47.011	53.411	51.307
Sobre alocação à imobilizados	20.470	22.100	27.370	22.100
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	50.944	54.470	50.944	54.470
	126.061	130.090	149.859	148.202
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido				
Passivo não circulante	67.379	46.588	87.669	56.766

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

(*) Os créditos tributários por incorporação referem-se ao futuro benefício de imposto de renda e contribuição social, com base na amortização contábil e fiscal de ágio incorporado. Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (GIF Codajás) empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A., como mencionado na Nota 18.a. O ágio pago por GIF Codajás, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, foi incorporado pela Camil, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

c) Reconciliação Imposto de renda e contribuição social diferidos lançado no resultado

	Controladora		
	29/02/2016	28/02/2015	Variação
Ativo diferido	58.682	83.502	(24.820)
Passivo diferido	(126.061)	(130.090)	4.029
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(20.791)

	Consolidado		
	29/02/2016	28/02/2015	Variação
Ativo diferido	62.190	91.436	(29.246)
Passivo diferido	(149.859)	(148.202)	(1.657)
			(30.903)
Variação Cambial			1.412
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício			(29.491)

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(155.992)	(141.456)	(181.129)	(163.231)
IOF	(271)	(292)	(575)	(578)
Variação cambial	(9.135)	(860)	(21.214)	(7.007)
Variação monetária	(11.807)	(19.007)	(11.724)	(18.852)
Ajustes a valor presente de passivos	-	(9.917)	-	(9.917)
Outras	(3.361)	(3.796)	(13.263)	(4.482)
	(180.566)	(175.328)	(227.905)	(204.067)
Receitas financeiras				
Juros	4.325	2.682	8.823	4.940
Descontos	3.134	3.669	3.568	3.978
Aplicações financeiras	27.623	32.973	35.744	38.908
Ajustes a valor presente de ativos	1.745	16.963	1.745	16.963
Variação cambial	5.811	2.795	10.454	5.368
Variação monetária	11.612	5.639	11.612	5.639
Outras	-	-	14	2
	54.250	64.721	71.960	75.798
Total	(126.316)	(110.607)	(155.945)	(128.269)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Outras receitas (despesas) operacionais				
Reestruturação área de vendas / administrativa	(7.869)	-	(7.869)	-
Multas e juros fiscais	(974)	(18)	(974)	(18)
Alienação e impairment de imobilizado	(10.027)	(251)	(10.027)	(251)
Sinistros	465	579	465	579
ICMS	(205)	682	(205)	682
Recuperação de créditos Pis e Cofins	-	7.389	-	7.389
Serviços prestados à produtores	-	-	-	2.827
Outros	(937)	(889)	(1.215)	(1.292)
	(19.547)	7.492	(19.825)	9.916

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na Nota 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Valor de mercado

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como abaixo indicado:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.

Aplicações financeiras - aplicações classificadas como “disponíveis para venda” que são mensuradas ao seu valor justo.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, desconto pontualidade e ajuste a valor presente.

Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos e debêntures - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas em bancos listados entre os 10 maiores do país.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, clientes responsáveis por mais de 10% da nossa receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

- b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

Risco de mercado

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Análise de Sensibilidade - Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais, CDI e TJLP estão sujeitas a variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros.

Análise de Sensibilidade - Dívida (avaliação das taxas)

Programa	Instrumento	Risco	Indexador	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	25%	50%
				R\$(Mil)	R\$(Mil)	R\$(Mil)
Financiamento	FINIMP	Flutuação do BRL/USD	USD 4,00	(6)	(319)	(632)
Financiamento	Capital de Giro	Flutuação do CDI	14,25% a.a.	(63.310)	(79.138)	(94.966)
Financiamento	Debêntures	Flutuação do CDI	14,25% a.a.	(78.863)	(98.579)	(118.295)
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	USD 4,00	(868)	(43.427)	(85.986)
Financiamento	Dívida denominada em PEN***	Flutuação do BRL/PEN	PEN 1,1348	(904)	(45.211)	(89.517)
Financiamento	Dívida denominada em ARS****	Flutuação do BRL/ARS	ARS 0,2571	(47)	(2.349)	(4.651)
Financiamento	Dívida denominada em CLP*	Flutuação do BRL/CLP	CLP 0,00576	(191)	(9.561)	(18.930)
Total				(144.189)	(278.584)	(412.977)

Análise de Sensibilidade - Investimentos de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras (Desvalorização das taxas)

Programa	Instrumento	Risco	Indexador	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	-25%	-50%
				R\$(Mil)	R\$(Mil)	R\$(Mil)
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	14,25%a.a.	54.270	40.702	27.135
Total				54.270	40.702	27.135

* CLP - pesos Chilenos

** PEN - Novo Sol /Peru

*** ARS - Pesos Argentinos

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 29 de fevereiro de 2016 e 2015, a Controladora não apresenta contratos derivativos registrados em sua contabilidade, e Controlada Camil Chile SpA apresenta contratos de swap registrados por valores irrelevantes.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com derivativos ou em outros ativos de risco.

23. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordo firmado com as categorias de seus colaboradores, a Controladora passou a ter um programa de participação nos resultados ("PPR"), para seus colaboradores.

Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, o valor a ser distribuído a título de participação nos resultados passou a ser calculado com base na relação EBITDA/Receita líquida de vendas e serviços da Companhia. Posteriormente, se avalia o alcance ou superação dos objetivos globais da Companhia e alcance ou superação de seus objetivos setoriais ou áreas específicas. A Companhia registrou uma provisão de R\$18.887 (R\$4.649 em 28 de Fevereiro de 2015), à rubrica PPR a pagar, do passivo circulante no grupo de outras contas a pagar.

24. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Risco	Período de vigência		Valor em Risco		Consolidado			
	De	Até	Controladora	Consolidado	URUGUAI	CHILE	PERU	LA LOMA
Incêndios e riscos diversos	30/05/2015	30/05/2016	146.000	1.391.059	1.034.696	141.829	60.987	6.050
Responsabilidade civil	30/05/2015	30/05/2016	53.000	98.632	-	36.078	9.455	384
Lucros cessantes	30/05/2015	30/05/2016	-	43.489	-	3.982	39.507	-

A suficiência da cobertura de seguros da Companhia e suas controladas são determinadas pela Administração que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita bruta de vendas

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	3.334.470	2.959.187	4.341.514	3.653.027
Vendas de mercadorias no mercado externo	124.131	88.342	541.493	539.481
	3.458.601	3.047.529	4.883.007	4.192.508
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(285.349)	(241.258)	(319.245)	(266.208)
Devoluções e abatimentos	(233.747)	(201.007)	(334.813)	(250.518)
	(519.096)	(442.265)	(654.058)	(516.726)
Receita líquida de vendas e serviços	2.939.505	2.605.264	4.228.949	3.675.782

26. Despesas por natureza

	Controladora		Controladora	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(2.206.188)	(1.985.545)	(3.194.800)	(2.824.365)
Despesas com vendas	(293.574)	(286.837)	(444.430)	(402.099)
Despesas gerais e administrativas	(171.970)	(132.226)	(227.081)	(173.907)
	(2.671.732)	(2.404.608)	(3.866.311)	(3.400.371)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(53.288)	(53.144)	(85.755)	(76.263)
Despesas com pessoal	(257.630)	(219.994)	(392.448)	(315.284)
Matéria prima e materiais	(1.888.119)	(1.698.450)	(2.660.694)	(2.329.851)
Fretes	(207.241)	(217.029)	(275.849)	(314.469)
Despesas com serviços de terceiros	(52.895)	(39.715)	(62.227)	(50.025)
Despesas com manutenção	(50.886)	(49.214)	(63.418)	(65.808)
Outras despesas	(161.673)	(127.062)	(325.920)	(248.671)
	(2.671.732)	(2.404.608)	(3.866.311)	(3.400.371)

Camil Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
29 de fevereiro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações por segmento

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Receita líquida de vendas	2.935.335	2.600.624	1.293.614	1.075.158	4.228.949	3.675.782
Lucro bruto	728.073	614.456	306.076	236.961	1.034.149	851.417
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(458.227)	(403.070)	(213.284)	(172.936)	(671.511)	(576.006)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	(19.994)	(56)	(5.488)	9.669	(25.482)	9.613
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	249.852	211.330	87.304	73.694	337.156	285.024
Despesas financeiras	(180.921)	(176.006)	(46.984)	(28.061)	(227.905)	(204.067)
Receitas financeiras	55.473	65.721	16.487	10.077	71.960	75.798
Lucro antes dos impostos IRPJ e CSLL	124.404	101.045	56.807	55.710	181.211	156.755
Lucro líquido	(49.828)	(34.906)	(20.607)	(16.889)	(70.435)	(51.795)
	74.576	66.139	36.200	38.821	110.776	104.960
	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Ativo circulante	1.294.549	1.202.904	896.255	574.798	2.190.804	1.777.702
Ativo não circulante	995.516	1.037.526	555.484	450.530	1.551.000	1.488.056
Passivo circulante	728.197	656.211	515.451	318.878	1.243.648	975.089
Passivo não circulante	877.781	975.012	193.937	171.903	1.071.718	1.146.915

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REVISADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MAIO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Contábeis Intermediárias Condensadas

Camil Alimentos S.A.

31 de maio de 2017
com Relatório de Revisão do Auditor Independente



Camil Alimentos S.A.

Informações contábeis intermediárias condensadas

31 de maio de 2017 e 2016

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias condensadas	1
Informações contábeis intermediárias condensadas (não auditadas)	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias condensadas.....	10

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias condensadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo (SP)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de maio de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de maio de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

Revisamos, também, as demonstrações dos valores adicionados (DVA), individuais e consolidadas, referente ao trimestre findo em 31 de maio de 2017, preparadas sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador CRC-1SP218313/O-4

Camil Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de maio e 28 de fevereiro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	206.634	95.005	268.619	139.698
Aplicações financeiras	4	21.758	470.677	21.758	470.677
Contas a receber	5	425.067	479.236	602.907	676.680
Estoques	6	587.140	579.245	1.438.272	953.862
Instrumentos financeiros		-	614	-	614
Impostos a recuperar		66.430	67.597	73.884	75.744
Partes relacionadas		8.037	5.498	17.111	10.218
Outros créditos		26.076	20.591	56.563	41.104
Despesas do exercício seguinte		6.503	8.095	10.178	11.236
Total do ativo circulante		1.347.645	1.726.558	2.489.292	2.379.833
Não circulante					
Aplicações financeiras	4	33.502	32.597	33.502	32.597
Impostos a recuperar		1.724	1.867	1.724	1.867
Partes relacionadas		17.524	15.934	-	-
Estoques	6	6.933	8.604	8.142	9.766
Depósitos judiciais		7.180	8.776	8.175	9.220
Outros créditos		3.003	4.867	7.713	9.462
		69.866	72.645	59.256	62.912
Investimentos	7	807.346	765.331	27.644	27.258
Imobilizado	8	491.485	494.095	802.743	797.746
Intangível	9	227.623	229.201	565.990	562.889
Total do ativo não circulante		1.596.320	1.561.272	1.455.633	1.450.805
Total do ativo		2.943.965	3.287.830	3.944.925	3.830.638

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	6	227.987	322.575	804.387	467.881
Instrumentos financeiros		413	-	413	-
Empréstimos e financiamentos	10.a	315.068	488.872	432.611	634.093
Debêntures	10.b	175.790	146.078	175.790	146.078
Partes relacionadas		12.225	26.060	4.226	4.546
Obrigações sociais		30.214	26.846	43.049	37.918
Impostos a recolher		22.234	24.222	30.611	34.793
Provisão para férias e encargos		20.551	16.579	36.158	27.407
Programa de parcelamento especial		10.052	9.613	10.213	9.780
Outras contas a pagar		5.835	7.823	86.194	47.873
Total do passivo circulante		820.369	1.068.668	1.623.652	1.410.369
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10.a	79.173	81.672	258.712	262.743
Debêntures	10.b	531.105	614.376	531.105	614.376
Programa de parcelamento especial		47.845	49.871	48.680	50.745
Imposto de renda diferido	13.b	91.410	83.209	105.924	99.935
Provisão para demandas judiciais	12	32.520	29.256	35.144	31.539
Outras contas a pagar		55	55	220	208
Total do passivo não circulante		782.108	858.439	979.785	1.059.546
Patrimônio líquido					
Capital social		581.374	581.374	581.374	581.374
Reservas de lucros		441.961	479.697	441.961	479.697
Ajuste de avaliação patrimonial		318.153	299.652	318.153	299.652
Total do patrimônio líquido		1.341.488	1.360.723	1.341.488	1.360.723
Total do passivo e do patrimônio líquido					
		2.943.965	3.287.830	3.944.925	3.830.638

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de maio de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Receita líquida de vendas e serviços	15	931.183	804.531	1.225.559	1.136.217
Custos das vendas e serviços		(708.076)	(584.228)	(928.159)	(842.359)
Lucro bruto		223.107	220.303	297.400	293.858
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas		(94.475)	(86.148)	(133.390)	(128.267)
Despesas gerais e administrativas		(47.104)	(39.027)	(61.578)	(53.167)
Resultado de equivalência patrimonial	7	22.447	13.735	(875)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais		826	(8.579)	4.494	(8.059)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		104.801	100.284	106.051	103.369
Despesas financeiras	14	(48.173)	(41.688)	(54.692)	(49.484)
Receitas financeiras	14	27.369	9.854	31.896	16.771
Resultado antes dos impostos		83.997	68.450	83.255	70.656
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13.a	(14.599)	(17.312)	(16.763)	(21.181)
Diferido	13.a	(8.201)	(307)	(5.295)	1.356
Total Imposto de renda e contribuição social		(22.800)	(17.619)	(22.058)	(19.825)
Lucro líquido do período		61.197	50.831	61.197	50.831
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social - R\$		0,50	0,45	0,50	0,45

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três meses findos em 31 de maio de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016
Lucro líquido do período	61.197	50.831
Outros resultados abrangentes:		
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	19.568	(65.565)
Resultado abrangente do período, líquido de impostos	80.765	(14.734)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado
Períodos de três meses findos em 31 de maio de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Lucros a distribuir	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
Saldo em 29 de fevereiro de 2016		527.428	34.024	396.756	468.230	-	1.426.438	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	7	-	-	-	(65.565)	-	(65.565)	
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	(1.053)	1.053	-	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	50.831	50.831	
Destinação proposta:								
Constituição de reserva legal		-	2.542	-	-	(2.542)	-	
Constituição de reserva de lucros a distribuir		-	-	49.342	-	(49.342)	-	
Saldo em 31 de maio de 2016		527.428	36.566	446.098	401.612	-	1.411.704	
Saldo em 28 de fevereiro de 2017		581.374	44.101	435.596	299.652	-	1.360.723	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	7	-	-	-	19.568	-	19.568	
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	(1.067)	1.067	-	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	61.197	61.197	
Destinação proposta:								
Distribuição de dividendos	11.a	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)	
Constituição de reserva legal		-	3.060	-	-	(3.060)	-	
Constituição de reserva de lucros a distribuir		-	-	59.204	-	(59.204)	-	
Saldo em 31 de maio de 2017		581.374	47.161	394.800	318.153	-	1.341.488	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de maio de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	61.197	50.831	61.197	50.831
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(22.447)	(13.735)	875	996
Encargos financeiros provisionados	33.471	36.198	37.412	40.736
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(363)	2.420	(392)	2.493
Provisão (reversão) para descontos	(2.165)	3.081	(2.165)	3.081
Provisão (reversão) para demandas judiciais	3.264	1.306	3.605	1.361
Provisão (reversão) outras contas	(3.661)	5.157	12.864	5.157
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	230	(2.245)
Impostos diferidos	8.201	307	5.295	(1.356)
Depreciações	12.226	11.498	19.621	20.853
Amortizações	1.624	2.220	1.672	2.233
Baixa bens do imobilizado	345	-	321	-
	91.692	99.283	140.535	124.140
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	56.697	(24.290)	83.973	(3.449)
Estoques	(5.948)	(94.167)	(463.533)	(547.744)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(3.199)	(16.661)	(15.360)	1.189
Total dos ativos	47.550	(135.118)	(394.920)	(550.004)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(108.423)	(1.535)	326.195	410.604
Salários e encargos a pagar	7.340	9.378	12.971	17.561
Obrigações tributárias	(3.575)	568	(2.903)	(13.853)
Outros passivos circulantes e não circulantes	11	2.971	20.335	34.736
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(2.963)	(2.586)
Total dos passivos	(104.647)	11.382	353.635	446.462
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	34.595	(24.453)	99.250	20.598
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	448.013	(13.149)	449.012	(12.670)
Venda de imobilizado	1.947	-	1.947	4.849
Adições ao intangível	-	(217)	(51)	(233)
Adições ao imobilizado	(10.006)	(5.831)	(15.016)	(12.914)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	439.954	(19.197)	435.892	(20.968)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captação (liquidação) de empréstimos	(195.924)	(36.493)	(242.364)	(115.143)
Juros pagos sobre empréstimos	(66.996)	(40.751)	(63.857)	(44.815)
Dividendos distribuídos pagos	(100.000)	-	(100.000)	-
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(362.920)	(77.244)	(406.221)	(159.958)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	111.629	(120.894)	128.921	(160.328)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	95.005	352.519	139.698	441.377
No final do período	206.634	231.625	268.619	281.049
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	111.629	(120.894)	128.921	(160.328)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de maio de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.019.255	882.021	1.207.480	1.078.299
Outras receitas	3.780	630	7.975	2.012
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(177)	(2.408)	(178)	(4.051)
	1.022.858	880.243	1.215.277	1.076.260
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(620.400)	(499.101)	(691.295)	(576.915)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(136.235)	(129.711)	(183.890)	(177.905)
Outros	(2.954)	(9.209)	(3.471)	(10.065)
	(759.589)	(638.021)	(878.656)	(764.885)
Valor adicionado bruto	263.269	242.222	336.621	311.375
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(13.850)	(13.718)	(21.293)	(23.086)
	(13.850)	(13.718)	(21.293)	(23.086)
Valor adicionado líquido produzido	249.419	228.504	315.328	288.289
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	22.447	13.735	(875)	(996)
Receitas financeiras	27.369	15.353	31.896	22.270
	49.816	29.088	31.021	21.274
Valor adicionado total a distribuir	299.235	257.592	346.349	309.563
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	37.517	35.512	64.892	62.195
Benefícios	14.301	12.722	17.082	16.421
FGTS	4.713	3.084	4.713	3.084
Outros	16.030	10.510	16.044	10.521
	72.561	61.828	102.731	92.221
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.293	27.572	37.936	30.131
Estaduais	71.917	65.345	81.667	75.422
Municipais	1.064	706	2.019	1.767
	111.274	93.623	121.622	107.320
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	48.173	47.187	54.692	54.984
Aluguéis	6.030	4.123	6.107	4.207
	54.203	51.310	60.799	59.191
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	100.000	-	100.000	-
Lucros retidos do período	(38.803)	50.831	(38.803)	50.831
	61.197	50.831	61.197	50.831
	299.235	257.592	346.349	309.563

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, que tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas, incluindo “Camil”, “Pescador”, “Coqueiro”, “União”, “Barra”, “Dolce”, “Neve” e “Duçula” no Brasil, “Saman” no Uruguai, “Tucapel” no Chile; e “Costeño” e “Paisana” no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados de grãos, pescados e açúcares do Brasil e América Latina.

A Companhia possui quinze unidades industriais no Brasil para atenderem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, a Companhia possui nove plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, três no Chile e três no Peru.

Em 12 de julho de 2016, a WP Angra dos Reis Hodco S.A., gerida pela Warburg Pincus LLC, comprou a totalidade da participação do Fundo de Investimentos em Participações Camil, gerido pela Gávea Investimentos Ltda. Em 31 de maio de 2017 sua participação minoritária é de 31,75% do capital social da Companhia.

2. Práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações intermediárias condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia comparam os trimestres findos em 31 de maio de 2017 e 2016, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de maio de 2017 com 28 de fevereiro de 2017.

2. Práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações intermediárias condensadas--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, identificadas como controladora e consolidado, foram preparadas e estão apresentadas com base no pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediárias e com IAS 34 - International Financial Reporting, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board("IASB"), utilizando as mesmas práticas contábeis, julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados na apresentação e elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2017 descritos na Nota 2. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2017.

O exercício social da Companhia e suas controladas finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia. A sazonalidade da colheita afeta as compras da Companhia, mas não resultam em variações relevantes de resultado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 14 de julho de 2017.

2.2. Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Em 31 de maio de 2017 e 28 de fevereiro de 2017, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		31/05/2017		28/02/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
CAMILATAM S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Arrozur S.A.	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Camil Chile SpA.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,86%	-	99,86%
Servicios Externos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Peru					
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Argentina					
La Loma Alimentos S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-

2. Práticas contábeis--Continuação

2.2. Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas--Continuação

O período das demonstrações financeiras intermediárias condensadas das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Disponibilidades	1.776	1.733	48.226	25.454
Aplicações financeiras	204.858	93.272	220.393	114.244
	206.634	95.005	268.619	139.698

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem remuneração de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio mensal de 97,03% (64,38% em 28 de fevereiro de 2017) do CDI, sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 99,91% (99,47% do CDI em 28 de fevereiro de 2017) do CDI, e são registradas ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Títulos a vencer	451.245	507.231	608.437	672.230
Títulos vencidos até 30 dias	838	4.575	13.642	31.992
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	1.432	857	5.666	3.071
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.753	184	2.317	904
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.058	6.176	12.842	11.037
	462.326	519.023	642.904	719.234
Descontos contratados	(27.332)	(29.497)	(27.332)	(29.497)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.927)	(10.290)	(12.665)	(13.057)
	425.067	479.236	602.907	676.680

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Produto acabado	156.028	195.181	275.392	283.886
Matéria prima	217.063	141.452	721.601	252.688
Material de embalagem	64.760	55.048	73.371	62.194
Adiantamento a fornecedores	115.647	182.437	306.829	330.142
Outros	40.575	13.731	69.221	34.718
	594.073	587.849	1.446.414	963.628
Circulante	587.140	579.245	1.438.272	953.862
Não circulante	6.933	8.604	8.142	9.766

Os principais movimentos ocorridos no período de três meses findo em 31 de maio de 2017 estão relacionados com a compra antecipada da safra de arroz dos produtores, no Chile e Uruguai, em contrapartida ao saldo consolidado de fornecedores.

7. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Investimento em controladas	622.071	580.056	-	-
Investimento em coligadas	-	-	27.644	27.258
Ágio na aquisição de investimento	185.275	185.275	-	-
	807.346	765.331	27.644	27.258

7. Investimentos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Saldo no início do período	765.331	972.597	27.258	20.936
Equivalência patrimonial	22.447	66.515	(875)	741
Incorporação da Carreteiro	-	(45.772)	-	-
Distribuição de dividendos	-	(63.541)	-	-
Variação cambial em investimentos	19.568	(164.468)	1.261	5.581
Saldo no final do período	807.346	765.331	27.644	27.258

No período de três meses findo em 31 de maio de 2017, foi gerado um valor positivo de R\$19.568 (R\$65.565 negativo em 31 de maio de 2016) relativos aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior. Estes efeitos são registrados no patrimônio líquido.

8. Imobilizado (Consolidado)

No período de três meses findo em 31 de maio de 2017, os principais movimentos observados no imobilizado consolidado foram: a) aquisições no valor de R\$10.006 na controladora, (R\$5.831 em 31 de maio de 2016), b) aquisições no valor de R\$15.061 no consolidado (R\$12.914 em 31 de maio de 2016), c) depreciação no valor de R\$12.226 na controladora, (R\$11.498 em 31 de maio de 2016); e d) depreciação no valor de R\$19.621 no consolidado (R\$20.853 em 31 de maio de 2016).

9. Intangível (Consolidado)

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato não competição	Outros	Total
Saldo em 28/02/2017	7.779	269.710	276.620	7.905	875	-	562.889
Aquisições	51	-	-	-	-	-	51
Variação cambial	90	2.578	1.186	822	-	-	4.676
Reclassificação	46	-	-	-	-	-	46
Amortização	(388)	-	-	(1.229)	(55)	-	(1.672)
Saldo em 31/05/2017	7.578	272.288	277.806	7.498	820	-	565.990

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos

	Indexador	Taxa média anual ponderada 31/05/17	Taxa média anual ponderada 28/02/17	Controladora		Consolidado	
				31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Capital de giro							
Moeda nacional	-	12,19% a.a.	13,94% a.a.	306.049	485.920	306.049	485.920
Moeda estrangeira	USD	3,25% a.a.	3,19% a.a.	21.856	14.847	21.856	14.847
Moeda estrangeira	USD	2,8943% a.a.	2,8943% a.a.	-	-	36.023	60.936
Moeda estrangeira	USD	3,91% a.a.	3,91% a.a.	-	-	10.426	10.700
Moeda estrangeira	CLP	5,80% a.a.	5,80% a.a.	-	-	40.827	40.076
Moeda estrangeira	PEN	7,73% a.a.	7,73% a.a.	-	-	123.120	129.876
Ativo imobilizado - moeda estrangeira	USD	3,89% a.a.	3,90% a.a.	1.480	2.114	1.480	2.114
Ativo imobilizado	TJLP	4,36% a.a.	4,36% a.a.	1.926	1.919	1.927	1.920
Ativo imobilizado	TJLP	-	4,47% a.a.	-	-	-	973
Ativo imobilizado	-	2,52% a.a.	2,52% a.a.	-	-	727	50
Ativo imobilizado	-	4,29% a.a.	4,29% a.a.	62.930	65.744	62.930	65.744
Ativo imobilizado	USD	4,1254% a.a.	4,1254% a.a.	-	-	85.958	83.680
				394.241	570.544	691.323	896.836
Parcela circulante				315.068	488.872	432.611	634.093
Parcela não circulante				79.173	81.672	258.712	262.743

Com exceção das operações de capital de giro do Banco do Brasil de R\$95.886, do Banco Citibank de R\$205.032, do Banco Bradesco no valor de R\$21.856 e da operação de financiamento de importação (FINIMP) do Banco Itaú de R\$1.480, que não possuem garantias, todos os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado e penhor mercantil de estoques. A controlada SAMAN possui empréstimos no valor de R\$11.353 onde foram dadas em garantia hipotecas, máquinas e estoques das Controladas indiretas Arrozur S.A e Galofer S.A.

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Empréstimos--Continuação

As parcelas dos empréstimos vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Fev/2018	315.068	488.872	432.611	634.093
Fev/2019	21.727	24.604	78.562	79.212
Fev/2020	24.668	24.292	79.341	55.634
Fev/2021	9.795	9.793	54.787	55.634
Fev/2022	9.209	9.209	32.248	38.246
Após 2022	13.774	13.774	13.774	13.774
Total	394.241	570.544	691.323	896.836

b) Debêntures

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	P.U.	Controladora e Consolidado	
				31/05/2017	28/02/2017
Garantia quirografária					
		CDI + 1,3546%			
Emitida em 04/10/2012	170,0	a.a.	1.000	103.872	143.781
Emitida em 03/07/2014	200,0	CDI + 1,30% a.a.	1.000	205.102	212.986
Emitida em 23/11/2016 - 1ª série	213,9	99% CDI a.a.	1.000	216.770	219.490
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série	188,4	100% CDI a.a.	1.000	189.378	193.318
Custo transação				(8.227)	(9.121)
				706.895	760.454
Circulante					
				175.790	146.078
Não circulante					
				531.105	614.376

As parcelas das debêntures vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017
Fev/2018	175.790	146.078
Fev/2019	83.796	167.739
Fev/2020	261.897	261.517
Fev/2021	185.412	185.120
Total	706.895	760.454

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 4 de outubro de 2012

No dia 4 de outubro de 2012 foram emitidas 170 debêntures no valor nominal de R\$1.000 (um milhão de reais), pela Docelar Alimentos e Bebidas S.A., não conversíveis em ações da espécie quirografária as quais foram incorporadas pela Camil Alimentos S.A. em 30 de dezembro de 2012, conforme Ata de aprovação do Instrumento de Justificação.

O pagamento da remuneração das debêntures será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 04 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando em 4 de abril de 2013.

Emissão em 3 de julho de 2014

No dia 3 de julho de 2014 a Companhia constituiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$200.000, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e terão prazo de cinco anos a contar da data da emissão (15 de março de 2014), vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias do DI (depósitos interfinanceiros de um dia), acrescida exponencialmente de um spread de 1,30% ao ano.

Para todas as datas de emissões a Companhia poderá resgatar antecipadamente total ou parcial as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Os contratos de emissão de debêntures prevêm o cumprimento dos seguintes compromissos ("*covenants*");

- (i) Dívida líquida/ebtida igual ou inferior a 3,0 (três vezes); e
- (ii) Ativo circulante/passivo circulante igual ou superior a 1,0 (uma vez).

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Debêntures--Continuação

Emissão em 23 de novembro de 2016 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")

No dia 23 de novembro de 2016 a Companhia constituiu sua quinta emissão de debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografia, em duas séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 91ª e 92ª séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Securitizadora ("CRA").

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 99% a.a. da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2019 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2019), sendo o primeiro pagamento em 12 de abril de 2017.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 100% a.a. da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2020 e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2020), sendo o primeiro pagamento em 12 de maio de 2017.

Os CRA's são decorrentes da compra de açúcar da Companhia contratada com a Raízen Energia S.A. ("Raízen")

Os contratos de emissão de debêntures preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("*covenants*"): Dívida líquida/EBTIDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes)

A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

11. Patrimônio líquido

a) Dividendos

A Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2017 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$100.000 à conta "Reserva de Lucros".

12. Provisão para demandas judiciais

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos. As movimentações que ocorreram no período de três meses findo em 31 de maio de 2017 referem-se a atualização de processos trabalhistas e cíveis.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora			
	31/05/2017		31/05/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	83.997	83.997	68.450	68.450
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(20.999)	(7.560)	(17.113)	(6.161)
Equivalência patrimonial	5.612	2.020	3.434	1.236
Exclusões (adições) permanentes	(1.377)	(496)	724	261
Valor registrado no resultado	(16.764)	(6.036)	(12.955)	(4.664)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(22.800)	-	(17.619)
Alíquotas efetivas	-	-27,1%	-	-25,7%
	Consolidado			
	31/05/2017		31/05/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	83.255	83.255	70.656	70.656
Alíquotas nominais (*)	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(20.814)	(7.493)	(17.664)	(6.359)
Equivalência patrimonial	(219)	(79)	(249)	(90)
Exclusões (adições) permanentes	4.814	1.733	3.336	1.201
Valor registrado no resultado	(16.219)	(5.839)	(14.577)	(5.248)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	-	(22.058)	-	(19.825)
Alíquotas efetivas	-	-26,5%	-	-28,1%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 24% para as sediadas no Chile, 29,5% para as sediadas no Peru e 35% para as sediadas na Argentina. Não há incidência de contribuição social nesses países.

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	28/02/2017	31/05/2017	28/02/2017
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.375	3.498	4.495	4.204
Base negativa IRPJ e CSLL	-	2.216	-	2.216
Provisão para participação nos resultados	7.632	6.086	7.632	6.086
Provisão para perdas de ICMS	3.627	4.099	3.627	4.099
Provisão para demandas judiciais	11.057	9.758	11.057	9.758
Créditos diferidos sobre ágio GIF Codajás *	8.226	11.752	8.226	11.752
Outras provisões temporárias	12.293	14.234	14.954	16.566
Total	46.210	51.643	49.991	54.681
Diferença temporária passiva				
Diferimento pagamentos CSLL (MP219)	2.309	2.309	2.309	2.309
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	31.668	27.655	31.668	27.655
Sobre alocação à intangíveis	41.535	41.971	47.546	47.937
Sobre alocação à imobilizados	18.953	19.245	18.953	19.245
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	43.155	43.672	43.155	43.672
Outros	-	-	12.284	13.798
	137.620	134.852	155.915	154.616
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido				
Passivo não circulante	91.410	83.209	105.924	99.935

(*) Os créditos tributários por incorporação referem-se ao futuro benefício de imposto de renda e contribuição social, com base na amortização contábil e fiscal de ágio incorporado. Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (GIF Codajás) empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. O ágio pago por GIF Codajás, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, foi incorporado pela Camil, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

c) Reconciliação Imposto de renda e contribuição social diferidos lançados no resultado

	Controladora		
	31/05/2017	28/02/2017	Varição
Ativo diferido	46.210	51.643	(5.433)
Passivo diferido	(137.620)	(134.852)	(2.768)
Impostos diferidos registrados no resultado do período			(8.201)
	Consolidado		
	31/05/2017	28/02/2017	Varição
Ativo diferido	49.991	54.681	(4.690)
Passivo diferido	(155.915)	(154.616)	(1.299)
			(5.989)
Varição cambial			694
Impostos diferidos registrados no resultado do período			(5.295)

14. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(33.471)	(36.198)	(37.412)	(40.736)
Derivativos	(11.921)	-	(11.921)	-
Varição cambial	123	(3.028)	(935)	(3.803)
Varição monetária	(799)	(1.259)	(760)	(1.199)
Outras	(2.105)	(1.204)	(3.664)	(3.748)
	(48.173)	(41.688)	(54.692)	(49.484)
Receitas financeiras				
Juros	1.376	824	2.030	2.751
Descontos	1.647	888	1.858	994
Aplicações financeiras	8.905	7.220	11.668	10.217
Derivativos	13.857	108	13.857	108
Varição cambial	550	531	1.449	2.419
Varição monetária	1.033	284	1.033	284
Outras	1	-	1	-
	27.369	9.854	31.896	16.771
Total	(20.804)	(31.834)	(22.796)	(32.713)

A variação observada nas despesas e receitas financeiras no período estão relacionadas, principalmente, com as operações capital de giro, debêntures e derivativos da Companhia.

15. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	1.085.303	929.547	1.307.552	1.162.893
Vendas de mercadorias no mercado externo	19.153	15.032	119.856	147.632
	1.104.456	944.579	1.427.408	1.310.525
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(87.063)	(76.988)	(95.447)	(85.314)
Devoluções e abatimentos	(86.210)	(63.060)	(106.402)	(88.994)
	(173.273)	(140.048)	(201.849)	(174.308)
Receita líquida de vendas e serviços	931.183	804.531	1.225.559	1.136.217

16. Informações por segmento

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2016
Receita Líquida de vendas	931.024	804.536	294.535	331.681	1.225.559	1.136.217
Lucro bruto	222.947	218.882	74.453	74.976	297.400	293.858
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(140.790)	(124.563)	(54.178)	(56.871)	(194.968)	(181.434)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	872	(8.470)	2.747	(585)	3.619	(9.055)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	83.029	85.849	23.022	17.520	106.051	103.369
Despesas financeiras	(48.201)	(47.236)	(6.491)	(7.747)	(54.692)	(54.983)
Receitas financeiras	27.369	16.893	4.527	5.377	31.896	22.270
Lucro antes dos impostos	62.197	55.506	21.058	15.150	83.255	70.656
IRPJ e CSLL	(23.477)	(18.272)	1.419	(1.553)	(22.058)	(19.825)
Lucro líquido	38.720	37.234	22.477	13.597	61.197	50.831

17. Evento subsequente

Em 17 de abril de 2017, foi protocolizado, pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, que terão como lastro direitos creditórios representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, a serem emitidas pela Companhia. Na série A serão emitidas 238.020 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), com remuneração correspondente a 97% da variação acumulada da Taxa DI e vencimento em 21 de julho de 2020. Na série B serão emitidas 166.980 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), com remuneração correspondente a 98% da variação acumulada da Taxa DI e vencimento em 20 de julho de 2021.

O valor total da oferta é de R\$405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais) e a liquidação financeira está prevista para ocorrer em 18 de julho de 2017.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

